

Produtividade

Brasil tem a ‘última chance de ficar rico antes de ficar velho’, diz Nelson Ferreira, da McKinsey **A4**



Combustíveis

Suspensão de sanções americanas a petróleo e derivados da Rússia pode favorecer a compra de diesel pelo Brasil **B4**



Consumo

Brasileiros com mais de 60 anos gastam acima da média nacional, diz Giovana Giroto, da Serasa Experian **B6**

Quarta-feira, 11 de março de 2026
Ano 26 | Número 6460 | R\$ 7,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO

Valor

No mesmo dia, GPA e Raízen pedem recuperação extrajudicial

Empresas A varejista tem dívidas com credores financeiros de R\$ 4,5 bi, enquanto a empresa do setor de energia protocolou a maior RE da história, de R\$ 65 bilhões

Adriana Mattos, Mônica Scaramuzzo e Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

Duas grandes empresas brasileiras entraram ontem com pedidos de recuperação extrajudicial: pela manhã, foi a vez do GPA, dono das redes Pão de Açúcar e Extra Mercado, envolvendo dívidas com credores financeiros de R\$ 4,5 bilhões; à noite, a Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, protocolou uma solicitação de recuperação extrajudicial para negociar débitos de R\$ 65 bilhões com bancos e detentores de

títulos externos — a maior da história do país. A informação foi antecipada pelo colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo. À Justiça, o GPA citou três fatores para a decisão: juros altos, maior competição no varejo e elevada concentração de vencimentos no curto prazo. Documentos mostram o Rabobank como maior credor, totalizando R\$ 917,3 milhões, seguido por Itaú Unibanco (R\$ 707,1 milhões), BTG Pactual (R\$ 225,7 milhões) e HSBC (R\$ 206,2 milhões). Esses credores representam 46% dos passivos, ou R\$ 2,1 bilhões. A possibilidade de um aumento de capital é uma hi-

pótese na visão do conselho de administração, cogitando valores entre R\$ 500 milhões e R\$ 700 milhões, segundo fontes. No caso da Raízen, o valor de R\$ 65 bilhões em dívidas só é menor que o da ex-Odebrecht (atual Novonor), de quase R\$ 100 bilhões, e fica em pé de igualdade com a Oi, mas ambas entraram em recuperação judicial. A negociação da Raízen já conta com apoio de mais de 40% dos credores, diz uma fonte. A companhia pediu a suspensão dos vencimentos por 90 dias, ganhando tempo para preparar um plano para tentar reerguer o negócio.

A Raízen se tornou um poço do problema em 2024, quando a crise financeira se agravou. Nos últimos dias, os dois principais acionistas negociaram uma capitalização de R\$ 4 bilhões. A Shell se comprometeu a colocar R\$ 3,5 bilhões e Rubens Ometto, controlador da Cosan, a fazer um aporte de R\$ 500 milhões, por meio da holding Aguassanta. A Cosan não participaria diretamente da operação. Agora, com a recuperação extrajudicial em curso, a capitalização pode ser colocada em xequê. Os credores podem pressionar por um aporte maior. **Páginas B1, B3 e B5**

Petróleo recua e fecha abaixo de US\$ 90 em outro dia volátil

Gabriel Caldeira, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Luana Reis e Arthur Cagliari
De São Paulo

Os preços do petróleo recuaram com força ontem, fechando em queda de 11,27%, com o Brent cotado a US\$ 87,80 o barril. Com a guerra no Oriente Médio, as negociações da commodity têm sido marcadas por volatilidade — chegaram a superar US\$ 110 nesta semana. Ontem, declarações de autoridades dos EUA e de Israel reduziram o temor de que o conflito com o Irã se estenderá por muito tempo, levando alívio aos investidores. A tensão externa menor beneficiou especialmente os mercados de juros e ações no Brasil. Os analistas ficaram mais otimistas com a possibilidade de um corte de 0,5 ponto percentual da Selic na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na semana que vem, enquanto o Ibovespa subiu 1,4%. O dólar recuou 0,15%, para R\$ 5,1566. **Página C1**

Fachin prega distanciamento de juízes e partes

Tiago Angelo
De Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, tratou em evento, ontem, de dois temas que têm causado polêmica na Corte: o pagamento de verbas indenizatórias acima do teto do funcionalismo no Judiciário e a crise provocada pelo caso Master — o ministro, porém, não citou diretamente o banco. Sobre os penduricalhos, Fachin defendeu, durante reunião com presidentes e representantes de todos os tribunais do país, que o Judiciário não tenha “privilégio de casta”. “O saudável distanciamento que mantemos das partes e dos interesses em jogo é o que permite, na prática, um mínimo de justiça social. A imparcialidade não é frieza — é a condição de possibilidade da equidade”, afirmou. Segundo o ministro, o escrutínio público não enfraquece a Justiça, a fortalece. **Página A11**

Destaques

Guerra ameaça oferta de fertilizantes
Ministério da Agricultura vê risco “elevadíssimo” de desabastecimento de fertilizantes com a continuidade da guerra no Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz. A imposição de restrições à exportação pela China agrava a situação. No pior cenário, a oferta de fosfatados poderia diminuir em 20%. **B8**

Qore assume fundos da Reag
Uma distribuidora de títulos e valores mobiliários criada em 2024 é, até agora, uma das principais herdeiras de fundos da Reag, alvo da Operação Carbono Oculto e que teve papel relevante no caso Master. A Qore DTM, do empresário Marcos Jorge, assumiu 29 fundos da Reag desde o início de 2025. **C6**

Indicadores

Ibovespa	10/mar/26	1,40%	R\$ 31,4 bi
Selic (meta)	10/mar/26	15,00%	ao ano
Selic (taxa efetiva)	10/mar/26	14,90%	ao ano
Dólar comercial (BC)	10/mar/26	5,1616/5,1622	
Dólar comercial (mercado)	10/mar/26	5,1560/5,1566	
Dólar turismo (mercado)	10/mar/26	5,1765/5,3564	
Euro comercial (BC)	10/mar/26	6,0112/6,0129	
Euro comercial (mercado)	10/mar/26	5,9884/5,9890	
Euro turismo (mercado)	10/mar/26	6,0529/6,2329	



Indústria automobilística



O plano estratégico da Renault para os próximos quatro anos, que prevê elevar as vendas de 620 mil veículos em 2025 para 1 milhão de unidades, está

apoiado em cinco mercados — Índia, América Latina, Coreia do Sul, Turquia e Marrocos — e deixa a Europa de fora. “Num mundo muito

fragmentado, com regulações mudando a cada ano e toda a situação geopolítica, precisamos ser ágeis”, diz o CEO global, Fabrice Cambolive. Pág. B5

Emissão da Amazon atrai demanda de US\$ 126 bi

Agências internacionais

A Amazon atraiu uma demanda de aproximadamente US\$ 126 bilhões para sua emissão de títulos de dívida nos Estados Unidos, uma das maiores já registradas para uma oferta corporativa, de acordo com fontes a par do assunto.

A gigante de tecnologia acabou levantando US\$ 37 bilhões com a venda de títulos em dólares, valor que pode chegar a quase US\$ 50 bilhões com uma oferta em euros, planejada para hoje. A empresa tem acelerado a busca por recursos para financiar seus grandes investimentos em inteligência artificial (IA).

A demanda mostra que o apetite por papéis de grandes companhias de tecnologia permanece forte, apesar do temor de parte dos investidores de que as “big techs” estão investindo muito dinheiro em startups focadas em IA, sem que tenham no horizonte o retorno financeiro. **Página B6**

Reorganização



A XP anunciou mudanças em seu desenho organizacional, com a criação de uma diretoria que vai cuidar de distribuição e dos diversos segmentos de investidores. “A gente tem que

fazer uma alocação correta, tem que a diversificação, o perfil de risco correto, a liquidez adequada para os objetivos do cliente”, diz o CEO, Thiago Maffra. Pág. C3

Despesas de governos locais terão peso no PIB

Marta Watanabe
De São Paulo

O impulso dos gastos de governos regionais pode ser um elemento surpresa para as projeções de crescimento econômico, com contribuição estimada entre 0,4 e 1,8 ponto percentual do PIB de 2026. O impacto final vai depender da parcela de recursos em caixa que Estados e municípios usarão neste ano de eleições. No cenário considerado mais factível, os governos usariam o equivalente a 0,6% do PIB dos recursos em caixa durante o ano, com impulso de R\$ 100 bilhões — ou 0,8 ponto no PIB em 2026 —, projetam Bráulio Borges e Manoel Pires, do FGV Ibre. **Página A7**

NASCE UMA TRADIÇÃO

BOA VISTA
ESTATES

JHSF

VEJA NA PÁG. A3

Renda mínima e desemprego por IA



Lu Aiko Otta

Para quem pensa o futuro das contas públicas federais, o tamanho da dívida e o buraco crescente da Previdência Social podem nem ser os maiores problemas. A grande questão que aguarda logo adiante é a onda de desemprego a ser provocada pelo avanço da Inteligência Artificial (IA).

No governo e na oposição, há cabeças ocupadas com o tema. Não se tem notícia de proposta pronta, mas as ideias convergem para a criação de um programa de renda mínima. Quem seria atendido e, mais importante, como a conta seria paga são perguntas ainda sem resposta.

Sem referência à IA, a ideia do programa de renda mínima foi levantada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele disse considerar que o Orçamento brasileiro está maduro para isso. Não entrou em detalhes, mas mencionou que o tema foi discutido pelo governo final de 2024.

Entre os estudos da época, estava a reorganização dos benefícios sociais como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o seguro-defeso, o abono salarial,

o seguro-desemprego. Havia outros candidatos a entrar no bolo, como uma parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Tudo poderia ser fundido num novo programa.

Atenderia, por exemplo, as famílias do CadÚnico. Ou quem estivesse fora do mercado de trabalho. Ou ainda trabalhadores de renda baixa, como empregados domésticos.

Eram várias as possibilidades sobre a mesa, e a amarração final dependia de decisão política. Havia configurações que permitiriam pagar benefícios superiores a um salário mínimo.

A percepção era que, considerando os benefícios já pagos, o Brasil já tem, na prática, um programa de renda mínima. Era questão de organizar e, dependendo da ambição política, encontrar mais fontes de recursos para atender um público maior.

Esse rearranjo passaria como um trator sobre batalhas várias vezes perdidas pelos técnicos. Por exemplo, a dificuldade de controlar as concessões do seguro-defeso e do BPC. A impossibilidade de reformular o abono salarial, que hoje deixa

de fora os trabalhadores informais de baixa renda. Os elevados volumes transferidos para a educação básica, num momento em que a demografia do país mudou. Por fim, seria possível desatrelar os benefícios sociais do salário mínimo.

Nos bastidores, esses estudos foram atacados pela ala política do governo e voltaram para as gavetas. Um momento para retomá-los seria, talvez, a campanha eleitoral ou imediatamente após.

O programa de renda mínima poderia servir para atenuar o problema social do desemprego decorrente do uso da inteligência artificial.

Também na oposição esse é um ponto de preocupação não só pelo desemprego em si, mas pelo impacto que isso provocará na atividade econômica. Um programa de renda mínima para apoiar os mais vulneráveis é discutido.

No evento “Rumos 2026”, promovido pelo **Valor** no início deste mês, a diretora Macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srouf, apontou o impacto da inteligência artificial na economia, sobretudo no

mercado de trabalho, como o principal desafio do momento.

Na China, linha de frente na adoção da inteligência artificial, aposta-se na requalificação de mão de obra para uma nova economia e um novo mercado de trabalho. O foco está na formação tecnológica de adultos, jovens e até crianças do ensino primário.

Aqui, em contraste, o número de formandos em engenharia recuou perto de 30% de 2015 para 2023.

Apesar do otimismo chinês quanto à recolocação de trabalhadores em novos empregos, especialistas questionam o que acontecerá na fase de transição. O que acontecer por lá pode dar pistas sobre como reagir por aqui.

Haddad

De saída do governo desde janeiro, Haddad deve desocupar o gabinete ministerial na semana que vem. Nesta terça-feira (10), não confirmou que concorrerá ao governo de São Paulo — algo dado como certo na ala política do governo.

Vai levar no currículo a reforma tributária, que ficou em negociação por quatro décadas

e, quando implementada, agregará de 6% a 20% no Produto Interno Bruto (PIB). Também colocou a Receita Federal como uma engrenagem da segurança pública, como se viu em operações como Carbono Oculto. Entregará um conjunto de indicadores favoráveis ao governo, como a menor inflação num ciclo de quatro anos e o menor desemprego da história.

Faltou dar um horizonte de sustentabilidade para a dívida pública. Ele mesmo diz que as medidas de ajuste fiscal ficaram aquém do que gostaria.

Haddad levantou a lebre do programa de renda mínima. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, cotado para ser o número dois da Fazenda nesta reta final, falou em acelerar o ajuste fiscal no próximo ciclo e em mudanças na Previdência Social. O governo ainda define programas e bandeiras que irão para a campanha, mas o ministro e sua equipe se anteciparam para marcar posição por uma agenda de reformas estruturais.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Infraestrutura No Brasil, especialistas dizem que fonte é adicional e que novos investimentos no setor dependem de futuro de Angra 3

Energia nuclear volta à agenda 15 anos depois de Fukushima

Paula Martini
Do Rio

Quinze anos após o acidente nuclear de Fukushima, no Japão, ocorrido em 11 de março de 2011, a energia nuclear volta a ganhar espaço nas estratégias de descarbonização ao redor do mundo. A fonte, responsável por cerca de 9% da geração elétrica global, tem sido vista por países com recursos naturais escassos como alternativa para reduzir emissões, ao mesmo tempo em que conflitos geopolíticos recentes reforçam preocupações com a segurança energética.

No Brasil, a fonte nuclear responde por 2% da eletricidade e deve manter papel complementar diante do custo e da presença de fontes renováveis na matriz energética. Para especialistas, a construção de novas usinas também esbarra no destino de Angra 3, marcada por idas e vindas há 40 anos.

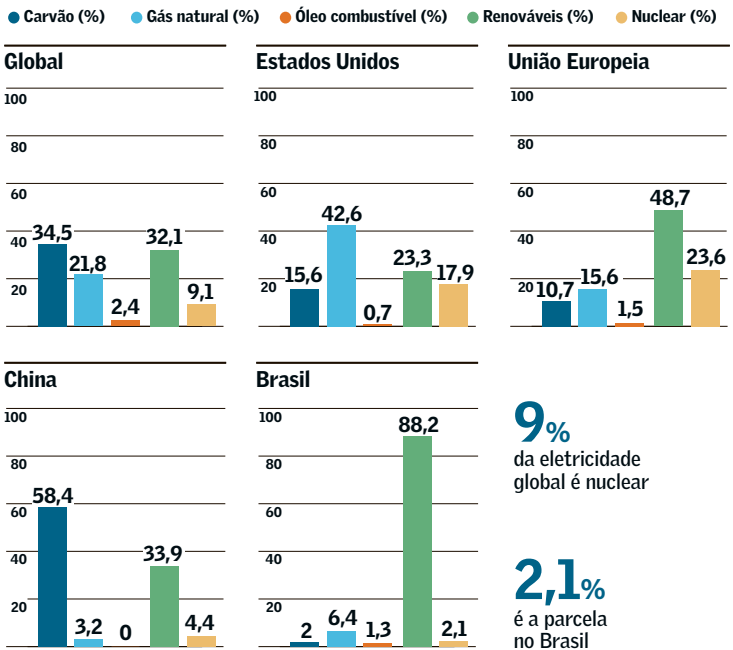
Para especialistas, o avanço da energia atômica está ligado à necessidade de reduzir emissões e garantir o fornecimento contínuo de energia. “Além da questão da guerra e dessa mudança geopolítica mundial, a redução das emissões de carbono nas atividades industriais é essencial”, diz Aquilino Senra, professor do Departamento de Engenharia Nuclear da Escola Politécnica da UFRJ.

Defensores da energia nuclear argumentam que, embora fontes renováveis como solar e eólica tenham papel central na transição energética, não produzem energia de forma constante e estão sujeitas a condições climáticas. “A nuclear é uma fonte que, mais do que limpa, é estável. Se chover ou não chover, se ventar ou não ventar, não faz diferença”, diz o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha.

A energia nuclear, que representa 17% da eletricidade global nos anos 1990, enfrenta resistências associadas ao uso militar e a aci-

Participação da energia nuclear no mundo

Matriz elétrica internacional em 2024



Fonte: Agência Internacional de Energia (IEA)

dentes como os de Chernobyl (1986) e de Fukushima. Ambientalistas também alertam sobre o risco relacionado a vazamentos de resíduos nucleares. “A energia nuclear a base de urânio gera um resíduo que leva milhares de anos para se decompor. Quando entra nos rios ou no solo, causa acidentes e torna a área inabitável”, diz o climatologista Carlos Nobre.

Para Senra, a imagem negativa tende a diminuir diante da crescente demanda por energia e dos avanços tecnológicos que ampliaram os padrões de segurança das usinas: “A aceitação pública é um problema que está sendo vencido ao redor do mundo por uma razão simples: precisa-se de energia para crescer”, enfatiza o professor.

Os defensores ressaltam ainda que o setor vive um novo ciclo de expansão global, impulsionado pelo crescimento da demanda por energia, inclusive de grandes consumidores, como data centers. “Essas estruturas precisam de grande

volume de energia concentrada 24 horas por dia, sete dias por semana, sem oscilação”, afirma Cunha.

O relatório da Agência Internacional de Energia (AIE) sobre o mercado de eletricidade publicado este ano projeta que metade da energia elétrica mundial virá de fontes renováveis e nucleares até 2030. O documento aponta que a geração nuclear atingiu um novo recorde em 2025 e deve crescer 2,8% até 2030, mais que o dobro da taxa de crescimento de 1,3% registrada entre 2021 e 2025.

Os ganhos são impulsionados pela retomada das operações de reatores no Japão, pelo aumento

da geração na França e pela adição de novas capacidades na China e na Índia. Nos próximos anos, o crescimento será sustentado sobretudo pela China, que responderá por 40% do aumento global.

No Brasil, a energia nuclear tende a manter papel complementar, avaliam especialistas. Eles destacam a predominância de fontes hidrelétrica, solar e eólica e o custo da energia.

O programa brasileiro nuclear teve início na década de 1970, com o projeto de construção de quatro usinas nucleares em Angra dos Reis (RJ). Do plano inicial, duas usinas estão em operação (Angra 1 e Angra 2). Espera-se a conclusão de Angra 3, cuja construção começou em 1984, mas o projeto sofreu atrasos e paralisações.

O governo tem planos de expandir a geração nuclear, com possibilidade de construir novas centrais de menor porte. Os Pequenos Reatores Modulares (SMRs, na sigla em inglês) são apontados como uma das principais tendências da indústria nuclear global por apresentarem avanços em segurança e flexibilidade de instalação.

O economista Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, argumenta que o debate sobre a expansão da energia nuclear precisa ser analisado de forma distinta no caso brasileiro em relação a países mais dependentes de combustíveis fósseis. Enquanto Japão e diversos países europeus veem a fonte como estratégica para garantir segurança energética e reduzir emissões, o Brasil conta com uma matriz elétrica relativamente limpa e diversificada. “Com a guerra da Ucrânia, e ainda mais do Irã, fica claro como é importante os países terem independência energética.”

Castro diz que a principal justificativa para ampliar a energia nuclear no Brasil seria fortalecer uma cadeia produtiva na qual o país possui vantagens competitivas, como reservas de urânio e ca-



Aquilino Senra: "Aceitação pública é um problema que está sendo vencido"



Carlos Nobre: "Resíduo nuclear leva milhares de anos para se decompor"

pacidade de enriquecimento, mas não tem escala. “Como o Brasil tem recursos energéticos renováveis em quantidade e a custo baixo, a energia nuclear só se justifica do ponto de vista de desenvolvimento tecnológico”, diz.

Senra, da UFRJ, diz que ampliar a participação da fonte para cerca de 5% da matriz elétrica brasileira poderia trazer ganhos de estabilidade sem pressionar significativamente a conta de luz.

No Japão, que paralisou as usinas nucleares e passou a submeter reatores a revisões rigorosas de segurança, o debate sobre o papel da energia nuclear também ganhou fôlego. A participação da fonte nuclear na matriz energética japonesa, que era de cerca de 20% antes de Fukushima, caiu para 8,5% em 2023, segundo o diretor-adjunto da divisão de assuntos internacionais da Agência de Recursos Natu-

rais e Energia do Japão, Taro Han.

A atual política energética japonesa busca equilibrar diferentes fontes na transição para uma economia de baixo carbono. O governo pretende elevar a participação da energia nuclear para cerca de 20% da matriz até 2040, em uma composição que prevê entre 40% e 50% de fontes renováveis e de 30% a 40% de geração térmica.

“É natural que as pessoas tenham evitado a energia nuclear logo após o acidente de Fukushima”, admitiu Han ao **Valor** em visita do jornal ao país em outubro. “Mas diante de crises de segurança energética que enfrentamos, incluindo a agressão russa à Ucrânia e outros episódios geopolíticos, a população japonesa tem passado a aceitar mais a energia nuclear como uma fonte importante.” *(Colaborou Fábio Couto)*

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

3OE **B6**
Abra **B4**
Acelen **B4**
Airbus **B4**
Alibaba **B2**
Alphabet **B6**
Amazon **B2, B6**
American Airlines **B4**
Apple **B2**
APS Serviços Especializados **C6**
Aurora Energy

Research **B4**
Avianca **B4**
Avolon **B4**
Azul **B4**
Banco de Brasília **C4**
Banco Master **C2, C4, C6**
Binance **B6**
Boeing **B4**
BTG **B5**
BTG Pactual **B1, B3**
Bytedance **B2**
Canal Futura **A6**

Casa dos Ventos **B2**
Casino **B1**
CBIE **B4**
Citi **B5**
Compass **B5**
Cosan **B5**
Delta **B4**
Editora Globo **A6**
Enel Rio **B2**
Fictor **C4, C6**
Fitch **B1**
Fortesec **C6**

Geely **B5**
Gol **B4**
Google **B6**
GPA **B1**
HSBC **B3**
Itaú BBA **B3**
Itaú Unibanco **B1, B6**
Jefferies **B5**
Kapitalo Investimentos **C2**
Kinea Investimentos **C2**
Kroll **C4**
Latam **B4**

Light **B2**
Machado Meyer **C4**
Master **A11**
McKinsey **A4**
Menfis **B5**
Mercado Livre **B2**
Meta **B6**
Meta Asset Management **C1**
Microsoft **B6**
Moove **B5**
MRV&Co **B5**

Mubadala **B4**
Nexus **C3**
North Sea **C6**
Nvidia **B6**
Oliveira Trust **C6**
Omnia **B2**
Onyx Commodities **C2**
Oracle **B6**
Oriz Partners **C1**
Parcitas Investimentos **C1**
Pátria **B2**
Perfin **B5**

Petrobras **A4, B4, C2**
Planner **C6**
Planner Corretora **C6**
PSR Consultoria **B4**
Qatar Energy **B4**
Qore DTVM **C6**
Rabobank **B1**
Radar **B5**
Reag **C4, C6**
Renault **B5**
Resia **B5**

Rumo **B5**
Sefer **C6**
Shell **A6, B5**
SpaceX **B6**
Tesla **B6**
TikTok **B2**
UBS Global Wealth Management **A2**
Vale **B3, B5**
Vale Base Metals **B3**
Vista Capital **C2**
XP **B5**
XP Inc. **C3**

Informação estratégica para decisões assertivas: você encontra no Valor.

Assine agora valor.globo.com/assine

ECONOMIA



NASCE UMA TRADIÇÃO

Grandes lotes e estâncias a partir de 20.000 m²,
em uma área total de 7 milhões de m².

Brasil

Conjuntura País, assim como América Latina, precisa de ganhos de produtividade para ter crescimento sustentável, aponta relatório

Brasil tem 10 anos para ficar rico antes de envelhecer, alerta McKinsey

Anais Fernandes
De São Paulo

O Brasil, assim como a América Latina, mas ainda mais do que ela, vive sua “última chance de ficar rico antes de ficar velho” e, se não investir em ganhos de produtividade e em setores estratégicos, corre o risco de ficar para trás na atração de investimentos à região. Esses são os alertas de Nelson Ferreira, sócio sênior da McKinsey, ao comentar relatório da consultoria sobre produtividade na América Latina, antecipado ao **Valor**.

“A América Latina como região, talvez, tenha uma das últimas chances nos próximos dez, 15 anos de ficar rica antes de ficar velha. E o Brasil ainda mais. No Brasil, talvez não sejam 15 anos, talvez sejam dez anos”, afirma Ferreira, explicando que a população brasileira já é mais idosa e cresce menos do que em pares como Peru e Bolívia.

Com o Brasil chegando ao fim do “bônus demográfico”, o crescimento da produtividade precisará vir através de investimentos em capital físico e humano. A produtividade do trabalho no Brasil, porém, cresce menos de 1% ao ano há mais de uma década, segundo a McKinsey, enquanto outras economias próximas avançam perto de 2%.

A perda de relevância da América Latina para a economia global, sobretudo nos últimos 15 anos, é generalizada, segundo Ferreira. “A América Latina tem cerca de 7,5% da população mundial e já foi 7% do PIB global; hoje, é 6%. E, se continuar com a mesma taxa de crescimento, em 2050, será 3,5%”, diz.

A baixa produtividade é um indicador dessa situação “complicada”, como define Ferreira. Ele aponta que, enquanto outras economias emergentes crescem, em média, 3,4% ao ano, a América Latina cresce 2,3%. Disso, 1,5 ponto percentual (p.p.) vem do crescimento da população, e apenas 0,8 p.p., da produtividade, sendo que a produtividade do capital acrescenta 0,9 p.p., mas a da mão de obra retira 0,1 p.p. “Um trabalhador na América Latina, hoje, produz quase a mesma coisa ou até um pouco menos do que ele produzia no começo de século”, afirma Ferreira.

Apesar do quadro desafiador, a McKinsey aponta oportunidades. Existem diversas tendências mundiais ligadas, por exemplo, ao aumento do consumo de proteínas, à transição energética, à necessidade de digitalização e de novos polos de industrialização que podem tornar a América Latina — e o Brasil, se ele se preparar para isso — quase “campeã natural” em algumas dessas áreas, sugere Ferreira.

O custo atual de produção de eletrônicos e da indústria automotiva no México e na América Central, por exemplo, é comparável ou até inferior ao da China, diz o executivo. “Um terço das principais empresas de equipa-



Nelson Ferreira: Brasil precisa ter visão clara do que quer ser em setores estratégicos no futuro próximo

mentos médicos que exportam aos Estados Unidos está na Costa Rica, ela já é um ‘hub’ exportador”, exemplifica. “A região tem 58% das reservas de lítio e 35% das reservas de cobre, minerais fundamentais para a transição energética”, afirma.

“Trabalhador na América Latina produz quase a mesma coisa ou até um pouco menos do que no começo de século”

Ao todo, são sete os setores mapeados pela McKinsey em que a América Latina deveria concentrar investimentos: manufatura de próxima geração, para Inteligência Artificial (IA) e automação; energias renováveis, não só para geração de energia em si, mas de produtos químicos e outros derivados; serviços digitais e digitalização da economia; centros de dados; agricultura e alimentos; combustíveis fósseis, que vão continuar importantes por um tempo; e minerais críticos.

“Esses são os sete setores em que nós enxergamos que a região pode ter um papel de bastante destaque

mundial. E, em vários deles, o Brasil se sobressai, como em energia renovável, digitalização, agricultura, destino para data centers — até pela base de energia renovável e hidrelétrica — e minerais críticos”, afirma Ferreira.

Juntas, essas indústrias podem trazer cerca de US\$ 400 bilhões em receitas para o Brasil até 2040, calcula a McKinsey. Para a região como um todo, se ela conseguir crescer nesses segmentos e trazer todos os serviços necessários para essas indústrias funcionarem, a McKinsey estima que o PIB pode sair de US\$ 6,5 trilhões para US\$ 10,5 trilhões até 2040.

“Isso é importante porque, com US\$ 10,5 trilhões, a região passa a ter uma renda per capita da ordem de US\$ 15 mil, que é mais ou menos o limite inferior para entrar no patamar da OCDE”, diz Ferreira, em referência à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, uma espécie de “clube dos países ricos”.

Segundo ele, o Brasil, por exemplo, tem uma renda per capita de US\$ 10 mil, mas muito heterogênea entre seus Estados. “O Brasil, assim como a América Latina, poderia ter renda superior a US\$ 15 mil e, aí sim, apesar de todos os problemas, poderíamos ter um nível mínimo de renda média compatível com países mais desenvolvidos.”

Para alcançar essas cifras e investimentos nos setores mapeados, a McKinsey sugere quatro ações aos

países da América Latina.

A primeira é a diversificação de parceiros comerciais e de investimentos. “Tem de ir para Índia, Canadá, Japão, Sudeste Asiático, e não ficar apenas nessa bipolaridade de China e EUA”, diz Ferreira.

A segunda é a integração dentro da própria região. A América Central, por exemplo, tem taxas de crescimento comparáveis às do Sudeste Asiático e países vivendo “boom” similar ao do Brasil após o Plano Real, mas não está na agenda das empresas brasileiras, diz Ferreira. “Mas deveria estar”, afirma, citando como exemplos Guatemala, Honduras, Panamá e República Dominicana.

O terceiro ponto engloba avanços necessários em regulamentação. “Ainda temos na região, e no Brasil em particular, complexidades regulatórias e tributárias que afastam investidores locais e estrangeiros”, diz Ferreira.

Por fim, a McKinsey aponta ser preciso atrair talentos internacionais — e, nesse quesito, até que o Brasil está em um momento de ascensão, segundo o executivo.

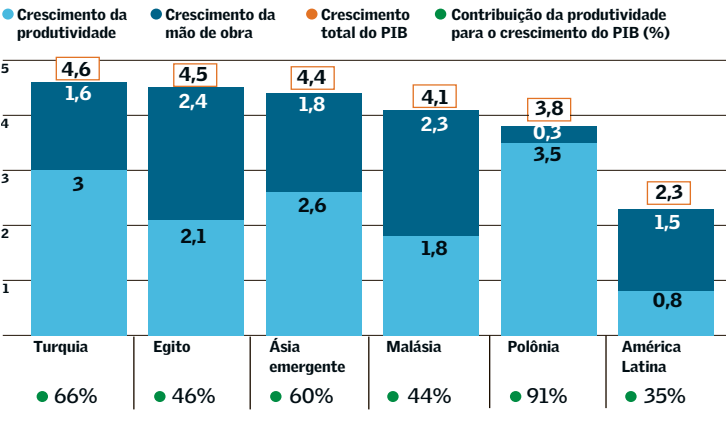
Um trunfo para atrair investimentos é que a América Latina é, talvez, “a região mais geopoliticamente neutra do mundo”, diz Ferreira, o que é especialmente importante em tempos de multiplicação de conflitos como os atuais. Mas o Brasil pode perder investimentos para o México e a América Central, por exemplo, se permanecer caro e atrasado, aler-

Ficando para trás

Crescimento sustentável na América Latina precisa de mais eficiência

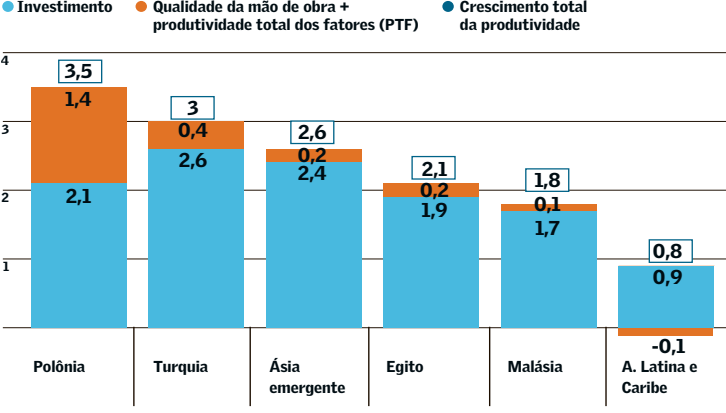
Expansão do emprego é motor da AL, mas produtividade é baixa

Crescimento médio do PIB, por fator de contribuição, 1997 a 2022, em %



Investimento baixo contém produtividade na AL

Crescimento médio da produtividade, por fator de produção, 1997 a 2022 - em %



Taxas de investimento variam significativamente entre países da AL

Formação Bruta de Capital Fixo média, 1997 a 2022 - em % do PIB

República Dominicana	24,7
Chile	24
México	21,7
Peru	21,2
Colômbia	20,1
Média da América Latina/Caribe	19,7
Costa Rica	19,5
Paraguai	18,8
Equador	18,8
Brasil	18
Bolívia	17,5
Uruguai	17,1
Argentina	16,4
Guatemala	16,4

Fonte: McKinsey e McKinsey Global Institute, com informações de Banco Mundial e Conference Board

ta a McKinsey. A taxa média de investimento no Brasil entre 1997 e 2022 foi de 18% do PIB, abaixo da média regional de 19,7%, aponta o relatório.

“A América Latina tem condições de competir com a China. Só que, hoje, essa competição se dá em países como México, não o Brasil. O Brasil, hoje, é mais caro pela carga tributária, pela logística e pelo fato de que muitas das nossas fábricas são obsoletas do ponto de vista de processo produtivo”, afirma Ferreira. “O Brasil tem um risco de perder essa onda de investimentos que vão vir para a região, para México e Costa Rica, por exemplo”, alerta.

“Brasil tem risco de perder essa onda de investimentos que vão vir para a região, para México e Costa Rica, por exemplo”

Segundo ele, reformas são necessárias, como a redução dos gastos públicos, que ajuda na queda dos juros, tornando investimentos mais atrativos. Além disso, diz, é preciso avançar em desburocratização e na consoli-

dação da reforma tributária. “Em relação aos setores mencionados, é preciso ter uma visão de longo prazo do que o Brasil quer ser. Para os setores em que podemos ser ‘donos’ naturais globais, não há, necessariamente, visão clara do que o Brasil gostaria de ser em 2035”, afirma. “Setor privado e governo poderiam ajudar a articular isso.”

A inteligência artificial também será chave para o ganho de produtividade, segundo Ferreira. “A IA permite com que nós consigamos dar saltos de produtividade de mão de obra no agronegócio, na indústria e nos serviços, para fazer com que aquela produtividade que caiu nos últimos 25 anos na região passe a subir de novo. Têm segmentos da construção civil, infraestrutura, manufatura fabril e mesmo do agronegócio que ainda estão engatinhando na utilização de IA”, diz Ferreira.

O Brasil tem potencial nessa área por ser uma das sociedades mais digitalizadas do mundo, observa. “Essa é uma das principais prioridades que o país deveria ter em todos os setores para efetivamente buscar saltos grandes de produtividade”, afirma Ferreira.

“Talvez, seja nossa última chance de investirmos nesses setores, usarmos esses setores para virarmos a chave da produtividade, não crescermos apenas pelo crescimento populacional, mas pela produtividade da mão de obra e do equipamento”, conclui.

País não pode tomar decisões ‘açodadas’, diz Haddad

Guilherme Pimenta, Marlla Sabino, Mariana Andrade e Sofia Aguiar
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira (10) que o Brasil não pode “correr risco de tomar decisões açodadas” devido à alta do petróleo, causada pela guerra do Irã. A Fazenda, segundo o ministro, está desenhando cenários de impacto a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

De acordo com o ministro, o governo federal precisa, neste momento, “observar, verificar com o andar das coisas, estabelecer cenários”, já que o preço do petróleo tem oscilado dia a dia. De acordo com Haddad, a situação atual guarda similaridade

com o tarifaço imposto pelos Estados Unidos ao Brasil, no ano passado — parcialmente revertido depois.

“Precisamos desenhar cenários: o cenário A, o cenário B, o cenário C, e desenhar o pior cenário também, porque o papel do Estado brasileiro é sempre não dar chance para o azar”, disse a jornalistas no Ministério da Fazenda.

Como efeito da guerra, o barril do tipo Brent chegou a se aproximar de US\$ 120 na segunda-feira (9), mas recuou nesta terça-feira para a casa de US\$ 80.

Já o Ministério de Minas e Energia (MME) informou que intensificou as ações de monitoramento das cadeias de suprimento de derivados de petróleo, da logística nacional de abastecimento de com-

bustíveis e dos preços dos produtos diante do conflito no Oriente Médio. Em nota, a pasta afirmou que a exposição direta do Brasil ao cenário é limitada.

Mesmo assim, o MME criou uma sala de monitoramento do abastecimento, que acompanha, dia a dia, as condições do mercado nacional e internacional de combustíveis. O objetivo é identificar rapidamente eventuais riscos ao abastecimento e coordenadas medidas necessárias para preservar a segurança energética e fornecimento de combustíveis no país.

“Até o momento, apesar do cenário de instabilidade, a exposição direta do Brasil ao conflito é considerada limitada. O país é exportador de petróleo bruto e importa parte dos derivados consumidos

internamente, sobretudo diesel, mas a participação de países do golfo Pérsico como fornecedores das importações brasileiras de derivados de petróleo é relativamente pequena”, afirma.

Segundo a pasta, equipes técnicas acompanham diariamente os fluxos globais de petróleo e derivados e as condições do abastecimento no país, em interlocução com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e agentes do setor de preços e de mercado que atuam na produção, na importação e na distribuição de combustíveis no país.

Desde o fim de fevereiro, técnicos do MME reforçaram o trabalho de observação e análise diária dos fluxos logísticos nacionais e internacionais de petróleo, gás na-

tural e combustíveis. A atuação envolve desde o acompanhamento da evolução dos cenários nacional e internacional e apuração dos reflexos sobre a logística setorial e sobre o abastecimento de combustíveis no território brasileiro.

Em uma terceira frente, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), enviou também nesta terça-feira ofício ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) solicitando análise dos recentes aumentos nos preços dos combustíveis registrados em quatro Estados e no Distrito Federal.

O pedido foi feito após representantes de sindicatos informarem publicamente que distribuidoras elevaram os preços de ven-

da aos postos sob a justificativa de alta no preço internacional do petróleo, devido ao conflito no Oriente Médio.

A Senacon ressaltou que, até o momento, a Petrobras não anunciou aumento nos preços praticados em suas refinarias. Diante desse cenário, a secretaria solicitou que o Cade avalie a existência de possíveis indícios de práticas prejudiciais à livre concorrência no mercado e que possam indicar tentativa de influência à adoção de conduta comercial uniforme ou combinada entre concorrentes.

“A secretaria ressalta que o pedido decorre do monitoramento realizado continuamente pelos órgãos responsáveis, com o objetivo de garantir transparência nas práticas comerciais”, afirmou.

ANS - nº 326305

Chegou Amil Black.

O melhor plano de saúde do mundo.

Amil Black é um plano de saúde feito para pessoas exigentes. Oferece atributos* especiais, como concierge exclusivo, tratamento VIP nos principais hospitais e muito mais. E, no exterior, garante as maiores coberturas do mercado. Cliente Amil Black tem o melhor cuidado do mundo.

- O melhor e mais rápido reembolso.
- Diversas vacinas incluídas.
- Atendimento odontológico premium.
- Cobertura médica internacional de 300 mil dólares.
- Remoção aérea no valor de até 150 mil dólares.

*Verifique o contrato e a cobertura do seu plano.

amil
black



Roberto Justus
Cliente Amil
há vários anos.

Prêmio Jovem Cientista tem inscrições abertas

Pâmela Dias
O Globo, do Rio

As inscrições para a 32ª edição do Prêmio Jovem Cientista já estão abertas e poderão ser feitas até o dia 31 de julho no site jovemcientista.cnpq.br. A edição deste ano terá como tema “Inteligência artificial para o bem comum” e pretende estimular estudantes e pesquisadores brasileiros a desenvolver projetos que usem a tecnologia para enfrentar desafios sociais. A premiação é voltada a estu-

dantes do ensino médio e da graduação, além de mestres e doutores, que podem apresentar pesquisas autorais relacionadas a diferentes áreas. A proposta desta edição é incentivar o uso da inteligência artificial em soluções que contribuam para reduzir desigualdades, promover sustentabilidade e ampliar direitos. Entre as linhas sugeridas, estão aplicações da IA em tecnologia, saúde, educação, meio ambiente, cultura, mercado de trabalho, direito e políticas públicas. Os pro-

jetos também podem abordar temas como regulação da tecnologia, proteção de dados, vieses algorítmicos e os impactos da automação na sociedade. Para Cassiano D’Almeida, coordenador de execução e difusão de prêmios nacionais e internacionais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o tema acompanha debate que ocupa espaço central nas discussões sobre tecnologia. “A inteligência artificial é uma das grandes ferramentas do nosso

tempo e tende a estar cada vez mais presente nas atividades digitais. Esperamos que os projetos inscritos ajudem não só a ampliar as aplicações da IA em benefício da sociedade, mas também a aprofundar o debate sobre seus impactos.” Na categoria destinada a estudantes do ensino médio, a expectativa é que os trabalhos dialoguem com o cotidiano escolar e comunitário, explorando possibilidades como inclusão digital, combate à desinformação e uso da tecnologia em iniciativas edu-

cativas e culturais. Os trabalhos das categorias Mestre e Doutor, Estudante do Ensino Superior e Estudante do Ensino Médio serão avaliados com base em critérios como mérito científico e relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, aplicação prática da pesquisa para solucionar problemas concretos, originalidade e contribuição para o avanço do conhecimento, além da qualidade do texto e da apresentação. A pontuação máxima soma

100 pontos, distribuídos entre esses quesitos, e trabalhos que apresentem plágio ou uso antiético de inteligência artificial serão desclassificados. Os resultados serão divulgados até novembro. Um dos principais reconhecimentos científicos do país, o prêmio oferece laptops, bolsas de pesquisa e valores em dinheiro que variam de R\$ 5 mil a R\$ 40 mil. A iniciativa é do CNPq em parceria com a Fundação Roberto Marinho, com patrocínio da Shell e apoio de mídia da Editora Globo e do Canal Futura.

E SE SUA IDEIA SE JUNTASSE À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA CRIAR SOLUÇÕES QUE MUDAM A VIDA DAS PESSOAS?

Inscrições até 31 de julho

Saiba mais em JOVEMCIENTISTA.CNPQ.BR

Comércio exterior Vendas somam US\$ 4,9 bilhões nos dois primeiros meses do ano e resultado é o pior do período desde 2023

Exportação para os EUA cai 23% no 1º bimestre, indica Amcham

Rafael Vazquez
De São Paulo

As exportações brasileiras para os Estados Unidos recuaram 23,2% no primeiro bimestre deste ano em relação ao mesmo aos dois primeiros meses do ano passado, segundo dados do Monitor do Comércio Brasil-EUA, elaborado pela Câmara Americana de Comércio no país (Amcham Brasil). De acordo com o levantamento, em números totais, as exportações para os EUA somaram US\$ 4,9 bilhões no acumulado de janeiro e fevereiro de 2026, que significam US\$ 812 milhões a menos nas vendas de empresas brasileiras para os Estados Unidos. Conforme destaca a Amcham Brasil, o resultado representa o menor valor para o primeiro bimestre desde 2023 e, segundo análise da entidade, reflete a combinação entre fatores conjunturais de mercado e o impacto das medidas tarifárias que seguiram afetando parte relevante da pauta exportadora brasileira até o fim de fevereiro. Ao observar apenas os dados de fevereiro contra o mesmo mês do ano passado, as exportações brasileiras para os Estados Unidos totalizaram US\$ 2,5 bilhões, queda de 20,3%. A Amcham Brasil também lembra que as exportações brasileiras para o mercado americano acumulam sete meses consecutivos de retração. O movimento foi iniciado em agosto de 2025,

quando houve a aplicação pelos EUA de sobretaxas de importação entre 40% e 50% para um amplo conjunto de produtos. Na visão da entidade, embora a queda em fevereiro tenha sido menos intensa do que em meses anteriores, o desempenho indica um início de ano marcado por pressões ainda relevantes sobre o comércio bilateral. “É importante destacar que as mudanças tarifárias anunciadas no fim de fevereiro — após decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que levou ao fim das sobretaxas de 40% e 50% e à adoção de uma nova sobretaxa global de 10% — ainda não estão refletidas plenamente nas estatísticas bilaterais. Como essas medidas entraram em vigor apenas no fim do mês, seus efeitos deverão começar a aparecer no fluxo comercial a partir de março”, afirma o documento da Amcham. De acordo com a nota da entidade, a retração nas exportações em fevereiro foi influenciada principalmente pela forte queda nas vendas de petróleo bruto, que caíram 80,7% em relação ao mesmo mês do ano passado, além de combustíveis derivados

Para entidade, início de ano é marcado por pressões ainda relevantes sobre o comércio bilateral



Abrão Neto: “É fundamental que os governos avancem em entendimentos”

de petróleo, que tiveram recuo de 42%. Segundo a Amcham Brasil, ambos produtos estão isentos de sobretaxas e possuem peso relevante na pauta exportadora brasileira para os EUA. O café, produto que se encontra isento de sobretaxas desde novembro, também apresentou queda significativa, de 40% na comparação anual. Já os produtos sujeitos a sobretaxas de 40% e 50% até o fim de fevereiro registraram queda de 27,4% no mês, enquanto produtos afetados pelas tarifas da Seção 232, como itens de madeira, apresentaram retração ainda mais acentuada. Segundo o presidente da Am-

cham Brasil, Abraão Neto, considerando que os dados de fevereiro ainda não capturam os efeitos da redução das sobretaxas decorrente da decisão da Suprema Corte americana, será importante acompanhar, nos próximos meses, em que medida essa mudança contribuirá para melhorar o desempenho das exportações brasileiras e o fluxo do comércio bilateral. “Ao mesmo tempo, é fundamental que os governos dos dois países avancem em entendimentos para evitar novas restrições comerciais, especialmente no âmbito da investigação da Seção 301”, afirma o presidente da Amcham Brasil.

Mercosul pode ter acerto provisório em acordo com o Canadá

Giordanna Neves e Sofia Aguiar
De Brasília

Mesmo considerado em um estágio avançado e perto da conclusão, o acordo entre Mercosul e Canadá ainda tem temas sensíveis a serem alinhados, como o acesso a carne, laticínios, frango e ovos, além de divergências sobre regras de indicação geográfica. A estratégia é fechar um entendimento viável no curto prazo, aproveitando o atual contexto internacional, e deixar eventuais aprofundamentos para revisões futuras — mas sem abandonar a ambição nas conversas, disse uma fonte. As negociações para um acordo de livre-comércio avançaram na última rodada, realizada em fevereiro, e, embora ainda existam temas sensíveis a serem resolvidos, a avaliação de negociadores é que essas divergências não devem impedir a conclusão do tratado, esperada para este ano. A expectativa é que haja mais duas ou três rodadas técnicas para a finalização. Entre os principais pontos em discussão, estão o acesso a mercados em setores considerados delicados pelos dois lados — como carne, laticínios, frango e ovos, —, além de divergências sobre regras de indicação geográfica. No caso das carnes, o Canadá tende a demonstrar maior sensibilidade, já que os países do Mercosul, especialmente Brasil, Argentina e Uruguai, são altamente competitivos nesse segmento. Do lado canadense, uma dificuldade adicional surgiu após mudanças na legislação aprovadas em junho do ano passado que passaram a impedir que o governo ofereça volumes tarifários ou reduções de tarifa para produtos como frango, laticínios e ovos. Esses itens têm grande relevância para os países do Mercosul, o que exige soluções negociadas entre as partes. Outro tema sensível é o tratamento das indicações geográficas, um tipo de certificado para produtos e serviços característicos do seu local de origem. O modelo de acordos comerciais adotado pelo Canadá segue a lógica do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Já o Mercosul passou a incorporar esse mecanismo em acordos mais recentes, como o firmado com a União Europeia, o que exigirá algum tipo de convergência. Na área industrial, o Canadá tende a mirar setores como máquinas, equipamentos, autopeças e automóveis no mercado brasileiro. Nesses casos, o foco do Mercosul é garantir prazos de adaptação mais longos para a indústria local, permitindo uma abertura gradual do mercado ou o estabelecimento de cotas. Todos esses temas também fa-

zem parte das negociações de acesso a mercados e devem ser calibrados nas etapas finais do acordo. Segundo fontes do governo, divergências desse tipo são comuns em acordos comerciais e costumam ser tratadas nas rodadas finais, quando os temas mais sensíveis são “encapsulados” para resolução no fechamento das tratativas. Por causa disso, o Brasil mantém otimismo quanto à conclusão do tratado. A avaliação entre fontes do governo Lula é que o atual contexto internacional favorece a conclusão de novos acordos comerciais. Em meio a um cenário de maior fragmentação econômica e busca por diversificação de parceiros, inclusive diante da ofensiva tarifária dos Estados Unidos, diferentes países têm demonstrado maior disposição para avançar em negociações. Além disso, o acordo recente entre Mercosul e União Europeia passou a servir como referência para outras tratativas. Na avaliação de fontes envolvidas nas negociações, o fato de o bloco sul-americano já ter concluído entendimento com um parceiro relevante ajuda a calibrar expectativas e facilita a dinâmica das negociações. Como mostrou o **Valor**, o governo já esperava desativar novos parceiros após o tratado com os europeus. Nesse contexto, além do Canadá, as conversas com os Emirados Árabes têm caminhado bem, enquanto as discussões com Índia e Vietnã ainda estão em estágio inicial. O bloco também mantém diálogo exploratório — fase anterior à definição dos termos de referência de uma negociação — com o Japão. Há também a avaliação de que setores altamente competitivos e com margens mais estreitas, como o automotivo e o de máquinas e equipamentos, tendem a impulsionar seus governos por acordos comerciais à medida que novos tratados passam a entrar em vigor. Esse movimento pode estimular novas aproximações do Mercosul com parceiros relevantes, como Reino Unido e Coreia do Sul. O entendimento do governo brasileiro é que é necessário aproveitar essa “janela de oportunidade” para avançar nos acordos, que vão além da redução de tarifas. Esses tratados também envolvem mudanças regulatórias, harmonização de normas e redução de burocracias, que em alguns setores podem ter impacto econômico até maior do que o próprio corte tarifário. Negociações recentes, por exemplo, já estimularam adaptações na legislação do Mercosul, avaliam fontes, como avanços em mecanismos de auto certificação e regras de compras governamentais.

PCC e CV são ‘ameaças significativas’ à região, dizem EUA

Sofia Aguiar
De Brasília

Em meio aos esforços do governo Luiz Inácio Lula da Silva para evitar que grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) sejam classificados como terroristas, os Estados Unidos afirmaram que tais organizações criminosas representam “ameaças significativas à segurança regional”. Essa avaliação, segundo o governo americano, se dá pelo “envolvimento com o narcotráfico, a violência e o crime transnacional”. “Os Estados Unidos consideram as organizações criminosas brasileiras, incluindo o PCC e o CV, como ameaças significativas à segurança regional devido ao seu envolvimento com o narcotráfico, a violência e o crime transnacional”, comentou um porta-voz do Departamento de Estado ame-

ricano nesta terça-feira (10). Embora o Departamento de Estado diga que evitará divulgar antecipadamente as designações dos grupos, afirmou que está comprometido com as medidas cabíveis. “Estamos totalmente comprometidos em tomar as medidas cabíveis contra grupos estrangeiros envolvidos em atividades terroristas”, complementou. A declaração do Departamento de Estado americano, sob liderança de Marco Rubio, ocorre dois dias após o secretário ter conversado com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira. O governo Lula está preocupado com uma eventual classificação do PCC e do CV como organizações terroristas. Nos bastidores, o governo federal teme que isso possa abrir espaço para os Estados Unidos eventualmente justificarem uma ação em território brasileiro.

Parte da política internacional da segunda gestão do presidente americano Donald Trump está concentrada em perseguir cartéis de drogas e o crime organizado na América Latina. Entre as medidas, há um esforço para classificar as organizações criminosas brasileiras PCC e CV como grupos terroristas. Membros do seu governo, por exemplo, já citaram as organizações criminosas em documentos oficiais, de forma a pressionar o Brasil pela nova classificação. A empreitada começou em janeiro do ano passado, como parte da promessa de campanha de controlar o narcotráfico nos Estados Unidos. Logo após tomar posse, o presidente americano determinou que cartéis ligados ao tráfico internacional passassem a ser classificados como organizações terroristas internacionais. O telefonema entre Vieira e Ru-

bio também ocorreu em meio às negociações entre os países para que Lula e Trump tenham encontrado presencial em Washington. Segundo fontes, o trabalho de preparação da visita está em curso desde janeiro, mas ainda não há uma data marcada para ocorrer. A falta de previsibilidade de quando o encontro pode acontecer aumentou com os recentes ataques feitos pelos Estados Unidos ao Irã. Auxiliares de Lula afirmam que a visita à capital americana ainda está prevista para ocorrer entre março e abril, mas pode demorar ainda mais por causa da agenda de Trump. Neste contexto de tensão, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, pediu um telefonema com Lula, que deve se concretizar nos próximos dias. O governo brasileiro, porém, diz não saber a pauta, já que o convite foi feito pelo lado colombiano.

Contas públicas Economistas do FGV Ibre acreditam que fator pode funcionar como ‘elemento surpresa’ para o crescimento da economia neste ano eleitoral

Impulso com gastos de governos regionais pode chegar a 1,8 ponto do PIB

Marta Watanabe
De São Paulo

O impulso dos gastos dos governos regionais pode contribuir para elevar o PIB de 2026 entre 0,4 e 1,8 ponto percentual (p.p.) e ser um elemento “surpresa” para as projeções atuais de crescimento. O impacto depende da parcela de recursos em caixa que Estados e municípios usarão neste ano de eleições. No cenário considerado mais factível, os governos regionais queimariam o equivalente a 0,6% do PIB em caixa ao longo de 2026, com efeito de 0,8 p.p. no PIB.

A estimativa é dos economistas Bráulio Borges e Manoel Pires, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). “O impacto do impulso no PIB dos gastos dos governos regionais pode ser bastante expressivo. E daí pode vir nova surpresa de crescimento do PIB brasileiro em pleno ano de eleição”, afirma Borges.

Considerando as projeções do Prisma Fiscal, que tem consenso de alta de PIB de 1,8% em 2026, é possível calcular que já está embutido expectativa de impulso de gasto da União de cerca de R\$ 92 bilhões, algo próximo a 0,8 p.p, observa Borges. “Mas não sabemos como o consenso incorpora o impulso do gasto dos governos regionais.” Ele lembra que o fenômeno não é amplamente monitorado e muitas vezes deixado de fora nos cenários.

Considerando os últimos anos, lembra Borges, 2025 foi o primeiro em que, ao fechar com alta de 2,3%, o PIB brasileiro cresceu em linha com o que se projetava ao fim do ano anterior. “Não tivemos surpresa como em 2021, 2022, 2023 e 2024. E foram surpresas grandes, de 1,5 a 2 p.p. de crescimento acima do que se estimava.”

Nos últimos três anos com eleições gerais — para presidente e governadores —, o impulso fiscal de gastos dos governos regionais foi mais relevante em 2022, nota. Naquele ano, esse impulso atingiu R\$ 340 bilhões, ante R\$ 65 bilhões de 2018 e R\$ 115 bilhões de 2014. Os valores são dessazonalizados e atualizados pelo deflator do PIB até o terceiro trimestre de 2025. Para 2026, Borges considera mais factível que o impulso fique perto de R\$ 100 bilhões — ou 0,8 p.p. do PIB —, com gasto no ano perto de 0,6% do PIB dos recursos em caixa por Estados e municípios.

Num cenário mais conservador, o impulso seria de cerca de R\$ 54 bilhões — ou 0,4 p.p. do PIB —, com os regionais gastando o equivalente a 0,3% do PIB. O terceiro cenário, no qual os governadores gastam em 2026 “como se não houvesse amanhã”, com o equivalente a 1,2% do PIB, o impulso atingiria R\$ 220 bilhões, ou 1,8 p.p. do PIB. Todos os cenários incluem aumento de repasse de R\$ 7 bilhões via Fundeb este ano. O multiplicador usado é positivo em 1,15, considerando média observada em 2022, com base em estudo de Pires e de Carolina Tavares Resende. Os dois primeiros cenários traçados por Borges consideram que o Propag, o programa de refinanciamento de dívidas da União, terá efeitos a partir de 2027. O cenário 3, de gastos mais extremos, considera Propag com efeitos plenos já neste ano.

“O cenário com impulso de R\$ 100 bilhões é o mais razoável para 2026, porque as condições cíclicas começaram a ficar mais desfavoráveis. A sensação de bonança fiscal deve ser um pouco menor este ano do que foi em 2025, o que deve levar a algum comedimento”, diz Pires. Ele ressalta que, se mostrar-se realmente o mais provável, o cenário é de ciclo político significativo. “É comparável ao de 2014, quando o ciclo também foi bastante forte, em perspectiva histórica. O cená-

rio com impulso de R\$ 100 bilhões pode parecer pequeno ante 2022, mas esse ano foi um outlier e essa não é uma boa comparação.”

O impulso dado pelos governos regionais à atividade econômica está ligado ao que Pires denominou como “descentralização silenciosa”, fenômeno pelo qual Estados e municípios ampliaram gastos no período pós-pandemia em boa parte financiados por uma volume cada vez maior de recursos transferidos pela União.

Os gastos primários dos governos regionais em 2025 foram 25,9% superiores aos de 2019 em termos reais, já descontada a inflação, calcula Borges. O ritmo foi muito maior que o da União, cuja despesa cresceu 8,5% em igual período. O dado dos governos regionais considerou as divulgações trimestrais e foi estimado com base no acumulado em 12 meses até o terceiro trimestre de 2025. A despesa da União é pelo conceito de governo central orçamentário. Ou seja, são considerados como gastos dos regionais várias despesas da União que na verdade são relativas a receitas transferidas e executadas por Estados de municípios. Entre elas, Fundeb, na área da educação, além de Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), Lei Kandir e emendas Pix.

Em 2025, calcula Borges, a despesa primária total dos governos regionais ficou em torno de R\$ 500 bilhões acima da de 2019. Isso foi financiado, em parte, pelas transferências da União, que cresceram cerca de R\$ 200 bilhões no período. Uma das transferências que mais aumentaram em termos relativos, destaca Borges, foram os repasses de Fundeb, que de 2019 a 20025 avançaram de R\$ 23 bilhões para R\$ 59 bilhões. Em igual período as transferências via FPE e FPM, fundos constitucionais de

Estados e municípios, respectivamente, subiram de R\$ 321 bilhões para R\$ 452 bilhões.

O aumento da arrecadação própria também financiou a alta de gastos dos regionais, destaca Borges. A receita com impostos e contribuições de Estados e municípios cresceu R\$ 180 bilhões de 2019 a 2025. A alta nos Estados foi de 10,5%, e a das prefeituras, de 25%, sempre em variações reais. A elevação de alíquotas de ICMS, que saiu de uma média de 17,5% em 2019 para 19,6% em 2025 contribuiu, observa. O aumento da alíquota padrão do imposto, lembra, foi reação de grande parte dos Estados à LC 194/2022. Essa lei limitou a alíquota de ICMS em setores importantes. Alguns Estados, diz, elevaram carga do imposto via corte de benefícios tributários.

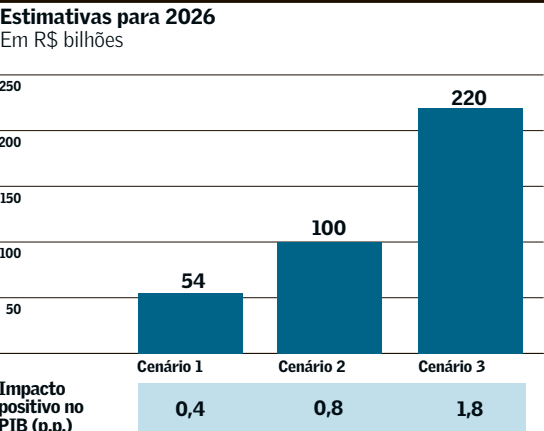
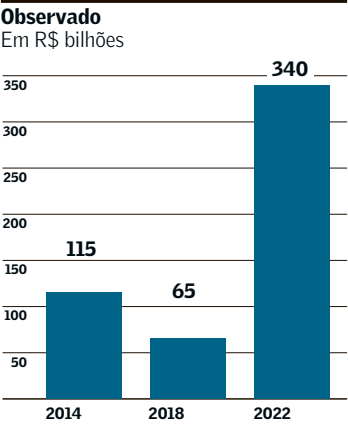
Os demais gastos foram financiados por redução de superávit primário e receitas com alienações de ativos ou concessões, principalmente no saneamento, estima Borges. Alguns Estados obtiveram liminares para não pagar o serviço da dívida, diz, o que também aliviou a situação dos Estados.

Com o crescimento de gastos, o impulso fiscal dos governos regionais foi de R\$ 702 bilhões no acumulado de 2022 a 2025 ante 2021. O valor foi maior que os R\$ 414 bilhões da União, em igual período.

"A sensação de bonança fiscal deve ser menor este ano do que em 2025, o que deve levar a algum comedimento"
Manoel Pires

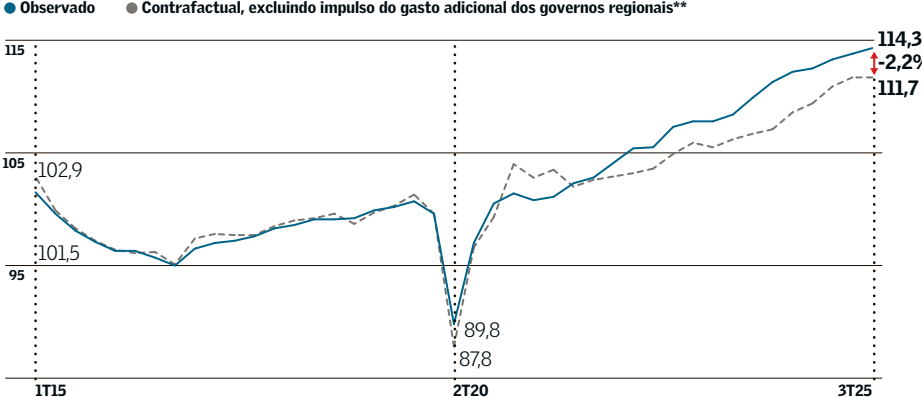
Governos regionais e o impulso nos gastos

Em valores atualizados até 3T25 - R\$ bilhões



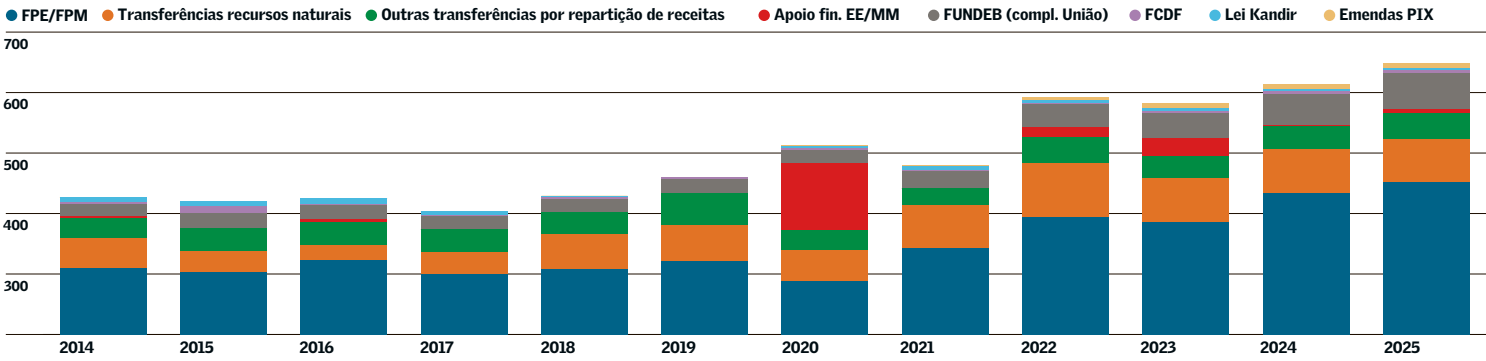
Impacto na evolução do PIB

(Base 100 = Índice de 2019, com ajuste sazonal)



Da União aos governos regionais

Transferências em valores do 3T25 - R\$ bilhões



Fonte: Diversos, com elaboração de Bráulio Borges e Manoel Pires. Os valores estão dessazonalizados e atualizados para o 3T25 pelo deflator do PIB. **Considera aumento de cerca de R\$ 7 bilhões no Fundeb

**Contrafactual pressupõe que impulso fiscal em 2022-2025 seria semelhante à média observada em 2011-2021



Bráulio Borges: "Não sabemos como o consenso de projeções do PIB deste ano incorpora o impulso de gasto dos regionais"

O PIB total no período cresceu R\$ 1,475 trilhão, em valores reais, sempre. No acumulado de 2011 a 2014 ante 2010, o impulso dos regionais e da União foi mais parecido, de R\$ 312 bilhões e de R\$ 293 bilhões, nessa ordem. O PIB do período avançou R\$ 1,03 trilhão.

Num exercício contrafactual que considera que o impulso fiscal acumulado dos governos regionais entre 2022 e 2025 tivesse sido semelhante à da média entre 2011 e 2021, o PIB brasileiro teria ficado 2,2% menor que o do observado ao fim do terceiro trimestre de 2025. No período entre 2022 a 2025, portanto, diz, teríamos mais ou menos 0,5 p.p. a menos de crescimento do PIB por ano. A estimativa considera tudo o mais constante, observa Borges. Ele lembra que um crescimento menor poderia ter resultado em taxa de juros menor.

Um cálculo de como teria se comportado o hiato do produto sob os mesmos critérios, diz Borges, permite estimar que a Selic média observada entre 2022 e

2025, de 13% ao ano, poderia ter sido de 11,7% ao ano. Ou seja, 1,3 p.p. menor, em média. “É bastante em termos de juros sobre a dívida pública.” A Selic menor, calcula, teria resultado em economia de juros nominais de total de R\$ 159 bilhões de 2022 a 2025.

Para Pires, as estimativas contrafactuais mostram que o equilíbrio das contas públicas não deve olhar só para a política fiscal do governo federal, mas também para o efeito que a política fiscal tem no restante do país. “Se os governos subnacionais tivessem crescido na mesma medida em que cresceu a União, teríamos um PIB efetivo cerca de 2% menor e certamente taxa de juros menor. Ainda assim seria um PIB que contribuiria bastante para a dinâmica da dívida, porque é um PIB mais favorável do que o do pré-pandemia. E teríamos um quadro completamente diferente de pressão sobre demanda agregada e inflação, de incertezas relacionadas às contas públicas e de impacto no câmbio. Con-

sequentemente, a decisão de política monetária poderia ser mais favorável. Teríamos arcabouço mais compatível com a preocupação da sustentabilidade fiscal.”

Para Borges, o impulso fiscal dos regionais em 2026 deve vir principalmente de investimentos e das chamadas outras despesas, que incluem itens de custeio. A evolução do gasto primário total e dos investimentos dos governos estaduais nos quatro últimos ciclos eleitorais — 2009-2011, 2013-2015, 2017-19 e 2021-23 —, diz Borges, mostra tendência de alta das despesas entre um ano e meio e um ano antes das eleições. A tendência de alta das despesas segue até o trimestre das eleições. “Podemos observar um padrão de ciclo político eleitoral no gasto dos regionais. O que não se vê é o gasto voltando integralmente após as eleições. A despesa muda de patamar.”

Borges lembra que a atual disponibilidade de caixa favorece os gastos dos governos. Dados do Banco Central mostram que o caixa disponível de Estados e municípios, próximo de 0,6% do PIB ao fim de 2019, encerrou 2025 perto de 2% do PIB. Além disso, diz Borges, há outros fatores que podem favorecer aumento de gastos estaduais, como o Propag, que alivia o serviço da dívida com a União no agregado dos Estados. Para Borges, porém, é mais provável que o programa tenha efeitos a partir de 2027.

Outro fator que pode influenciar os gastos dos governos é a EC 136/2025, que mudou a regra para pagar precatórios e deu alívio aos governos regionais, permitindo que eles aumentem espaço para gastos com investimentos, que têm maior efeito multiplicador sobre a economia.

A escalada recente de preços do petróleo, lembra Pires, pode elevar receitas de royalties e participações especiais, que tendem a virar gasto imediato, embora beneficiem mais os Estados com produção mais relevante, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, exemplifica.

Para Borges, o cenário de gasto dos Estados mostra que é preciso modernizar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), discutir o conceito de receita corrente líquida, que é referência para os limites de gastos atuais dos Estados. Os royalties de petróleo, por exemplo, observa, são incluídos nessa receita e isso permite elevar gastos num momento de alta extraordinária de arrecadação.

Mais cético, Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, diz que uma discussão de lei de responsabilidade fiscal só vai acontecer numa situação em que a inflação cresça muito ou haja percepção do mercado de fuga de capitais, num cenário mais preocupante. “Aí o Congresso se mexe, e o Executivo também. Acho muito difícil que aconteça isso num outro contexto.”



SUMMIT
ECONÔMICO
Valor
BRAZIL – CHINA
巴西-中国经济峰会

SHANGHAI | 25 - 27 MARÇO, 2026

UMA INICIATIVA



EDITORIA GLOBO & CEBRI

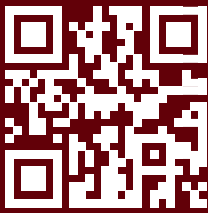
DEBATES | NEGÓCIOS | VISITAS | NETWORKING | ACESSOS EXCLUSIVOS

**Participe do principal encontro de quem negocia,
investe e constrói a agenda Brasil-China**

Em meio à reconfiguração das cadeias de comércio e tecnologia, Brasil e China consolidam uma parceria determinante para transição energética, segurança alimentar e avanço industrial.

Pelo segundo ano, Valor Econômico, O Globo, CBN e CEBRI realizam o Summit Valor Brazil-China, em Xangai, reunindo lideranças para discutir os rumos de áreas como IA, agronegócio, infraestrutura, mineração e mobilidade.

Um encontro para quem transforma cenário em decisão estratégica.



Acesse o QR Code ou o site
summitbrazilchina.valor.com.br
e saiba mais.

PROGRAMAÇÃO

Summit: 25 de março
Hotel Mandarin Oriental, Xangai

Visitas: 26 e 27 de março
Empresas, centros de inovação e locais de
imersão na cultura e nos negócios chineses

Patrocínio





Onde a estratégia global ganha forma

O Summit Valor Brazil-China 2026 é o espaço institucional em que governos e empresas discutem e projetam os próximos ciclos de crescimento. Em Xangai, o mais alto nível decisor se reúne para um diálogo aprofundado sobre investimentos e cooperação.

CONFIRA OS TEMAS QUE SERÃO ABORDADOS NO EVENTO:

A programação poderá ser alterada sem aviso prévio

- Brasil-China no tabuleiro global: estratégias para um mundo com novas relações
- Logística e infraestrutura: linhas que conectam portos, trilhos e o investimento chinês no Brasil
- Mobilidade do futuro: os planos da indústria chinesa no Brasil
- Brasil e China na liderança global da transição energética e minerais críticos
- Caminhos para construir um ecossistema de finanças robusto
- Aplicação de tecnologia e IA na saúde, no varejo e em outras indústrias: colaboração Brasil-China
- O agronegócio, a segurança alimentar e o próximo ciclo de crescimento do agro brasileiro com a China
- Conexões humanas criam pontes: turismo, educação e cultura
- O minério brasileiro na transição da economia chinesa
- Segurança pública: expertise chinesa para o Brasil

Apoio

atur



Realização



Gestão pública Documento fala em crise de credibilidade e ‘irregularidades consistentes na gestão de recursos’

Procurador pede afastamento de Pochmann do IBGE

Lucianne Carneiro
Do Rio

O procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPICU), pediu afastamento cautelar do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, em representação que trata de “irregularidades consistentes na gestão de recursos” do instituto, “com violação de princípios constitucionais e legais, e de outras irregularidades”.

O documento, datado de 19 de fevereiro, fala em crise de credibilidade do instituto e em conflito entre presidência e servidores de car-

reira “em praticamente toda a gestão”. O pedido de afastamento cautelar é justificado como “medida necessária para preservar a integridade das auditorias em curso, resguardar a credibilidade das estatísticas oficiais e evitar danos de difícil reparação ao erário”.

A exoneração de diferentes servidores — especialmente os que são parte da equipe de Contas Nacionais, responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) — é uma das razões apresentadas para o pedido de afastamento de Pochmann.

Além dessa, no entanto, são citados outros aspectos, como a criação da Fundação IBGE+ e a prática de atos de gestão que fra-

gilizam “a autonomia técnica e a credibilidade das estatísticas oficiais” e “expõem o Estado brasileiro a risco concreto de dano ao erário”, por exemplo. Decisão anterior do TCU já tinha considerado irregular a constituição da Fundação IBGE+.

Na representação, o procurador condena o ambiente institucional

Procurador condena ambiente institucional de conflito às vésperas da divulgação do resultado do PIB

de conflito às vésperas da divulgação do resultado do PIB no ano de 2025, que ocorreu em 3 de março. Em 19 de janeiro, a direção do IBGE anunciou a troca no comando do departamento de Contas Nacionais, com a saída de Rebeca Palis e a substituição por Ricardo Montes de Moraes. Apesar disso, Palis ainda foi a responsável pela apresentação dos dados na semana passada e sua exoneração não foi publicada no Diário Oficial.

Até agora, mais de 50 dias depois do anúncio de troca no comando da Coordenação de Contas Nacionais, o IBGE não deu informações adicionais sobre o processo de transição no departamento. No último pedido de esclareci-

mentos feito pelo **Valor**, a assessoria informou que a informação era a mesma de 19 de janeiro: “A Diretoria de Pesquisa (DPE) reitera que está em andamento, de forma dialogada, o cronograma de transição entre a atual e o futuro coordenador, garantindo o cumprimento integral do plano de trabalho e plenamente o cronograma de divulgações para o ano de 2026”.

A representação do procurador do MPTCU ressalta a sensibilidade do resultado do PIB em períodos pré-eleitorais, quando indicadores econômicos exercem “papel central no debate público e na avaliação da gestão governamental pelo eleitorado”. Nesse contexto, aponta o texto, a divulgação dos dados

oficiais “pode influenciar percepções sobre sucesso ou fracasso de políticas econômicas”, o que impõe “dever reforçado de cautela, autocontenção e respeito absoluto à autonomia científica” para dirigentes de instituições técnicas, prevenir “instrumentalização política das estatísticas oficiais”.

Segundo informações do gabinete do procurador Júlio Marcelo de Oliveira, a unidade técnica do MPTCU já definiu posicionamento sobre o caso, mas a informação só será divulgada após decisão do TCU sobre o tema. Procurada pelo **Valor** sobre o pedido de afastamento de Pochmann, a assessoria do IBGE não respondeu até a conclusão desta edição.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	fev/26	jan/26	dez/25	nov/25	out/25	set/25	ago/25	jul/25	jun/25	ma/25
Índice de atividade econômica - IBC-Br - % (1)	-	-	-0,18	0,59	0,05	-0,13	0,35	-0,49	-0,17	-1,24
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	1,8	-1,9	-0,2	0,1	-0,5	0,7	-0,2	0,1	-0,6
Indústria de transformação	-	2,1	-2,5	0,0	-0,4	0,0	0,5	-0,2	0,1	-0,5
Indústrias extrativas	-	1,2	0,8	-2,4	3,5	-1,5	-0,3	1,3	-1,9	1,4
Bens de capital	-	2,0	-7,7	-0,2	0,4	0,5	-1,8	-0,6	0,6	-2,3
Bens intermediários	-	1,7	-2,0	-0,7	-0,7	-0,4	0,7	0,0	0,0	0,2
Bens de consumo	-	1,8	-1,6	0,4	1,2	-0,1	1,1	0,2	-0,5	-1,6
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	2,3	-1,2	1,2	-2,7	-1,3	-5,3	0,4	-1,9	0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	0,5	-1,0	-0,7	0,4	0,1	-0,3	0,1	-0,7	0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-0,4	0,9	0,3	0,0	0,4	0,2	0,2	-0,3
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-0,4	1,0	0,5	-0,1	0,2	-0,2	-0,1	-0,3
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	-0,7	0,5	0,3	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	-0,4	0,0	0,4	0,7	0,2	0,2	0,5	0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Prad/IBGE - em %)	-	5,4	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,6	5,8	6,2
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	-0,2	1,2	-0,3	-0,2	0,0	0,2	0,0	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBGE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	26.306	24.616	30.710	28.165	31.509	30.487	29.559	32.129	29.036	29.920
Importações	22.098	20.800	21.385	22.404	24.824	27.346	23.584	25.131	23.180	22.860
Saldo	4.208	3.816	9.325	5.761	6.685	3.141	5.975	6.997	5.857	7.060

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Tr/25	3º Tr/25	2025	2024	2023	2022
PIB (R\$ bilhões) *	3.278	3.236	12.739	11.779	10.943	10.080
PIB (US\$ bilhões) **	607	593	2.280	2.185	2.191	1.952
Taxa de Variação Real (%)	0,1	0,0	2,7	3,4	3,2	3,0
Agropecuária	0,5	0,3	9,6	-3,7	16,3	-1,1
Indústria	-0,7	0,7	1,8	31	1,7	1,5
Serviços	0,8	0,3	2,2	3,8	2,8	4,3
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	-3,5	0,1	6,0	6,9	-3,0	1,1
Investimento (% do PIB)	16,0	17,3	17,2	16,9	16,4	17,8

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data

* Valores correntes. ** Banco Central

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R\$	Alíquotas em % (1)
Até 1.621,00	7,5
De 1.621,01 até 2.902,84	9,0
De 2.902,85 até 4.354,27	12,0
De 4.354,28 até 8.475,55	14,0
Empregador doméstico	8,0

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência fevereiro/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Tabela de incidência mensal *

Base de cálculo ** em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data * Para rendimentos tributáveis mensais acima de R\$ 7350,00. ** Limite mensal de desconto simplificado: R\$ 607,20. Dedução mensal por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Discriminação	Fev/25-janeiro/26			janeiro		
	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	925,6	841,0	10,06	123,8	113,7	8,82
Imposto de renda pessoa física	54,8	49,9	9,78	3,2	2,7	18,22
Imposto de renda pessoa jurídica	339,1	324,2	4,59	64,9	62,9	3,09
Imposto de renda retido na fonte	508,7	446,3	14,00	55,7	48,1	15,81
Imposto sobre produtos industrializados	86,7	81,6	6,24	7,5	7,5	0,12
Fumo	11,3	8,4	33,81	1,0	1,0	6,94
Bebidas	6,5	3,1	105,34	3,6	0,3	1027,01
Automóveis	4,4	5,9	-25,55	0,4	0,6	-27,36
Imposto sobre operações financeiras	88,3	67,5	30,74	8,0	5,1	55,67
Imposto de importação	89,8	81,1	10,74	7,7	8,7	-11,42
Cide-combustíveis	3,3	2,9	12,63	0,3	0,3	8,48
Contribuição para Finsocial (Cofins)	455,4	423,2	7,62	44,1	40,4	9,16
CSLL	186,2	172,9	7,71	36,4	34,8	4,42
PI/S/Pasep	123,1	114,7	7,32	11,9	11,0	8,34
Outras receitas	95,31	888,4	7,28	86,1	79,6	8,17
Total	2.911,5	2.673,3	8,91	325,8	301,2	8,16
	jan/26	dez/25		jan/25		
Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	
INSS	59,9	-34,96	92,0	74,30	53,6	2,93

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Em % Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Em R\$ Salário mínimo
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	0,33	24,44	1.412,00
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,8801	0,93	0,6191	0,5112	0,3446	0,37	24,49	1.412,00
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,7503	0,79	0,5990	0,5207	0,3117	0,21	24,49	1.412,00
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,8571	0,93	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1.412,00
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9935	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6294	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1.518,00
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1.518,00
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1.518,00
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1.518,00
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1.518,00
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	0,27	24,91	1.518,00
dez/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1355	1,22	0,7504	0,6294	0,4213	0,31	24,91	1.518,00
jan/26	0,1718	0,6727	0,6727	1,0718	1,16	0,7600	0,6279	0,4189	0,28	25,04	1.621,00
fev/26	0,1207	0,6213	0,6213	0,9142	1,00	0,6862	0,6240	0,3616	0,09	25,04	1.621,00
mar/26	0,1735	0,6744	0,6744	1,1163	1,22	0,7600	0,6216	0,4206	-	25,04	1.621,00
2026	0,47	1,98	1,98	3,13	3,42	2,22	1,89	1,21	0,38	0,52	6,79
Em 12 meses*	2,03	8,32	8,32	13,64	14,80	9,10	7,70	5,09	4,19	2,00	6,79
2025	1,97	8,26	8,26	13,33	14,32	8,79	7,61	5,03	4,13	1,71	7,51

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência (1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para março projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Inflação

Variação no período (em %)

	Acumulado em					Número índice			
	fev/26	jan/26	2026	2025	12 meses	fev/26	jan/26	dez/25	fev/25
IBGE									
IPCA	-	0,33	0,33	4,26	4,44	-	7422,72	7403,29	7205,03
INPC	-	0,39	0,39	3,90	4,30	-	7599,88	7570,36	7394,19
IPCA-15	0,84	0,20	1,04	4,41	4,10	7341,34	7280,19	7265,66	7052,07
IPCA-E	-	-	-	4,41	4,41	-	-	7265,66	7052,07
FGV									
IGP-DI	-0,84	0,20	-0,64	-1,20	-2,91	1.159,79	1.169,57	1.167,24	1.194,52
Núcleo do IPC-DI	0,27	0,52	0,80	5,92	4,21	-	-	-	-
IPA-DI	-1,21	0,00	-1,21	-3,61	-5,78	1.327,68	1.343,94	1.343,94	1.409,16
IPA-Agro	-1,87	-2,63	-4,46	-6,62	-10,75	1.821,50	1.856,25	1.906,47	2.040,85
IPA-Ind	-0,99	0,92	-0,08	-2,52	-4,01	1.122,41	1.133,67	1.123,35	1.169,30
IPC-DI	-0,14	0,59	0,45	4,00	3,23	797,11	798,22	793,53	772,16
INCC-DI	0,28	0,72	1,00	5,92	5,68	1.240,48	1.237,04	1.228,16	1.173,78
IGP-M	-0,73	0,41	-0,32	-1,05	-2,67	1.181,15	1.189,82	1.185,00	1.213,51
IPA-M	-1,18	0,34	-0,84	-3,35	-5,49	1.371,38	1.387,70	1.382,94	1.451,10
IPC-M	0,30	0,51	0,82	4,08	3,83	781,98	779,64	776,65	753,13
INCC-M	0,34	0,63	0,97	6,10	5,83	1.237,31	1.233,10	1.225,40	1.169,16
IGP-10	-0,42	0,29	-0,13	-0,76	-2,25	1.208,24	1.213,34	1.209,77	1.236,06
IPA-10	-0,80	0,24	-0,56	-2,87	-4,93	1.416,66	1.428,07	1.424,59	1.490,06
IPC-10	0,50	0,39	0,89	4,01	4,20	787,50	783,59	780,54	755,76
INCC-10	0,47	0,47	0,95	6,18	5,82	1.219,96	1.214,20	1.208,49	1.152,89
FIPSE									
IPC	0,25	0,21	0,21	3,83	3,80	737,42	735,56	734,01	712,22

Poderes Julgamento será retomado na terça-feira (17), com os votos dos ministros

PGR pede a condenação de deputados do PL por desvio de emendas

Giullia Colombo
De Brasília

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar na terça-feira (10) a ação penal aberta contra os deputados do PL Josimar Maranhãozinho (MA), Pastor Gil (MA) e o suplente Bosco Costa (SE) pelo suposto desvio de emendas parlamentares. A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a condenação dos três réus, que são apontados como o “núcleo central” do esquema.

O julgamento foi interrompido após a fala do órgão acusador e das defesas e será retomado na terça-feira (17), com os votos dos ministros, a começar pelo relator, Cristiano Zanin. É esperado um voto forte também de Flávio Dino, que é relator de ações que definiram regras de rastreabilidade e transparência para emendas.

A análise do caso tem um caráter inédito, porque é a primeira vez que a Corte irá se debruçar

sobre a possível cobrança de contrapartida em troca da indicação de emendas, tema que deve se tornar recorrente. Com isso, o processo deve servir para definir balizas a respeito desse tipo de conduta de parlamentares, que continuará a chegar ao STF.

Não há dados precisos sobre o número de inquéritos em tramitação que tratam de irregularidades em emendas, mas, como mostrou o **Valor**, ministros estimam que os casos podem chegar à casa dos 80, diluídos nas relatorias de todos os ministros.

A tendência, afirmaram integrantes da Corte, é de que continuem chegando casos, considerando a mudança de entendimento do STF sobre foro privilegiado. Isso porque ficou definido em 2025 que o foro é mantido em crimes cometidos no cargo ou em razão dele, mesmo quando parlamentares deixam o posto.

Na sessão de terça, o representante da PGR pediu a condenação dos três parlamentares e outros cinco réus pelos crimes de

organização criminosa e corrupção passiva. Um dos acusados é Thalles Andrade Costa, filho de Bosco Costa, que atuaria na intermediação das negociações das emendas do seu pai.

Segundo a denúncia, os envolvidos teriam pedido propina de R\$ 1,6 milhão para que enviassem R\$ 6,6 milhões em emendas para a Prefeitura de São José do Ribamar (MA). A investigação começou em 2020, quando Eudes Sampaio, então prefeito, relatou às autoridades que 25% dos valores em emendas destinados à saúde eram cobrados como contrapartida para que a indicação fosse de fato concretizada. O líder do suposto esquema seria Maranhãozinho, apontado como o responsável pelo controle e a destinação das emendas.

Na sua manifestação, o subprocurador-geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina reiterou os pontos apresentados nas alegações finais, pedindo a condenação de todos os envolvidos. “Os documentos apreendidos duran-

te a investigação corroboram uma acusação de que os réus constituíram a organização criminosa voltada à destinação de emendas parlamentares para municípios em troca de propinas.”

Jacobina apontou a gravidade dos crimes, uma vez que o Maranhão possui um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil, além de níveis elevados de pobreza. Também destacou que desvios prejudicaram o sistema de saúde, o que, segundo ele, demanda uma resposta “firme, de punição aos responsáveis pela grave e contundente realidade apurada nos autos”.

O primeiro a falar após a manifestação da PGR foi o advogado

“A hipótese da acusação é falsa, pois não se trata de emenda”
Felipe Carvalho

Felipe Fernandes de Carvalho, que defende Maranhãozinho. Em sua sustentação oral, ele argumentou que não é possível relacionar os repasses suspeitos ao parlamentar. Segundo a defesa, as verbas que são objeto da denúncia não tratam de emendas parlamentares, mas sim de recursos discricionários ligados ao Ministério da Saúde.

“A hipótese da acusação é falsa, pelo simples fato de que não se trata de emenda parlamentar. O recurso é discricionário, ligado ao Ministério da Saúde e não há influência dos parlamentares para a liberação desses recursos”, declarou Carvalho.

Ao defender a absolvição de Pastor Gil, o advogado Mauricio Campos Junior afirmou que as provas levantadas nos autos decorrem de uma interpretação de mensagens e conversas, que não encontram outros meios de corroboração e foram descontextualizadas. Segundo ele, o parlamentar não atuou sob a influência de uma organização crimino-

sa, com quem não tinha contato, e era inexperiente em Brasília. Ele alegou que a destinação dos recursos foi feita para atender os interesses do seu eleitorado.

A argumentação da defesa de Bosco Costa é semelhante. Segundo o advogado Leandro Raca, não ficou devidamente comprovada qualquer participação em uma organização criminosa ligada ao desvio de emendas parlamentares. Ele defendeu que os recursos depositados nas contas bancárias do parlamentar e seus familiares se referiam a um empréstimo adquirido com Maranhãozinho, para arcar com as custas de um processo judicial.

A defesa de Thalles, filho de Costa, alegou, nesse sentido, que ele não agiu como intermediário do suposto esquema e, portanto, também não integrou a organização criminosa.

As defesas dos outros réus também pediram a absolvição, repetindo o argumento de que não há provas suficientes para a condenação.

Marinho reconhece impacto nos custos com redução de jornada

Beatriz Roscoe
De Brasília

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou em audiência pública sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1 que há, sim, impactos nos custos para a redução da jornada de trabalho, mas que há viabilidade de aprovar uma proposta de redução de 44 para 40 horas semanais, o modelo 5x2 e com a manutenção dos salários. De acordo com Marinho, o governo está aberto a dialogar com representantes do setor produtivo.

“Não podemos negar que há um impacto no custo, que evidentemente acontece, mas não podemos entrar em uma neura de que esse custo é proibitivo”, declarou o ministro. “É preciso estabelecer uma mesa técnica para avaliar no fio da navalha o impacto”, disse Marinho durante o debate realizado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputado.

O ministro argumentou que a redução da jornada pode trazer impactos positivos para a saúde mental e física dos empregados e para o ambiente de trabalho, com potencial de elevar a produtividade e a qualidade das atividades.

“Temos que fazer a escuta dos setores da economia e analisar conjuntamente o que é melhor para o país”, defendeu.

Na audiência, ele apresentou um estudo elaborado pela pasta que chefia e apontou que o custo da redução da jornada teria impacto financeiro direto de 4,7% na folha de pagamento. Segundo o Ministério do Trabalho, isso “é perfeitamente absorvível, gerando ganhos de produtividade e redução de custos ocultos”.

De acordo com a pasta, a adoção desse modelo de jornada é

relativamente semelhante entre diferentes portes de empresas. Entre micro e pequenas empresas, 35% ainda operam nesse formato, percentual próximo ao registrado entre grandes empresas, onde 33,7% mantém a escala.

Ainda segundo o ministério, dados da organização da jornada de trabalho no Brasil indicam que o modelo 5x2 já predomina no mercado. Cerca de 66,8% dos vínculos formais, o equivalente a 29,7 milhões de trabalhadores, operam com cinco dias de trabalho e dois de descanso, enquanto 33,2%, ou 14,8 milhões de vínculos, seguem a escala 6x1.

Entidades setoriais avaliam que a medida terá impactos negativos. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o custo de adequação no setor de serviços poderá chegar a R\$ 235,8 bilhões anuais.

A entidade calcula que cada 1% de aumento real na folha de pagamento do comércio eleva os preços médios do setor em 0,6%. No cenário mais conservador traçado pela entidade (alta de 21% na folha), haveria reajuste de 13% nos preços setoriais. Além disso, prevê aumentos nos preços e impactos negativos no emprego e na produção dos setores.

Já a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que a redução da jornada semanal para 40 horas poderá elevar os custos das empresas com empregados formais entre R\$ 178,2 bilhões e R\$ 267,2 bilhões por ano. A projeção considera que haveria esse custo porque as empresas precisariam pagar horas extras aos empregados atuais ou contratar novos trabalhadores. Segundo a entidade, os impactos serão sentidos com maior força na indústria da construção e nas micro e pequenas empresas industriais.

Lula e Alcolumbre devem se reunir

Gabriela Guido
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou por telefone, na semana passada, com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), segundo apurou o **Valor**. Interlocutores dos dois lados esperam um encontro dos chefes do Executivo e do Legislativo nos próximos dias.

A conversa entre Lula e Alcolumbre foi rápida. De acordo com interlocutores do presidente do Senado, a principal queixa é a falta da articulação do governo na negociação de projetos prioritários do Palácio do Planalto na Casa.

No dia 25 de fevereiro, o chefe do Legislativo não pautou um projeto de lei que conferia benefícios tributários a datacenters e derrubou o programa considerado prioritário pelo Executivo. Na ocasião, Alcolumbre reclamou a aliados da falta de negociação do conteúdo do texto com senadores e a existência de uma expectativa do Planalto de que o Senado simplesmente



Alcolumbre reclama: falta negociação

chancelasse o que havia sido aprovado pelos deputados.

Em seguida, na manhã do dia 26, o governo sofreu outra derrota após a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) conseguir aprovar um requerimento de quebra dos sigilos bancário e fiscal do filho do pre-

sidente, Fábio Luís Lula da Silva, conhecido com Lulinha.

Pessoas próximas a Alcolumbre avaliam que falta um encontro presencial entre os dois. A reunião serviria para discutir, além da falta da articulação, a indicação do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que o encontro deve sair esta semana. Essa conversa olho no olho, no entanto, tem sido anunciada, sem de fato acontecer, desde o início de fevereiro.

“Ainda na semana passada eles [Alcolumbre e Lula] conversaram mais de dez minutos ao telefone. Então eles não estão deixando de conversar toda vez que é necessário. Mas pessoalmente deverão se encontrar esta semana”, disse.

O Planalto pretende enviar a mensagem que oficializa a nomeação de Messias ao STF logo depois dessa reunião. Aliados de Alcolumbre, entretanto, acreditam que a indicação do ministro

não tem votos para ser aprovada neste momento.

Eles ponderam que Messias foi largado pelo governo e que não adianta o indicado seguir se reunindo com senadores, como tem feito, sem o governo avançar na articulação para a sua sabinata na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Interlocutores de Messias, por sua vez, veem um cenário favorável e acreditam que ele seria, sim, aprovado tanto na CCJ quanto no plenário.

A queixa de Alcolumbre ao presidente sobre a falta de articulação do governo no Senado levou Lula a chamar na terça-feira (10) Randolfe e Jaques Wagner (PT-BA), que também ocupa o posto de líder na Casa, para uma reunião no Palácio da Alvorada.

“Foi para falar do cenário como um todo. [Lula] não falou nada especificamente do Messias. Eu acho que o Davi disse o seguinte: ‘Eu não vou segurar sozinho’. [Alcolumbre] reclama de uma falta de cumplicidade, uma falta de articulação no Senado”, declarou Wagner ao **Valor**.

PL que reorganiza carreiras é aprovado no Senado

Murillo Camarotto
De Brasília

O Senado aprovou na terça-feira (10) um projeto de lei que reorganiza carreiras do serviço público federal, cria novos cargos e promove alguns ajustes na estrutura administrativa de diferentes órgãos do Executivo. O texto, já aprovado na Câmara, segue para sanção presidencial.

De acordo com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), a proposta vai afetar mais de 270 mil servidores. O custo fiscal da medida foi estimado pelo Ministério da Gestão (MGI) em pouco mais de R\$ 5,3 bilhões em 2026.

A matéria consolida uma série de iniciativas discutidas desde 2023 no âmbito do MGI com representantes do funcionalismo. Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, o texto incorporou outras propostas legislativas que tratam da reestruturação de remunerações e carreiras em diversos órgãos federais.

Também está prevista no texto aprovado a criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano, que será instalado na região de Patos (PB), base eleitoral do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O deputado foi ao Senado acompanhar pessoalmente a votação da matéria.

O município é administrado

por seu pai, Nabor Wanderley, que foi reeleito prefeito e é citado como possível candidato ao Senado em 2026, na chapa que apoiará a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto também altera a lei que rege os institutos federais e passa a prever que o presidente da República nomeie obrigatoriamente o candidato mais votado em consulta à comunidade acadêmica para o cargo de reitor, com pesos iguais para docentes, técnicos e estudantes.

Um dos principais pontos do projeto é a criação da carreira de Analista Técnico do Executivo, concebida como uma carreira transversal de nível superior vol-

tada ao suporte técnico e administrativo da máquina pública.

A nova estrutura reúne 66 cargos hoje dispersos em diferentes planos de carreira — como administrador, arquivista, bibliotecário, contador e técnico em comunicação social — com o objetivo de reduzir distorções remuneratórias e ampliar a mobilidade de servidores entre órgãos.

Além disso, o texto cria cargos em instituições federais de ensino, institui uma gratificação temporária para servidores que atuam em funções técnicas e administrativas fora de carreiras estruturadas e reorganiza planos de cargos em áreas como educação, cultura e fiscalização do trabalho.



Zanin: relator da ação contra Josimar Maranhãozinho, Pastor Gil e Bosco Costa será o primeiro a votar na retomada do julgamentos dos parlamentares

Judiciário

Tempo adicional foi solicitado por Nunes Marques; análise no TSE será retomada no dia 24

Pedido de vista suspende julgamento de Castro, quando placar tinha dois votos por cassação

Tiago Angelo
De Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) voltou a suspender, na terça-feira (10), o julgamento da ação que pode cassar o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). O ministro Kassio Nunes Marques pediu vista (mais tempo para análise). Segundo Cármen Lúcia, presidente da corte, o julgamento será retomado em 24 de março. Também foi marcada uma sessão extra para o dia seguinte, se for necessário para a conclusão do caso.

O placar está 2 a 0 pela cassação. Ainda faltam cinco ministros se manifestarem. A análise estava paralisada desde novembro, quando a relatora, Isabel Gallotti, votou pela cassação da chapa de Castro, a inelegibilidade do governador, e a convocação de novas eleições. A medida também atinge o presidente afastado da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Rodrigo Bacellar (União). Na terça, o ministro Antônio Carlos Ferreira acompanhou Gallotti.

Em seu voto, Antônio Carlos disse que as contratações tiveram “fim eleitoreiro”. “O que se observa é o método estruturado de promoção pessoal custeado pelo erário”, afirmou o ministro.

“Está configurada violação à Lei das Eleições, dado o uso massivo e indiscriminado da máquina pública, verdadeira arrematamento de particulares remunerados por recursos públicos e contratadas de forma ilegal, sem nenhum tipo de controle”, disse.



Castro: cassação do governador do Rio teve os votos da relatora, em novembro, e do ministro Antônio Carlos Ferreira, na terça; faltam votar cinco magistrados

Ao votar pela condenação, em novembro, Gallotti afirmou que havia indícios de que houve o “desvirtuamento” das funções da fundação e da universidade para beneficiar Castro com fins eleitorais. Segundo a ministra, chamou a atenção a “extraordinária quantidade de saques” feitos em uma agência de Campos de Goytacazes, reduto eleitoral de Bacellar.

Segundo a denúncia, Castro e Rodrigo Bacellar, que foi secretário do governo, teriam contratado irregularmente 27,5 mil funcionários temporários no Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) para que atuassem como cabos eleitorais nas eleições de 2022.

Outras 18 mil contratações ir-

regulares teriam sido feitas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), também com fins eleitorais. Castro e Bacellar negam todas as acusações.

Também são acusados o ex-vice-governador e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Rio (TCE-RJ) Thiago Pampolha (MDB), Bacellar, e outros 11 investigados, como o ex-presidente

de da Ceperj, candidatos eleitos e suplentes de secretários do governo estadual.

Inicialmente, o governador planejava deixar o Palácio Guanabara em abril, na data limite de desincompatibilização, se conseguisse resolver os impasses de sua sucessão. Agora, a nova data trabalhada pelo entorno do governador para sair do cargo é o fim

de março. Caso o movimento se confirme, o Estado terá que convocar eleições indiretas para escolher os representantes que ocuparão o cargo até o fim do mandato atual, uma vez que não há vice. O pleito seria feito pela Alerj, com as regras definidas neste ano pelos deputados estaduais.

O caso Ceperj chegou ao TSE depois que o Ministério Público Eleitoral (MPE) e o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, recorreram da decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), de 2024, que absolveu Castro por 4 votos a 3. Eles pedem a cassação dos mandatos e a inelegibilidade por oito anos dos envolvidos.

Em novembro, quando a análise começou, as defesas negaram que as contratações tivessem fins eleitorais e que houve irregularidades. O advogado de Castro, Fernando Neves, ressaltou a decisão do TRE-RJ, que absolveu Castro, e defendeu que o recurso do MPE fosse negado.

Já a advogada de Bacellar, Maria Claudia Bucchianeri, afirmou que havia uma “má formação processual”, uma vez que não há qualquer elemento de prova que justifique a cassação do presidente afastado da Alerj.

O Valor procurou novamente a defesa de Bacellar, mas não houve retorno. O advogado de Castro afirmou que está “confiante na confirmação da decisão do TRE-RJ no que diz respeito ao governador, uma vez que a ele nenhum ato irregular é atribuído” e argumentou que as contratações foram imediatamente apuradas pelo Executivo estadual.

Prêmio
VALOR
INOVAÇÃO
Brasil 2026

O QUE DIFERENCIA EMPRESAS QUE INOVAM
DAQUELAS QUE APENAS SEGUEM ONDAS TECNOLÓGICAS?

Vem aí a 12ª edição do Prêmio Valor Inovação Brasil, referência no mercado para avaliar o tema nas grandes corporações do país. Conduzida pela Strategy&, consultoria estratégica da PwC, com apoio do Valor Econômico e de Época Negócios, a pesquisa, que avalia planejamento, execução, resultados e reconhecimento, apontará as 150 organizações mais inovadoras do país e as líderes setoriais.

PARTICIPAÇÃO PRORROGADA. ACESSE E RESPONDA
AO QUESTIONÁRIO ATÉ 31 DE MARÇO.

Acesse o QR Code e
responda ao questionário.

Apoio

Realização

strategy&
Part of the PwC network

Valor
ECONÔMICO

INSPIRAÇÃO PARA INOVAR
ÉPOCA
NEGÓCIOS

Eleições Ministro não confirma que entrará na disputa, mas já anunciou quem o sucederá no MF

PT deve fazer ato político para anunciar candidatura de Haddad

Andrea Jubé, Jéssica Sant’Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

OPT começou a organizar o ato político para anunciar a pré-candidatura do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao governo de São Paulo. A ideia é fazer o anúncio em uma agenda com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Estado, no dia 19 de março.

Haddad e aliados não confirmam publicamente a pré-candidatura dele ao Palácio dos Bandeirantes, mas as primeiras conversas sobre a estrutura do proje-

to começaram nesta semana, e a data do anúncio tem sido mantida a sete chaves.

A chapa inicial contempla a ministra do Planejamento, Simone Tebet, em uma das vagas ao Senado. Para isso, ela tem que transferir o domicílio eleitoral para São Paulo e sair do MDB. Ela deve se filiar ao PSB. *(veja mais abaixo)*

Uma ala do PT defende que a outra vaga ao Senado fique com o ministro do Empreendedorismo, Márcio França, também do PSB. Ele foi governador de São Paulo, é muito ligado ao vice-presidente Geraldo Alckmin e poderiaaju-



Haddad diz que ainda há conversas pendentes: “Não é só a candidatura, tem que ver o bloco de pessoas, o grupo de pessoas que vão compor a chapa”

dar Haddad, principalmente, no interior. Contudo, outra ala do PT acha que a segunda vaga ao Senado deve ficar com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Haddad disse na terça-feira (10) que o cenário em São Paulo “é sempre desafiador para o cam-po progressista”, mas não falou em pré-candidatura. No entanto, confirmou que deixará o cargo na próxima semana.

“O importante, em primeiro lugar, é qualificar a debate. É, por meio do contraditório, elevar o nível de debate, o nível das propostas e não deixar ninguém na

zona de conforto”, respondeu aos jornalistas, quando questionado se será candidato contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

De acordo com Haddad, ainda haveria conversas pendentes com Lula, Alckmin e Tebet. “Não é só a candidatura, tem que ver o bloco de pessoas, o grupo de pessoas que vão compor a chapa”, alegou.

O ministro também confirmou que seu secretário-executivo, Dario Durigan, deverá assumir o comando da pasta.

“O Dario [Durigan] tem uma relação muito boa com o presi-

dente, muita confiança. E tem o domínio aqui do ministério há muitos anos. É um grande gestor público”, elogiou o ministro, ao dizer, por outro lado, que a prerrogativa da indicação é do presidente Lula.

Durigan está à frente da secretaria-executiva da Fazenda desde o segundo semestre de 2023, quando substituiu o atual presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo — à época indicado para a diretoria de Política Monetária na instituição.

Pesquisa Datafolha divulgada no fim de semana mostrou Had-

dad com 31% de intenção de votos para governador de São Paulo no, 13 pontos percentuais atrás de Tarcísio, que lidera em todos os cenários.

A preço de hoje, a derrota no Estado é esperada, mas a pesquisa indicou a chance de segundo turno. A provável reeleição do atual governador é apontada como um dos fatores que fez o ministro da Fazenda resistir a se lançar em mais uma disputa. Em 2022, Haddad foi derrotado por Tarcísio, e em 2018 ele perdeu a eleição presidencial para Jair Bolsonaro.

PSB espera filiar Simone Tebet em SP

Joelnir Tavares
De São Paulo

A cúpula do PSB trabalha com um cenário otimista para uma possível filiação ao partido da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. A expectativa, entre aliados e interlocutores da ministra, é que ela deixe o MDB e mude o domicílio eleitoral para São Paulo para encaminhar uma candidatura ao Senado, mas a decisão final será tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que quer um palanque competitivo no Estado.

Tebet tem mantido discrição sobre as movimentações e, procurada por meio da assessoria,

não comentou o assunto. No PSB, a eventual entrada da ministra ganhou impulso com a filiação da deputada estadual Mariana Helou, que anunciou na segunda-feira (9) sua migração do Rede para o partido. Ela foi convidada pela deputada federal Tabata Amaral, que é presidente do PSB na capital paulista e vem tentando atrair novos quadros, sobretudo lideranças femininas.

Segundo relatos, Tabata se diz otimista com a possibilidade de que Tebet seja a próxima a aceitar seu convite, o que daria um impulso a seu plano de reforçar a ala de “mulheres fortes” na sigla. A deputada definiu como meta ajudar o partido a eleger cinco

deputados por São Paulo, o que inclui sua própria reeleição, além da aposta nas candidaturas de Helou e da atual deputada estadual Andréa Werner (PSB) para a Câmara dos Deputados.

Tabata, que não respondeu aos pedidos de entrevista, manteve conversas com Tebet nos últimos dias e reiterou o convite. O presidente nacional do PSB, João Campos — prefeito do Recife e pré-candidato a governador de Pernambuco —, e o vice-presidente Geraldo Alckmin também são entusiastas da filiação da ministra. Tebet não deu uma resposta definitiva, mas sinalizou que o PSB é seu destino mais provável, de acordo com interlocutores.

Em outra frente, Tabata e o PSB conversam com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que discute sua situação no Rede Sustentabilidade e ainda não decidiu se deixará o partido que ajudou a fundar, após uma disputa interna com o grupo da deputada federal Heloísa Helena (Rede-RJ). Marina, que se elegeu deputada federal por São Paulo e está licenciada do mandato, pode ser uma peça do campo governista para a chapa no Estado.

Pela legislação eleitoral, mudanças de partido e de domicílio eleitoral devem ser registradas até 4 de abril, para que tenham validade nas eleições deste ano. Tebet e Marina são vistas como opções para o Senado, enquanto o ministro da Fazenda, Fernando

Haddad (PT), é o mais cotado para concorrer ao governo.

No MDB, integrantes que conversaram com o **Valor** sob reserva consideram que os sinais de Tebet apontam na direção de sua saída do partido, após quase 30 anos. A leitura é a de que a ministra não tem desmentido categoricamente os rumores de desfiliação. Ao mesmo tempo, reafirma que aceitará a missão que Lula apresentar a ela. O diretório de Mato Grosso do Sul já cogita o cenário eleitoral sem a presença dela em seu Estado natal. Em São Paulo, o partido está alinhado ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), rival do PT.

A entrada de Tebet e Marina Silva causaria um congestionamento de potenciais candidatos no PSB, embora a hipótese não seja descartada. O ministro do Empreendedorismo, Márcio França, vem manifestando vontade de concorrer a governador, em aliança com o PT. Lula, porém, está “com ideia fixa” no nome de Haddad para o governo, afirmou uma fonte a par das tratativas.

A movimentação de Tabata para levar mulheres para o partido está alinhada à meta nacional do PSB de tentar dobrar sua bancada na Câmara dos Deputados, hoje com 16 parlamentares. A deputada paulista foi uma das articuladoras da filiação de Aava Santiago, vereadora de Goiânia eleita pelo PSDB e liderança evangélica em ascensão.

Em São Paulo, está previsto pa-



Tebet: ministra espera decisão de Lula para mudar de partido e domicílio

ra o dia 20 um ato para sacramentar a filiação de Helou, que era do grupo de Marina Silva no Rede. A ministra comentou a saída, nas redes sociais, dizendo ser “uma pena” que as circunstâncias no Rede “levem a uma liderança como ela a tomar essa decisão de seguir outro rumo partidário”.

Silva também tem convites de PT, Psol e PV. Segundo aliados, no entanto, ela segue tentando resolver o imbróglio no Rede, e a transferência de Helou para o PSB não significa que a ministra

seguirá o mesmo caminho.

De acordo com pesquisa para o Senado em São Paulo divulgada na segunda-feira (9) pela Real Time Big Data, Tebet lidera numericamente seis dos dez cenários testados. A ministra do Planejamento alcança entre 16% e 22% das intenções de voto no levantamento, com margem de erro de dois pontos. Marina registra entre 15% e 19%. O deputado federal Guilherme Derrite (PP), pré-candidato mais consolidado da direita até agora, tem de 15% a 18%.

GAFISA S.A.
CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07 - NIRE 35.300.147.952
Companhia Aberta

Edital de 2ª Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **GAFISA S.A.** (“Companhia”) (B3: GFSA3), na forma dos artigos 124 e 135 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a ser realizada, em segunda convocação, em 17 de março de 2026, às 11h, de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma “Ten Meetings”, nos termos do inciso I do parágrafo 2º do artigo 5 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Atualizar o caput do art. 5º do Estatuto Social para refletir os aumentos de capital realizados dentro do limite do capital autorizado aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) Alterar o caput do art. 6º do Estatuto Social da Companhia para modificar o parâmetro e ampliar o montante do capital autorizado; (iii) Incluir a alínea “(z)” no artigo 20 e o artigo 53 no Estatuto Social da Companhia, com o regimento a respeito da possibilidade de a Companhia celebrar contratos de indenidade; (iv) Consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (v) Autorizar os administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas na AGE. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (ri.gafisa.com.br), e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (<https://www.b3.com.br/pt-br/2>) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<https://www.cvm.gov.br/>). **Informações gerais sobre a participação na AGE.** Poderão participar da Assembleia em segunda convocação os acionistas ou seus representantes, mediante acesso à Plataforma “Ten Meetings”. A Companhia esclarece que, nos termos do art. 49, parágrafo único da Resolução CVM nº 81, as instruções de voto recebidas por meio de BVD no âmbito da assembleia geral extraordinária realizada em primeira convocação no dia 6 de março de 2026, às 11h, serão consideradas para fins desta AGE, em segunda convocação. Para participar da AGE por meio da Plataforma “Ten Meetings”, os Senhores Acionistas deverão solicitar acesso à AGE por meio do preenchimento de um cadastro na plataforma digital, no endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/275184926>, e upload dos seguintes documentos: (i) Original ou cópia autenticada do documento de identidade (Carteira de Identidade, Registro Geral (RG), da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e (ii) Na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes de representação, devidamente regularizado na forma da lei. Cada representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (i) contrato ou estatuto social; e (ii) ato societário de eleição do administrador que (a) participar da AGE como representante da pessoa jurídica, ou (b) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No que diz respeito a fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGE caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A.. Em cumprimento ao disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 654 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A.. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. A solicitação de acesso e entrega dos documentos necessários a participação na AGE será por meio da Plataforma “Ten Meetings”, devendo o acionista solicitar sua habilitação até o dia **15 de março de 2026, às 11 horas**. Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução da CVM nº 81, será admitido o acesso à Plataforma “Ten Meetings” para a AGE apenas ao acionista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarem, com o envio da documentação devida, dentro do prazo. **Destaca-se que o acionista que desejar participar da AGE, nesta segunda convocação, deverá realizar novamente o seu cadastro na Plataforma Ten.** As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhadas. Informamos que a AGE será gravada, nos termos do artigo 28, §1º, inciso II, da Resolução CVM nº 81 e que a Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. **Quórum de Instalação e Deliberação.** A AGE, realizada em segunda convocação, será instalada com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto, nos termos do artigo 135 da Lei das S.A.. Nos termos do art. 129 da Lei das S.A., todas as matérias constantes na ordem do dia serão aprovadas por maioria. **Justificativa pela escolha da modalidade digital.** A Companhia optou por realizar a AGE de forma exclusivamente digital, por acreditar que essa modalidade permite a participação de um número maior de acionistas, sem a necessidade de que estes se desloquem até a sede social da Companhia, além de reduzir os custos para participação e realização do conclave.

São Paulo, 7 de março de 2026.

GAFISA S.A.
Eduardo Larangeira Jácome
Presidente do Conselho de Administração

WEG S.A.
Grupo Weg - Companhia Aberta
CNPJ sob nº 84.429.695/0001-11 - NIRE 42300012203
Avenida Prefeito Waldemar Grubba, 3.300 - CEP 89256-900, Jaraguá do Sul - Santa Catarina

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 1.142

Aos 04 dias do mês de fevereiro de 2026, por convocação do presidente, Sr. Décio da Silva, os membros do conselho de administração reuniram-se extraordinariamente, em teleconferência, e assim deliberaram: 1. Certificado o pedido de renúncia do Diretor ELDER JURANDIR STRINGARI (CPF 645.428.409-30), conforme carta recebida na Sede da Companhia, com efeitos a partir desta data, para todos os fins. Nada mais havendo a tratar, após agradecer a presença de todos, o Senhor Presidente encerrou a reunião. Jaraguá do Sul - SC. Ass. Décio da Silva, Presidente do Conselho de Administração. Nildemar Secches. Vice-Presidente do Conselho de Administração. Sérgio Luiz Silva Schwartz. Martin Werninghaus. Dan Joseph. Harry Schmelzer Junior. Tânia Conte Cosentino. *Membros. Cópia fiel da ata lavrada na página 97 do Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração nº 33. DÉCIO DA SILVA, Presidente do Conselho de Administração. Arquivado na JUCESC em 27/02/2026 sob nº 20269172890. LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário Geral.*

WEG S.A.
Grupo Weg - Companhia Aberta
CNPJ sob nº 84.429.695/0001-11 - NIRE 42300012203
Avenida Prefeito Waldemar Grubba, 3.300 - CEP 89256-900, Jaraguá do Sul - Santa Catarina

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 1.143

Aos 13 dias do mês de fevereiro de 2026, por convocação do presidente, Sr. Décio da Silva, os membros do conselho de administração reuniram-se extraordinariamente, em teleconferência, e assim deliberaram: 1. O Diretor ELDER JURANDIR STRINGARI, em nome próprio, para um mandato até 12/02/2028. DIRETOR PRESIDENTE EXECUTIVO: ALBERTO YOSHIKAZU KUBA. DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES: ANDRÉ MENEQUETI SALGUEIRO. DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: ANDRÉ LUIZ RODRIGUES. DIRETORES: ANDERSON FERNANDES, CARLOS DIETHER PRINZ, CARLOS JOSÉ BASTOS GRILLO, DANIEL MARTELETO GODINHO, JOÃO PAULO GUALBERTO DA SILVA, JULIANO SALDANHA VARGAS, JULIO CESAR RAMIRES, MANFRED PETER JOHANN, RODRIGO FUMO FERNANDES. 2. Os diretores reeleitos assinarão seus Termos de Posse em até 30 dias, contendo a declaração de não impedimento para exercício da administração da Sociedade, seja por Lei especial ou em virtude de condenação criminal, em quaisquer dos crimes previstos no parágrafo 1º do artigo 1.011 da Lei nº 10.406/2002, e nos parágrafos 1º e 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. De igual forma, no referido Termo constarão as demais declarações necessárias. 3. Em caso de ausência do Diretor Presidente Executivo da Sociedade, será observada a ordem de representação consoante as disposições do Estatuto Social da Companhia. Nada mais havendo a tratar, após agradecer a presença de todos, o Senhor Presidente encerrou a reunião. Jaraguá do Sul - SC. Ass. Décio da Silva, Presidente do Conselho de Administração. Nildemar Secches. Vice-Presidente do Conselho de Administração. Sérgio Luiz Silva Schwartz. Martin Werninghaus. Dan Joseph. Harry Schmelzer Junior. Tânia Conte Cosentino. *Membros. Cópia fiel da ata lavrada nas páginas 98-99 do Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração nº 33. DÉCIO DA SILVA, Presidente do Conselho de Administração. Arquivado na JUCESC em 27/02/2026 sob nº 20268990624. LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário Geral.*

ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO
CNPJ: 61.695.227/0001-93
CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS - ENEL 001/2026

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
CNPJ/MF Nº 15.139.629/0001-94 - NIRE Nº 29.300.003.816
COMPANHIA ABERTA - RG. CVM 1452-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 08 DE ABRIL DE 2026

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia **08 de abril de 2026, às 13:00 horas**, na sede da Companhia, localizada na Avenida Edgard Santos nº 300, Cabula VI, Salvador, Bahia, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM nº 81/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: 1. Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 2. Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos; 3. Aprovação do Orçamento de Capital; 4. Definição do número de membros que irá compor o Conselho de Administração e eleição dos seus membros titulares e respectivos suplentes; 5. Definição do número de membros que irá compor o Conselho Fiscal e eleição dos seus membros titulares e respectivos suplentes; e 6. Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia e do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** Os Acionistas poderão participar da Assembleia (i) votando a distância nas matérias objeto da Ordem do Dia, por meio do envio do boletim de voto a distância (“BVD”) e (ii) presencialmente, por si ou seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão (a) participar da Assembleia, tendo ou não enviado o BVD, ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD enviado por tal Acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou no CNPJ, deverão ser desconsideradas. Nos termos do artigo 5º da Resolução CVM 81, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das S.A.. Todas as informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na Assembleia são enviadas ao BVD, nos termos da Resolução CVM 81, constam do respectivo Manual de Participação que está disponível nos websites da Companhia (www.ri.neoenergia.com), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Salvador, 09 de março de 2026. **Eduardo Capelastegui Saiz** - Presidente do Conselho de Administração.

Informações que impulsionam decisões.
Acesse valor.globo.com

Tensão Após sinais mais otimistas da véspera, EUA intensificam ataques e levam preços de petróleo a nova jornada de turbulência

Trump ameaça Irã sobre minas em Ormuz e fim da guerra se distancia



Agências internacionais

Em meio as dúvidas sobre por quanto tempo ainda se estenderá a guerra de EUA e Israel contra o Irã, os combates e ameaças se intensificaram ontem, enquanto os preços de petróleo atravessavam uma nova jornada de volatilidade.

Ao mesmo tempo em que o governo iraniano ameaçava plantar minas navais no estratégico Estreito de Ormuz — por onde passam de 25% a 30% de todo o petróleo transportado por navios no mundo —, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que a Marinha americana tinha destruído dez navios minadores do Irã.

“Se o Irã plantou alguma mina no Estreito de Ormuz, e não temos relatos disso, exigimos que elas sejam removidas imediatamente!”, postou Trump em sua plataforma Truth Social. “Se, por algum motivo, minas foram colocadas e não forem removidas imediatamente, as consequências militares para o Irã serão de uma magnitude nunca antes vista. Se, por outro lado, eles removerem o que possa ter sido colocado, será um passo gigantesco na direção certa!”, escreveu.

O risco de um bloqueio prolongado de Ormuz se contrapôs às declarações mais otimistas de Trump da véspera — de que a guerra estava “praticamente concluída” —, causando nova oscilação no mercado de petróleo. No fechamento de ontem, porém, o barril do tipo Brent, a referência mundial, caiu

Ormuz é rota estratégica para o petróleo

Irã reitera que bloqueará navios de países aliados de EUA e Israel



11,27%, cotado a US\$ 87,80 (*mais informações sobre a variação nos preços, na página C1*).

O governo Trump também afirmou que mantém abertas outras opções para conter a disparada dos preços da energia — incluindo negociações para aliviar as sanções impostas ao setor petrolífero da Rússia — que vigoram desde a invasão à Ucrânia, em 2022.

Pela manhã, o secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, havia afirmado uma forte queda nos preços da commodity. Pouco depois, o post foi removido e a informação desmentida pela Casa Branca.

“O presidente e sua equipe de energia estão acompanhando de perto os mercados, conversando com líderes do setor, e os milita-

res dos EUA estão elaborando opções adicionais após a determinação do presidente de continuar mantendo o Estreito de Ormuz aberto”, disse a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, em uma entrevista coletiva.

Mais cedo nesta terça-feira, autoridades americanas sinalizaram que as operações militares estão se intensificando contra o Irã e que há pouca chance de negociações diplomáticas, jogando um balde a água fria na sugestão do presidente Trump de que o conflito poderia ser resolvido em breve.

O Pentágono reforçou essa mensagem, dizendo que os EUA e Israel estavam conduzindo contra o Irã o dia mais intenso de ataques até agora e não vão recuar até que a República Islâmica seja totalmente derrotada. Em Israel, o premiê israelense, Benjamin Netanyahu, também afir-

mou que a guerra no Irã não estava terminada.

“Não vamos ceder até que o inimigo seja total e decisivamente derrotado”, disse o secretário de Guerra dos EUA, Pete Hegseth. “Faremos isso no nosso ritmo e quando escolhermos.”

Hegseth disse que os EUA estavam preparados, ontem, para lançar os mais pesados ataques aéreos contra o Irã desde o início da guerra, no dia 28. Pouco depois, os iranianos descreveram uma noite infernal de bombas que pareciam vir de todas as direções sem cessar, informou o jornal The New York Times. “Se continuarem a atacar Teerã assim por mais dez dias, nada restará”, disse ao diário um morador, Javá, que pediu para não ter seu nome completo divulgado. “Eles vão atingir toda a infraestrutura e não hesitarão em matar.”

Ao mesmo tempo, em outro front, as forças israelenses mantiveram ataques no sul do Líbano, com o objetivo de enfraquecer o grupo xiita Hezbollah — aliado do Irã. Quase 500 pessoas já morreram no país, segundo o Ministério da Saúde libanês.

O governo americano teria gasto US\$ 5,6 bilhões em munições apenas durante os dois primeiros dias de ataques contra o Irã, segundo um relatório fornecido às comissões do Congresso americano, disse uma fonte familiarizada com as informações à agência Reuters.

Já o governo israelense, encaminhou ontem ao Gabinete um pedido para um orçamento de guerra suplementar ao equivalente em US\$ 13 bilhões.

Guerra de Trump no Irã é mais impopular que anteriores

Associated Press

O presidente dos EUA, Donald Trump, passou a fazer parte da longa lista de presidentes americanos da época moderna – de Franklin Roosevelt a Harry Truman, Lyndon Johnson, George W. Bush e Barack Obama – que começaram guerras para ou derrubar regimes hostis ou dar apoio a governos aliados em dificuldades no exterior.

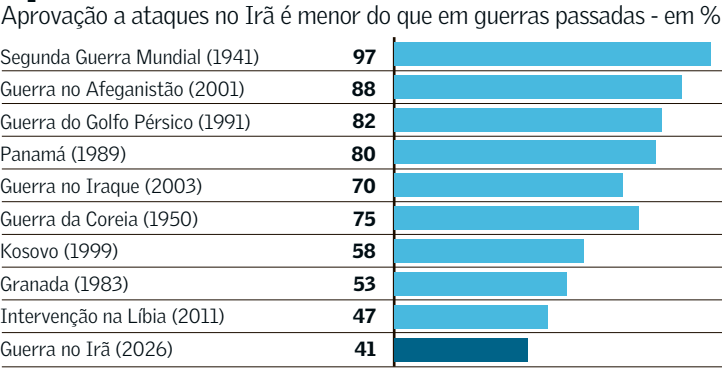
Apesar de todos os paralelos históricos, porém, a guerra de Trump contra o Irã tem um caráter único: em seus estágios iniciais, a guerra não é popular entre os americanos.

Uma pesquisa recente da CNN verificou que apenas 41% dos americanos aprovam a guerra no Irã – uma tendência observada desde que o conflito começou.

O mais provável é que o fator que provoca essa resistência à guerra contra o Irã hoje seja a falta de uma grande história com um propósito nobre e grandioso, como as que consolidaram o apoio da população a praticamente todas as grandes guerras de mudança de regime promovidas pelos EUA desde 1900.

Nos anos 1930 e 1940, por exem-

Apoio no início de conflitos dos EUA



Fontes: CNN, Gallup, Princeton Survey Research Associates/Newsweek, Los Angeles Times, ABC e NORC.

plo, uma narrativa aceita de maneira generalizada – e em grande parte verdadeira – sobre os perigos da disseminação do fascismo e da derrocada das democracias galvanizou o apoio nacional nos EUA para que o país entrasse na 2ª Guerra Mundial e assumisse os altos custos de combater nela. Na época, 97% dos americanos apoiavam o país no conflito, segundo uma pesquisa da Gallup, de dezembro de 1941.

Do mesmo modo, nos anos 2000 uma narrativa dominante sobre impedir uma repetição dos ataques de

11 de setembro de 2001 e acabar com o terrorismo levou a um forte apoio público inicial à guerra no Afeganistão, que chegou a 88% em 2001, e à guerra no Iraque, com 70% em 2003. Não há pesquisa do início da Guerra do Vietnã.

Essas narrativas abrangentes e carregadas de propósito geram a aceitação pública necessária para sustentar os custos da guerra, que costumam ser altos em termos de dinheiro gasto e vidas perdidas.

Diferente dos conflitos anteriores, a maioria dos americanos não vê

um perigo à existência dos EUA em torno do Irã. Uma pesquisa Marist de 3 de março de 2026 constatou que 55% dos americanos consideram o Irã uma ameaça menor ou mesmo nenhuma ameaça. Em comparação, 64% dos americanos viam o Iraque como uma “ameaça considerável” antes da guerra dos EUA no Iraque, em 2003.

Não é de admirar que 54% dos americanos entrevistados desaprovem a forma como Trump lida com o Irã e 60% afirmem que o presidente não tem um plano claro para aquele país. Além disso, 60% desaprovam a maneira como Trump conduz a política externa em geral.

Sem uma narrativa comparável em relação ao Irã hoje, Trump e os republicanos podem se ver diante de grandes problemas, em especial à medida que os custos continuem a crescer.

Quando governantes americanos ficam enredados em guerras de mudança de regime dispendiosas que perdem apoio nacional, eles tendem a desistir, com um preço político muito menor do que se continuassem. Com isso, a história mostra que recuar no Irã faz sentido.

Recuo necessário de Trump sobre guerra no Irã virá tarde demais

Análise

Edward Luce
Financial Times

Em breve, Donald Trump anunciará o encerramento de sua guerra contra o Irã. Esse momento terá menos a ver com o cumprimento da sua missão (seja ela qual for), do que com a quantidade de sofrimento que ele consegue suportar. Podemos supor com segurança que a tolerância à dor do Irã é maior que a dele. Ainda assim, Trump apresentará sua saída como uma vitória. O Irã terá todos os incentivos para garantir que ninguém acredite nisso. Esse é o cerne do dilema que ele próprio criou.

Antecipar isso teria sido útil para Trump. Uma medida teria sido reforçar as reservas estratégicas de petróleo dos Estados Unidos, que cairam acentuadamente após a invasão da Ucrânia pela Rússia e nunca foram recompostas. Os preços do petróleo e do gás natural podem até ter disparado, mas prevenir ainda sai mais barato do que remediar. Um segundo passo teria sido conquistar previamente o apoio das monarquias do Golfo Pérsico ao seu plano de guerra. O fato de ele não ter um objetivo claro tornava isso difícil. Agora, ele enfrenta um Golfo cada vez mais irritado. Uma terceira medida teria sido preparar a opinião pública americana para um conflito mais longo. O mesmo vale aqui.

A questão é saber se Trump se deu conta das desvantagens de não pensar adiante. Se tivesse aprendido algo, saberia que mesmo um Irã severamente debilitado ainda pode intimidar navios petroleiros no Golfo e paralisar grande parte da produção de energia da região. A menos que ocupe o Irã, Trump não poderá garantir a passagem segura pelo Estreito de Ormuz. A produção iraniana de drones é descentralizada e difícil de erradicar por ataques aéreos.

Trump também não pode escolher a dedo uma nova liderança iraniana. Outros já observaram que os EUA levaram duas décadas para substituir o Talibã pelo Talibã no Afeganistão. Trump levou pouco mais de uma semana para substituir um Khamenei por outro. Como Mojtaba, o novo líder supremo, é considerado mais linha dura do que o pai, Trump provavelmente não conseguirá arrancar um cessar-fogo do Irã, quanto mais uma “rendição incondicional”. O que o deixa com duas apostas muito arriscadas.

A primeira seria enviar comandos americanos ou israelenses a Isfahan para apreender o que resta do estoque de 400 quilos de urânio enriquecido do Irã. Um sucesso daria a Trump uma espetacular saída honrosa. De fato, a tentação de uma operação relâmpago que derube a narrativa do “Taco” [abreviatura de “Trump Always Chicken Out”, ou “Trump sempre amarela”] pode ser grande. Pairando sobre isso está o fantasma de Jimmy Carter. Sua fracassada missão de resgate dos reféns americanos no Irã em 1980 ajudou a afundar sua presidência. Depois de anunciar tantas vezes a destruição do programa nuclear iraniano, Trump não so-

brevieria politicamente a um revés equivalente.

Sua outra cartada seria ocupar a ilha iraniana de Kharg para interromper as exportações de petróleo do país. Uma medida assim poderia ser ainda mais arriscada, porque exigiria muito mais soldados americanos em terra do que uma incursão de comandos – e por muito mais tempo. Isso estrangularia a principal fonte de receita do Irã e agravaria o choque do petróleo. Mas a relação entre risco e recompensa parece temerária. Após pouco mais de uma semana, o apoio público à guerra de Trump contra o Irã encontra-se no mesmo nível que o da Guerra do Vietnã no fim de 1967, depois que mais de 11.000 americanos já tinham sido mortos. Não há hoje nos EUA tolerância nem mesmo para algumas dezenas de baixas. Assim, “Taco” passa a ser só uma questão de quando.

Trump ainda pagaria um preço alto por uma declaração unilateral de vitória. O maior risco é que nada aconteça. Ao se retirar, o presidente dos EUA teria revelado ao Irã qual é o seu ponto de ruptura: a disparada dos preços da energia. O Irã também tem voz na decisão de quando esse conflito termina. Teria todos os motivos para manter a perturbação nos mercados globais de energia como forma de dissuadir Trump de mudar de ideia. O Irã já foi atacado por Israel quatro vezes nos últimos dois anos – duas delas com os EUA de Trump à frente. Teerã vai querer elevar o custo de uma nova escalada daqui alguns meses.

Líder já causou danos duradouros à confiança internacional nos EUA

O caminho mais seguro para o regime iraniano seria obter armas nucleares. Uma boa inteligência pode continuar reduzindo a escombros a capacidade nuclear do Irã, mas isso está longe de ser garantido. A lógica de correr para alcançar o status da Coreia do Norte será forte em Teerã. Outros líderes, sobretudo Vladimir Putin da Rússia e Kim Jong-un da Coreia do Norte, podem se sentir tentados a ajudar. Regimes de todas as partes do mundo estão fazendo o mesmo cálculo com renovada urgência.

Um dano que Trump não pode reparar é a confiança nos EUA. Muito tempo depois de os preços do petróleo terem se estabilizado, o mundo lembrará a glória de seu governo na imagem da “letalidade”, como chama seu secretário de Defesa, Pete Hegseth. Trump optou por ir à guerra e vem demonstrando uma satisfação explícita com seu poder sobre a vida e a morte.

A guerra é um passo grave, tomado apenas depois que todas as outras opções foram esgotadas. É amplamente reconhecido que Trump tinha outros cursos de ação. Que tenha preferido este é algo difícil de ignorar.

Exportações da China disparam no primeiro bimestre de 2026

Reuters, de Pequim

A China entrou em 2026 com as exportações bem acima das expectativas, impulsionadas pela demanda de produtos eletrônicos, encaminhando o país a superar o superávit comercial recorde de US\$1,2 trilhão do ano passado — exceto por um choque de energia e transporte decorrente da guerra no Irã.

As remessas chinesas cresceram 21,8% em dólares no período de janeiro e fevereiro, muito acima do aumento de 6,6% registrado em dezembro e superando a previsão de pesquisa da Reuters, de alta de 7,1% — apesar das tarifas comer-

ciais impostas pelos EUA.

“A força das exportações de circuitos integrados e tecnologia é bem esperada, em linha com o boom de investimentos em inteligência artificial”, disse Xu Tianchen, economista sênior da Economist Intelligence Unit. “O crescimento das exportações de roupas, têxteis e bolsas foi surpreendente, dado seu desempenho fraco em 2025”, acrescentou.

O ímpeto das exportações da China pode acelerar ainda mais em março, disse Xu, com as fábricas apressando os embarques para os EUA para explorar a decisão da Suprema Corte se suspender — ainda que temporariamente — as tarifas.

Líder direitista Kast assume hoje governo do Chile



O líder de direita radical do Chile José Antonio Kast toma posse hoje como presidente do Chile. Ele foi eleito em dezembro com promessas de crescimento econômico, desregulamentação e cortes nos gastos públicos. Na foto, Kast (à dir.) recebe o presidente do Equador, Daniel Noboa — que participará da cerimônia de posse —, em Santiago. O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que havia confirmado sua presença na semana passada, desistiu de viajar ao Chile para a posse. O cancelamento ocorre após o pré-candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ter confirmado presença na cerimônia. O governo brasileiro será representado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O Palácio do Planalto não detalhou os motivos da desistência da viagem do presidente.

BC deve iniciar ciclo de cortes em cenário turbulento

Depois que a inflação começou a caminhar de fato para a meta de 3%, sob pressão da maior taxa de juros desde 2006, o Banco Central (BC) terá de voltar a se preocupar com nova desancoragem — a guerra no Oriente Médio, sem fim à vista, empurrará em certa medida e por algum tempo os preços para cima. As cotações do petróleo, que chegaram a ultrapassar US\$ 110, ontem recuaram a US\$ 90,9, dançando ao sabor da retórica de sinais mistos e incongruentes do presidente Donald Trump. Nada mudou: a situação hoje é pior que a de ontem, com o Estreito de Ormuz fechado para a quase totalidade dos 20% do fornecimento mundial que trafega por suas águas. O BC indicou que reduzirá a taxa Selic, mas o conflito deu um sinal de que o plano de cortes graduais e continuados está em xeque.

O petróleo influi nos custos de uma vasta gama de produtos necessários, de plásticos a fertilizantes. Se as cotações permanecerem altas, os efeitos para o mundo serão inflacionários e contra o crescimento. O Brasil não foge desses constrangimentos, mas tem algumas características distintas. Ao contrário dos países desenvolvidos, a transmissão dos aumentos do óleo para os preços não é automática. O mercado não é livre, mas quase monopolista, com a estatal Petrobras decidindo quando e quanto das cotações mundiais irá repassar aos consumidores. A empresa tem sido mais rápida em diminuir do que em aumentar preços e deverá manter essa conduta agora. A volatilidade global é absorvida pelo caixa da empresa, até certo ponto.

O Brasil é um grande exportador líquido de petróleo. Suas vendas externas aumentaram 6,8% no primeiro bimestre do ano, para US\$ 7,7 bilhões, suplantando a soja com vantagem como primeiro item da pauta comercial, com 15,1% do total. O país também importa muitos derivados do petróleo, como diesel e gasolina (US\$ 2,46 bilhões no período), mas a balança do petróleo é amplamente superavitária. Isso não impedirá a Petrobras de ter de elevar os preços dos combustíveis, já que, com a disparada das cotações, a defasagem de preços do diesel chega perto dos 50%, segundo analistas.

Além da enorme vantagem de não depender tanto do abastecimento de fora, os superávits com o óleo amortecem os movimentos pela valorização do dólar, que se fortaleceram globalmente com o início da guerra. A moeda americana quase zerou perdas de 10% ante uma cesta de divisas dos principais países com os quais os EUA comerciam. A maxidesvalorização do dólar diante do real provocou uma inflação difícil de domar a partir do fim de

2024, mas o real tem se valorizado mesmo diante de uma crise externa séria, algo pouco comum. De janeiro até ontem, o dólar caiu 8%, e seu pico com a explosão das cotações do petróleo até agora mal ultrapassou R\$ 5,35, para recuar logo em seguida. Ontem, o dólar foi cotado a R\$ 5,15.

O petróleo ampliará o superávit da balança comercial, mas ela recentemente não tem sido o maior fator acumulador de divisas fortes, papel representado pelo câmbio financeiro. Geralmente deficitário, nos dois primeiros meses do ano ele foi positivo em US\$ 10,5 bilhões, com guinada de US\$ 18 bilhões ante o resultado de 2025 (-US\$ 7,54 bilhões), para aplicações em ações ou renda fixa. Ou seja, a menos que haja uma piora significativa no abastecimento mundial do petróleo ou um prolongamento significativo do conflito, o dólar não deverá ser um canal de contágio decisivo para as turbulências externas.

No entanto, haverá sequelas inflacionárias vindas de várias frentes. Os preços dos alimentos devem subir, atingidos pelo aumento dos custos de transporte e pela elevação dos preços dos fertilizantes (30% de sua oferta passa por Ormuz). Não há problemas de abastecimento interno, mas a inflação importada pode chegar durante a campanha eleitoral, e isso não é uma boa notícia para um presidente que tenta a reeleição. Usinas termelétricas, usadas intensamente para o fornecimento de energia, podem sofrer o impacto de alta dos combustíveis, com eventual aumento das tarifas, diante do fim iminente da estação chuvosa no país.

Mesmo em um cenário que hoje parece otimista, com o barril do petróleo em US\$ 80, economistas de bancos preveem que o IPCA voltará ao teto da meta ou o ultrapassará. É o caso do cenário do BTG, pelo qual o IPCA terá alta de 0,6 ponto percentual diante da projeção anterior (4,1%) e chegará a 4,7%. Com o mesmo preço do barril, a XP estima um IPCA de 4,5%. A boa notícia é que ambos esperam uma queda expressiva do déficit primário pelo aumento da arrecadação com royalties, participações especiais e outras compensações advindas do maior preço do petróleo.

A disparada do petróleo colocou na defensiva todos os bancos centrais, e se o caos persistir no Oriente Médio, eles terão de interromper os cortes de juros ou voltar a elevar as taxas. No Brasil, as reduções de juros sequer começaram e terão de ser administradas com cautela. Houve chances de fazê-las antes, em cenários favoráveis, mas os gastos do governo, na contramão da política monetária, obrigaram o BC a uma postura firme. Mais uma vez, o cenário externo traz empecilhos para o corte dos juros, quando as condições eram favoráveis bem antes do início da guerra com o Irã.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração

Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor

é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.br/pri_edit

Editor-executivo de Opinião

José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos

Catherine Vieira
(catherinevieira@valor.com.br)

Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)

Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)

Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)

Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais

Brasília: Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)

Rio: Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Internacional: Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)

Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)

Política: Marcello Corrêa
(marcello.correa@valor.com.br)

Projetos Especiais: Célia Rosenblum
(celia.rosenblum@valor.com.br)

S.A.: Nelson Niero
(nelsonniero@valor.com.br)

Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta
(cynthiamalta@valor.com.br)

Valor Online: Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)

Valor PRO: Roberta Costa
(roberta.costa@valor.com.br)

Visual Multiplataformas: Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais

Adriana Mattos
(adrianamattos@valor.com.br)

Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@valor.com.br)

César Felício
(cesarfelicio@valor.com.br)

Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)

Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)

Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)

Editoras de Núcleo

Empresas: Mônica Scaramuzzo
(monicascaramuzzo@valor.com.br)

Finanças: Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

Editoras

Agronegócios: Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)

Brasil: Eduardo Belo
(eduardobelo@valor.com.br)

Carreira: Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)

Cultura: Hilton Hida
(hiltonhida@valor.com.br)

Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)

Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)

Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)

Marli Olmos
(marliolmos@valor.com.br)

Correspondente Internacional

Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais

Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)

Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data

Coordenador: William Volpato
(williamvolpato@valor.com.br)

Valor Investe

Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline

Editora: Maria Luíza Figueiras
(maria.figueiras@valor.com.br)

Valor International

Editor: Samuel Rodrigues
(samuelrodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural

Cassiano Ribeiro
(cassiano@edglobo.com.br)

Valor PRO

Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)

Valor Econômico Rua Gerivalta 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line

SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955. **RJ** 0 xx 21 3521.1414. **DF** 0 xx 61 3717 3333

Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br

Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900

Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 - Nível 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados

SP interior e litoral

- MMardegan

Marcelo Mardegan.

Cel (19) 99251-7817

Ribeirão Preto

- SP - F&Campos

Fernando Campos e Valéria Campos

Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667

MT, MS, Região Norte e Nordeste

- Canal C. Carlos Chetto.

Cel (71)99617-6800

ES/MG - Sat

Propaganda

Luiz Otavio.

Cel (31) 9994-6884

GO - Realize Comunicação.

Isleika Leite e Alessandra Marinho.

Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190

PR - SEC Soluções Estratégicas.

Luiz Carvalho e Mara Araújo.

Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866

SC - Marcucci & Gondran Associados

Milton Marcucci.

Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313

RS - HMR Representações

Hermano Thaddeu.

Cel (51) 99987-3165

Revistas Setoriais Financeiro e Espécies - Atendimento nacional - Transforme Negócios

Marisa de Assis Stephano

Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br**. Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**

Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:

R\$ 1.858,80 ou R\$ 154,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Colaboração entre Brasil e Índia pode ser transformadora na agenda ambiental. Por Maria Netto e outros

Clima como vetor de desenvolvimento e competitividade

Os acordos estratégicos assinados pelo presidente Lula com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, confirmam um momento particularmente positivo na relação bilateral. Em um cenário global marcado por incertezas geopolíticas, reorganização das cadeias produtivas e crescente pressão por descarbonização, os dois países encontram uma oportunidade de aprofundar uma parceria estruturante na agenda climática com reflexos diretos na economia.

A convergência é estratégica. Brasil e Índia são duas democracias de grande escala territorial, com forte base agrícola e ambição de ampliar sua presença nas cadeias globais da economia verde. Ao mesmo tempo, compartilham desafios semelhantes: desigualdade social, vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e extensas áreas de terras degradadas que demandam recuperação produtiva.

Na agenda de uso da terra, a cooperação pode ser particularmente transformadora. O Brasil possui aproximadamente 40 de milhões de hectares de pastagens degradadas com potencial de restauração produtiva, enquanto a Índia enfrenta cerca de 90 milhões de hectares de áreas degradadas ou em processo de desertificação. A troca de experiências em agricultura regenerativa, monitoramento tecnológico e desenvolvimento de fertilizantes verdes e bioinsumos pode gerar ganhos ambientais e econômicos, combinando a expertise brasileira em agricultura tropical de larga escala com a capacidade indiana de inovação aplicada a pequenos produtores.

A agenda de adaptação climática também se apresenta como eixo estruturante. Brasil e Índia

são altamente expostos a eventos extremos, com ondas de calor, secas prolongadas e inundações que impactam infraestrutura, produção agrícola e centros urbanos. Nesse contexto, a cooperação pode avançar no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e resposta a riscos climáticos, seguros e instrumentos financeiros de proteção.

A partir deste ano, o Brasil ocupará posição de liderança como copresidente da Coalition for Disaster Resilient Infrastructure (CDRI), iniciativa internacional criada pela Índia para fortalecer a resiliência de infraestruturas frente a desastres climáticos. Essa convergência institucional abre espaço para ampliar a agenda de adaptação na América Latina, conectando experiências brasileiras com a capacidade técnica e a articulação internacional da Índia. Trata-se de uma plataforma concreta para fortalecer políticas públicas, planejamento territorial, assistência técnica e financiamento resiliente.

No campo da infraestrutura digital, há outro vetor promissor. Brasil e Índia são referências globais em Digital Public Infrastructure (DPI). A experiência brasileira com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e plataformas integradas de serviços públicos, somada ao ecossistema digital indiano, cria condições para o desenvolvimento conjunto de soluções tecnológicas aplicadas ao clima. Um exemplo concreto seria a criação de uma plataforma integrada de predição de riscos climáticos, combinando dados meteorológicos, territoriais e socioeconômicos, que poderia dialogar com iniciativas como a plataforma AdaptaBrasil MCII (Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças

RICARDO STUCKERT/TPR

Climáticas) e evoluir para aplicações regionais ou multilaterais.

A cooperação também pode avançar na agenda de biocombustíveis e bioenergia. Ambos os países são protagonistas globais no etanol e têm investido em combustíveis sustentáveis para transporte e aviação. Uma articulação estratégica pode fortalecer cadeias produtivas, harmonizar taxonomias e ampliar acesso a mercados internacionais em um momento em que a descarbonização do setor de transportes ganha centralidade nas políticas industriais.

Outro eixo emergente é o dos minerais críticos. Brasil e Índia possuem interesses convergentes na diversificação de cadeias de su-

primimento e na construção de maior autonomia estratégica em insumos essenciais para a transição energética, como lítio, níquel e terras raras. Cooperação tecnológica, parcerias industriais e coordenação diplomática podem ampliar a competitividade de ambos os países nesse segmento estratégico, criando condições para desenvolver o setor ao mesmo tempo que agrega valor às indústrias e desenvolvimento locais.

O momento geopolítico reforça essa janela de oportunidade. Brasil e Índia presidiram recentemente o G20, contribuindo para reposicionar o debate global sobre desenvolvimento e financiamento climático. O Brasil exerceu a presi-

dência do Brics, que será liderado pela Índia em 2026, garantindo continuidade política na coordenação entre economias emergentes. Em 2025, o Brasil sediou a COP30, em Belém, destacando adaptação e financiamento como prioridades centrais. A Índia, por sua vez, movimentou-se para sediar a COP33, o que pode consolidar um ciclo de protagonismo climático articulado entre os dois países.

Há ainda uma dimensão comercial relevante. Brasil e Índia avançaram em negociações e acordos com a União Europeia, em um contexto em que regulações ambientais e critérios de sustentabilidade ganham peso crescente no comércio interna-

cional. A coordenação entre os dois países pode fortalecer posições conjuntas, ampliar acesso a mercados e promover padrões que reflitam as realidades produtivas do Sul Global.

Mais do que uma aproximação diplomática, a relação Brasil-Índia pode se traduzir em cooperação prática em pesquisa, inovação tecnológica, financiamento e intercâmbio institucional. Ao alinhar agricultura regenerativa, adaptação, infraestrutura digital, bioenergia e minerais críticos, os dois países podem gerar oportunidades econômicas, fortalecer sua competitividade internacional e impulsionar soluções climáticas com impacto real sobre desenvolvimento, inclusão e resiliência.

A convergência diplomática recente cria o ponto de partida para essa cooperação, e transformá-la em resultados concretos demandará uma articulação entre o setor privado, a sociedade civil e formuladores de política pública. Essa relação deve ser um vetor de estruturação de projetos de longo prazo, mobilização de investimentos e coordenação estratégica nos setores mencionados. Além de aproximar as culturas, pode ampliar oportunidades econômicas, fortalecer respostas comuns aos desafios climáticos que afetam, de forma crescente, as duas sociedades e fazer do clima um vetor de desenvolvimento e competitividade.

Maria Netto é diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS). **Lucca Rizzo** é líder sênior em Financiamento Climático do Instituto Clima e Sociedade (ICS). **Kamyla Borges** é líder sênior em Agricultura Sustentável do Instituto Clima e Sociedade (ICS)

O Brasil em guerra consigo mesmo

Nilson Teixeira



A Cruz Vermelha contabilizava em 2024 mais de 120 conflitos armados no mundo, com perdas humanas devastadoras. Só a invasão da Ucrânia pela Rússia, o conflito entre Israel e Palestina e a escalada do confronto no Oriente Médio causaram, segundo organismos internacionais, mais de 100 mil mortes de civis nos últimos anos, sem considerar subnotificações por falta de acesso e colapso dos serviços públicos.

Esse número serve para contextualizar a crise no Brasil que, sem disputas territoriais ou conflitos declarados, registrou em 2024 mais de 44 mil mortes violentas intencionais, incluindo latrocínio, feminicídio e mortes de policiais e por intervenção policial, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em três anos, as mortes violentas no país se aproximam das registradas nos conflitos que dominam o noticiário. O quadro é agravado por 82 mil desaparecimentos, muitas vezes ligados à ocultação de cadáveres pelo crime organizado.

Não por acaso, pesquisas de opi-

nião apontam a insegurança pública como a maior angústia da sociedade. Dados da Ipsos mostram que “crime e violência” é a principal preocupação dos brasileiros desde 2021 — 41% mencionaram o tema como prioritário em fevereiro de 2026. O desperdício de vidas impõe custos ao bem-estar, reduzindo produtividade, encurtando horizontes de investimento e minando a coesão social. Segundo o BID, o custo anual do crime na América Latina alcança 3,5% do PIB da região, e o Brasil responde por mais da metade.

A literatura econômica sobre o crime, inaugurada por Gary Becker em 1968, ensina que a delinquência responde a incentivos: o crime cresce quando seu retorno esperado supera os custos da punição, ponderados pela probabilidade de captura. Décadas de evidências reunidas por Daniel Nagin comprovam que o fator essencial na dissuasão do crime é a certeza da captura, não a severidade da pena.

Essa equação é trágica no Brasil, pois investigações precárias, baixa taxa de esclarecimento de homicídios e Judiciário lento alimentam a impunidade. A violência é fomentada por acentuada desigualdade de renda, baixa escolaridade, deficiente qualidade da educação, enorme evasão escolar, escassez de empregos para jovens pouco qualificados, desestruturação familiar, exposição precoce à violência e fácil acesso a armas de fogo.

Refletindo o anseio por respostas, a Câmara aprovou a PEC da Segurança Pública, reorganizando competências federativas,

constitucionalizando o Sistema Único de Segurança Pública e prevendo novas fontes de financiamento, incluindo 30% da arrecadação sobre apostas esportivas. O texto, agora no Senado, é predominantemente punitivo, com penas maiores para organizações criminosas e restrições à progressão de regime, à liberdade provisória e a benefícios penais.

A literatura levanta, porém, dúvidas sobre a eficácia desse maior rigor. Análise do National Institute of Justice dos EUA comprova que o endurecimento penal tem efeito limitado na dissuasão, sendo a redução da criminalidade mais dependente da presença policial e da percepção dos transgressores quanto ao risco de captura. Embora sinalize que o Congresso não está inerte, a PEC não ataca as causas da impunidade.

São mais de 44 mil mortes violentas por ano, incluindo latrocínio, feminicídio e mortes envolvendo policiais

A redução permanente da violência exige transformações profundas que, além de demoradas, enfrentam descontinuidades a cada troca de governo. Estudos do Banco Mundial confirmam que a educação de qualidade e em tempo integral, a redução da evasão, o apoio psicossocial e o ensino profissionalizante em áreas mais vulneráveis são as ferramentas com maior retorno e as que mais elevam o custo de

oportunidade dos jovens hoje aliciados pelo crime.

Essas políticas precisariam ser complementadas por iniciativas de curto e médio prazo:

- Eficácia investigativa: é imperativo melhorar a investigação, perícia e inteligência policial para ampliar a solução de homicídios e desarticular financeiramente as organizações criminosas.
- Celeridade judicial: são necessários ajustes no Código de Processo Penal para simplificar ritos e padronizar prazos, racionalização de recursos na Constituição e melhor coordenação entre polícia, Ministério Público e tribunais. Proteções enfraquecem a dissuasão, mesmo quando a punição é certa.
- Tecnologia: monitoramento e câmeras corporais já se provaram capazes de reduzir a letalidade policial. Redes de câmeras, modelos preditivos por identificação de padrões e análise inteligente de imagens são as ferramentas certas para substituir rondas dispersas por patrulhamento focalizado.
- Capital humano policial: são necessários treinamento e suporte psicológico contínuos, plano de cargos e salários baseado em meritocracia, autonomia administrativa contra ingerência política, melhor equipamento e protocolos que minimizem erros e mortes de inocentes.
- Retomada territorial: cabe melhor coordenação entre todos os níveis de governo para retomar áreas dominadas por milícias e pelo tráfico. Evidências indicam que a ocupação só é duradoura quando acompanhada de serviços públicos que substi-

tuam a presença do crime.

• Controle de armas: o Atlas da Violência associa maior disponibilidade de armas de fogo a mais homicídios. O governo acertou ao reverter a flexibilização anterior. O Congresso precisa dificultar a posse e o Executivo aprimorar o controle do fluxo.

Essas ações requerem planejamento, investimentos e vontade política de todos os entes governamentais. Além disso, o combate ao crime precisa incorporar o setor privado, com organizações sociais atuando em comunidades vulneráveis e empresas desenvolvendo soluções tecnológicas de prevenção.

O Brasil vive um triste contrassenso: registra um número assustador de mortes violentas intencionais, mesmo sem guerra declarada. A segurança pública precisa se tornar política prioritária de Estado, e não de governos isolados. Do contrário, o país continuará a perder incontáveis jovens para o crime, sacramentando sua derrota na guerra contra a violência e a ausência de perspectivas melhores para o futuro.

Este texto é dedicado ao meu filho, Felipe Teixeira, motivo de muito orgulho. Cursando o último ano da graduação em Computer Science na Universidade de Stanford, ele acaba de receber mais um prêmio, o prestigioso “Terman Award”, concedido aos formandos com melhor desempenho acadêmico da Escola de Engenharia.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço, twitter e threads @EconomicsArTBRL

O país foi construído pela imigração e fortalecido por ela. Por Simon Johnson

O que faz os EUA fortes?

O presidente Donald Trump afirma que deseja lançar uma nova “Era de Ouro” para os Estados Unidos (ou talvez ela já esteja aqui). Uma característica marcante da visão de Trump, agora clara, é o uso generoso da força militar dentro ou contra vários países — Nigéria, Venezuela, Irã e, presumivelmente, outros que virão — por várias razões. Outra característica será um EUA que admite e integra muito menos imigrantes.

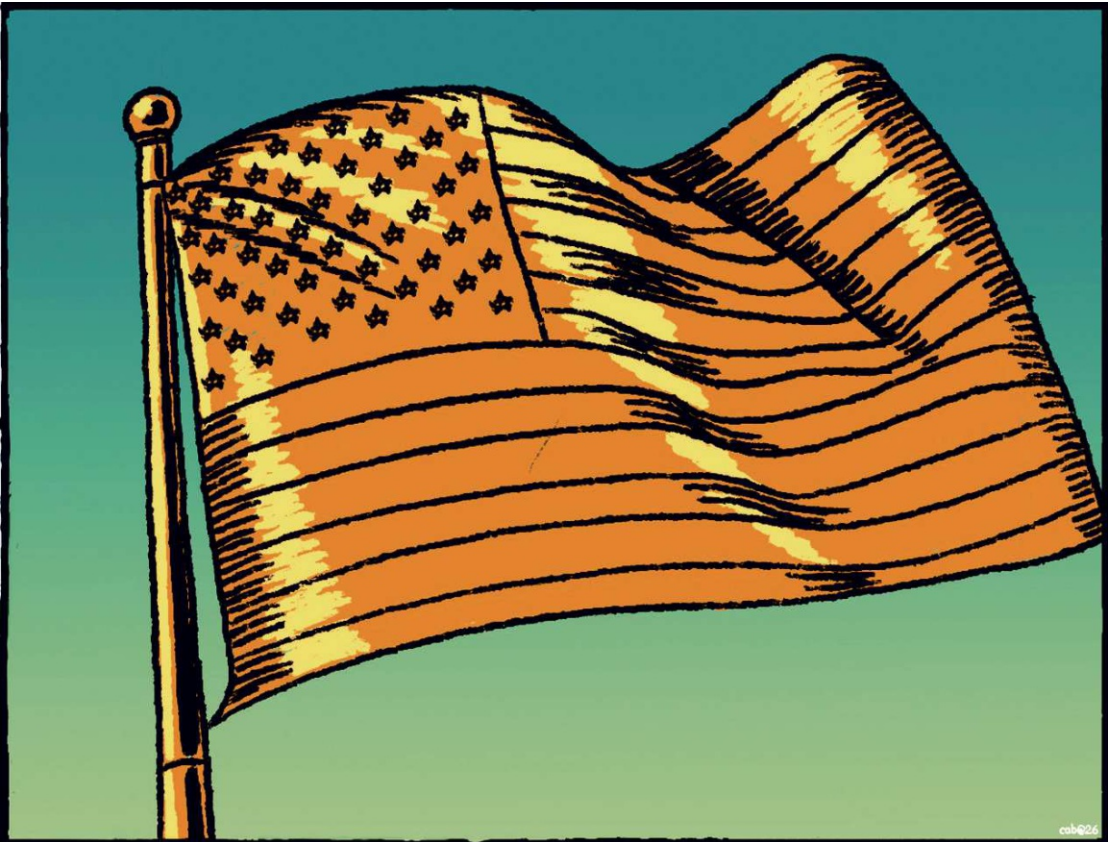
Mas, como os EUA já devem saber, poder militar não necessariamente torna um país mais forte e uma política de imigração fechada é uma maneira infalível de torná-lo mais fraco. Restringir a imigração legal reduz o crescimento econômico, limita inovação e impede ganhos de produtividade. Atropelar direitos dos cidadãos e residentes legais enquanto persegue pessoas cujo único crime é serem indocumentadas prejudica a ordem civil e reduz o investimento (e provavelmente o consumo).

Os números não mentem: os EUA são um país construído pela imigração e fortalecido por ela. Na independência, em 1776, as 13 ex-colônias tinham 2,5 milhões de habitantes, em comparação com pelo menos 7,5 milhões no Reino Unido. Em 1860, pouco antes da Guerra Civil, a população dos EUA (33 Estados e dez territórios) tinha aumentado para pouco mais de 31 milhões (com base no oitavo censo), incluindo quase quatro milhões de escravos.

Mais de 25 milhões de imigrantes chegaram durante o século 19, incluindo nove milhões entre 1880 e 1900. No início do século 20, a população superava os 76 milhões, impulsionando o que se tornou — e permaneceu desde então — a maior economia do mundo.

Há grandes vantagens em ter um mercado interno grande. Ser capaz de atingir escala antes de tentar exportar é útil na construção de um negócio, e essa é uma das razões pelas quais os EUA têm sido ideais para o empreendedorismo e a inovação revolucionária.

Isso foi verdadeiro durante a maior parte da era industrial, bem como na era da internet até aqui. As ferrovias prosperam em escala, assim como siderúrgicas, fabrican-



Reduzir drasticamente a imigração legal irá abrandar o crescimento e comprometer a segurança nacional. Se o objetivo é uma Era de Ouro, ou pelo menos um país mais próspero e seguro, as políticas do governo de Donald Trump ficarão muito aquém do desejado

tes de automóveis e aviões, projetistas de semicondutores, empresas de mídia social, desenvolvedores de IA — e fornecedores de defesa de todo tipo. O tamanho dos EUA permitiu que o país estabelecesse tendências globais, de Hollywood às mídias sociais. E a escala econômica, o tamanho do PIB, reflete duas coisas: o tamanho da população e a produtividade média.

Foi também o tamanho da população que tornou os EUA uma potência militar. Os EUA tiveram um papel decisivo tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial porque todos aqueles recém-chegados (bem como milhões de afroamericanos que se mudaram do sul para as cidades do norte durante a Grande Migração) impulsionaram um crescimento maciço na produção industrial. Eventualmente, durante ambas as guerras mundiais, os EUA conseguiram mobilizar e equipar um exército que podia projetar poder globalmente.

A geração anterior de formuladores de políticas compreendeu e valorizou a importância do tamanho da população para a segurança nacional. Em 1948, ano em que começou o transporte aéreo de Berlim no início

da Guerra Fria, a população da União Soviética (estimada em 195 milhões) superava a dos EUA (148 milhões). Durante a década de 1950, autoridades americanas estavam preocupadas com o fato de o sistema educativo americano não produzir cientistas e engenheiros suficientes para acompanhar o ritmo da tecnologia soviética. Em 1989, os EUA tinham atingido 250 milhões de habitantes, enquanto a população soviética era de cerca de 290 milhões. Hoje, os EUA têm uma população de cerca de 349 milhões, comparada com menos de metade disso na Rússia pós-soviética, e uma economia que é cerca de dez vezes maior do que a da Rússia. A vitória na Guerra Fria foi, pelo menos em parte, demográfica.

Mas hoje, é claro, os EUA estão competindo em termos econômicos com a China (hoje com cerca de 1,4 bilhão de pessoas, número que está caindo) num mundo com população total de mais de 8 bilhões, provavelmente a caminho dos 10 bilhões ainda neste século. De novo, a política de imigração será um componente importante do sucesso dos EUA.

Para entender o motivo, consi-

dere que, nos últimos 20 anos, a imigração legal anual para os EUA (o número de pessoas que receberam green cards) foi, em média, superior a um milhão de pessoas. Esses recém-chegados contribuíram enormemente para a inovação e formação de novas empresas, além de pagarem impostos e fortalecerem a Previdência Social.

Os efeitos econômicos mais amplos da imigração também são significativamente positivos. Desde 2000, os imigrantes ganharam 40% dos Prêmios Nobel concedidos a americanos em química, física e medicina. Em 2024, Daron Acemoglu, James Robinson e eu ganhamos o Nobel de Economia. Somos todos imigrantes nos EUA.

Agora, o governo Trump está fechando a porta. Em 2025, a migração líquida foi provavelmente negativa (segundo uma análise cuidadosa), já que o número de imigrantes legais foi reduzido de várias maneiras. O efeito geral será um crescimento econômico mais lento — talvez em grande escala — em relação ao que poderia ser.

É claro que há muitas dimensões na discussão sobre a imigração e, sem dúvida, os EUA devem proteger suas fronteiras. Contudo, a legislação necessária para gerir de modo adequado a imigração também deve abordar caminhos para a cidadania para pessoas que já estão nos EUA e cumprem a lei, bem como regras para os requerentes de asilo.

Mas a conclusão é clara: reduzir drasticamente a imigração legal irá abrandar o crescimento econômico e comprometer a segurança nacional. Se o objetivo é uma Era de Ouro, ou pelo menos um país mais próspero e seguro, as políticas do governo Trump ficarão muito aquém do desejado. *(Tradução de Fabrício Calado Moreira)*

Simon Johnson, Prêmio Nobel de Economia em 2024 e ex-economista-chefe do FMI, é professor da MIT Sloan School of Management, codiretor do Stone Center for Inequality and Shaping the Future of Work do MIT. É coautor (com Daron Acemoglu) de “Poder e progresso: Uma luta de mil anos entre a tecnologia e a prosperidade” (ed. Objetiva, 2024). Copyright: Project Syndicate, 2026. www.project-syndicate.org

Frase do dia

“Um trabalhador na AL produz hoje quase a mesma coisa ou até um pouco menos do que produzia no começo do século”.

De Nelson Ferreira, sócio sênior da consultoria McKinsey

Cartas de Leitores

Dívidas das famílias

É preocupante o cenário da dívida das famílias brasileiras. Segundo o Banco Central, o endividamento como proporção da renda das famílias situa-se em torno de 50%, maior valor da série histórica iniciada em 2005. Já a inadimplência da pessoa física com o Sistema Financeiro está em 5,4%, taxa mais alta desde 2012. Nesta conjuntura de mercado de trabalho aquecido, com desemprego baixo e renda real crescendo, as famílias poderão postergar o ajuste, porém este certamente virá nos próximos trimestres com o desaquecimento cíclico da economia.

Neste contexto, é altamente irresponsável e populista o governo fomentar o incremento da alavancagem no ano eleitoral, como acontece com o crédito consignado para trabalhadores do setor privado. O programa, amplamente divulgado pelo governo, não engrenou como esperado. Com isso, há iniciativas do governo para tentar reduzir os juros da modalidade para fomentar o crédito. Quanto mais as famílias se endividam, maior será o ajuste futuro para corrigir os excessos.

Guilherme Micota Stipp
economia.guilherme@outlook.com

Privilégios

O ministro André Mendonça autorizou que advogados se encontrem com o banqueiro Daniel Vorcaro sem gravação das conversas. Pedido aceito. Não é surpresa. Vorcaro não é um qualquer. No Brasil, há regras para os comuns e acomodações discretas para os muito bem relacionados. O pobre “Sicário”, que ganhava para sobreviver, vira peça descartável quando a engrenagem emperra. Já quem distribuiu dinheiro em abundância sabe a quem recorrer quando chega a hora de cobrar favores. Dinheiro, afinal, tem memória longa e grande poder de persuasão.

Luciana Lins
lucianavlins@gmail.com

Coluna

Excelente coluna de Pedro Cafardo (**Valor**, ontem). Além da indústria, tudo está sendo dizimado (agronegócio com RJs recorde e etc) e me pergunto por que também ninguém fala sobre outro Grande Veneno que é a altíssima carga fiscal para um país de renda média (e com baixo estoque de riqueza comparado a países desenvolvidos) como Brasil. Ex: enorme problema da cidade e Estado do RJ, há décadas, são os maiores impostos do país, o que leva empresas do Rio a se instalarem na via Dutra, a 15 minutos da fronteira Rio-SP. Imposto alto é mortal.

Paulo Areas
pareas@rpcsa.com.br

Correção

O nome do fundador da Base Securitizadora é Cesar Reginato Ligeiro e não Marcos Reginato Ligeiro, como publicada na matéria “Após Compliance Zero, Itaú encerra contas de CRIs da Base”, publicada na página C1 da edição de 10 de março de 2026.

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Combate custoso Americanos sentirão impacto na gasolina, mas países importadores de petróleo e gás serão mais afetados pelo conflito que ameaça produção na região

Grandes economias se preparam para pagar preço da guerra no Irã



Conflito no ORIENTE MÉDIO

Sam Fleming, Amy Borrett e Myles McCormick
Financial Times

O ataque de Donald Trump ao Irã causará um impacto maior nas economias europeias e asiáticas do que na dos próprios Estados Unidos, que será protegida do golpe, em parte, pelo tamanho de sua indústria local de fontes de energia, segundo analistas. Em termos líquidos, os EUA são exportadores de gás natural desde 2017 e de petróleo desde 2020, segundo dados oficiais, de forma que seu próprio setor de energia se beneficia da alta das cotações, apesar de que o aumento na gasolina será um grande golpe para o consumidor médio americano.

Em contraste, as economias europeias e asiáticas que dependem de importações de fontes de energia, deparam-se com a perspectiva de um aumento muito maior na inflação, em parte porque os preços do gás natural nesses países, que já deram um salto, são mais voláteis do que nos EUA — e porque o combustível é uma fonte crucial em seus mercados locais de energia.

“Os EUA estão protegidos, mas não imunes aos danos”, disse James Knightley, do ING Bank. Isso porque os EUA não sofrerão interrupções na oferta de commodities-chave como se verá em outros lugares, argumentou.

David Aikman, chefe do National Institute of Economic and Social Research (Niesr) concorda. “Todos vão estar em pior situação, porque o fundamento [econômico] disso é que você terá tornado um fator-chave de produção mais caro”, disse. “Mas isso terá impactos desiguais nos países”.

O petróleo Brent deu um salto para quase US\$ 120 na segunda-feira, mas recuou para menos de US\$ 90 após Trump sugerir que a guerra acabaria em breve. Ainda assim, o salto em relação aos preços de antes da guerra é superior a 30%, enquanto os preços do gás europeu encerraram a semana passada em alta de 70%.

A volatilidade continua sendo impulsionada pelo medo quanto a uma interrupção prolongada nos embarques que passam pelo Estreito de Ormuz, uma artéria fundamental para o tráfego de fontes de energia, e pela redução da produção em outros países do Oriente Médio.

Caso os preços se mantenham em patamares mais altos, isso vai empurrar a inflação para cima, restringir o poder de compra dos consumidores e prejudicar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) das economias pelo mundo. Os bancos centrais podem se ver forçados a manter as taxas básicas de juros por mais tempo ou até elevá-las, ao mesmo tempo em que os governos se depararão com mais pressões no campo fiscal se decidirem intervir nos mercados de energia para amortecer o impacto nos eleitores.

Mudanças nos preços da energia atuam como um “mecanismo poderoso de redistribuição de renda entre os países””, disse Qian Wang, economista-chefe para a região da Ásia-Pacífico na gestora de investimentos Vanguard. Os exportadores de petróleo pouparão uma maior parte do que arrecadarem a mais, mas os consumidores tendem a cortar os gastos de imediato e os mercados financeiros, a sofrer um tombo, de forma que a demanda mundial será prejudicada.

A gravidade do impacto dependerá não apenas das altitudes que os preços venham a atingir, mas também de quanto tempo permanecerão nesses patamares e do que os governos tentarão fazer para aliviar o peso sobre os consumidores.

O aumento nos preços do gás superou o do petróleo. Isso terá custos para economias europeias como a Itália, Alemanha e Reino Unido, que dependem muito das importações de gás.

Uma análise sobre 15 países feita pela Oxford Economics indica que o salto nos preços da energia



Irã tem atacado infraestrutura energética da região, causando um choque nos mercados, para fazer com que países pressionem Trump a desistir da guerra

deixará sua maior marca na Itália, onde a inflação no quarto trimestre de 2026 poderia ser mais de 1 ponto percentual maior do que indicavam as projeções prévias da firma de consultoria.

A região do euro como um todo e o Reino Unido terão um aumento de mais de 0,5 ponto em relação à inflação que vinha sendo projetada até agora. Em contraste, a inflação dos EUA no quarto trimestre será impulsionada em apenas 0,2 ponto, enquanto o Canadá será o menos afetado, de acordo com a análise.

China, Índia e Coreia do Sul são grandes importadoras do petróleo e gás do Golfo Pérsico, o que também os deixa vulneráveis. A China, por exemplo, importa entre 70% e 75% do seu consumo de petróleo. Uma grande parte de suas importações provenientes do Oriente Médio passa pelo Estreito de Ormuz.

A China, entretanto, pode recorrer a seus grandes estoques de petróleo e pressionar as refinarias a suspenderem as exportações para proteger os suprimentos do país. Também tem a opção de recorrer às importações russas.

Wang argumentou que o governo chinês também pode ter condições de intervir para limitar a transmissão do preço do petróleo para o da gasolina no varejo e que uma inflação um pouco mais alta pode até ser bem-vinda, tendo em vista a persistente “pressão deflacionária” no país.

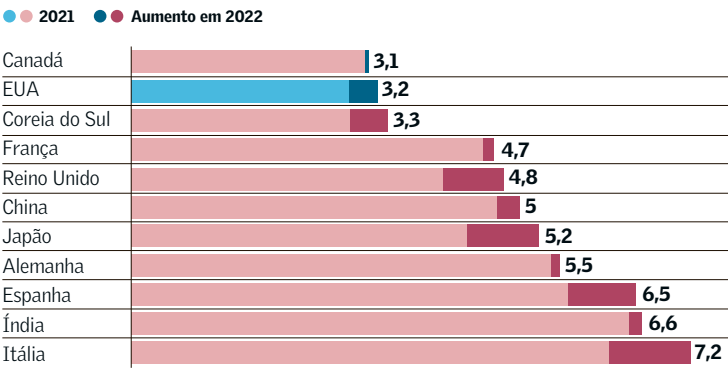
A alta do dólar que se seguiu ao início dos ataques dos EUA também pode aliviar parte da pressão de valorização sobre o yuan.

Grandes exportadores de fontes de energia, como Noruega e Canadá, terão efeitos “mais inequivocamente positivos”, uma vez que se beneficiam dos preços mais altos e também conseguem evitar as ameaças à produção e à receita enfrentadas pelos fornecedores do Oriente Médio, como o Catar, segundo analistas da

“Todos vão estar em uma pior situação porque a guerra tornou um fator-chave de produção mais caro”
David Aikman

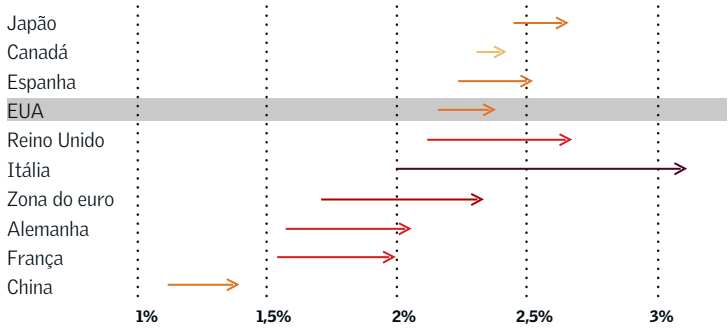
Conflito pressiona preços da energia

Renda média das famílias gastas com energia (em %)



Disparada da energia terá impacto na inflação

Impacto da alta dos preços nas projeções para o 4º tri de 2026



Fontes: AIE e Oxford Economics

Capital Economics.

A revolução do petróleo de xisto transformou os EUA em uma superpotência energética nos últimos 20 anos e no maior produtor de petróleo e gás do mundo.

Dessa forma, os produtores americanos vão colher os benefícios dos preços mais altos, em especial se o conflito se prolongar e os preços permanecerem altos.

O mercado acionário dos EUA tem sofrido menos pressão que o de alguns países na Europa e na Ásia desde o início do conflito, sinal de que alguns investidores apostam em um impacto menor no PIB da América do Norte do que em outras grandes economias.

A alta produção dos EUA oferece uma proteção parcial para os consumidores, em especial no caso do gás natural, cujo mercado global é mais fragmentado. Enquanto os preços do gás natural europeu e asiático decolaram na semana passada, os preços nos EUA subiram apenas um pouco.

Além disso, a falta de capacidade ociosa de liquefação e exportação de gás natural liquefeito (GNL) limitará a capacidade dos produtores dos EUA de exportar gás a outros mercados, o que ajudará a conter os preços americanos do gás, disse David Oxley, da Capital Economics, descrevendo os EUA como uma “ilha do gás”.

Já no caso do petróleo, cujo mercado é mais global, os consumidores americanos provavelmente sentirão o aperto. Na semana passada, o West Texas Intermediate (WTI), referência do petróleo dos EUA, registrou seu maior aumento semanal na história dos registros, que remontam a 1983.

Isso provocou um salto nos preços da gasolina nos EUA, que atingiram US\$ 3,54 por galão (3,785 litros) ontem, o maior nível desde 2024, de acordo com o Automóvel Clube Americano, acima dos US\$ 2,98 de uma semana antes.

Na segunda-feira, os preços do petróleo deram um salto, chegando a atingir máximas intradiárias de US\$ 119,50 para o tipo Brent, referência internacional, e de US\$ 119,48 para o WTI. Ambos, porém, fecharam com altas mais modestas, em US\$ 98,96 (+6,76%) e US\$ 94,77 (+4,26%) após sinalizações de que os países estavam prontos para apoiar a oferta com a libertação de reservas. Depois, com as declarações de Trump de que a guerra estava “praticamente concluída”, as cotações de ambos voltaram a recuar ontem, para US\$ 87,80 e US\$ 83,45, respectivamente, ainda bem acima dos patamares anteriores à guerra.

O Goldman Sachs advertiu que, se a crise se arrastar durante todo o mês de março, os preços do petróleo “provavelmente” excederão seus picos de 2008 e 2022, quando o Brent ultrapassou os US\$ 147 por barril e a gasolina passou os US\$ 5 por galão, respectivamente.

O aumento dos preços representa um risco para Trump e ameaça piorar uma crise inflacionária que se tornou seu maior ponto fraco perante os eleitores antes das importantes eleições de meio de mandato em novembro. Muitos estudos mostram que o aumento dos preços da gasolina impacta com mais força os

americanos pobres, pois eles tendem a trabalhar em empregos que exigem mais viagens rodoviárias e gastam uma proporção maior da renda com combustível.

Os livros de economia indicam que as autoridades monetárias podem “ignorar” os aumentos nos preços da energia, com base na ideia de que eles desencadeiam aumentos apenas temporários nos preços ao consumidor, mas esse ponto de vista perderia força se as expectativas de inflação das famílias já tiverem se aprofundado muito. Ao reduzir os orçamentos das famílias, os aumentos nos custos da energia acabam resultando em uma demanda mais fraca, o que pode ajudar a conter a inflação.

No entanto, a recente experiência com os altos índices de inflação depois da pandemia de covid-19 e da invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia fez com que as expectativas de inflação das famílias ficassem mais altas em alguns países. Os trabalhadores pediram acordos salariais mais altos no período pós-pandemia e pós-invasão russa e as empresas reformularam suas estratégias de preços.

Desse modo, segundo Michael Saunders, da Oxford Economics, agora, a “cartilha atualizada” das autoridades monetárias passou a ser que, se houver um choque nos preços da energia, “esteja pronto para conter os riscos das expectativas inflacionárias mais altas e da inflação persistente por meio de uma linguagem mais dura e de uma política monetária mais apertada ou de cortes nos juros menores do que os esperados”.

Isso já se refletiu nos mercados monetários. Os investidores agora não apenas preveem a manutenção dos juros básicos pelo Banco da Inglaterra em 19 de março, em 3,75%, como também passaram a indicar apenas uma redução até o fim de 2026, e ainda assim nem esse corte é levado em conta integralmente nos preços. Antes do conflito, os contratos de swaps sinalizavam totalmente dois cortes de 0,25 ponto ainda em 2026.

Enquanto isso, na região do euro, os investidores já começam a levar em conta nos preços a possibilidade de uma elevação dos juros básicos do Banco Central Europeu em resposta à nova ameaça de inflação, embora as autoridades insistam em dizer que é cedo demais para tirar conclusões.

Nos EUA, o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, já havia indicado que a instituição provavelmente manteria as taxas no curto prazo — uma posição que provavelmente será reforçada diante do potencial de um aumento inflacionário.

As previsões de corte de juros no mercado futuro perderam força. Agora, os operadores apostam em um a dois cortes em 2026, em vez de dois a três, com o primeiro esperado para setembro, em vez de julho.

“No nosso ponto de vista, o Fed [...] tem tempo para ‘esperar para ver’ no que se refere ao Irã e aproveitará isso ao máximo”, disse Krishna Guha, chefe da área de economia da Evercore ISI. *(Tradução de Sabino Ahumada) (Com agências internacionais)*

Combustível
GNL sobe mais de 70% com guerra; efeitos no Brasil são limitados

B4

Tecnologia

Amazon, comandada por Andy Jassy, acelera captação de recursos para financiar projetos de IA **B6**



Ines249

Combustível

Guerra no Oriente Médio provoca alta de 70% no preço do GNL **B4**

Imóveis

MRV&Co enfrenta dificuldades para vender ativos da Resia, nos EUA **B5**

Agronegócio

Conflito no Irã ameaça oferta de fertilizantes, avalia o governo brasileiro **B8**

Valor B

Quarta-feira, 11 de março de 2026

Empresas

Varejo Rabobank e Itaú Unibanco são os dois maiores credores e Casas Bahia tem R\$ 174 milhões a receber; capitalização está na mesa

Em recuperação extrajudicial, GPA avalia aporte de até R\$ 700 mi

Adriana Mattos
De São Paulo

Dono das redes Pão de Açúcar e Extra Mercado, o GPA entrou nesta terça-feira (10) com pedido de recuperação extrajudicial envolvendo a renegociação de dívidas com credores financeiros de R\$ 4,5 bilhões. Quase 40% dos passivos vencem em até 12 meses. O grupo foi fundado em 1948 pela família Diniz.

Documentos anexados na petição obtida pelo **Valor** mostram Rabobank como maior credor, em duas operações somando R\$ 917,3 milhões, seguido do Itaú Unibanco (R\$ 707,1 milhões), BTG Pactual (R\$ 225,7 milhões) e HSBC (R\$ 206,2 milhões). Esses credores representam 46% dos passivos, equivalente a R\$ 2,1 bilhões. O percentual é superior ao quórum mínimo legal de um terço dos créditos afetados para o ingresso do pedido na Justiça.

“Agora temos 90 dias para concluir esse acordo com os credores, as conversas avançam bem e queremos ter o quórum necessário [50% mais 1] para aprovação do plano em tempo mais curto”, disse ao **Valor**, o presidente da empresa, Alexandre Santoro. A ideia é que, com os principais credores alinhados com a rede, outros acabem buscando um entendimento nas próximas semanas, até porque o pior cenário seria uma deterioração das contas da cadeia.

Segundo o CEO, foi feito um diagnóstico da situação nas últimas semanas e pelo quadro estrutural da rede, em termos de caixa e dívidas, e pelos vencimentos relevantes com bancos, decidiu-se “dar celeridade à situação de forma mais organizada”.

No documento à Justiça, a empresa cita três fatores para o pedido: juros elevados, maior competição no varejo alimentar e concentração de vencimentos altos no curto prazo.

A possibilidade de uma capitalização na rede no futuro, algo bem visto pelos credores, dizem fontes, seria opção viável na visão do conselho de administração — que cogitaria valores entre R\$ 500 milhões e R\$ 700 milhões, apurou o **Valor** — mas é uma das hipóteses na mesa, a depender do preço das ações.

Ao se analisar o balanço, em empréstimos e financiamentos na linha de passivo circulante (vencimento em até 12 meses) eram R\$ 1,7 bilhão ao fim de 2025 e mais R\$ 2,4 bilhões no passivo não circulante (longo prazo). O montante no circulante dobrou, passando de R\$ 850 milhões em 2024 para o R\$ 1,7 bilhão em 2025. Essa foi uma das contas que desestabilizou a empresa.

Outro fator foi a redução da entrada de recursos da venda de ativos, como imóveis, que haviam rendido mais de R\$ 4 bilhões de 2022 a 2024, calculou o **Valor**, e ajudado a diminuir essa pressão de pagamentos nos outros anos. Em 2025, essas negociações pararam, e renderam apenas R\$ 96 milhões. Houve menos tratativas de venda de ativos especialmente na segunda metade do ano.

Santoro diz que o plano de rees-

truturação abrange pagamentos sem garantia, e não fazem parte as obrigações operacionais da varejista, ficando excluídas acordos junto a fornecedores e parceiros, bem como obrigações trabalhistas. A empresa tinha em dezembro R\$ 3 bilhões em passivos que vencem em 12 meses com fornecedores, mesmo valor de um ano atrás.

Ainda entra nesse cálculo das dívidas passivo atualizado de R\$ 174 milhões com a Casas Bahia, que venceria nesta quarta-feira (11). O valor é relativo a perda de um procedimento arbitral sobre obrigações trabalhistas e cíveis assumidas da antiga Globex, hoje Casas Bahia, quando GPA comprou a rede, em 2009.

O GPA perdeu esse processo em dezembro, e na petição em que pede recuperação, o grupo disse que a Casas Bahia estava inflexível nessa negociação.

“Muito embora a companhia tenha tentado negociar tal pagamento, em especial à luz das dificuldades que vinha enfrentando, a Casas Bahia sempre se demonstrou inflexível, exigindo a quitação imediata”, disse o GPA à Justiça. A Casas Bahia não se manifestou.

Nessas contas da ação extrajudicial, é preciso ainda separar o que são dívidas com bancos e debêntures daquilo que são as contingências da rede, outro foco de pressão.

A negociação atual envolve os credores financeiros. Os contatos com debenturistas devem ocorrer num segundo momento — apesar de algumas conversas estarem em andamento, segundo Pedro Albuquerque, vice-presidente de finanças.

“Vamos abrir esses contatos também. Mas uma parte dos bancos já



SILVIA ZAMBONI/VALOR

Ideia é fechar apoio de credores antes dos 90 dias legais, diz Santoro; CEO contata fornecedores para tranquilizá-los

são debenturistas [caso do Itaú, com R\$ 707 milhões], então isso anda paralelo” diz ele. Em debêntures neste ano são R\$ 1,7 bilhão, com vencimento em maio e julho.

Já as contingências fiscais e trabalhistas, algo comum no varejo, foram carregadas ao longo dos tempos pela varejista, e parcela do total tem sido cobrada por Estados e União. A soma total atinge cerca de R\$ 17 bilhões — isso também não faz parte da recuperação extrajudicial.

Esse é outro fator que pode desestabilizar financeiramente a empresa, caso a rede não evolua nos acordos de descontos, e pelo grau de incerteza nas cobranças.

O plano do GPA tem efeitos imediatos, e prevê a suspensão das obrigações pelos 90 dias junto aos credores afetados, o que dá uma tranquilidade para a rede. Na prática, a intenção é criar um ambiente seguro e estável para a continuidade das negociações, diz o CEO.

Sobre esse ponto, a empresa acabou avançando com as tratativas para se proteger de uma “profecia autorrealizável”, na visão de pessoas a par do tema. “Tudo o que aconteceu nos últimos dias não foi nada bom”, disse uma fonte.

“Com a questão do risco da conti-

nuidade operacional que veio à tona [a empresa comunicou esse fato], e o rebaixamento da nota de crédito da Fitch, o que aconteceu foi que o temor dos credores e dos fornecedores foi crescendo”, disse uma fonte. “Foi preciso deixar claro que a indústria está fora desse problema. Esse cenário todo começou a gerar tensão no mercado, e o risco é chegar num ponto que fica difícil administrar. A empresa decidiu agir antes disso.”

A ideia é melhorar o perfil do endividamento e preservar o relacionamento com fornecedores e, principalmente, proteger a operação, de onde vem o caixa da empresa.

O relacionamento com a indústria pode ser um ponto sensível nesse processo, dizem empresários ouvidos. “Eu estive com 300 fornecedores depois que pedi recuperação extrajudicial. As linhas de crédito reduzem e tem que gerir isso logo no começo”, diz o CEO de uma rede. “Não é fácil manter o mesmo nível de serviço e o cliente pode sentir.”

Santoro afirma que já recebeu mais de 30 fornecedores para explicar que a operação está protegida. Diz ainda que não há ruptura ou dificuldades de abastecimento, e que a rede está em dia com suas obrigações junto a fornecedores,

clientes e parceiros, todos excluídos do processo. “Não temos um único boleto em atraso”, diz.

O executivo diz que as lojas continuam funcionando normalmente — são 728 unidades. Em 2025, o GPA teve receita líquida de R\$ 19,1 bilhões, alta de 1,7% frente a 2024.

O problema do GPA não é operacional, mas o financeiro. O balanço mostra que a cadeia teve fluxo de caixa livre operacional de R\$ 670 milhões em 2025 (R\$ 400 milhões acima de 2024), mas R\$ 920 milhões foram consumidos com juros das dívidas, fianças bancárias e custos com descontos de recebíveis. Este gasto é R\$ 325 milhões acima de 2024.

O índice de liquidez corrente (dos compromissos de curtíssimo prazo) passou de 0,96 no fim de 2024 para 0,83 em 2025. Isso significa que, para cada R\$ 1 de dívida, a rede tinha R\$ 0,83 em recursos para pagá-las — uma piora em relação aos R\$ 0,96 de um ano antes.

Por mais de uma década, o Casino exerceu o poder na rede, mantendo 40% das ações após a saída da família Diniz da varejista, em 2012. Hoje, a família Coelho Diniz tem 24,6% do capital, e o Casino, 22,5%.

Ver mais na página B3

Por que o ‘Pão’ chegou ao ponto de negociar reestruturação?

Análise

De São Paulo

Para entender de forma mais profunda a crise atual naquela que já foi a maior rede de varejo da América do Sul, é preciso analisar o histórico recente do GPA.

O **Valor** teve acesso ao pedido de recuperação enviado à Justiça que ajuda nessa contextualização.

A varejista sentiu os efeitos de um cenário macro de juros elevados e venda pressionada por inflação e endividamento das famílias nos últimos tempos, e a rede reforça esses pontos à Justiça, mas não dá para dizer que isso levou a empresa para uma situação de recuperação extrajudicial.

Outras varejistas nacionais também sentiram esse impacto e não recorreram a esse tipo de proteção.

Nem mesmo o fato de a empresa ter um dos ativos mais resilientes do mercado, o Pão de Açúcar, que atende a classe média alta, impediu que recorresse à proteção extrajudicial. O “Pão” responde por mais da metade da venda trimestral do grupo. No início dos anos 2000, a marca era uma máquina de fazer

dinheiro, com pontos muito bem localizados e margem altas.

Há aspectos específicos que afetaram o GPA nos últimos anos e explicam o quadro. Houve situações em que decisões controversas foram tomadas pelos donos do Casino — e o caixa da companhia paga parte desta conta até hoje.

Atualmente, o sócio Casino — que não mais é administrado pelo ex-CEO Jean-Charles Naouri — tem 22,5% do GPA, mantendo membros no conselho de administração. A família Coelho Diniz, dona da rede mineira de mesmo nome, tem 24,6%.

Os franceses chegaram a ter 40% da empresa até 2024, com maior número de cadeiras no conselho por mais de 10 anos. O empresário tcheco Daniel Kretninsky assumiu o controle do Casino em 2024, após uma profunda crise financeira da administração de Naouri no grupo.

Uma análise de fatos recentes mostra como o GPA foi sendo administrado nos últimos anos, e como a prioridade do antigo controlador, a partir de certo ponto, estaria em buscar recursos para sua complexa reestruturação financeira na França, dizem fontes.

No fim de 2019, por exemplo, o GPA comprou ações da colombiana Éxito, controlada pelo Casino, numa operação que não era estratégica para a rede brasileira, e o grupo mandou os recursos para os franceses. “Na época, o GPA tinha acabado de vender a Casas Bahia, por R\$ 2,3 bilhões, e esse dinheiro iria entrar no caixa para o negócio. Mas o que aconteceu é que 96% dos acionistas do Éxito aceitaram a proposta de compra das ações, planejada pelo Casino, e o dinheiro foi para fora”, afirma uma fonte.

Naquele momento, o Casino tinha 55% do capital do Éxito, portanto, também venderia suas ações no grupo colombiano ao GPA — numa operação que somou R\$ 9,5 bilhões pelos 96%.

Haveria uma segunda fase na negociação, na qual o Casino iria adquirir todas as ações de controle do GPA detidas indiretamente pelo Éxito “a preço justo”, dizia ele, sem detalhar o valor na época. O receio do mercado era que o GPA pagasse mais do que recebesse.

Em 2023, o GPA conseguiu vender na bolsa colombiana as ações que restavam do Éxito — 13%, por R\$ 790 milhões, para entrada dos

recursos no caixa, mas a sua situação financeira já era difícil.

Outra situação exemplifica um cenário parecido. Até 2019, quando o GPA controlava a empresa dona da Casas Bahia, o Casino autorizava os pagamentos de obrigações cíveis e trabalhistas da compra da Casas Bahia, ocorrida em 2009.

“Pagavam tudo mensalmente, mas depois que GPA vendeu a Casas Bahia ao Michael Klein de volta, os franceses pararam de quitar, e por isso tem essa dívida de R\$ 174 milhões com a Casas Bahia”, diz uma fonte. A rede varejista é uma das credoras do GPA hoje.

Ex-executivos do grupo afirmam que o GPA vinha sendo administrado, nos últimos anos, sob a tensão dos antigos controladores, que carregavam dívidas bilionárias em uma complexa teia de subsidiárias na holding do Casino. Isso foi algo que acabou como foco de uma dura reestruturação judicial da rede francesa em 2018, e fez Naouri perder o controle do Casino.

“Isso levava os franceses a terem sempre um olhar focado em retorno do GPA, em como uma reorganização dos ativos do Casino na América Latina poderia re-

manejar recursos para a França”, disse um ex-executivo.

“No fim das contas, a França cuidava de patrimônio, caixa e dívida no Brasil. O operacional, a gestão do dia a dia, era com o CEO, e hoje todo o problema da rede é financeiro”, diz um segundo ex-diretor da empresa.

Procurado para comentar, o Casino não se manifestou.

Para pessoas que estiveram na operação do GPA ainda houve outros fatores na balança.

Nos últimos anos, a companhia ficou menor, após fechar a rede Extra, em 2021, e cindir o Assaí, em 2020, mas não houve um enxugamento de seus passivos e uma negociação para pagamento das contingências fiscais e trabalhistas de forma paralela.

Ao fim de dezembro de 2025, eram R\$ 17 bilhões em contingências, incluindo valores cobrados por União e Estados. A questão nesses casos é que a cobrança pode ser requisitada junto à empresa de uma hora para outra, e a rede precisa administrar essa panela de pressão, em paralelo com dívidas com bancos.

Esse cenário se soma ao ambiente de aumento de taxas de juros em dois momentos consecutivos, em

2021 e em 2024. Em seu pedido de recuperação extrajudicial, o GPA diz que direcionou cerca de R\$ 3,3 bilhões para o pagamento de despesas financeiras, por causa dos juros elevados, em 2024 e 2025.

Em dezembro, a empresa somava R\$ 2,1 bilhões em empréstimos e financiamentos a vencer em até um ano, de um total de R\$ 6,4 bilhões, ou seja, quase dois terços da soma. Um ano antes, era R\$ 1,17 bilhão de um total de R\$ 5,4 bilhões.

Somado a isso, política de alavancagem de curto prazo e redução no volume de ativos à venda, após anos de alienações bilionárias (que ajudara a pagar dívidas até 2024), levaram a uma escassez de recursos numa hora de vencimentos pesados.

Não há dúvidas de que a situação enfrentada hoje pela empresa não tem relação com questões operacionais, mas é fato também que a empresa enfrentou várias reestruturações operacionais desde 2016, a partir da gestão de Ronaldo labrudi, na época, homem de confiança do Casino. Só que determinadas medidas mais drásticas, e que drenavam caixa da empresa, demoravam a ser tomadas. A companhia teve cinco CEOs em dez anos. **(AM)**

Pipeline

5 ANOS



Maria Luíza Filgueiras
Editora da Pipeline
maria.filgueiras@valor.com.br

De depurador a tanquinhos, Suggar contrata BTG para vender negócio

A mineira Suggar, que virou referência em depurador de ar para cozinha, está aberta a negociações que podem envolver a venda de uma participação no negócio ou a venda total da companhia, apurou o **Pipeline**. A Suggar contratou o banco BTG Pactual para coordenar as conversas com potenciais interessados, conforme fontes com conhecimento do assunto.

A companhia foi fundada em 1978 em Belo Horizonte pelo empresário Lúcio Costa, que morreu em 2022. Com tino de vendedor, começou na adolescência a traba-

lhar na venda de eletrodomésticos e resolveu empreender — primeiro, com a Cook, uma operação de móveis planejados para cozinha. Depois, criou a Suggar com o item que fazia jus ao nome e ainda hoje os depuradores e coifas são o car-

Indústria mineira tem quase 50 anos de operação e cinco fábricas no país

ro-chefe da marca em volume de vendas, seguidos pelos tanquinhos de lavar roupa e fogões.

Numa sucessão planejada, quem comanda a empresa há 10 anos é Leandro Costa, filho do fundador. Enquanto o pai se voltava ao marketing, Leandro tem uma gestão mais guiada por produto e reduziu o volume de itens importados da China, que hoje representam apenas 10% do volume. A Suggar tem cinco fábricas, sendo quatro na capital mineira e uma em João Pessoa, que produzem cerca de 2,5 milhões de itens por ano.



Mineira fabrica eletrodomésticos

Procurada, a Suggar diz que “não comenta especulações de mercado.”

Chinesa Mixue estreia no país em abril

Está marcada para abril a abertura da primeira loja da rede chinesa de sorvetes e bebidas Mixue, no Shopping Cidade São Paulo, na capital paulista. A chegada foi anunciada com pompa pelos governos dos dois países em maio do ano passado, durante visita do presidente Lula à China, então sem data para acontecer. A rede promete investimento de R\$ 3,2 bilhões.

Com mais de 45 mil lojas espalhadas por 14 países principalmente na Ásia e na Oceania, a Mixue supera gigantes como McDonald's, Subway e Starbucks em número de unidades e agora mira o mercado sul-americano, começando pelo Brasil. No cardápio, no entanto, ela não mira o Big Mac — seu rival é a casquinha.

A Mixue vai trazer seu cardápio tradicional, que inclui limonadas, sobremesas e chás. Na tropicaliza-

ção da operação comandada por Tian Zezhong, a companhia diz que vai incluir frutas tropicais locais e café. Os clientes também vão poder pedir as bebidas pela plataforma de delivery Keeta.

Para a Mixue, o Brasil é uma terra de oportunidades para marcas com inovação e preços competitivos, e o mercado deve ser a base para expansão na América Latina. A marca foi fundada em 1997 pequena loja de “raspadinhas” e tem como mascote um boneco de neve. **(Guilherme Guerra)**

Com 45 mil pontos, rede supera capilaridade global do McDonald's

Com Vinci, Verde replica estratégia na previdência

A Mio, seguradora criada pela Vinci Compass, está lançando um fundo de previdência multimercado atrelado à estratégia do Verde e que também será gerido por Luis Stuhlberger. “O fundo replica quase a totalidade, digamos 95%, da estratégia do Verde. As adaptações são para atender restrições regulatórias de previdência, que basicamente é a parcela de crédito”, diz Stuhlberger.

Hoje, no multimercado, a posição de crédito é na casa de 15% — mas para replicar na previdência, considerando filtros regulatórios como high grade e cota sênior de FIDC, isso cairia para 4%. Segundo o gestor, no entanto, a restrição não altera de forma relevante a essência da estratégia. Títulos públicos, renda variável, moedas e juros globais podem chegar a uma participação de até 30% cada no Mio

Verde Master Prev 60.

“O maior benefício que surgiu de uns anos para cá na regulação de previdência é a possibilidade de usa a estratégia de alocar em ativos no exterior, que faz muita diferença”, diz Stuhlberger. No Verde, a alocação no exterior é de até 20% em conceito caixa, mas do ponto de vista de risco, a exposição pode ser superior a esse percentual.

É o primeiro fundo em parceria na categoria de previdência desde que a Vinci Compass comprou o controle da Verde Asset, mas as firmas já tinham lançado um fundo de infraestrutura em conjunto. O Mio Verde Master Prev 60 tem aplicação inicial de R\$ 1 mil para investidor qualificado.

“A volatilidade atual só reforça a necessidade de ter um gestor olhando para esse cenário e era um desejo antigo nosso ter um fundo



Albernaz: alfa no longo prazo

de previdência nessa modalidade com o Luis, que tem o histórico de entrega de alfa no longo prazo,

que é o olhar da previdência”, diz Vinícius Albernaz, sócio da Vinci responsável pela Mio. O fundo de referência é um dos mais longevos e rentáveis do país. Criado em 1997, o Verde acumula retorno de 33.250% até fevereiro deste ano.

A Mio é uma plataforma aberta, que trabalha com gestores de mercado, hoje com R\$ 700 milhões e projetando chegar a R\$ 1 bilhão até o fim do ano. Albernaz não crava um número mas diz que espera uma captação “significativa” no veículo com a Verde.

“O maior benefício de uns anos para cá na categoria é a alocação no exterior”



Marca criada em 1997 é conhecida por limonada, chás e sorvetes



Sheynna Hakim, Rafaela Andrade e Marcelo Blay vão compor time local da Mundi

Mundi mira R\$ 500 mi para América Latina

A gestora espanhola Mundi Ventures fez o primeiro closing de um fundo de R\$ 500 milhões que será alocado exclusivamente em startups da América Latina. É o primeiro veículo da gestora de venture capital com uma tese própria para a região, onde atua desde 2023. Nesta primeira fase, o veículo levantou 40% do valor total pretendido e a expectativa é realizar o fechamento final até o fim do ano.

O Latam Fund I tem como âncora o BID Invest, braço de investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Cofides, banco de fomento da Espanha, e duas seguradoras regionais, de nomes não revelado.

A Mundi Ventures vai investir em fintechs, insurtechs, healthtechs, climatetechs, proptechs e outras techs com apelo global. A gestora quer liderar rodadas, buscando

do um assento no conselho, ou co-liderar com fundos experientes na região, como Kaszek, Monashees e Valor Capital. A firma busca startups mais maduras, investindo em nomes das séries A e B com cheques de US\$ 5 milhões.

“Nesse grupo de startups, há uma relação risco-retorno atraente para investidores na América Latina atualmente, com valuations ajustados”, diz Rafaela Andrade,

sócia gestora da Mundi Ventures. A carioca foi CFO do QuintoAndar até 2019, mudou-se para a Europa na pandemia e, desde 2023, trabalha na gestora espanhola. Junto dos conselheiros Sheynna Hakim e Marcelo Blay, ela é quem vai liderar uma equipe de quatro pessoas para coordenar o Latam Fund I.

O primeiro cheque deve ser feito até maio e o Brasil deve representar metade da alocação. **(G.G.)**

Curtas

Reajustes no Rio

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) protocolou na terça-feira (10) uma ação popular contra os reajustes aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para as tari-

fas da Light e da Enel Rio. Os reajustes médios foram de 8,59% e 15,46%, respectivamente. Os novos valores entram em vigor a partir do domingo (15). O deputado afirma que os aumentos, que chegam a quase 20% em al-

gumas categorias de consumo, são incompatíveis com o princípio da modicidade tarifária e impõem peso excessivo a consumidores. Procurada, a Aneel disse que seguiu o rito do processo tarifário para as duas empresas.

Data center do TikTok

A diretoria colegiada da Aneel concedeu, na terça (10), uma medida cautelar à Casa dos Ventos para garantir acesso à infraestrutura de transmissão ao projeto de data center, desenvol-

vido com o TikTok, a partir de 2028. Até então, a empresa possuía contrato de uso do sistema de transmissão válido até 2028, mas não teria a conexão assegurada após esse prazo. Uma nova regra estabelecida pelo governo

em dezembro de 2025 passou a colocar em risco essa conexão. A chinesa ByteDance, dona do TikTok, construirá no complexo industrial de Pecém (CE) o seu primeiro data center na América Latina, com a Omnia, do Pátria.

Quem pensa como empresa tradicional já está atrasado

Gestão



Wellington Vitorino

Durante grande parte do século XX, o modelo tradicional de empresa era relativamente claro.

Organizações hierárquicas, estruturas estáveis, cadeias de valor bem definidas e setores relativamente previsíveis. Empresas produziam bens ou serviços, competiam em escala e eficiência e se organizavam em departamentos especializados. Esse modelo foi extremamente bem-sucedido para o mundo industrial. O problema é que começa a mostrar sinais evidentes de esgotamento na economia digital.

Pesquisas recentes conduzidas por centros acadêmicos como o MIT Sloan School of Management apontam que estamos entrando em uma nova fase organizacional na qual a lógica de plataformas, infraestrutura digital e ecossistemas passa a substituir o desenho tradicional das empresas. Em vez de organizações isoladas competindo entre si, surgem sistemas interconectados de criação de valor.

Plataformas digitais são talvez o exemplo mais visível dessa mudança. Empresas como Amazon, Apple, Mercado Livre ou Alibaba não operam apenas como fornecedoras de produtos ou serviços. Elas criam ambientes nos quais múltiplos atores consumidores, desenvolvedores, produtores e prestadores de serviços interagem e geram valor conjuntamente. A empresa deixa de ser apenas operadora de uma atividade e passa a atuar como orquestradora de um ecossistema.

Esse deslocamento muda profundamente a natureza da competição. Antes, empresas competiam principalmente por eficiência interna. Hoje muitas competem pela capacidade de atrair, organizar e coordenar redes externas. O valor está menos em possuir ativos e mais em conectar pessoas, dados, serviços e infraestrutura.

Outro elemento central dessa transformação é o papel da infraestrutura digital. Tecnologias como computação em nuvem, inteligência artificial, redes de dados e sistemas de

pagamento digitais funcionam como infraestruturas invisíveis que sustentam novos modelos de negócio. Elas permitem que startups escalem rapidamente, que empresas operem globalmente desde o início e que novos mercados surjam com muito menos capital inicial do que no passado.

O MIT tem descrito esse fenômeno como uma mudança estrutural na forma como valor econômico é criado. Empresas que antes dependiam de cadeias lineares de produção passam a operar em arquiteturas modulares nas quais diferentes participantes contribuem para o produto final. O resultado é um ambiente mais dinâmico, mas também mais competitivo.

Essa transformação também altera profundamente o perfil dos profissionais demandados pelas organizações. Se o modelo industrial valorizava especialização técnica dentro de funções bem delimitadas, o novo ambiente exige perfis mais híbridos. Profissionais precisam navegar entre tecnologia, negócios, dados e

colaboração interdisciplinar.

Isso significa que habilidades como aprendizado contínuo, pensamento crítico, capacidade de adaptação e trabalho em rede tornam-se tão importantes quanto conhecimentos técnicos específicos. O trabalhador do século XXI deixa de ser apenas executor de tarefas e passa a integrar um sistema permanente de inovação.

Para líderes empresariais, essa mudança representa um desafio de grande escala. Não basta digitalizar processos existentes. Torna-se necessário repensar o próprio desenho organizacional. Empresas precisam aprender a operar como plataformas, construir ecossistemas de parceiros e desenvolver culturas internas mais abertas à experimentação.

A governança também muda. Conselhos de administração passam a discutir temas que antes não apareciam com tanta frequência. Arquitetura tecnológica, gestão de dados, parcerias estratégicas e segurança digital. A fronteira entre tecnologia e estratégia empresarial praticamente

desaparece.

Para países emergentes como o Brasil, essa transição traz riscos e oportunidades. O risco é ficar preso a estruturas produtivas tradicionais enquanto o resto do mundo reorganiza suas cadeias de valor. A oportunidade é que modelos digitais reduzam barreiras de entrada e permitem que empresas inovadoras surjam em ambientes antes considerados periféricos.

O fim do modelo tradicional de empresa não significa que organizações desaparecerão. Significa que precisarão operar de maneira diferente. Mais conectadas, mais abertas e mais orientadas a ecossistemas.

A empresa do futuro será menos uma estrutura rígida e mais uma plataforma dinâmica de colaboração econômica. Compreender essa mudança pode ser a diferença entre competir no próximo ciclo da economia global ou simplesmente reagir a ele.

Wellington Vitorino é diretor-executivo do Instituto Four
E-mail wvitorino@institutofour.org

Reestruturação Executivos de RH, área comercial e digital foram afetados e rede diz que questão foi discutida com alto escalão; receio é efeito sobre nível de serviço

GPA dispensa parte da diretoria e desenha novo plano para redes

Adriana Mattos
De São Paulo

Antes de entrar com o pedido de recuperação extrajudicial, o GPA dispensou boa parte de sua diretoria executiva e fez uma reorganização de funções, antecipou ontem o site do **Valor**. De acordo com três fontes a par do tema, foram desligados Geraldo Monteiro, diretor executivo de operações; Joaquim Sousa, vice-presidente comercial, de marketing e logística; Erika Petri, diretora executiva de recursos humanos e sustentabilidade; e Rodrigo Poço, chefe da área digital. Ainda devem deixar a empresa um diretor da bandeira do Pão de Açúcar, e também a liderança da área de comunicação. O vice-presidente comercial deve ser contratado no mercado. A ideia é reorganizar as funções dentro do grupo, que tem uma estrutura menor de anos atrás, após a cisão do Assaí e a venda dos hipermercado Extra. O **Valor** apurou que a área de recursos humanos e tecnologia da informação vai responder para a diretoria financeira, que começou a ser ocupada nos últimos dias por Pedro Albuquerque. “São pessoas de alto padrão, e parte com foco em experiência do cliente”, diz um ex-executivo do GPA. A manutenção do nível de operação do grupo será um ponto de atenção do mercado sobre a empresa daqui para frente. Além disso, o executivo Marcelo Pietro, que era responsável pela área de perdas na gestão anterior de Mar-



Há notícias de cortes abaixo desses executivos, de gestores de segundo escalão

celo Pimentel, deve assumir a área de operações, mas com um status menor. Também há cortes abaixo desses executivos, de gestores de segundo escalão, dizem fontes. Sobre as mudanças, uma pessoa próxima da rede diz que esse movimento não tem relação com o pedido de recuperação extrajudicial e faz parte do plano de revisão de funções e ganho de eficiência. A direção do grupo — liderada há cerca de dois meses por Alexandre Santoro — está organizando um plano estratégico para cada uma das bandeiras da rede (Pão de Açúcar, Extra Mercado, Minuto Pão de Açúcar e Mini Extra) que ainda deve ser anunciado ao mercado. Procurada, a empresa informa que o GPA está passando por um processo de reestruturação que marca uma nova etapa e, nesse contexto, algumas mudanças na alta liderança executiva refletem esse momento. “As movimentações vinham sendo discutidas entre os executivos e a administração e ocorrerão por meio de uma transição planejada e organizada, sem impacto para as operações”, diz. Paralela a essa movimentação, gestores estranharam o fato de que, até o momento, não vir qualquer sinalização de reestruturação no conselho de administração do GPA, considerando que ocorre uma assembleia de acionistas neste mês, e portanto, haveria uma chance de uma proposta do conselho mais conservadora. No dia 27 de março acontece a Assembleia Geral Ordinária (AGO), junto com uma assembleia ex-

traordinária (AGE) para eleição do novo conselho de administração. A pauta para deliberação prevê a redução do mandato dos conselheiros de dois anos para um ano e a fixação do número de membros do conselho em oito nomes, informados na proposta. Pelo estatuto social, a empresa pode ter de sete a nove membros no conselho. “Desses oito, seis são independentes, mas parte disso é do pesoal do Coelho Diniz [sócios com 24,6% do capital], que votam com a família. E há independentes que votam com o Casino, invariavelmente. Seria uma boa hora de rever também esse ‘board’ já que estão reestruturando toda a administração e adequando-a a ao atual tamanho da empresa. Será que precisa de um ‘board’ com até nove cadeiras?”, diz o sócio de uma gestora. Na AGE será fixada a remuneração global anual dos administradores em 2026. Houve uma redução maior na diretoria e menor no conselho frente a 2025. Foi apresentada proposta de queda estimada de 27,2% (R\$ 9,8 milhões a menos) para a diretoria estatutária frente a 2025. O valor recua de R\$ 46,7 milhões para R\$ 36,9 milhões. Por sua vez, ao conselho, a queda é de 1,2%, equivalente a R\$ 100 mil de diminuição — passando de R\$ 9,6 milhões em 2025 para R\$ 9,5 milhões em 2026. Mas nos anos anteriores houve recuo maior: em 2023, foram pagos ao “board” R\$ 21,1 milhões em salário ou pro-labore e no ano seguinte, R\$ 11,3 milhões.

Para Vale, IPO da VBM não é essencial

Mineração

Rafael Rosas e Adriana Peraita
Do Rio

O presidente da Vale, Gustavo Pimenta, jogou água na fervera de quem esperava a abertura de capital da Vale Base Metals (VBM) a curto prazo. Em encontro com analistas nesta terça-feira (10), Pimenta afirmou que a VBM está bem posicionada para capturar valor através do crescimento orgânico e ressaltou que o IPO se mantém como uma opção para o futuro, mas não é o foco atual. O analista Daniel Sasson, do Itaú BBA, afirma que Pimenta “foi muito claro” em dizer que não pode ser um fim em si mesmo. Para ele, o objetivo da Vale é deixar a VBM pronta para o processo: “Isso significa estar preparado caso haja alguma transação oportunística, que faça sentido, que traga sinergias. Então é óbvio que a Vale quer que o mercado perceba o valor que tem o negócio de ‘base metals’, mas fazer o IPO não pode ser um fim em si mesmo, não é a única forma de destravar valor”, diz. Leonardo Correa, do BTG Pactual, afirmou que a Vale “moderou as expectativas” em relação ao possível IPO da VBM e reforçou o foco no crescimento orgânico: “A Vale reforçou a confiança no crescimento de longo prazo da VBM, particularmente em Carajás (PA), onde a exploração continua continua a ampliar a percepção da escala da oportunidade”, diz. “Neste momento, o crescimento da VBM é autofinanciado, com níveis de dívida líquida próximos de zero.”

ECONÔMICO

JORNADA Valor

DE JORNALISMO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Uma semana de imersão no jornalismo especializado em **tecnologia e inteligência artificial** para jovens talentos editoriais de todas as regiões do país

INSCREVA-SE NO PROCESSO SELETIVO E SEJA UM DELES.

- PALESTRAS • WORKSHOPS
- NETWORKING • VISITAS EXTERNAS

Parceria de conteúdo



20 VAGAS
CURSO **GRATUITO E PRESENCIAL**
NA EDITORA GLOBO, EM SÃO PAULO.
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS.

PROCESSO SELETIVO ABERTO, INSCREVA-SE ATÉ 13/03 jornadavaloria.valor.com.br

Patrocínio



Realização



Expansão da rota Rio-NY com A330 trará desafios para Gol

Aviação

Cristian Favaro
De São Paulo

A estratégia da Gol para expansão de sua frota com a aeronave Airbus A330 é vista com cautela pelo mercado, diante do desafio que a aérea terá de enfrentar para concorrer em uma rota internacional atendida por rivais americanas. A companhia anunciou, na semana passada, que fará a ligação entre o Rio (Galeão) e Nova York (JFK), percurso já operado pelas gigantes American Airlines e a Delta, apenas em rotas sazonais.

Fontes apontaram que o passo da Gol veio diante da decisão da Abra, que controla a aérea e também a Avianca, de priorizar aeronaves maiores. Esses aviões conseguem entregar um melhor custo por assento. Até então, a aérea operava apenas com o modelo de Boeing 737 MAX.

O desafio da aérea será encher essas aeronaves em meio a um mercado bastante concorrido, sobretudo em um trecho em que o passageiro corporativo é muito forte.

A Gol comunicou, no dia 6, a entrada de até cinco modelos A330 na sua frota, com início da operação já neste ano. O Galeão, no Rio, será usado pela aérea como “hub” para voos com destino à América do Norte e Europa.

O plano estratégico da Gol para a saída do “Chapter 11” (recuperação judicial nos Estados Unidos) não apontava a entrada de aeronaves de corredor duplo na frota. Fontes destacaram que a estratégia veio da Abra, holding da aérea. A ideia é aproveitar as aeronaves maiores para conseguir brigar pelo passageiro com um custo por assento mais competitivo. A aposta ainda é usar a ampla conectividade da Gol no Galeão como um diferencial.

As aeronaves A330 que vão para

a Gol pertenciam à Azul e foram transferidas para a Abra pela arrendadora Avolon. Segundo fontes, a Azul tentou negociar uma redução do arrendamento, mas sem sucesso. A própria decisão por parte da Abra de levar a aeronave para a Gol pegou a diretoria da aérea de surpresa, segundo fontes.

Em paralelo, a decisão da Gol de operar a rota Galeão-Nova York, com quatro voos semanais, chamou a atenção. Isso porque Delta e American Airlines, duas aéreas com amplo conhecimento sobre o mercado americano, operam a mesma rota apenas sazonalmente.

Uma fonte do setor observa que o trajeto Rio de Janeiro-Nova York é coberto por gigantes americanas de forma sazonal e não vê o percurso como uma rota muito rentável. Segundo essa fonte, o passageiro corporativo está em São Paulo, não no Rio, o que pode comprometer a margem.

Uma das dificuldades da Gol

nessa nova rota é a perda de espaço junto ao passageiro corporativo, sobretudo por não oferecer mais conforto a este segmento, que a Gol liderou até 2019.

Segundo dados da Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp), a Latam viu sua participação no faturamento com bilhetes subir de 28% em 2019 para 41,6% no ano passado. A Azul teve 31,5% em 2025 e a Gol, 26,7%.

A Gol, além disso, vai ter de enfrentar, eventualmente, concorrência na ligação com a Delta, parceira da Latam. Já a American Airlines tem se aproximado da Azul por meio de aporte de US\$ 100 milhões na brasileira que ainda precisa de aval de órgãos reguladores.

Fontes destacaram ainda que a Gol saiu da sua reestruturação em uma posição menos favorecida do que seus concorrentes. Ao fim do processo, Azul tinha um endividamento (medido pe-

la relação dívida líquida sobre Ebitda) de 2,5 vezes, a Latam com 4 vezes e a Gol com 5,4 vezes — a Abra tem grande parte dessa dívida, que pode ser transformada em ações.

Já o custo da dívida da Gol também é maior: 14,5% ao fim do processo, contra 14% da Latam (que conseguiu baixar posteriormente para 8%) e 9,9% da Azul.

Fontes destacaram que em vez de fazer uma ampla reestruturação e ser diluída, a Abra optou por um modelo em que ela conseguiria proteger sua participação na aérea. O reflexo foi uma dificuldade maior na captação e um custo mais elevado da dívida. A própria American Airlines, uma parceira de longa data da Gol, optou por investir na reestruturação da Azul.

Agora, um dos movimentos mais aguardados do mercado é a abertura de capital (IPO) da Abra nos Estados Unidos. O plano do grupo é que o passo seja

dado ainda neste ano. No fim do ano passado, o grupo começou a estruturar uma abertura em Nova York. O objetivo é virar uma “corporation”, ou seja, uma empresa sem controle definido — no passado, chegou a ser cogitado Londres para o IPO, mas os planos mudaram.

Em nota, a Gol disse que tem a internacionalização como foco do seu plano de negócios e, dentro desta estratégia, avaliou que voos internacionais de longo alcance são o caminho natural para expandir rotas além das Américas, oferecendo também novas categorias de serviço.

“A parceria comercial com a American Airlines seguirá fomentando a demanda entre Brasil e EUA e oferecendo as melhores opções de voos para seus clientes”, disse a Gol, em nota.

Procuradas, Abra, American Airlines, Azul e United Airlines não se manifestaram.

Combustível Na segunda-feira (9), o valor do insumo era de € 55,86 por MWh, alta de 73% no mercado europeu Title Transfer Facility (TTF)

GNL sobe mais de 70% com guerra, mas efeitos no Brasil são limitados

Fábio Couto
Do Rio

A guerra no Oriente Médio levou ao aumento de mais de 70% nos preços do gás natural liquefeito (GNL) a partir de dois fatores: a suspensão do suprimento do insumo pelo Catar, um dos principais fornecedores globais, e o fechamento do Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, por onde passa cerca de 20% do petróleo do mundo. No Brasil, os reflexos da alta do GNL sobre os preços internos tendem a ser limitados, dizem especialistas ouvidos pelo **Valor**.

Antes do início da guerra, no dia 27 de fevereiro, o GNL estava cotado a € 32,38 por megawatt-hora (MWh). Na segunda-feira (9), o valor era de € 55,86 por MWh, alta de 73% no mercado europeu Title Transfer Facility (TTF), uma das principais referências do setor.

Após um bombardeio na fábrica de Ras Laffan, no Catar, em 2 de março, a Qatar Energy suspendeu a produção de GNL. Um dos problemas da paralisação está no fato de que não há rotas alternativas viáveis para o transporte de gran-

des volumes, o que leva à alta da commodity. A Agência Internacional de Energia (AIE) avalia que uma interrupção mais prolongada de fornecimento pode agravar a escassez no mercado.

Vitor Santos, professor de economia da Lisbon School of Economics & Management (ISEG), disse que com o fechamento de Ormuz vários países produtores ficam com a capacidade de exportação limitada. Importadores, por sua vez, passam a enfrentar dificuldades de abastecimento. “O encerramento do Estreito de Ormuz prejudica os produtores do Golfo Pérsico e os principais consumidores asiáticos de petróleo e gás natural, que apresentam uma elevada dependência das importações de combustíveis fósseis”, disse Santos.

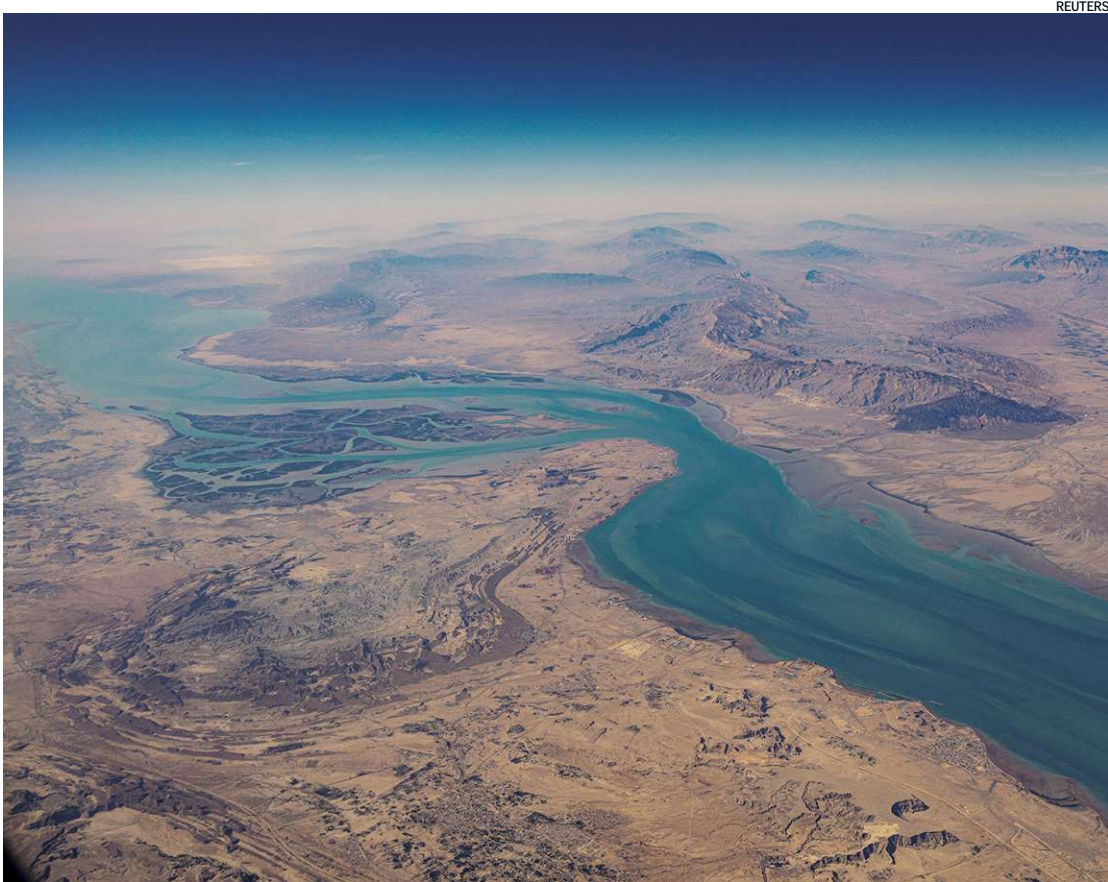
Análise do Oxford Institute for Energy Studies (OIES), de junho de

20% do petróleo do mundo passa por Ormuz

2025, já avaliava que um eventual choque global de preços de GNL pelo fechamento de Ormuz seria semelhante ao que ocorreu em 2022, após a invasão russa na Ucrânia, quando os preços de curto prazo aproximaram-se a US\$ 30 por milhão de BTU. “Outro choque de preços, similar ao de 2022, poderia trazer consequências diretas a orçamentos de governos na Europa e na Ásia”, dizia o estudo.

No Brasil, o GNL passou a ser utilizado nos anos 2000 diante da dificuldade de aumento da oferta de gás natural para a geração térmica. Na ocasião, a Petrobras instalou três terminais de regaseificação, um no Rio, um no Ceará e outro na Bahia. Hoje o país conta com seis terminais de GNL em operação. Reflexos de preços e suprimento devem ser restritos no mercado local, dizem especialistas.

Rodrigo Borges, diretor-geral da Aurora Energy Research no Brasil, disse que quando o GNL dispara no mercado externo o custo marginal das térmicas sobe, com tendência a pressionar o preço da energia no Brasil, sobretudo nos momentos em que o



Fechamento do Estreito de Ormuz, por onde passa 20% do petróleo do mundo, provocou a alta nos preços do GNL

sistema precisa acioná-las.

Diogo Lisboa, pesquisador do FGV Ceri, explicou que os preços da energia e do gás natural podem refletir a curto prazo os efeitos da guerra. Isso porque grandes consumidores e algumas térmicas possuem contratos com reajustes trimestrais que consideram a média ponderada do Brent.

Rivaldo Moreira Neto, sócio-diretor da A&M Infra, afirmou que o petróleo tem um mercado mais amplo e permite mitigar efeitos do fechamento de Ormuz, com crescimento da produção em outras regiões do mundo. Mas, diferente do óleo, o GNL não tem a mesma possibilidade. Moreira ressaltou que Europa e Ásia são grandes consumidores do GNL do Catar e salientou que o bloqueio do Estreito de

Ormuz é mais relevante para o GNL do que para o petróleo.

“O Brasil, como importador, não necessariamente deve sofrer com interrupção de suprimento, uma vez que a gente importa dos Estados Unidos e do Reino Unido. A questão é de preço, que deve subir bastante”, disse Moreira.

Adriano Pires, sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) avalia que eventuais reflexos serão pontuais, fruto de possíveis redirecionamentos de navios para atender demandas específicas. Pires ressaltou que no Brasil o gás natural é comercializado por meio de contratos de longo prazo. A preocupação pode incidir sobre o leilão de reserva de capacidade, previsto para ocorrer no dia 18 de março

Para a PSR Consultoria, o impac-

to da crise no mercado brasileiro vai depender de quantas térmicas estão com custo de combustível associado a preços internacionais e do comportamento de tais indicadores. “Se a crise persistir, a pressão sobre estes índices é forte e com ela vem custos variáveis das térmicas maiores e impactos nos preços de energia”, avalia a PSR.

Um ponto de alerta é a disponibilidade de gás para térmicas em função da guerra e quanto do insumo do Oriente Médio seria substituído pelo americano: a PSR diz que os EUA ofertam ao mercado um volume de 60 milhões de toneladas por ano de nova capacidade entre 2026 e 2027. “Embora esse volume não substitua o Catar, é um montante robusto que ajuda a amortecer a demanda em uma crise prolongada.”

Compra de diesel russo pode crescer com fim de sanção

Kariny Leal
Do Rio

O diesel russo manteve o domínio nas importações brasileiras do produto em 2025, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Em 2026, nos dois primeiros meses do ano, essa realidade ainda se sustenta e, se os planos do presidente americano Donald Trump se concretizarem, esse volume pode aumentar.

Com a busca de Trump por ampliar a oferta de petróleo para conter a disparada das cotações, a retirada das sanções a produtos russos tem sido citada pelo repúblicano como uma alternativa. A medida já foi aplicada à Índia, que terá 30 dias para comprar petróleo russo sem sanção.

Na segunda-feira (9), depois de

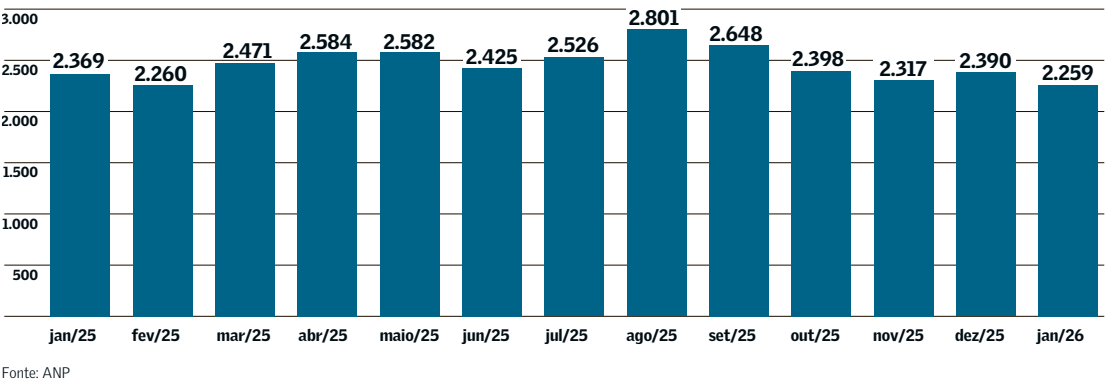
a cotação do petróleo Brent superar os US\$ 100 por barril durante o dia, os preços despencaram após Trump dizer que o conflito estaria próximo do fim. Na terça (10), a commodity fechou em queda de 11,27%, a US\$ 87,80 por barril.

Depois da fala de Trump, a Comissão Europeia pediu que os Estados Unidos mantenham as sanções ao petróleo russo, segundo a Reuters. Ministros das finanças dos países do G7 disseram estar prontos para liberar reservas estratégicas para ajudar a reduzir preços, uma vez que liberar as vendas russas poderia enfraquecer a Ucrânia e reforçar a capacidade do Kremlin de manter a guerra.

A alta do petróleo tem sido um fator de pressão para Trump, com o aumento dos combustíveis nas bombas e risco à inflação. O cenário é mais grave com a proximidade das eleições de meio de mandato dos

Produção de diesel no Brasil

Dados do diesel S10 no país desde janeiro de 2025



Fonte: ANP

Estados Unidos, em novembro.

Caso Trump mantenha a decisão de retirar sanções sobre produtos russos para outros países, os fluxos podem mudar. Para o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Roberto Ardenghy, a entrada do diesel russo no Brasil pode ser ampliada se as sanções forem suspensas.

“Hoje em dia, qualquer empresa que faça negócios com os Estados Unidos, mesmo que seja um empréstimo em um banco americano, pode ser prejudicada se comprar produtos russos”, afirmou o diplomata. “No Brasil, pequenas importadoras, com alcances regionais, têm importado diesel da Rússia, a

preços competitivos.”

Segundo a ANP, as importações de diesel aumentaram 56,9% em dezembro de 2025 em relação a 2024. A parcela importada de diesel, em dezembro de 2025, representou 33,2% das vendas nacionais, acima de igual mês de 2024. Cerca de 47,1% das importações acumuladas em 2025 foram de origem russa.

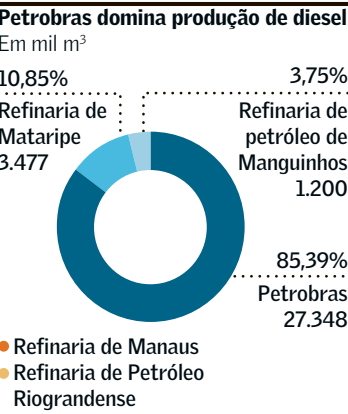
Para Ardenghy, a liberação da Índia primeiro pode ampliar a concorrência pela alta dependência que o país tem das compras externas. “Ainda precisamos ver se as refinarias russas vão dar conta de atender um aumento de vendas e se vão conseguir manter os preços descontados. No ano passado, chegamos a

ver diesel russo sendo vendido com deságio de quase 20% do valor praticado no mercado internacional”, disse o presidente do IBP.

Ardenghy disse que a possibilidade de liberação de reservas estratégicas por países do G7 irá ajudar a aliviar as cotações: “Esses países possuem grandes estoques. A China também está bastante estocada.”

O Brasil varia o volume importado de diesel a depender da demanda, que aumenta sazonalmente em períodos de colheita. Em média, 26% do diesel consumido no país são importados.

A maior parte da produção nacional é da Petrobras, que, em 2025, produziu 85,4% do total. A



Refinaria de Mataripe, da Acelen, controlada pelo fundo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes Unidos, veio na sequência, com 10,8%.

João Victor Marques, pesquisador da FGV Energia, avalia que a importação pelas grandes distribuidoras pode ocorrer, mas ainda depende da política de preços da Petrobras, que a princípio decidiu aguardar antes de ajustar preços. “Devemos considerar que mais países, sobretudo asiáticos, devem recorrer ao petróleo e derivados da Rússia, como alternativa ao bloqueio do Estreito de Ormuz, o que impõe mais concorrentes para o Brasil do lado da demanda pelo diesel russo”, disse.

Reestruturação Dívida é de R\$ 65 bilhões e processo conta com apoio de mais de 40% dos credores

Raízen terá a maior recuperação extrajudicial do país

Mônica Scaramuzzo e Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, protocolou, na noite desta terça-feira (10), um pedido de homologação de um plano de recuperação extrajudicial para negociar dívidas de R\$ 65 bilhões com os principais bancos do país e “bondholders” (detentores de títulos internacionais), apurou o **Valor**. É o maior pedido de recuperação extrajudicial do país em curso. A informação foi antecipada pelo colunista Lauro Jardim, do O Globo.

O valor negociado de dívidas da empresa só é menor que o da ex-Odebrecht (atual Novonor), de quase R\$ 100 bilhões, e fica em pé de igualdade com a Oi, mas ambas

entraram em recuperação judicial. A negociação da Raízen já conta com apoio de mais de 40% dos credores, segundo uma fonte a par do assunto. Com isso, a companhia pediu a suspensão dos vencimentos por 90 dias e ganha tempo para preparar um plano de reestruturação para tentar reerguer o negócio, segundo uma fonte envolvida na negociação.

O formato é muito semelhante ao que fez a varejista GPA — uma RE com apoio relevante de credores mas ainda correndo atrás do percentual necessário. A rede entrou com pedido de recuperação extrajudicial ontem pela manhã.

A Raízen é assessorada juridicamente pelos escritórios de advocacia E. Munhoz, Pinheiro Neto, TWK e pelo banco Rothschild. A companhia se tornou um po-

ço do problemas para os principais acionistas desde 2024, quando a crise financeira se agravou e corria o risco de entrar em recuperação judicial. Nos últimos dias, os dois principais acionistas anunciaram uma capitalização de R\$ 4 bilhões. Shell se comprometeu a colocar R\$ 3,5 bilhões e Rubens Ometto, por meio da holding Aguassanta, outros R\$ 500 milhões. A Cosan não vai participar diretamente do aporte.

Credores devem pressionar os sócios Cosan e Shell para uma capitalização maior que R\$ 4 bi

Agora, com a recuperação extrajudicial em curso, a capitalização pode ser colocada em xeque e os credores podem pressionar os acionistas por um aporte maior, segundo uma fonte a par do assunto.

Em teleconferência com analistas ontem, Marcelo Martins, presidente da Cosan, afirmou que a proposta de capitalização de R\$ 4 bilhões não seria suficiente para resolver a situação financeira da Raízen. Ele disse que o grupo colocou em discussão a possibilidade de separação dos negócios de açúcar e etanol da de distribuição de combustíveis, descartada pela Shell. “A não separação dos negócios é um problema na subsidiária.”

Para o executivo, os dois segmentos de negócios têm geração

de caixa e alocação de capital distintas, e a separação ajudaria na sustentabilidade do negócio.

Mas a cisão dos dois negócios encontrou resistência da Shell, que prefere manter os ativos sob o mesmo guarda-chuva, apurou o **Valor**. A Cosan tentou negociar nos últimos meses um aporte de terceiros, incluindo o BTG, acionista do grupo desde o fim do ano passado, mas as conversas também não avançaram.

Se a nova capitalização de R\$ 4 bilhões no grupo fosse realmente efetivada como foi proposta originalmente, a Cosan se tornará sócia minoritária da Raízen. Até então, os dois acionistas têm 44% cada um da companhia.

Com as negociações para futura reestruturação, o quadro acionário vai mudar totalmente, com

a potencial conversão das dívidas de credores em ações, mas será uma longa discussão pela frente.

A expectativa é de que a companhia continue com o processo de venda de ativos. A empresa já se desfez de usinas de açúcar e etanol e empresas de energia distribuída, que não é considerado ativo estratégico do grupo.

A estratégia de expansão acelerada na Raízen, com projetos bilionários para plantas de segunda geração, tem sido apontada pelo mercado como um dos motivos que explicam a crise no grupo, segundo fontes. A alta taxa de juros também pesou na alavancagem do negócio.

Procurada pela reportagem, a companhia não retornou os pedidos de entrevista até o fechamento desta edição.

Para conter crise, Cosan prevê venda de participações

Michael Esquer e Felipe Laurance
De São Paulo

A Cosan disse ontem que planeja reduzir o endividamento da holding com a venda de participações de seu portfólio de negócios, mas não informou quais ativos poderão ser negociados.

“A holding, como existia no passado, não tem mais razão de continuar. Vamos gerar eficiência e reduzir a alavancagem com venda de participações”, disse Marcelo Martins, presidente da Cosan, em teleconferência de apresentação de resultados a analistas. Ele afirmou que não há data para a conclusão do processo e que nenhum ativo foi especificamente escolhido para ser vendido no momento.

Sob o guarda-chuva do conglomerado estão a Raízen, que opera usinas de açúcar e etanol e distribuição de combustíveis, e que desencadeou a crise no grupo, a Compass (gás), Rumo (logística), Moove (lubrificantes) e Radar (terras).

O diretor financeiro da Cosan, Rafael Bergman, negou, neste momento, a hipótese de venda de participação na Rumo e disse que a possibilidade é a de que a especulação de potenciais interessados esteja acontecendo para gerar impacto de preço, numa tentativa de alcançar formato de compra que não interessa à companhia.

“Não significa que não vamos considerar vender alguma participação na Rumo. Consideraremos vendas de participação em todos

os negócios. Mas isso vai ser, efetivamente, um movimento oportunista, ou seja, no momento adequado e na melhor estrutura que possa surgir”, disse Bergman.

A Compass entrou com pedido de oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) na semana passada. É a segunda tentativa do grupo de fazer o IPO. A expectativa é captar R\$ 5 bilhões.

O grupo reportou prejuízo líquido de R\$ 5,8 bilhões no quarto trimestre, queda de 38% sobre o mesmo período de 2024. No acumulado de 2025, o prejuízo líquido totalizou R\$ 9,72 bilhões, alta de 3% sobre o ano anterior.

A receita líquida do quarto trimestre foi de R\$ 9,61 bilhões, queda de 18% sobre o mesmo período



Martins, presidente: gerar eficiência

de 2024. No acumulado do ano passado, a receita totalizou R\$ 40,4 bilhões, recuo de 8% sobre 2024.

A dívida líquida expandida (métrica que considera a estrutura de ações preferências da Cosan em dezembro) encerrou o ano em R\$ 9,7 bilhões, alta de 46% em relação a setembro e aumento 58% sobre mesmo trimestre de 2024. Já a alavancagem fechou o quarto trimestre em 3,1 vezes, inferior 0,6 vez quando comparado com o período imediatamente anterior.

O grupo atribui o resultado negativo à crise da Raízen e também ao reconhecimento do “impairment” (deterioração) das ações da Vale. A Cosan tornou-se acionista minoritária da mineradora no fim de 2022, mas teve de se desfazer

das ações da companhia no início de 2025 para melhorar a estrutura de capital do conglomerado.

Ao longo do ano passado, o grupo enfrentou uma deterioração financeira da Raízen. BTG e Perfin entraram no capital da Cosan, mas o aumento de capital de R\$ 10 bilhões não foi suficiente para estancar a turbulência no negócio.

A prioridade em 2025, segundo a Cosan, foi resolver a estrutura de capital da holding, para evitar que a situação da Raízen contaminasse o desempenho do grupo. “Os passos que foram tomados no ano passado tinham em vista protegermos a Cosan para endereçar paralelamente a estrutura de capital de um dos nossos principais negócios [o da Raízen]”, disse Martins.

Renault traça plano para expandir vendas fora da Europa em mais de 60%

Veículos

Marli Olmos
De São Paulo

O grupo francês Renault anunciou na terça-feira (10) um plano estratégico para os próximos quatro anos que sustenta o crescimento de vendas totalmente fora da Europa. O objetivo é, até 2030, elevar o volume de vendas da marca Renault de 620 mil veículos em 2025 para 1 milhão de unidades, um avanço de 61,3%. O plano não prevê expansão de vendas na Europa.

No continente europeu, a marca francesa espera chegar em 2030 com a venda anual de 1 milhão de unidades. Ou seja, um volume igual ao de 2025, segundo dados do balanço global da companhia, divulgado em 19 de fevereiro.

A montadora fundada há 127 na França, almeja, assim, obter, no mercado internacional, um volume de vendas equivalente ao que tem hoje no seu continente de origem. Seria como conquistar “uma nova Europa”, região, onde os mercados não crescem há alguns anos.

Para a marca Renault, o foco estratégico do plano, chamado de futuReady, está em cinco mercados: Marrocos, Turquia, América Latina, Coreia do Sul, e Índia, com destaque nos três últimos.

A montadora guarda grandes ambições na Índia, onde no fim do próximo ano será lançado um SUV médio para o mercado local e outros, com possibilidade de variações de energia, incluindo modelos 100% elétricos.

Na América Latina, que representa 17% das vendas globais da marca, a maior aposta está no

acordo recentemente fechado com a Geely. A montadora chinesa adquiriu 26,4% da operação da empresa francesa no Brasil.

Essa parceria inclui compartilhamento de rede de distribuição e também desenvolvimento conjunto de plataformas de novos veículos na fábrica da Renault em São José dos Pinhais (PR), inaugurada há 27 anos.

A iniciativa absorverá investimento conjunto de R\$ 3,8 bilhões. O primeiro teste de parceria com a Geely foi na Coreia do Sul e já inclui o compartilhamento de plataformas.

“Num mundo muito fragmentado, com regulações mudando a

cada ano, novas regras sobre conteúdo local, novos paradigmas em relação ao câmbio e toda a situação geopolítica que vivemos precisamos ser ágeis. Por isso, não hesitamos em fazer parcerias”, disse Fabrice Cambolive, CEO global da marca Renault e Chief Growth Officer, uma espécie de responsável pelo crescimento.

Segundo o executivo, o sucesso da nova configuração da manufatura, na fábrica da montadora no Paraná, que passa a incluir os chineses, será “ter uma situação balanceada”.

“Vamos jogar nossas cartas em ambos os lados”, destacou Cambolive numa entrevista por vídeo,

concedida a um grupo de jornalistas da América Latina logo depois de o CEO do grupo, François Provost, anunciar os novos objetivos.

Na sua apresentação, Provost destacou a necessidade de fortalecer as operações fora da Europa para poder enfrentar “um ambiente mais competitivo”.

Embora o plano não indique expectativa de ampliação de vendas na Europa, o continente desponta como lugar de maior expansão da linha de veículos eletrificados. Até 2030 todos os carros da marca vendidos no mercado europeu serão eletrificados, sendo metade 100% elétricos e a outra metade, híbridos.

Já para os mercados fora da Europa, a expectativa é que a eletrificação englobe 50% das vendas (híbridos e elétricos). A outra metade será a combustão.

Além da expansão de vendas fora da Europa, o novo plano do grupo Renault, que inclui, ainda, as marcas Dacia e Alpine, estabelece a meta de manter margem operacional de 5% a 7% do faturamento, percentuais próximos do registrado em 2025: 6,6% do faturamento global, que somou € 57,9 bilhões. No ano passado, as vendas do grupo totalizaram 2,33 milhões de veículos.

Está, ainda, previsto, para os próximos cinco anos, o lançamento de 12 novos modelos de carros na Europa e 14 nos mercados internacionais. Para o mercado europeu, o grupo investirá em aumento de autonomia dos veículos elétricos e em parcerias para o desenvolvimento de equipamentos de recarga ultra rápidos.

Na parte de manufatura, o novo plano prevê 30% de peças a menos por veículo e a expansão do uso de robôs em tarefas que exigem mais força.

Por meio do uso de inteligência artificial, a Renault pretende reduzir pela metade o tempo de inatividade das fábricas, diminuir o consumo de água em 25% e cortar 20% dos custos de produção.



ANA PAULA PAIVA/VALOR

“Vamos jogar nossas cartas em ambos os lados (Renault e Geely)”
Fabrice Cambolive

Resia, da MRV&Co, enfrenta ‘incerteza’ no mercado americano

Imóveis

Ana Luíza Tieghi
De São Paulo

A MRV&Co enfrenta um mercado mais incerto para vender os ativos da Resia, sua subsidiária americana. A avaliação é de Matias Rotella, CEO da Menfis (holding da família Menin) e membro do conselho da Resia, que participou de evento com investidores da MRV&Co, nesta terça-feira (10).

A empresa prometeu ao mercado vender US\$ 800 milhões em ativos até o fim deste ano, como parte de seu processo de desalavancagem, mas concluiu 21% desse total até o momento. “Não conseguimos fazer no tempo que nós queríamos e no tempo que falamos aos investidores”, afirmou.

A Resia tem US\$ 508 milhões em ativos que já aguardam venda. Como eles não foram comercializados, disse Rotella, “não conseguimos desalavancar o negócio, nem gerar o caixa que esperávamos”. A divisão registrou US\$ 60,9 milhões em queima de caixa e R\$ 1,35 bilhão em prejuízo líquido em 2025, aprofundando perdas de 2024 e impactando o resultado anual da MRV&Co, que teve melhora no segmento de incorporação no Brasil, seu produto principal.

Por isso, na divulgação do seu balanço, na segunda-feira (9), a empresa destacou que não irá começar novos projetos na Resia, ao menos enquanto esta fizer parte da estrutura da MRV&Co. “Não significa que a Resia vai acabar, estamos estudando alternativas”, ressaltou o co-CEO Rafael Menin. Ele sempre reforçou que a família gosta da tese imobiliária americana e que vê um futuro positivo para o multifamily (prédios residenciais para locação) no país.

A Resia constrói os edifícios, aluga as unidades e, então, vende os ativos inteiros para investidores.

Rotella afirmou que a empresa tem feito o que está ao seu alcance

— “a política de imigração do Trump nós não controlamos”, disse — como a redução da estrutura administrativa da Resia e trocas nas empresas que gerem a locação dos apartamentos. A Resia atua na Flórida, na Geórgia e no Texas, com grande população imigrante.

“Estamos tendo relacionamento pró-ativo com os principais compradores de multifamily”, disse, adicionando que a empresa não vai mais esperar os ativos estarem totalmente locados para, então, buscar um comprador.

O executivo ressaltou, ainda, que a Resia “não é a única desenvolvedora com problemas com aluguéis”, dado que o mercado como um todo nos Estados Unidos estaria “soft”.

Menin explicou que empreendedores nos Estados Unidos aceleraram rapidamente a execução de novos projetos de multifamily. Apesar da demanda “continuar boa”, o equilíbrio “pendeu mais para a oferta”, disse. A visão da MRV&Co é de há uma sobreoferta de unidades para aluguel, o que tem afetado o ritmo de absorção dos apartamentos e a velocidade com a qual os ativos ficam atraentes aos compradores.

Perguntado se o grupo se arrepende de ter investido na Resia, o diretor-financeiro Ricardo Paixão negou. “Mas da forma como foi feito, posso falar que sim”, disse.

Olhando em retrospecto, a empresa deveria ter se mantido no Sul da Flórida, afirmou, sem a expansão geográfica rápida para Houston e Dallas. Também deveria ter investido menos na compra de terrenos e adiado o investimento na fábrica de “pods” (cômodos pré-fabricados). Em 2022, a companhia anunciou que investiria US\$ 32 milhões só em equipamentos para essa fábrica, na Flórida. De acordo com ele, hoje há capacidade ociosa.

A planta não entrou na lista de desinvestimento da Resia, porque fornece “pods” para o último projeto que a empresa constrói. “Pode entrar para venda em breve.”

Empresas

Tecnologia Amazon, Oracle, Meta e Alphabet buscam recursos nos mercados dos EUA e da Europa

‘Big techs’ atraem demanda para financiar IA

De São Paulo

A Amazon, comandada por Andy Jassy, atraiu demanda de cerca de US\$ 126 bilhões para sua emissão de títulos de dívida nos Estados Unidos, uma das maiores já registradas para uma oferta corporativa, segundo fontes com conhecimento direto do assunto. A empresa e outras “big techs” têm buscado recursos para financiar grandes projetos de infraestrutura para inteligência artificial (IA).

A demanda por papéis da Amazon ainda fica atrás dos US\$ 129 bilhões em pedidos para a emissão de títulos da Oracle, no mês passado, mas acima dos US\$ 125 bilhões da Meta em outubro.

A Amazon havia levantado US\$ 15 bilhões em novembro, em sua primeira emissão de títulos nos EUA em três anos. A Oracle captou US\$ 25 bilhões no mês passado, enquanto a Alphabet obteve mais de US\$ 30 bilhões em uma emissão que abrange dívida em dólares, libras esterlinas e francos suíços.

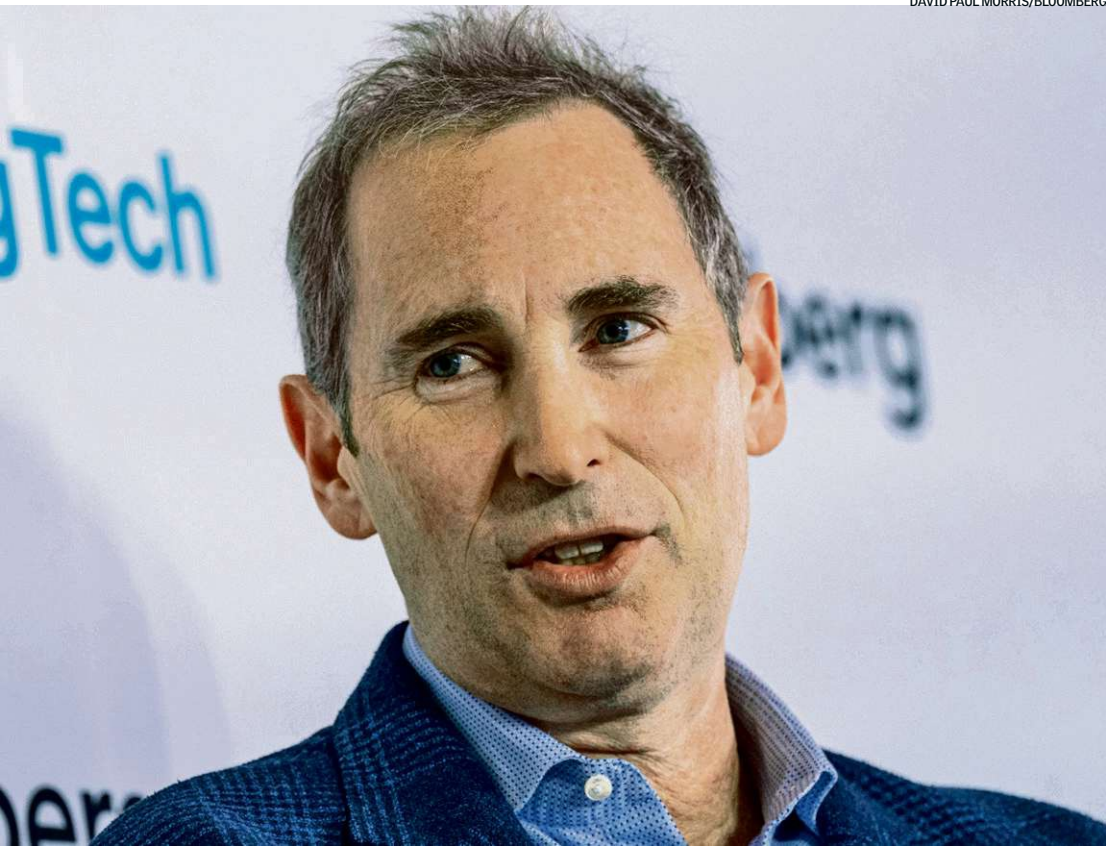
A demanda mostra que o apeti-

te dos investidores por papéis de grandes empresas de tecnologia permanece forte. As vendas de títulos foram retomadas globalmente depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, insinuou nesta semana que a guerra com o Irã terminará em breve.

A captação também se dá em meio a um temor, por parte de investidores em Nova York especialmente, que as “big techs” estão investindo massivamente em startups focadas em IA sem ter no horizonte o retorno financeiro.

A Amazon acabou levantando ontem (10) US\$ 37 bilhões com a venda de títulos em dólares ameri-

Amazon planeja estrear no mercado europeu, com o objetivo de arrecadar pelo menos € 10 bilhões



Amazon, comandada por Andy Jassy, atraiu demanda de US\$ 126 bi e acabou captando US\$ 37 bi em títulos de dívida

canos, valor que pode chegar a quase US\$ 50 bilhões com uma oferta planejada de dívida em euros. A captação da Amazon de hoje (10) é a quarta maior venda de títulos corporativos dos EUA já registrada e a maior que não está vinculada a uma aquisição. A oferta foi aumentada da previsão inicial de US\$ 25 bilhões para US\$ 30 bilhões. A Amazon vendeu os papéis de dívida, considerada de alta qualidade, em 11 tranches, com prazos de dois a 50 anos.

O preço da parte mais longa dessa oferta — um título com vencimento em 2076 — caiu 0,25 ponto percentual, para 1,3 ponto percentual acima dos títulos do Tesouro, de acordo com uma pessoa familiarizada com a transação.

A Amazon também planeja estrear no mercado europeu, com o objetivo de arrecadar pelo menos € 10 bilhões (US\$ 11,6 bilhões) em uma possível venda de títulos em oito partes, com vencimentos de dois a 38 anos, prevista para ocorrer já nesta quarta-feira (11). *(Com agências internacionais)*

‘60+’ gasta mais do que a média nacional

Consumo

Bianca Guilherme
De São Paulo

Os brasileiros “60+”, com idade a partir de 60 anos, são ativos e gastam acima da média nacional em categorias ligadas ao dia a dia e à qualidade de vida como supermercado, farmácia, itens para casa, eletrônicos e lazer. Os dados fazem parte do 1º Anuário Mosaic Insights, elaborado pela Serasa Experian, apresentado nesta terça-feira (10). De acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população com 65 anos ou mais cresceu 57% em 12 anos.

O levantamento da Serasa foi feito a partir de uma análise estatística da base de dados da empresa, que reúne informações agregadas de quase 190 milhões de CPFs para mapear padrões de

renda e comportamento de consumo no país.

Para Giovana Giroto, executiva-chefe de marketing da Serasa Experian e vice-presidente da unidade Marketing Solutions da Serasa, o estudo mostrou que envelhecer não significa parar de comprar. A principal mudança está na forma de decidir. Em vez de agir por impulso, o consumidor mais velho prioriza segurança, previsibilidade e confiança na marca. Planeja melhor as compras, evita riscos desnecessários e valoriza empresas que deixam claras as condições de pagamento e oferecem jornadas simples.

“Quando a gente olha para o Mosaic, esse público aparece distribuído em perfis muito diferentes, que vão desde aposentados com características de planejamento financeiro até autônomos, passando por uma base produtiva tradicional e também por grupos com restrição econômica significativa. Isso ajuda a

derrubar um mito importante. Maturidade não significa consumir menos. Parte dos 60+ está entre os consumidores mais relevantes do país”, disse Giroto.

O estudo mostra que o crescimento da população mais velha mudou a dinâmica do consumo no Brasil. Esse avanço influencia a forma como as marcas vendem, oferecem crédito e desenvolvem produtos. Apesar disso, muitas empresas ainda tratam o público 60+ como um grupo único, associado a hábitos conservadores e baixo interesse por novidades.

O relatório destaca que consumidores com mais de 60 anos compram com frequência e também se sobressaem pelo valor gasto, principalmente nas faixas de renda mais altas. No grupo chamado pela Serasa como “População Urbana Consolidação”, formado por pessoas que vivem em grandes cidades, têm renda mais estável e padrão de consumo já

estruturado, os consumidores 60+ gastam mais do que 57% dos brasileiros. Já na Elite Econômica e Profissional, que reúne pessoas de renda elevada, alta escolaridade e estabilidade na carreira, o consumo supera o de 72% da população.

A pesquisa também mostra que pessoas com mais de 60 anos tomam decisões de compra com mais calma. Elas evitam gastos por impulso, preferem marcas conhecidas, valorizam preços claros e dão importância a facilidades de pagamento. Serviços simples, práticos e que não tragam problemas no uso também ganham prioridade.

Para entender os diferentes padrões de consumo no país, a Serasa Experian cruzou dados de renda e comportamento de compra usando o Mosaic, sistema que organiza a população em grupos com características parecidas de estilo de vida e situação financeira. A análise indica que o mercado brasileiro não é sus-

tentado apenas pelos extremos de renda. A maior parte do consumo (60%) vem de grupos que estão em fase de crescimento financeiro e mantêm consumo ativo, mesmo com orçamento apertado.

Esses perfis reúnem trabalhadores formais, autônomos, pequenos empreendedores e famílias que buscam melhorar de vida. São pessoas que movimentam o varejo com compras frequentes e decisões bem planejadas. Há também grupos em faixa intermediária, formados por aposentados com vida financeira mais organizada, consumidores ligados às economias regionais e jovens profissionais já inseridos no mercado de trabalho. Juntos, esses grupos representam 29,6% da população adulta e sinalizam um Brasil marcado por amadurecimento etário, diferenças regionais mais estáveis e consolidação de novos perfis de inserção no mercado de trabalho e no sistema financeiro.



Giovana Giroto, da Serasa Experian

Na outra ponta estão grupos menores, cerca de 11%, compostos por pessoas de renda mais alta, maior estabilidade profissional e capacidade de manter gastos por longos períodos. Embora representem uma parcela reduzida da população, são consumidores importantes para produtos e serviços de maior valor e para estratégias de fidelização. O estudo mostra ainda que brasileiros com renda acima de 10 salários mínimos representam apenas 3,5% da população, e menos de 1% recebem acima de 20 salários mínimos.

Itaú e 30e fecham acordo de 5 anos

Marketing

Luana Dandara
De São Paulo

De olho na expansão do mercado de entretenimento ao vivo e no uso de experiências como ferramenta de relacionamento com clientes, o Itaú Unibanco anunciou nesta terça-feira (10) o Itaú Live, plataforma proprietária de música que reúne benefícios em shows e turnês. A iniciativa, desenvolvida em parceria com a produtora 30e, inclui pré-venda de ingressos, descontos de até 30% e experiências exclusivas. O acordo entre as empresas tem duração de cinco anos e prevê a realização de cerca de 800 apresentações.

O lançamento foi apresentado em evento ontem (10) no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), em São Paulo. Desde o início da parceria entre o banco e a 30e, em dezem-

bro de 2025, mais de 30 apresentações foram divulgadas e oito turnês confirmadas, envolvendo dez artistas.

Entre os projetos anunciados estão a turnê da banda de rock canadense Rush; “O Último Voo da Nave”, de Xuxa Meneghel; além de shows da cantora Liniker, do rapper Emicida e da banda Barão Vermelho. Também está prevista a realização da turnê “O Maior Encontro do Samba”, com Zeca Pagodinho, Alcione e Jorge Aragão.

Para clientes do banco, o Itaú Live oferece pré-venda para turnês de artistas nacionais e internacionais, acesso a diferentes categorias de ingressos, descontos

entre 5% e 30% e parcelamento sem juros. A programação inclui ainda pacotes que combinam ingressos com experiências como acesso a passagem de som, encontros com artistas e áreas de hospitalidade, além de espaços dedicados em alguns shows, com entrada antecipada e filas exclusivas. O Itaú também anunciou mais um ano de patrocínio ao festival Rock in Rio, parceria que já dura cerca de 25 anos.

A diretora de marketing do Itaú Unibanco, Juliana Cury, afirmou que o banco decidiu reunir diferentes iniciativas ligadas à música em uma estrutura única, com foco na relação com os clientes. Na avaliação da executiva, o lançamento ocorre em um momento de transição para o banco após a celebração de seu centenário, em 2024. Na ocasião, a instituição promoveu um show gratuito de Madonna na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. “Depois de 100 anos, es-

tamos começando um novo ciclo com a cabeça ainda mais orientada ao cliente. A ideia é entender o comportamento das pessoas e como podemos nos conectar com necessidades reais do dia a dia”, disse Cury.

O executivo-chefe (CEO) da 30e, Pepeu Correa, diz que o movimento acompanha mudanças na dinâmica do setor de entretenimento ao vivo. “Estamos vivendo um momento de mudança no entretenimento do Brasil. O mercado deixou de ser moldado por eventos pontuais e passou a trabalhar com escala, recorrência e planejamento” afirmou.

O Itaú registrou lucro recorrente de R\$ 12,317 bilhões no quarto trimestre de 2025, com alta de 3,7% na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Considerando o ano todo de 2025, o lucro foi de R\$ 46,830 bilhões, alta de 13,1% ante o resultado de 2024.

Meta vai cobrar taxa de anunciantes na Europa

Redes sociais

Foo Yun Chee

Reuters, de Bruxelas

A Meta Platforms, comandada por Mark Zuckerberg, cobrará dos anunciantes uma “taxa de localização” que varia de 2% a 5% para cobrir os impostos sobre serviços digitais cobrados por alguns países, informou a gigante da tecnologia dos Estados Unidos nesta terça-feira (10), seguindo os passos de Alphabet e Amazon.

A taxa, para anúncios em imagem ou vídeo veiculados nas plataformas da Meta, incluindo campanhas de clique para mensagem do WhatsApp e mensagens de marketing juntamente com anúncios, será aplicada a partir de maio deste ano e também cobrirá outras taxas governamentais.

“Até agora, a Meta tem cober-

to esses custos adicionais. Essas mudanças fazem parte do esforço contínuo da Meta para responder ao cenário regulatório em evolução e se alinhar aos padrões do setor”, disse a empresa, em comunicado divulgado ontem (10).

As “taxas de localização” são determinadas pelo local onde o público está situado e não pelo endereço do negócio dos anunciantes.

A Meta listou seis países onde as taxas serão aplicadas, variando de 2% no Reino Unido a 3% na França, Itália e Espanha e 5% na Áustria e Turquia.

Os impostos digitais, cobrados como uma porcentagem da receita obtida pelas grandes empresas de tecnologia nos países, individualmente, atraíram críticas do governo dos Estados Unidos, e de seu presidente Donald Trump, que disse que eles discriminam as empresas americanas.

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Anorim Comércio de Calçados Ltda.** - CNPJ: 33.638.752/0001-31 - Endereço: Av. Mendonça Furtado, 1937, Bairro Aldeia - Administrador Judicial: Dra. Idenilza Regina de Siqueira Rufino - Vara/Comarca: 4a Vara de Santarém/PA
Empresa: **B. Transportes Ltda.** - CNPJ: 04.353.469/0001-65 - Endereço: Av. Getúlio Dornelles Vargas, 3540, Esquina com Rua Nicarágua, Bairro Líder, Chapecó/SC - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial Ltda. P/ Sr. José Luiz Lindoso da Silva - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial concluída em falência.
Empresa: **Bauer Postos Comércio de Combustíveis e Conveniências Ltda.** - CNPJ: 25.261.880/0001-80 - Endereço: Av. General

Osório, D 380, Centro, Chapecó/SC - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial Ltda. P/ Sr. José Luiz Lindoso da Silva - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial concluída em falência.
Empresa: **Galant Comércio de Cosméticos & Serviços Ltda.** - CNPJ: 30.118.117/0001-35 - Endereço: Rua Jeroaquara, 406, Apto. 246, Bairro Vila Romana - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Rafael Brizola Marques - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Araca Agroceriais Ltda.** - CNPJ: 04.571.885/0001-30 - Requerente: SI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisse-

torial - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Santa Rosa/RS - Observação: Petição inicial indeferida.
Requerido: **Conforto Rede Comercial de Colchões Ltda., Nome Fantasia Copel Colchões** - CNPJ: 61.522.850/0001-44 - Endereço: Av. Lins de Vasconcelos, 160, Bairro do Cambuci - Requerente: Pluscam Indústria e Comércio de Madeira Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.
Requerido: **Motorbox Comércio de Peças e Acessórios Ltda.** - CNPJ: 37.650.219/0001-46 - Endereço: Rua Sergipe, 475, Cjto. 403, Sala 03, Bairro Consolação - Requerente: Ebf Vaz Distribuidora e Logística Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.
Requerido: **Primebor Artefatos de Borrachas Ltda. Epp** - CNPJ: 53.982.489/0001-00 - Reque-

rente: Investor Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.
Recuperação Judicial Deferida
Empresa: **Auto Escola de Fragoso Eieli** - CNPJ: 02.218.521/0001-45 - Endereço: Rua Guarany, 1001, Loja 02, Bairro Piabeta, Vila Inhormirim - Administrador Judicial: Neves, Figueiredo, Cerqueira & Souza Advogados - Vara/Comarca: 1a Vara de Magé/RJ
Empresa: **Chama de Ouro Bem Estar Ltda.** - CNPJ: 17.417.546/0001-45 - Endereço: Fazenda São Sebastião, Gleba B, S/nº, Bairro Água Parada, Mombuca/SP - Administrador Judicial: Fvs Administração e Gestão Judicial Ltda., Representada Pela Contadora Sra. Vivian Sampaio de Souza - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados A Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Milf Indústria e Comércio de Feltros Ltda.** - CNPJ: 92.660.240/0003-00 - Endereço: Av. Das Indústrias, 1001, Distrito Industrial - Vara/Comarca: 2a Vara de Cachoeirinha/RS - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **André Ribeiro de Carvalho Agropecuária** - CNPJ: 54.874.945/0001-61 - Endereço: Rodovia Go 164, Km 310, Esquina 11 Km, Zona Rural - Vara/Comarca: Vara Cível de São Miguel do Araguaia/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Daniela Taranta Martins Ribeiro Agropecuária** - CNPJ: 54.874.377/0001-07 - Endereço: Rodovia Go 164, Km 310, Esquina 11 Km, Zona Rural - Vara/Comarca: Vara Cível de

São Miguel do Araguaia/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Juliete Ribeiro de Carvalho Agropecuária** - CNPJ: 54.874.975/0001-78 - Endereço: Rodovia Go 164, Km 310, Esquina 11 Km, Zona Rural - Vara/Comarca: Vara Cível de São Miguel do Araguaia/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Luiza Ribeiro de Carvalho Agropecuária** - CNPJ: 54.874.704/0001-12 - Endereço: Rodovia Go 164, Km 310, Esquina 11 Km, Zona Rural - Vara/Comarca: Vara Cível de São Miguel do Araguaia/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Sf Agronegócios Ltda.** - CNPJ: 32.856.008/0001-40 - Endereço: Av. Olinda, 960, Park Lozandes, Goiânia/GO - Vara/Comarca: Vara Cível de São Miguel do Araguaia/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Desempenho A divisão de computação em nuvem representou 52% do faturamento, somando US\$ 8,9 bilhões no trimestre, alta de 44% na comparação anual

Com mais negócios em nuvem, Oracle aumenta receita e lucro

Daniela Braun
De São Paulo

A Oracle registrou lucro líquido de US\$ 3,7 bilhões no terceiro trimestre fiscal de 2026, resultado que superou em 27% o lucro líquido de US\$ 2,9 bilhões alcançado um ano antes. A receita também cresceu. O resultado foi bem recebido pelos investidores e analistas. As ações da Oracle, que fecharam o pregão regular em queda de 1,43% na bolsa de Nova York (Nyse), subiram 13,6% logo após a divulgação do balanço e do fechamento do mercado.

A empresa registrou lucro por ação de US\$ 1,27 nos três meses encerrados em 28 de fevereiro, alta de 24% em base anual. Já o lucro por ação ajustado foi de US\$ 1,79, alta de 21%. O resultado superou as estimativas de analistas sondados pela Zacks Investment Research, que projetavam lucro ajustado por ação de US\$ 1,70 para o período.

A receita trimestral da Oracle alcançou US\$ 17,2 bilhões, alta de 22% em base anual, e também superou a receita de US\$ 16,89 bilhões projetada por Wall Street.

A receita da divisão de computação em nuvem da Oracle representou 52% do faturamento da companhia, somando US\$ 8,9 bilhões no trimestre, alta de 44% na comparação anual.

“Os números foram realmente fortes, tanto em receita quanto margens”, comentou o sócio da

gestora São Pedro Capital, Thiago Kapulskis, sobre o balanço. “O destaque foi a parte que importa, que é nuvem [computacional]”, acrescentou.

A empresa informou ter encerrado o trimestre com US\$ 533 bilhões em receitas contratadas, ou Obrigações de Desempenho Restantes (RPO, na sigla em inglês), um salto de 325% na comparação com igual período do ano fiscal passado. A maior parte do aumento ds receitas contratadas no trimestre veio de contratos de IA em larga escala, nos quais os clientes financiarão as compras antecipadas de semicondutores, informou a empresa em comunicado.

A Oracle está entregando capacidade em nuvem aos clientes rapidamente, com 90% dessa capacidade entregue no trimestre dentro do prazo ou antes, afirmou o co-executivo-chefe Clay Magouyrk, em uma teleconferência após a divulgação dos resultados.

“A demanda por computação em nuvem para treinamento e inferência de IA continua crescendo mais rápido do que a oferta”, afirmou a empresa. “Além disso, alguns dos maiores consumidores de capacidade de IA em nuvem fortaleceram substancialmente suas posições financeiras recentemente.”

Investidores avaliam atentamente o potencial de retorno sobre as crescentes despesas de capital (capex) de gigantes de tecnologia em infraestrutura com-



A Oracle está entregando capacidade em nuvem aos clientes rapidamente
Clay Magouyrk

putacional para serviços de nuvem e inteligência artificial (IA).

Em fevereiro, a Oracle anunciou planos para levantar US\$ 50 bilhões, este ano, a fim de expandir sua infraestrutura de computação em nuvem.

“A empresa enfrenta pressão devido aos altos custos de infraestrutura impulsionados por IA e da

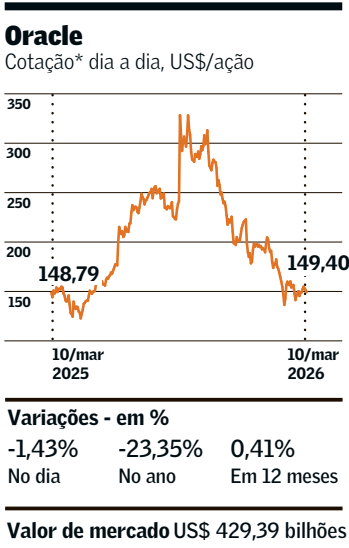
concorrência”, disse a Zacks antes da divulgação do balanço.

Demissões em massa de 20 mil a 30 mil funcionários, entre 12% e 18% da equipe global, estão nos planos da empresa para reduzir custos e equilibrar uma crise de caixa gerada pelos investimentos bilionários em infraestrutura, informou a Bloomberg, na sexta-feira (6), citando pessoas familiarizadas com o assunto.

No comunicado sobre o balanço, a Oracle comentou que vem usando IA para reduzir custos de desenvolvimento de software. “Os modelos de IA para geração de código de computador tornaram-se tão eficientes que reestruturamos nossas equipes de desenvolvimento de produtos em grupos menores, mais ágeis e produtivos”, disse a empresa. “Essa nova tecnologia de geração de código por IA nos permite criar mais software em menos tempo e com menos pessoas.”

Na semana passada, a Oracle e a OpenAI recuaram de um plano de expansão de centros de dados, em Abilene, no Texas, disse uma fonte familiarizada com o assunto ao Barron's, informou a agência de notícias Dow Jones. Segundo a Bloomberg, a Meta Platforms estaria interessada no espaço adicional para “data centers” próprios.

Atualmente, Oracle e OpenAI possuem oito edifícios que abrigam centros de dados numa área de 445 hectares em Abilene. A



Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Listada na Nyse.

instalação é o primeiro esforço do Projeto Stargate, uma parceria entre OpenAI, Oracle, SoftBank e a Casa Branca para injetar bilhões de dólares na construção de centros de dados de IA.

Para o quarto trimestre fiscal de 2026, a Oracle projeta um crescimento de receita entre 18% e 20%, em base anual, e um avanço de 44% a 48% na receita de computação em nuvem, em moeda constante. A empresa também projeta lucro por ação ajustado entre US\$ 1,92 e US\$ 1,96 em moeda constante, alta de 15% a 17% na comparação anual. A empresa manteve a projeção de receita de US\$ 67 bilhões para o ano fiscal de 2026.

Curtas

Meta e Moltbook

A Meta Platforms, que controla WhatsApp, Instagram e Facebook, planeja adquirir a Moltbook, uma plataforma de rede social para agentes de inteligência artificial (IA). A gigante de tecnologia disse ontem (10) que a equipe da Moltbook se juntará à sua divisão Superintelligence Labs, conhecida como MSL. O acordo marca o mais recente movimento da Meta, comandada por Mark Zuckerberg, para ampliar suas operações atreladas à inteligência artificial. Na Moltbook, agentes de IA podem publicar, comentar e dar votos em “posts”, enquanto usuários humanos acompanham o “feed”, mas não podem postar. O site foi criado por Matt Schlicht, diretor-presidente da startup de compras por inteligência artificial Octane AI. A Moltbook foi lançada em janeiro deste ano. A Meta também adquiriu recentemente por mais de US\$ 2 bilhões a startup de IA Manus, de Cingapura, que realiza pesquisas profundas e executa outras tarefas para usuários pagantes.

Alphabet e Intersect

A controladora do Google, a Alphabet, concluiu a compra por US\$ 4,75 bilhões da Intersect, garantindo a propriedade da desenvolvedora de energia eólica e solar como parte da iniciativa de assegurar o fornecimento de energia para a expansão de seus “data centers”. O acordo torna o Google o único gigante de tecnologia a possuir uma empresa de energia, informou The Wall Street Journal no início do mês passado. A aquisição junto à gestora de private equity TPG havia sido anunciada no fim de dezembro. Como parte da operação, os investidores da Intersect separaram o negócio de energia conectado a rede elétrica para criar uma nova empresa independente chamada IPX Power.

Agronegócios

Por **GLOBAL**

Comércio Os dois mercados são fechados ao produto brasileiro, e abertura poderia significar um fôlego diante das cotas da China

Setor de carne espera avanço em negociações com Japão e Coreia

Rafael Walendorff
De Brasília

A indústria exportadora de carne bovina espera que a influência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ajude a destravar as negociações de décadas com dois mercados estratégicos que seguem fechados ao produto brasileiro: Japão e Coreia do Sul. Juntos, os países importam mais de 1 milhão de toneladas por ano, sobretudo dos Estados Unidos e da Austrália.

Uma possível abertura ao Brasil pode significar fôlego para diversificar os embarques e agregar valor a alguns cortes em momento de pressão no setor com as cotas impostas pela China, principal cliente brasileiro. A possibilidade mais madura é com o Japão. O processo com a Coreia ainda é um sonho mais distante e não deve ser encerrado em 2026, apesar dos avanços.

A estratégia do setor já deu certo com o Vietnã, que abriu seu mercado em março de 2025 após a visita de Lula ao país. Na ocasião, o Brasil fez concessões, como a autorização para importação de tilápia dos vietnamitas. Oito frigoríficos foram habilitados e já iniciaram as vendas ao Vietnã.

Em fevereiro deste ano, Lula esteve em Seul, capital da Coreia do Sul, e enfatizou o pedido de abertura do mercado a líderes políticos e empresários coreanos. “O Brasil vem trabalhando há quinze anos para obter acesso ao mercado de carne bovina coreano. O bulgogi, tradicional churrasco coreano, combina com uma carne de qualidade como a brasileira”, brincou Lula em discurso no país asiático.

“Estamos prontos para avançar nos procedimentos sanitários necessários para que o Brasil esteja no prato do cidadão coreano. Isso também permitirá que os maiores frigoríficos do mundo, que são brasileiros, se instalem e invistam aqui na Coreia”, afirmou na ocasião.

Com o “empurrão” de Lula, o governo da Coreia do Sul firmou compromisso de enviar uma missão para realizar auditoria no Brasil ainda neste ano. “A notícia é boa, plantamos a abertura do mercado, pois se comprometeram a vir para o Brasil”, disse Roberto Perosa, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). Ele ressaltou que não há data marcada, mas que a visita coreana pode dar um “impulso importante” na negociação.

Após a auditoria presencial, que será realizada por uma das duas agências estatais responsáveis pelas avaliações sanitárias, o processo com a Coreia do Sul é apenas documental. “Depois dessa visita, é tudo documental. Se quiser fazer a abertura em um mês, faz”, disse.

“Temos chance grande de o processo avançar rapidamente, mesmo que isso signifique um período entre seis meses e um ano após a visita”, afirmou Perosa. Por isso, a expectativa é que a abertura só ocorra a partir de 2027.

A Coreia do Sul importa cerca de 600 mil toneladas de carne bovina por ano, principalmente dos Estados Unidos e da Austrália. Além do compromisso para auditar o sistema sanitário brasileiro na negociação para exportação do produto, os coreanos se comprometeram a abrir seu mercado para os ovos do Brasil.

“O bulgogi, tradicional churrasco coreano, combina com a carne brasileira”
Presidente Lula



Luis Rua, secretário do ministério, vê avanços na relação com a Coreia do Sul

lhes sobre os procedimentos adotados na fiscalização.

Pessoas a par das tratativas avaliaram que uma eventual abertura de mercado vai levar em consideração a posição do Mercosul na relação com o Japão. A Argentina já tem autorização para enviar carne da região da Patagônia, mas o local concentra cerca de 2% do rebanho do país. As negociações dos japoneses com os argentinos estão em um estágio mais avançado. O Uruguai já fornece ao Japão e o Paraguai iniciou conversas.

A avaliação de fontes que acompanham o tema é que a eventual abertura para o Brasil estará em um pacote para atender o bloco sul-americano e não de forma isolada. Pesa a favor dos brasileiros o status sanitário de país livre de fe-

bre aftosa sem vacinação, condição melhor que a da Argentina.

Há leituras também de que o aval depende de costuras políticas entre Tóquio e os Estados Unidos, principal fornecedor de carne bovina ao Japão, que vê a concorrência aumentar nesse mercado com as negociações em tempos de guerra tarifária.

O Japão vive um momento de alta na inflação de alimentos. Com a economia estagnada, o poder de compra da população está em queda, o que afeta o consumo de carne bovina. No país asiático, o produto é mais caro que o frango, em proporção ainda maior que no Brasil. A competitividade da carne bovina brasileira em relação a outros fornecedores pode ser um atrativo a mais nesse cenário.

Biocombustível

BRDE aprova crédito para usina de biodiesel

A Soli3 União Central Cooperativa obteve a aprovação de uma linha de R\$ 300 milhões do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para construir uma usina

de biodiesel em Cruz Alta (RS). A cooperativa também conseguiu licença prévia de implantação para iniciar a construção.

valor.com.br/agro

Comércio

Exportação de café caiu 23% em fevereiro

As exportações brasileiras de café caíram 23,5% em fevereiro na comparação anual, para 2,6 milhões de sacas de 60 quilos, segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil

(Cecafé). A receita recuou 14,7%, para US\$ 1,061 bilhão. Os embarques de café arábica representaram 78,9% do total.

valor.com.br/agro

Investimentos

AgroVen cria unidade de fusões e aquisições

O AgroVen, clube de investidores do agronegócio, criou uma unidade especializada em Corporate Venture Capital (CVC) e suporte a fusões e aquisições (M&A). A XVen Intelligence será

um braço da rede de investidores e líderes do setor que conta com membros como SLC, Bayer, Cooxupé e Minerva Foods.

valor.com.br/agro

Cenários Com protocolo, Corregedoria Nacional de Justiça quer auxiliar magistrados e uniformizar a aplicação de regras em processos do gênero

Guia sobre recuperação judicial no agro vai orientar juízes no país

Rafael Walendorff e Patrick Cruz
De Brasília e São Paulo

A Corregedoria Nacional de Justiça criou uma espécie de guia para orientar juízes de primeiro grau de todo o país em casos de pedidos de recuperação judicial feitos por produtores rurais. Segundo a Corregedoria, os objetivos do protocolo são uniformizar a interpretação e a aplicação das regras em processos do gênero. O protocolo com as diretrizes é uma resposta ao forte crescimento dos pedidos de recuperação judicial no agro brasileiro. Levantamento da Serasa Experian mostra que, no ano passado, os tribunais receberam, ao todo, 1.990 solicitações de proteção contra credores no agronegócio brasileiro, segundo informou o **Valor** no início desta semana. O volume, recorde, foi 56,4% maior do que o de 2024. Para solicitar recuperação judicial, informa o guia, os produtores têm que comprovar que exercem atividade rural há mais de dois anos. Entre outros pontos, a lista de diretrizes inclui ainda plano especial de recuperação para causas de até R\$ 4,8 milhões, nomeação de um profissional para realizar a constatação prévia das condições do devedor e a possibilidade de consolidação processual para grupos de produtores rurais. Além disso, o texto replica trechos da Lei de Falência e Recuperação Judicial (11.101/2005) e reforça os critérios que vedam os pedidos, com a preservação do ato cooperativo e a exclusão de créditos vinculados a Cédulas de

Produto Rural (CPR), entre outros. A Corregedoria, que elaborou o guia, é a estrutura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) responsável por atividades disciplinares e também de orientação de magistrados, tribunais e cartórios de todo o país. Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falência (Fonaref) e Comissão Técnica Especial trabalharam no protocolo após pedido de providências do Ministério da Agricultura. O ministro Mauro Campbell Marques, corregedor nacional de Justiça do CNJ, assinou na segunda-feira o guia, que leva formalmente o nome de Provimento 2016/2026. “Esta é uma medida fundamental para equilibrar a preservação da atividade produtiva no campo com a proteção dos direitos dos credores, fortalecendo a estabilidade econômica do setor agropecuário”, escreveu o Fonaref. Procurada, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) disse que ainda ia avaliar a norma. A texto com as diretrizes não é “vinculante”, de aplicação obrigatória, então ainda há margem para interpretação dos juízes nas decisões, mas ele ajuda a esclarecer um assunto que ainda é muito novo no agro brasileiro. O crescimento do número de pedidos de recuperação judicial no setor é um fenômeno recente, e,

1.990
foram os pedidos de recuperação em 2025

assim, o instrumento é novidade para muitos magistrados. “Há pontos que vão gerar discordância, mas, no geral, o guia traz algo muito positivo. Ele vai ajudar a balizar as interpretações dos juízes, e isso reforça a segurança jurídica”, diz Fernanda Kikuti Ramalho, sócia do Castro Barros Advogados, que trabalha em litígios empresariais e reestruturação de clientes do agro. Para o produtor rural pessoa física comprovar que atua há mais de dois anos no campo, ele terá que apresentar ao juiz documentos como Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), registros contábeis legais, declaração do imposto de renda ou balanço patrimonial. Já a pessoa jurídica poderá comprovar o tempo de atividade com a apresentação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF). Para alguns juristas, essa lista de diretrizes tem prós e contras. Por um lado, as normas formalizam e tornam mais previsíveis os processos de recuperação judicial no campo, mas, por outro, exigem que os produtores rurais tenham mais estrutura e preparo para levar adiante processos do gênero. “A norma padroniza o procedimento, especialmente quanto à comprovação da atividade rural e à organização das informações contábeis, o que também contribui para orientar a atuação de juízes de primeiro grau, uniformizando a jurisprudência. Por outro lado, evidencia a necessidade de maior profissionalização do produtor”, afirmou Eduardo Diamantino, sócio do Diamantino Advogados Associados, especializado no setor.



Renato Buranello, do IBDA: ‘Essa orientação jurídica era muito necessária’

O texto reforça em quais situações não se pode solicitar recuperação judicial. Ele repete, além disso, que os créditos não sujeitos não poderão entrar na recuperação judicial de produtores sem concordância prévia do credor. Na lista de créditos que ficam de fora de pedidos de recuperação judicial estão, entre outros, os recursos que os produtores usarem nos três anos anteriores para comprar terras, financiamentos com juros controlados que o produtor já tenha renegociado, CPRs, contratos de cooperativas e patrimônio rural em afetação. A norma prevê a possibilidade de pedido de plano especial de recuperação judicial, desde que o valor da causa seja inferior a R\$ 4,8 milhões. O guia esclarece a norma que exige que o produtor rural apresente um laudo técnico, feito por um terceiro, para atestar as condições operacionais da sua atividade, como o estado do maquinário, das instalações, e declarar as garantias constituídas sobre as safras presentes e futuras ou sobre o rebanho. Na declaração, será preciso informar a perspectiva de colheita no ciclo vigente ou da produção pecuária. Na avaliação de Renato Buranello, sócio do VBDO Advogados e presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA), as diretrizes chegam em boa hora e poderão ter efeitos rápidos. “Essa orientação jurídica era muito necessária. Vários casos poderiam ser corrigidos e reorganizados sem a recuperação judicial”, disse ele. Para Rodrigo Spinelli, sócio do BBMOV Advogados e especialista em recuperação e reestruturação de empresas, o guia tem elementos positivos. Mas, em alguns aspectos, diz o advogado, o texto acaba indo além do que já está na legislação e na jurisprudência.

Guerra pode causar escassez de fertilizantes, diz governo

Conflito

De Brasília

O Ministério da Agricultura vê risco “elevadíssimo” de desabastecimento de fertilizantes no Brasil com a continuidade da guerra no Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz, local estratégico para o tráfego internacional de petróleo e gás natural, o que influencia diretamente nos preços e na disponibilidade de produtos como a ureia usada nas lavouras nacionais. A imposição pela China de restrições à exportação desses insumos também ameaça o fornecimento aos produtores brasileiros, o que pode se refletir em aumento de preços desses itens para a safra 2026/27, a partir de julho. A indicação é que, no cenário mais pessimista, pode haver escassez de oferta de fosfatados em até 20% da demanda nacional neste ano. Diante disso, o alerta é de possíveis impactos na produtividade de algumas culturas, de mais de

20%, o que pode gerar pressão nos preços de alimentos. As avaliações estão em notas técnicas reveladas pelo jornal Folha de S. Paulo na terça-feira (10/3), cujo teor foi confirmado à reportagem por fonte da Pasta. Não houve esclarecimento se os apontamentos serão usados para subsidiar alguma ação imediata do Ministério da Agricultura ou não. Em um trecho, citado pelo jornal, a área técnica do Ministério da Agricultura avalia que “os desdobramentos, atuais e potenciais, do presente cenário geopolítico expõem o Brasil a elevadíssimo risco de desabastecimento e de elevação de preços internos, por ocasião também dos impactos dos conflitos e medidas restritivas de mercado, na logística e preços de matérias-primas, já na safra 2026/27”. Em outro momento, destaca que o fechamento de Ormuz levou a uma “disparada do custo de navios-tanque e de LNG (gás natural liquefeito, na sigla em inglês)”. O documento observa que gás natu-

ral é insumo crítico para a produção de amônia e, por consequência, de ureia. O fertilizante é utilizado nas lavouras de milho e trigo. As notas técnicas foram endereçadas ao secretário-executivo da Pasta, Irajá Lacerda. Procurado, o ministério não respondeu até o fechamento desta edição. O ministério indicou risco imediato de encarecimento dos custos de produção, atraso nas entregas de alguns fertilizantes e piora da relação de troca para os produtores no segundo semestre. A depender da duração da guerra e da trava logística, o risco poderá migrar de impactos nos preços para indisponibilidade de insumos, o que poderia afetar a produção de commodities, como soja, milho, café e cana-de-açúcar.

85%
dos fertilizantes são importados

No cenário mais negativo, com o prolongamento da guerra, a área técnica do ministério aponta para a necessidade de o governo federal ativar “mecanismos emergenciais de financiamento agrícola para as culturas mais afetadas”. Em outra frente, os técnicos da Pasta analisaram impactos da restrição imposta pela China à exportação de fertilizantes fosfatados até meados de 2026, para resguardar o próprio abastecimento interno. Na análise do ministério, há risco real de déficit de volume estimado entre 1 milhão e 3 milhões de toneladas desses insumos neste ano, o que poderia “comprometer a produtividade” da safra 2026/27. O Brasil importa cerca de 85% dos fertilizantes que consome e depende de poucos fornecedores. Com a guerra e as restrições, a dependência é traduzida em riscos aos agricultores, pois esses insumos representam mais de 30% do custo de produção. Segundo dados recentes, as exportações chinesas de fosfatados caíram para o menor nível desde

2013, e a participação da China nas importações brasileiras já apresenta queda relevante, sem reposição imediata por outros países. Ao **Valor**, o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Luis Rua, admitiu que há pressão no mercado de fertilizantes fosfatados. Ele disse, no entanto, que houve diversificação de fornecedores do insumo nos últimos anos, o que diminuiria o risco de falta do produto na próxima safra. Segundo ele, cerca de 16% dos fosfatados importados pelo Brasil são do Oriente Médio e apenas 0,4% do Irã. Apesar do impacto logístico da guerra, Rua acredita que os produtores brasileiros terão acesso ao insumo de outras fontes. “Houve preocupação no Plano Nacional de Fertilizantes, de pensar em alternativas. Há cinco anos, a China respondia por 20% a 25% das importações, hoje é 40%. A Nigéria era 2% e passou para 10%. Hoje temos três ou quatro fontes de fosfatados”, disse. (RW)

Bunge prevê mais ganhos de sinergia com ativos da Viterra



Julio Garros, da Bunge: “Temos a maior presença em origem do planeta”

Estratégia

Clarice Couto
De São Paulo

Reduções de custo, consolidação de operações globais e ganhos de produtividade devem permitir que a Bunge tenha um ganho de sinergia com a aquisição da Viterra, em 2028, maior que o esperado. Em evento com analistas e investidores ontem, a companhia informou que as sinergias ficarão, provavelmente, em US\$ 350 milhões, acima dos US\$ 250 milhões projetados inicialmente. Até dezembro, seis meses após a conclusão do negócio, a empresa

já havia contabilizado US\$ 119 milhões em sinergias. Para 2026, a Bunge prevê que as sinergias alcancem US\$ 190 milhões. Durante o evento, Julio Garros, diretor de operações da Bunge, afirmou que os ativos da Viterra incorporados ampliam as alternativas de origem e de processamento, favorecem a arbitragem de preços e devem contribuir para que empresa atinja os ganhos projetados para os próximos anos. “Após a combinação de negócios com a Viterra, completamos nossa presença em origem em cada grande região produtora do mundo. Temos a maior presença em origem do planeta”, disse.

Na América do Sul, a Bunge movimentou mais de 70 milhões de toneladas de grãos, de um total de 180 milhões de toneladas originadas em todo o mundo. “Nenhuma outra empresa de agronegócio tem essa presença junto aos produtores”, disse. A Bunge também passou a controlar mais de 20% do processamento global de óleo (excluída a China), com plantas integradas à origem, refino e distribuição. Garros reforçou a relevância da compra direta dos produtores. Hoje, a companhia origina diretamente, em média, 55% de todos os grãos que movimentam. O objetivo é elevar o percentual para 65% nos próximos anos.

Comércio
Exportador de carne bovina espera avanço em negociações com Japão e Coreia do Sul
B7

Estratégia
XP, de Maffra, cria diretoria para cuidar de distribuição e de segmentos de investidores **C3**



Bancos
Auditoria no BRB caminha para identificar ‘falhas pessoais’ **C4**

Fundos
Qore avança sobre ‘espólio’ de carteiras administradas pela Reag **C6**

Câmbio
Crise da Raízen provoca desmonte de hedge e pressiona cupom **C3**

Valor C
Quarta-feira, 11 de março de 2026

Finanças

Mercados Sinais de que a guerra não deve se estender tanto derrubam preços da commodity

Forte queda do petróleo alivia juros e impulsiona Ibovespa

Gabriel Caldeira, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Luana Reis e Arthur Cagliari
De São Paulo

Declarações de autoridades dos Estados Unidos e de Israel aliviaram o temor de que a guerra com o Irã se estenderá indefinidamente e levou a uma ampla recuperação de mercados que estavam fortemente pressionados pela eclosão dos conflitos no Oriente Médio, bem como a um tombo de mais de 10% dos preços do petróleo.

Após chegar perto de US\$ 120 o barril no começo da semana, a commodity energética encerrou os negócios no mercado à vista ontem abaixo de US\$ 90, com o contrato do petróleo Brent, a referência internacional, em queda de 11,27%, a US\$ 87,80. A intensa volatilidade observada ao longo do dia se manteve mesmo após o fechamento dos mercados à vista, e os preços da commodity voltaram a subir a níveis superiores a US\$ 90 no pregão eletrônico.

No mercado doméstico, a distensão dos preços do petróleo beneficiou, especialmente, os mercados de juros e ações. No caso da renda fixa, o prêmio de risco inflacionário arrefeceu e o mercado voltou a ficar mais otimista com a possibilidade de um corte de 0,5 ponto percentual da taxa Selic na semana que vem. Já o Ibovespa teve alta firme de 1,40%, aos 183.447 pontos, diante da perspectiva de que o fim da guerra pode estar próximo.

Na curva de juros futuros, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2028 cedeu de

13,26% a 13,03%, ao passo em que a do DI de janeiro de 2031 baixou de 13,655% a 13,415%.

As indicações de que o conflito no Oriente Médio pode terminar em breve vieram, primeiro, de declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ainda na segunda-feira, mas foram reforçadas ontem por falas do ministro de Relações Exteriores de Israel, Gideon Saar.

Ao longo do dia, informações desencontradas sobre a passagem de embarcações no Estreito de Ormuz — importante canal de comércio por onde passam 20% do petróleo global — provocaram volatilidade nos mercados e reduziram a tendência positiva dos ativos. As bolsas de Nova York encerraram com movimentos mais tímidos e o S&P 500 teve leve queda de 0,21%, a 6.781,50 pontos, destoando da forte recuperação dos mercados domésticos.

Marcelo Ferman, sócio e diretor de investimentos (CIO) da Parcitas Investimentos, afirma que não há sinal de que o mercado esteja subestimando os impactos macroeconômicos do conflito do Oriente Médio e classifica a reação positiva como “ra-

“Devemos tomar cuidado com os recuos de Trump, que não prima pela estabilidade”

Alexandre Póvoa



Ferman: “O mercado local ficou pressionado por conta de um fator bastante exógeno e, no que esse fator arrefece, é normal que essa pressão alivie”

zoável”, uma vez que a guerra tende a promover um choque temporário nos preços do petróleo.

“O mercado local ficou pressionado por conta de um fator bastante exógeno e, no que esse fator arrefece, é normal que essa pressão alivie”, diz ele, que lembra que, apesar do alívio entre o fim da tarde de segunda-feira e o pregão de ontem, os juros futuros seguem acima dos níveis anteriores à eclosão da guerra, acompanhando os preços do petróleo. “Dado que não temos certeza [do que vai acontecer], o mercado está no meio do caminho.”

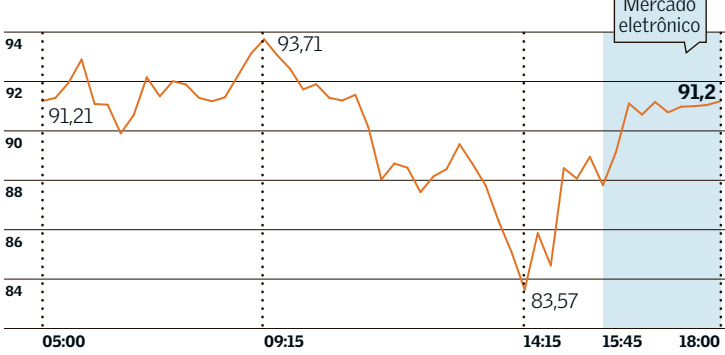
Diante das incertezas, os preços do petróleo mostraram ampla volatilidade nesta semana. preço do contrato mais líquido do Brent, que chegou a operar perto de US\$ 120 na segunda-feira, tocou a mínima de US\$ 81,16 no pregão de ontem.

Alexandre Póvoa, estrategista da Meta Asset Management, diz que certa cautela é necessária neste momento diante das sinalizações dadas por Trump e pelo governo israelense.

“Devemos tomar cuidado com os recuos de Trump, que não prima pela estabilidade”, afirma. “E o que significa ‘acabar com a guerra rápido’? Recuar de fato ou intensificar ainda mais os

Volatilidade em alta

Desempenho do petróleo Brent em 10/mar (em US\$)



Fonte: Valor PRO e ICE Futures

bombardeios para neutralizar o Irã mais rapidamente, o que poderia provocar uma reação ainda mais violenta? Enfim, está tudo muito incerto”, diz Póvoa.

Em relação à perspectiva para a política monetária, o mercado voltou a precificar o cenário de queda de 0,50 ponto percentual da Selic no próximo dia 18 como o mais provável, ainda que um corte mais tímido de 0,25 ponto não esteja descartado.

Ferman, da Parcitas, vê o choque do petróleo como temporário e não acha que o Comitê de Política Monetária deveria mudar o plano de voo por conta dele, a menos que a situação no Oriente Médio fique muito crítica.

No entanto, ele diz que a Parcitas via mesmo antes da eclosão da guerra um espaço menor para cortes, com a Selic caindo a 13% ao longo de 2026 — o relatório Focus, por exemplo, projeta a taxa em 12,13% no fim do ano.

“Ainda estamos lidando com expectativas de inflação desancoradas da meta, a atividade dá sinais muito incipientes de desaceleração, não se tem clareza de que um aumento da ociosidade vai gerar uma ancoragem das expectativas. E temos uma eleição que pode levar à expansão fiscal; o impacto da ampliação da isenção do Imposto de Renda, que ainda não se sabe quão profundo vai ser para a inflação; e o último IPCA-15 não

foi muito bonito”, descreve Ferman ao defender um corte inicial mais tímido na semana que vem.

Destoando da forte recuperação do Ibovespa e dos juros futuros, o mercado doméstico de câmbio teve um movimento levemente positivo ontem, com o dólar à vista recuando 0,15%, a R\$ 5,1566.

Na avaliação do economista-chefe da Oriz Partners, Marcos de Marchi, caso a guerra se encaminhe para um fim, o real pode se beneficiar da menor aversão a risco, além de se beneficiar dos preços de commodities elevados. “Se os conflitos acabam ou se estabilizam e os preços do petróleo continuam mais altos do que antes dos embates, para o Brasil, em relação de termos de troca, vai ser positivo.”

De Marchi também lembra que, apesar dos problemas fiscais que incomodam agentes do mercado, o Brasil não está envolvido em disputas geopolíticas e é pouco afetado pelos conflitos atuais no Oriente Médio. “Isso faz com que se torne um dos poucos países emergentes em que se pode investir diante desse contexto global”, afirma. “E temos um ‘carry’ [diferencial de juros] relevante. Precisaria acontecer algo a mais para que o investidor global pensasse que não vale a pena o risco de ficar no Brasil, mesmo com a Selic tão elevada.”



MAIS UMA VEZ A QI TECH É A PRIMEIRA.

PRIMEIRO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO AS A SERVICE DO BRASIL.

➔ Uma maneira fácil, rápida e sobretudo segura de oferecer crédito a seus clientes.

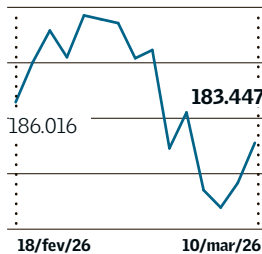
QI TECH

SAIBA MAIS EM qitech.com.br

Finanças

Ibovespa

Em pontos

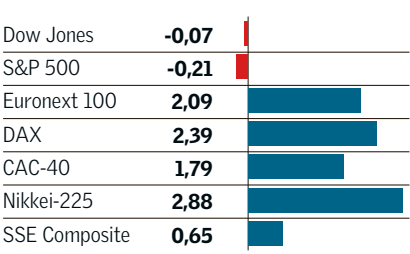


Alta de **1,40%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

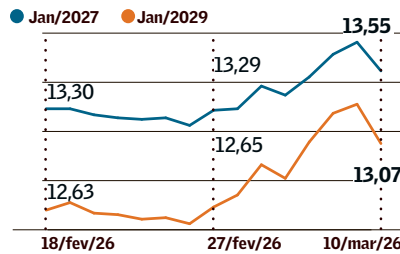
Bolsas internacionais

Variações no dia 10/mar/26 - em %



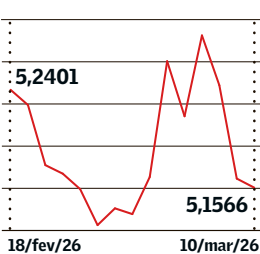
Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial

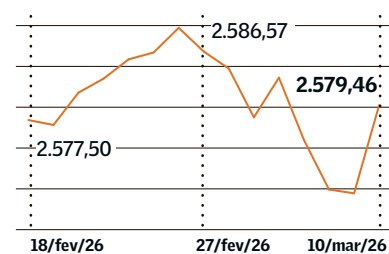
Cotação de venda - em R\$/US\$



Queda de **0,15%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Investimentos Disparada nos preços da commodity impactou o desempenho de outros ativos e de carteiras no começo de março

Instabilidade do petróleo no mês derruba retorno de fundo macro

Bruna Furlani
De São Paulo

Na esteira do movimento lento e bastante volátil dos preços das commodities, sobretudo do petróleo, desde a eclosão da guerra no Irã, fundos multimercado que estavam posicionados nesses ativos tiveram um início de mês bastante difícil no Brasil. Os preços do petróleo e a influência em outros ativos afetaram o desempenho dos fundos até agora neste mês, ainda que uma recuperação seja possível até o fim de março. Após a deflagração do conflito entre Estados Unidos e Irã, os preços do óleo bruto chegaram a superar os US\$ 100 por barril no pior momento desta semana, em virtude de preocupações com a redução na oferta global e interrupções nos fluxos do Estreito de Ormuz, na contramão das apostas de algumas casas, que estavam vendidas (apostando na desvalorização) na commodity. Outro fator que pode ter afeta-

do negativamente os retornos — ao menos na parte das commodities — foi uma posição comprada (que se beneficia da valorização) em ouro, um “trade” que se tornou consensual neste ano diante do aumento dos riscos nos mercados em geral. Embora seja considerado um ativo de refúgio, o contrato do metal para abril encerrou a semana passada com queda de 1,70%, marcando o primeiro recuo em cinco semanas. O Vista Hedge, carro-chefe da Vista Capital, foi um dos fundos macro que sofreram com a volatilidade elevada nos preços dos ativos. No começo deste mês até segunda-feira, 9, o produto acumulou perda de 4,7%, segundo dados compilados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Em carta mensal referente ao mês de janeiro, a última divulgada, a equipe da gestora mantinha posições em ouro e urânio. Ao mesmo tempo, os profissionais da casa optaram por permanecer

com alocações vendidas (que se beneficiam da desvalorização) em empresas de petróleo. Ao **Valor**, a Vista disse que mantém exposição a ouro e urânio, além de deter posições vendidas em Petrobras, mas sem alocação direcional em petróleo. Outro fundo que também sofreu no começo deste mês foi o K10, um dos multimercados da Kapitalo Investimentos. No acumulado de março até segunda-feira, o produto registrou queda de 6,11%, conforme números compilados pela Anbima. Em fevereiro, a posição em commodities do fundo chegou a representar até 0,57% da alocação por fator de risco do produto. Em carta, a equipe do K10 informou que havia reduzido a posição vendida em petróleo já antes da deflagração do conflito e revelou ter zerado o restante da alocação no começo deste mês. “Acreditamos que hoje o mercado esteja precificando um fluxo de petroleiros pelo Estreito [de Ormuz]

equivalente a 10% dos níveis normais por pelo menos um mês”, apontou. Por outro lado, a equipe do K10 optou por aumentar a alocação comprada em ouro. O fundo Atlas, da Kinea Investimentos, também foi afetado negativamente neste mês. Em março, o produto perdeu 2,37%. Em relatório referente ao mês de fevereiro, os profissionais da gestora afirmaram que o fundo estava com uma cesta vendida em algumas commodities, como o petróleo, ainda que não seja possível precisar o tamanho da posição. A leitura da casa é que o mercado segue “estruturalmente sobreofertado em petróleo ao mesmo tempo em que os preços incorporam um prêmio geopolítico relevante”. “Entendemos que, uma vez dissipado o risco geopolítico, o potencial de queda [do petróleo] pode ser relevante, dada a elevada oferta e as sinalizações da Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] sobre possível aumento de produção.”

O dia em que a cotação do Brent teve a maior oscilação da história

Malcolm Moore
Financial Times, de Londres

Manny Newman ligou as dez telas em sua mesa em South Kensington, Londres, no fim da noite de domingo, preparando-se para aquela que seria uma das sessões de negociação mais voláteis que o mercado de petróleo já viu. Nas 23 horas seguintes, o preço do petróleo do tipo Brent, referência global do mercado, chegou a US\$ 119 o barril, antes de recuar a US\$ 84, na maior oscilação em dólares já registrada em um único dia. Newman, de 32 anos, é formadora de mercado na Onyx Commodities, uma trading que cota continuamente preços para compradores e vendedores nos mercados de petróleo. Mesmo para uma operadora experiente, o caos de segunda-feira foi diferente de tudo que ela já havia vivido. “Já passei por muitas crises, incluindo covid, Rússia e os ataques a instalações de petróleo sauditas em 2019”, diz ela. “Nada disso se compara ao que aconteceu na segunda-feira.” O ritmo das negociações, acrescenta, era como jogar videogame “por 24 horas seguidas”. Os operadores da Onyx estavam se alimentando de bebidas eletrolíticas, creatina em pó, adesivos de nicotina e cochilos rápidos. “Transformamos nossa sala de reuniões em um motel. Temos sacos de dormir lá dentro”, conta ela. “À noite, adormeci ouvindo o discurso de Trump, acordei às 3h para checar o mercado e levantei às 5h30.” As apostas raramente foram tão altas. A Onyx emprega 60 operadores em Londres, Dubai e Cingapura, cota preços para milhares de contratos que abrangem petróleo e derivados como diesel e querosene de aviação, a maioria vinculada ao preço de referência. Na segunda-feira, a magnitude das oscilações de preços tornou essa tarefa extraordinariamente difícil. Os mercados de petróleo, que fi-

cam fechados nos fins de semana, inicialmente dispararam quando o conflito no Golfo Pérsico se agravou, depois que o “Financial Times” informou no domingo que a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos se tornaram os últimos exportadores a reduzir a produção. Eles caíram acentuadamente, primeiro com a notícia de que os governos estavam considerando a liberação de reservas emergenciais de petróleo, e depois com a declaração do presidente Donald Trump de que a guerra estava “praticamente encerrada”. “Estávamos vendo as maiores oscilações que se possa imaginar. Então, imagine ter de determinar um preço nessas condições”, diz Greg Newman, sócio de Manny e cofundador e executivo-chefe da Onyx. A diferença entre os preços de compra e venda, conhecida como spread, que normalmente é de uns poucos centavos por barril, aumentou dramaticamente para até US\$ 10, “porque simplesmente não havia como saber onde as coisas estavam”, diz ele. “Somos um dos maiores operadores em volume do mercado de petróleo. Se você erra o preço em condições normais, pode ser um erro de US\$ 10 mil, mas na segunda-feira seria algo como um erro de US\$ 2 milhões”, conta Newman. Em alguns momentos, o desafio sobrecarregou os operadores. “Alguns colegas disseram que precisavam parar um pouco. As oscilações eram tão grandes que era difícil ter noção do que estava acontecendo”, diz ele. “Quando o preço se move de forma tão agressiva, há tantas repercussões — e tudo acontece tão rápido — que fica muito difícil controlar as emoções.” Newman conta que também passou o fim de semana retirando 15 operadores e suas famílias e animais de estimação de Dubai. Ele fretou um Airbus que partiu de Marselha para buscar sua equipe em Fujairah, fez uma parada para reabastecimento em Roma e se-

guiu para Londres. Os operadores chegaram a tempo de começar a trabalhar na abertura do mercado. Grande parte dos negócios da Onyx envolve ajudar produtores de petróleo, refinarias e tradings a se proteger contra oscilações de preços. As empresas usam essas operações para fixar antecipadamente os preços do petróleo que vão produzir ou consumir no futuro. “As pessoas estão tentando fixar os preços ao longo do tempo em diferentes regiões”, diz Newman. “As refinarias podem querer garantir a margem entre o petróleo bruto que compram e os combustíveis que vendem.” Grandes picos de preços oferecem uma grande oportunidade para os produtores de petróleo, que podem vender contratos sobre sua produção futura. “Se os preços do petróleo sobem 20%, isso representa uma enorme mudança econômica para alguém. Os produtores acabam de ganhar 20% a mais por um barril que talvez ainda nem tenham produzido.” Mas, na segunda-feira, o equilíbrio habitual entre compradores e vendedores por vezes se rompeu. À medida que os preços disparavam, compradores corriam para garantir suprimentos a valores mais altos. Ainda assim, poucos operadores estavam dispostos a assumir o lado oposto da operação, diante de tanta incerteza. O mercado, então, deu uma guinada na direção oposta, quando operadores especulativos começaram a desfazer posições. Newman diz que os especuladores desempenham hoje um papel muito maior na negociação de petróleo do que no passado.

US\$ 119
foi o pico do barril,
que depois recuou
para US\$ 84

“Hoje, não sabemos quem está por trás de algumas dessas operações financeiras, nem que informações possuem. Eles podem entrar de forma muito agressiva e você se pergunta: ‘Será que sabem de algo que eu não sei?’” Ele acrescenta: “Antes que você perceba, o mercado perde o controle da narrativa e todos precisam sair, porque não conseguem lidar com as oscilações dos preços”. Manny Newman, que chefia as operações com o petróleo Brent, diz ter ouvido que alguns fundos demitiram equipes inteiras depois de acumularem grandes perdas com a volatilidade de segunda-feira. “Ouvi dizer que algumas tradings também estavam vendidas em praticamente tudo e não passaram por um bom momento”, acrescenta ela, afirmando que corridas de recompras de posições vendidas (“short squeeze”, no jargão do mercado) podem ser “devastadoras se você estiver do lado errado — estamos falando de bilhões de dólares”. Em um exemplo que ela testemunhou, uma negociação destinada a proteger entregas futuras de Brent sofreu uma oscilação dramática em poucas horas. “Foi fechada a US\$ 8 na parte da manhã e no fim do dia estava a US\$ 4,50”, diz. “Isso representa facilmente uma perda de US\$ 25 milhões em dez horas. É algo muito assustador.” Em meio ao caos, as pessoas começaram a se afastar do mercado, reduzindo o tamanho das operações à medida que a incerteza crescia. “Os volumes caíram acentuadamente”, diz ela. “Houve muitas disfunções no mercado.” Apesar da alegação de Trump de que a guerra acabará “muito em breve”, ela não espera dormir muito nas próximas semanas. “Essa perturbação vai levar ao menos de seis semanas a dois meses para se resolver, mesmo que tudo termine hoje”, prevê. “Acredito que ficaremos em um ambiente de preços elevados por dois a três meses.”

Acordo de ‘leniência’ para banco chega a dez anos sem utilização

Guilherme Pimenta e Gabriel Shinohara
De Brasília

Embora disponível para instituições financeiras e seus executivos há quase 10 anos, o instrumento do Acordo de Processo de Supervisão (APS) nunca foi utilizado pelo Banco Central (BC), mesmo em meio às fraudes bilionárias recentes envolvendo o Banco Master e instituições coligadas. Implementado em 2017, quando do avanço da operação Lava Jato e uma expectativa de que instituições financeiras poderiam ser alvo da investigação, o instrumento foi considerado à época uma espécie de “acordo de leniência” que bancos e banqueiros poderiam firmar com o BC. A intenção do dispositivo é permitir que, a partir de denúncias externas, a autoridade monetária abra apurações de fatos desconhecidos, nos mesmos moldes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Controladoria-Geral da União (CGU). O problema, segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, foi a modelagem da legislação aprovada à época, hoje em vigor. Isso porque ao contrário do Cade, a lei não prevê imunidade criminal ao denunciante. Ou seja: o Ministério Público seria acionado imediatamente quando o BC recebesse o relato das ilicitudes. Assim, mesmo que o executivo da instituição financeira recebesse vantagens do BC na hora do processo administrativo ao con-

fessar um ilícito e entregar provas de outros praticantes, ele poderia ser investigado e denunciado na esfera penal. Além disso, como o documento precisa passar por uma análise prévia do BC, nem mesmo vantagens na esfera administrativa são conferidas. Uma fonte que estava envolvida nas discussões na época ressaltou que o BC não poderia colocar um tema criminal nessa discussão porque a Constituição proíbe que medidas provisórias tratem de direito penal. A ideia era instituir o APS e, posteriormente, aperfeiçoar o instrumento. O advogado e pesquisador Lucas Lopes de Freitas publicou um artigo em 2025 na Revista Digital de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) com uma análise sobre a utilização do APS. Ao **Valor**, Freitas ressaltou que a legislação brasileira prevê que as esferas de responsabilidade sobre infrações, como criminais e administrativas, são independentes. “O acordo, uma vez que ele prevê que o Banco Central tem dever de comunicar outras esferas de competência, acaba se tornando pouco atrativo. Por que vou correr para avisar o Banco Central sendo que eu vou ter que me responsabilizar em outras esferas que talvez sejam mais graves para mim?”, disse o pesquisador. Gisele de Assis, sócia-conselheira da área de direito bancário e meios de pagamento do escritório /asb/, destaca que a lei é clara no sentido de que não afasta a punibilidade penal nem cível de reparação de danos. Na avaliação da especialista se houver uma mudança nesse ponto, o instrumento fica mais atrativo. Assis ainda adicionou que se houver um caminho similar ao do Cade, em que após a primeira pessoa ou empresa firmar um acordo, os demais só podem firmar um termo mediante confissão, os incentivos melhoram. “Você traria o incentivo correto para que as pessoas pensem nisso como um mecanismo de redução de pena ou de extinção completa”, disse.

“Por que vou correr para avisar o Banco Central sendo que eu vou ter que me responsabilizar em outras esferas mais graves?”
Lucas L. de Freitas



BC criou instrumento de acordo de cooperação de bancos no contexto da Lava Jato

Curta

Oferta da Pague Menos
A rede de farmácias Pague Menos precificou sua oferta subsequente de ações (“follow-on”) em R\$ 6,55, apurou o **Valor**. A decisão, conforme interlocutores, foi de vender apenas a oferta base, com 70 milhões de ações. Com isso a

oferta girou R\$ 458,5 milhões. Desde valor, metade foi para o caixa da empresa, por corresponder pela oferta primária. O restante correspondeu à tranche secundária, com os acionistas (a família Queiroz, fundadora, na ponta vendedora). **(Fernanda Guimarães)**

Finanças

Estratégia Área de investimentos e alocação é unificada e divisão de ‘cross sell’ vai cuidar de produtos como serviços bancários e crédito

XP move peças e cria diretoria dedicada a segmentos

Adriana Cotias
De São Paulo

A XP Inc. anunciou ontem mudanças no seu desenho organizacional e a criação uma diretoria que vai cuidar de distribuição e dos diversos segmentos de investidores. Quem vai assumir esse chapéu é Bruno Ballista, que até aqui era o responsável pelo relacionamento com o canal externo das assessorias de investimentos (“B2B”) e com clientes.

Segundo Thiago Maffra, principal executivo (CEO) da companhia, a revisão busca inverter a lógica da oferta direcionada por resultados de produtos para a de desempenho na visão do cliente. É um novo passo no plano de longo prazo de conquistar uma participação de mercado em investimentos de 20% até 2033, ante os 12% atuais. Aos números de hoje, seria adicionar cerca de R\$ 1 trilhão à sua custódia, para R\$ 2,5 trilhões.

“[Ballista] é a pessoa que vai cuidar do cliente de ponta a ponta, ele tem o papel de olhar qual é a proposta de valor, quais são os produtos, o ‘pricing’, qual é o planejamento

comercial”, diz Maffra, ao detalhar as mudanças para o **Valor**.

Ballista vai se reportar à diretoria de Guilherme Sant’anna, executivo responsável pelo varejo, que também cuidará da experiência digital do investidor, da base às segmentações de alta renda. Julio Mello, que estava no “B2C”, de atendimento direto, assume o B2B para tocar os times comerciais.

Passa a existir ainda uma área única dedicada a investimentos e alocação, que antes se dividia em duas, e o tripé se completa com outra de “cross sell”, que vai cuidar de produtos extra-investimentos, como serviços bancários, cartões, crédito e seguros, que estavam espalhados pelas diversas diretorias, sob a liderança de Cristiano Ayres.

As mudanças conversam com o refinamento da segmentação feita pela XP, que separou os clientes em cinco perfis de carteira: de zero até R\$ 100 mil abaixo do autoatendimento digital; de R\$ 100 mil a R\$ 300 mil, com interação humana (“Exclusive”); uma faixa entre R\$ 300 mil e R\$ 3 milhões (“Signature”) já com oferta de planejamento financeiro; de R\$ 3 milhões a R\$ 10 milhões (“Unique”), com atendimento mais

personalizado, fazendo “wealth planning” de fato, com participação de um advogado para planejamento tributário e sucessório.

O private banking permanece para bolsos acima de R\$ 10 milhões, casando soluções de pessoas físicas e jurídicas para famílias empresárias, sob a liderança de Cesar Chicayban.

É na base da pirâmide que a XP perdeu espaço no mercado, com uma participação que hoje ronda os 4%, mas a companhia fez ajustes na sua engrenagem para também alcançar esse cliente pela via digital. Maffra conta que o investidor vai ter ferramentas para definir seus objetivos, o prazo, e o próprio aplicativo vai rodar uma alo-

Mudanças conversam com reorganização que separou os clientes da instituição em cinco perfis de carteira



Maffra, CEO da XP: outro passo para tentar conquistar fatia de 20% do mercado até 2033, com R\$ 1 tri a mais de custódia

cação de acordo com o perfil de risco. Em vez de aplicar num depósito a prazo, como é comum em alguns bancos digitais, o investidor vai ter acesso a uma variedade de carteiras administradas, sob o guarda-chuva da XP Asset.

Na conferência com a imprensa sobre os resultados do quarto trimestre, Victor Mansur, diretor de finanças da XP, comentou que, na faixa até R\$ 300 mil, há um mercado de R\$ 1,95 trilhão — grande demais para ser ignorado. Maffra diz que, na base da Rico, o autoatendimento e a alocação por objetivos já são uma realidade. No total, a Anbima reportou que o brasileiro tinha ao fim de 2025 cerca de R\$ 8,5 trilhões.

A criação da diretoria de segmentos coincide com um Net Promoter Score (NPS), métrica que mede a satisfação do cliente, de 65 no quarto trimestre, uma queda significativa em relação ao trimestre anterior, de 74. Episódios de perdas relativas a certificados

de operações estruturadas de Ambipar e Braskem e a liquidação extra-judicial do Banco Master pesaram na avaliação do cliente no período, mas Maffra acredita tratar-se de uma percepção temporária, de quem se sentiu estimulados a responder à pesquisa.

“Aqueles clientes que são afetados têm um impacto, um choque de curto prazo. A gente tem que fazer uma alocação correta, tem que ter a diversificação, o perfil de risco correto, a liquidez adequada para os objetivos dele”, afirma Maffra. “Mas como ele está olhando uma relação de longo prazo, vê que a carteira está diversificada, que o trabalho está sendo bem feito (...). Ninguém no mercado está fazendo essa democratização de planejamento financeiro, ninguém está entregando o nível de serviço que a XP está entregando.”

A XP, que nasceu como um escritório de agentes autônomos, deixou de ter como canal único de distribuição as assessorias de

investimentos externas, que recebiam comissões exclusivamente por produtos vendidos para ser “multimodelo”, diz Maffra. Hoje atende pelo “fee fixo”, em que a remuneração pelo serviço é paga diretamente pelo cliente, criou o B2C, com assessores internos, e a área de “wealth service”, que pluga consultorias e gestoras de patrimônio.

Para fazer a transição de uma companhia que pelo conceito é plataforma de produtos para uma operação voltada para serviços, como quer a administração, a XP teve também que disciplinar a rede de 18 mil assessores de investimentos. O modelo de incentivos também mudou. “Quando acontece algo no canal B2B, a responsabilidade é nossa”, diz Maffra.

A companhia criou métricas de qualidade para nível de serviço prestado pelos profissionais para cada perfil de cliente, podendo aplicar até multa se a pontuação indicar uma potencial ruptura.

Consignado do INSS tem entraves após mudanças

Lais Godinho
De São Paulo

As mudanças nas regras de desconto nos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) feitas no último ano passaram a figurar entre os principais entraves para a contratação de crédito consignado por aposentados e pensionistas.

Segundo pesquisa da Nexus encomendada pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), 27% dos beneficiários entrevistados apontaram o bloqueio mensal como a principal dificuldade para contratar o consignado. Outros 18% indicaram o bloqueio de benefício novo como obstáculo.

Desde novembro passado, to-

dos os segurados do INSS passaram a ter um bloqueio mensal recorrente para a contratação de crédito consignado. A liberação é feita após o beneficiário realizar o desbloqueio no aplicativo ou no site Meu INSS com biometria. Antes, desde janeiro de 2025, o bloqueio ocorria nos primeiros 90 dias após a concessão do benefício.

Leandro Vilain, presidente da ABBC, lembra que, após as alterações, a originação de crédito consignado recuou. Segundo dados do Banco Central (BC), as concessões caíram 31,5% em 2025 na comparação com 2024. “Está sendo estudado pelo INSS e pela Dataprev para tentar melhorar o processo hoje [em relação a frau-

des], mas há algum nível de reclamação dos consumidores, de que eles têm dificuldade de tomar [o crédito]. Estamos falando de uma população de idade um pouco mais avançada, que às vezes não tem alguém da família para poder ajudar”, disse.

O levantamento também evidenciou a importância dessa modalidade de crédito em um cenário de juros elevados e alto nível de endividamento das famílias. A maioria dos entrevistados (56%) afirmou recorrer ao consignado por necessidade financeira.

Entre os que contratam a linha, 35% utilizam os recursos para quitar dívidas, 34% para pagar contas do dia a dia, 28% para despesas médicas e 23% para a compra de alimentos.

Entre o público que utiliza o consignado, 53% estão em situação de endividamento. Além disso, 88% afirmam ser os principais responsáveis pelo sustento da casa.

Na avaliação de Vilain, quem recorre a esse tipo de crédito costuma ter acesso limitado a outras modalidades. “O tomador desse tipo de crédito, em geral, é o cara que, historicamente, já tem uma propensão maior a estar negativado”, afirmou. “O que a pesquisa mostra é que ele não tem outra linha de crédito, ele não tem outra alternativa. Ele está endividado, ele é o único provedor de crédito na casa dele, ele precisa desse dinheiro para pagar, em geral, dívida. Às

vezes, ele paga dívidas básicas, como aluguel, luz etc.”

Em relação à percepção sobre a própria situação financeira, 28% dos entrevistados a classificam como péssima e outros 17% como ruim. Entre os fatores econômicos que mais preocupam esse público estão as despesas domésticas (51%) e dívidas ou empréstimos (32%).

Para 70% dos entrevistados, o fim do consignado do INSS representaria uma ameaça à sua estabilidade financeira. Além disso, 73% projetam contratar novamente esse tipo de crédito no futuro.

A pesquisa também mostra que 84% dos usuários consideram fácil contratar o empréstimo consignado. Os canais digitais (aplicativos, WhatsApp e sites



Vilain: originação caiu após mudanças

dos bancos) são usados por 53% dos clientes, enquanto 30% preferem a contratação presencial.

A pesquisa foi feita em fevereiro, por telefone, com 1,2 mil beneficiários do INSS que contrataram crédito consignado.

Crise financeira da Raízen pressiona cupom cambial

Arthur Cagliari e Victor Rezende
De São Paulo

A crise que a Raízen atravessa pode ter levado alguns bancos a um desmonte de proteção (“hedge”) em moeda estrangeira relacionada aos “bonds” (títulos de dívida) da companhia, de acordo com relatos de diversos traders de câmbio. Esse movimento teria pressionado, em particular, o mercado de cupom cambial que, desde sexta-feira, tem operado com taxas bastante pressionadas, ao mesmo tempo em que os títulos continuam a operar em níveis de estresse.

“Na sexta-feira, no fim do dia, houve uma venda grande de dólar futuro com efeito no cupom cambial de longo prazo. Houve relatos sobre ser uma zeragem de hedge do bond da Raízen”, observa um gestor de moedas. “A pressão estava mais concentrada no vencimento de janeiro de 2036 na sexta-feira, e ontem houve mais pressão na maturação de janeiro de 2035.”

Operadores mencionam uma elevação de cerca de 0,5 ponto no spread do cupom cambial, também chamado de “spreadover”, a diferença entre a taxa de juros em dólar no Brasil e o

rendimento do Treasury de mesma maturação, diante do estresse no cupom cambial de longo prazo nos últimos dias.

O que ainda não está claro para a maioria dos traders é o motivo para esse desmonte. Há tanto a leitura sobre uma renegociação da empresa com credores, com a troca de bonds por ações — o que tornaria o hedge cambial desnecessário —, quanto o temor de um não cumprimento das obrigações pela companhia. O mais aventado entre participantes do mercado é a perspectiva de default.

“É algo mecânico. Sempre que quebra uma empresa e os investidores têm hedge sobre os bonds dessa empresa, o fluxo [de venda de dólares] acontece”, explica o profissional de uma gestora relevante no mercado. “E, como a Raízen tem muita dívida em moeda estrangeira, o fluxo é relativamente grande.”

O movimento de zeragem de posições foi forte e, segundo relatos, não resultou da ação de um único banco, mas possivelmente de um conjunto. “Quando uma empresa emite títulos no exterior, um consórcio de bancos participa da emissão. Provavelmente esse mesmo consórcio fornece

para a empresa a proteção, o hedge”, diz o gestor. “Quando a companhia quebra, esse consórcio precisa zerar a mercado a posição que tinha contra a empresa.”

Na prática, quando emite títulos no exterior, uma empresa brasileira recebe dólares e pode ficar com o capital na moeda estrangeira ou converter para reais (o que o mercado chama de “swapar”, por fazer menção à operação de conversão via swap cambial). Grandes exportadoras que têm caixa em dólares, em geral, não fazem o swap, mas esse não seria o caso da Raízen, segundo operadores.

Assim, bancos que participaram do consórcio podem ter oferecido o swap cambial para converter a dívida de dólar para real. Nesse ca-

O movimento de zeragem de posições foi forte e, segundo relatos, não resultou da ação de um único banco

so, o banco compra dólar futuro. Quando há sinalização de que a empresa pode não cumprir suas obrigações (“default”), o banco tende a interpretar que não receberá capital para desfazer o swap, mas ainda está carregando a compra do dólar futuro. Para zerar essa posição, vende esse contrato de dólar futuro, o que cria uma pressão na curva de cupom cambial.

“Essa pressão é semelhante à que ocorre quando o Banco Central vende dólares no mercado futuro no swap. Só que, pelo BC, isso ocorre no cupom cambial de curto prazo, enquanto no caso de dívidas corporativas a pressão se dá nas partes mais longas da curva”, explica outro gestor de moedas.

As dúvidas sobre o futuro da Raízen aumentaram nos últimos dias, o que atingiu em cheio os títulos da companhia. Ontem, o presidente do grupo Cosan, Marcelo Martins, indicou, em teleconferência, que uma saída para a crise da Raízen, sua subsidiária, tem de ser definitiva e deve ter desdobramentos nos próximos dias.

O aumento da incerteza, contudo, tem provocado perdas relevantes nos bonds. Na tarde de ontem, os títulos em dólar da Raízen com vencimento em 2034 eram nego-

ciados a 49,5% do valor de face, enquanto os papéis para 2054 operavam a 48% do valor de face.

No mercado, inclusive, o otimismo com os títulos da companhia tem diminuído. Na virada de fevereiro para março, o J.P. Morgan

se desfez da recomendação de exposição acima da média (“overweight”) nos bonds da companhia e passou a ter recomendação neutra. Por ora, o banco mantém viés positivo somente para o papel com vencimento em 2054.

O BACEN AUMENTOU AS MEDIDAS ANTIFRAUDE PARA O PIX.

Sua instituição já se adequou à Resolução BCB 538? A DINAMO está pronta para levar conformidade para as suas transações. Afinal, cuidamos da segurança dos maiores bancos do País e do próprio BACEN.

QUEM CONFIAR NA DINAMO JÁ ESTÁ PRONTO.

BAIXE GRATUITAMENTE O E-BOOK COMPLETO SOBRE A RESOLUÇÃO BCB 538

DINAMO NETWORKS

Universidade de São Paulo
Instituto de Ciências Biomédicas da USP
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 03/2026 – ICB/USP
PROCESSO SEI Nº 154.0002001/2026-09. O Instituto de Ciências Biomédicas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, sob nº: **03/2026 – ICB/USP**, do tipo menor preço, cujo objeto é **fornecimento de AÇÚCAR, ADJACANTE E FILTRO DE PAPEL**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 12/03/2026 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 25/03/2026, às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do site www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 11/03/2026**, além da página do Gov.br, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.icb.usp.br/licitacao e www.doe.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 (P.A. 13139/2025)
Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE À PRAGAS URBANAS, ENGOBANDO: DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E DESALOJAMENTO DE POMBOIS E MORCEGOS**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaíuva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (<http://www.itaguai.rj.gov.br>).
Data e hora da realização: **dia 26 de março de 2026, às 10:00 horas.**
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico <https://licitacao.comprasbr.com.br>
(a) Bruno Barbosa de Souza – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) /Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026 (P.A. 2079/2026)
Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE BARRACAS DE FEIRA EM ESTRUTURA DE MADEIRA**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, na forma estabelecida conforme especificado no Edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaíuva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (<http://www.itaguai.rj.gov.br>).
Data e hora da realização: **dia 26 de março de 2026, às 10:00 horas.**
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico <https://licitacao.comprasbr.com.br>
(a) Bruno Barbosa de Souza – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) /Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 (P.A. 1193/2026)
Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaíuva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (<http://www.itaguai.rj.gov.br>).
Data e hora da realização: **dia 26 de março de 2026, às 10:00 horas.**
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico <https://licitacao.comprasbr.com.br>
(a) Bruno Barbosa de Souza – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) /Autoridade Competente.

ERRATA DO EXTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026 (P.A. 13990/2025)
Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO PARA AQUISIÇÃO DE ROUPARIA HOSPITALAR** para atender as necessidades do Hospital Municipal São Francisco Xavier – HNS-FX, Maternidade, Atenção Básica e Atenção Psicosocial, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos
Onde se lê:
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026 (P.A. 11198/2025)
Leia-se:
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026 (P.A. 13990/2025)
Publicação: Jornal Valor, E3, de 7, 8 e 9/03/2026.
(a) Bruno Barbosa de Souza – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) /Autoridade Competente.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), realizada em 29 de janeiro de 2026. Na qualidade de Secretário da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de janeiro de 2026, às 09h, de forma presencial, na sede social da Companhia, e por videoconferência, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia, CERTIFICO que as deliberações referentes aos itens (i), (iii) e (viii) da ordem do dia, devidamente consignadas na ata da referida reunião e que consistem nas únicas deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 142, da Lei 6.404/76, possuem a redação transcrita abaixo. **1. Data, Hora e Local:** Realizada em 29 de janeiro de 2026, às 09h, de forma presencial, na sede social da Companhia, e por videoconferência, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Eduardo Saggiaro Garcia (Presidente do Conselho de Administração), Cláudio Moniz Barreto Garcia (Conselheiro), Luiz Fernando Ziegler De Saint Edmond (Conselheiro), Yuiti Matsuo Lopes (Conselheiro), Maria Rita Megre de Sousa Coutinho (Conselheira Independente), Clara Magalhães Cardoso Neves (Conselheira Independente) e Vanessa Paula Lopes (Conselheira Independente). Participaram, ainda, os Srs. Fernando Dias Soares (Diretor Presidente) e Sebastian Durchon (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores), diretores estatutários da Companhia; os Srs. Flávio Lopes (Vice-presidente de Gente e Gestão), Fábio Fernandes Medeiros (Vice-presidente Jurídico e de Compliance), Luiz Tavares (Vice-Presidente de Operações), Marcelo Augusto Machado Arantes (Vice-presidente de Supply Chain), Osmair Luminatti (Vice Presidente Comercial) e Tiago Abate (Vice Presidente de Consumer&Growth) e a Sra. Sabrina Juhász (Gerente de Governança Corporativa). **3. Composição da Mesa:** Presidente: Eduardo Saggiaro Garcia; Secretário: Fábio Fernandes Medeiros. **4. Ordem do Dia:** Deliberação sobre as seguintes matérias: **Certifico que a matéria objeto do item (i) da Ordem do Dia, tal como transcrita e consignada na ata da reunião, tem a seguinte redação:** "(i) Verificação do exercício de bônus de subscrição, emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2024 e homologado parcialmente pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de julho de 2024 ("Bônus de Subscrição"), com a consequente emissão de novas ações ordinárias, bem como o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;" **Certifico que a matéria objeto do item (iii) da Ordem do Dia, tal como transcrita e consignada na ata da reunião, tem a seguinte redação:** "(iii) Autorização para a Diretoria e procuradores da Companhia regularmente nomeados e com poderes para tal procedam à constituição de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da HNT Comércio de Hortifrutigranjeiros S.A. em favor dos Debenturistas, podendo praticar todos os atos que venham a ser necessários para a regular formalização de tal garantia;" e **Certifico que a matéria objeto do item (viii) da Ordem do Dia, tal como transcrita e consignada na ata da reunião, tem a seguinte redação:** "(viii) Autorização para a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários com relação à implementação dos itens acima, ratificando todos os atos já praticados." **5. Deliberações: Certifico que, quanto à matéria objeto do item (i) da Ordem do Dia, a deliberação do Conselho de Administração, tal como consignada na ata da reunião, restou redigida nos seguintes termos:** "(i) A reunião teve início com a condução do Presidente do Conselho de Administração da Companhia agradecendo a presença de todos e destacando que a reunião não estava sendo gravada. Em seguida, no que se refere ao item (i) da ordem do dia, considerando o recebimento de notificação de exercício de 1 (um) bônus de subscrição, emitido no âmbito do aumento de capital da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2024 e homologado parcialmente pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de julho de 2024 ("Bônus de Subscrição"), referente às janelas de exercício encerradas em 26.12.2025, 12.01.2026 e 27.01.2026, enviada por seu respectivo titular, e do pagamento do preço de exercício correspondente, foi verificada a emissão de 1 (uma) nova ação ordinária, escritural, nominativa e sem valor nominal, totalmente subscrita e integralizada na presente data. Cada 1 Bônus de Subscrição exercido corresponde à emissão de 1 ação ordinária, com a consequente homologação do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante total de R\$ 0,01 (um centavo de real), passando, em decorrência da deliberação acima, o capital social da Companhia a ser de R\$ 39.918.282.257,31 (trinta e nove bilhões, novecentos e dezoito milhões, duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos), representado por 200.244.999 (duzentas milhões, duzentas e quarenta e quatro mil novecentas e noventa e nove) ações ordinárias, todas escriturais nominativas e sem valor nominal. Restou consignado, ainda, que o artigo 5º do Estatuto Social deverá ser oportunamente alterado para refletir o exercício dos Bônus de Subscrição em questão." **Certifico que, quanto à matéria objeto do item (iii) da Ordem do Dia, a deliberação do Conselho de Administração, tal como consignada na ata da reunião, restou redigida nos seguintes termos:** "(iii) Em complemento à operação de carve-out aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 12.08.2025, e em atendimento às obrigações constantes do Instrumento Particular de Escritura da 22ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convalidada em da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em três séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas"), celebrada em 16 de setembro de 2024 com a Vórtx DTVM S.A. como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas, tendo a ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial, como de Garantidora, os membros do Conselho de Administração autorizaram, por unanimidade, a Diretoria e procuradores da Companhia regularmente nomeados e com poderes para tal procedam à constituição de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da HNT Comércio de Hortifrutigranjeiros S.A. em favor dos Debenturistas, podendo praticar todos os atos que venham a ser necessários para a regular formalização de tal garantia, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia." e **Certifico que, quanto à matéria objeto do item (viii) da Ordem do Dia, a deliberação do Conselho de Administração, tal como consignada na ata da reunião, restou redigida nos seguintes termos:** "(viii) O Conselho de Administração, por unanimidade, autorizou a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários com relação à implementação dos itens acima aprovados, bem como ratificou todos os atos já praticados." **6. Encerramento:** O Conselho de Administração autorizou a publicação da presente ata, com a emissão de certidão contendo apenas os itens destinados a produzir efeitos perante terceiros, nos termos do art. 142, §1º, da Lei 6.404/76. Nada mais havendo a tratar e ninguém fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, é assinada pelos membros da Mesa e pelos Conselheiros presentes. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2026. **Fábio Fernandes Medeiros** - Secretário. JUCERJA nº 7637274 em 09/03/2026.

JUIZO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA POR MEIO DE PROPOSTAS FECHADAS
Objeto: alienação judicial da Unidade Produtiva Isolada ("UPI"), por meio de processo competitivo mediante a apresentação de propostas fechadas, com fundamento no inciso V do artigo 142 da Lei nº 11.101/2005 ("Edital"), extraído dos autos do processo autuado sob o nº 0090940-03.2023.8.19.0001 (migrado do processo nº 0809863-36.2023.8.19.0001 – Pje) ("Recuperação Judicial"), em trâmite perante esse Juízo ("Juízo da Recuperação"), correspondente à Recuperação Judicial das sociedades OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("OI"), PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("PTIF") e OI BRASIL HOLDINGS COOPERATIEF U.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("OI Coop"), doravante coletivamente denominadas de "Recuperandas" ou "Grupo OI", na forma abaixo:
A EXMA. SRA. DRA. SIMONE GASTESI CHEVRAND, Juíza de Direito da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, FAZ SABER a quem o presente Edital vir ou dele conhecimento tiver e interessar possa, que, em razão da decisão de fls. 61.100/61.135, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro de 29 de maio de 2024, que homologou a decisão da Assembleia Geral de Credores ("AGC"), realizada em 18 e 19 de abril de 2024, a qual aprovou o Plano de Recuperação Judicial do Grupo OI submetido à votação na referida AGC ("Plano de Recuperação Judicial"), juntado com os seus anexos às fls. 56.787/58.633 dos autos da Recuperação Judicial, da decisão de fls. 132.251 (item XIV), que autorizou a alienação judicial objeto deste Edital, da decisão proferida nos Agravos de Instrumento nº 0096877-26.2025.8.19.0000 e 0096871-19.2025.8.19.0000 que determinou a alienação ordenada dos ativos do Grupo OI, bem como nos termos e para os fins previstos no Plano de Recuperação Judicial, será realizada alienação judicial da UPI Serviços Telefônicos, abaixo descrita, por meio de processo competitivo entre os potenciais interessados, na modalidade de propostas fechadas, nos termos dos artigos 60, 66, §3º, 66-A, 141 e 142, inciso V, todos da Lei nº 11.101/2005, sem que o respectivo adquirente suceda às Recuperandas em quaisquer obrigações de quaisquer naturezas, inclusive as de natureza fiscal, tributárias e não tributárias, ambiental, regulatória, administrativa, civil, comercial, trabalhista, consumerista, penal, anticorrupção, previdenciária, nos termos dos artigos 60, parágrafo único, 141, inciso II e §2º e 142 da Lei nº 11.101/2005 e do artigo 133, parágrafo primeiro, inciso II da Lei nº 5.172/1966 ("Procedimento Competitivo").
Dessa forma, serve o presente Edital para promover e estabelecer as condições para o Procedimento Competitivo, ficando todos os interessados identificados de que poderão, após devidamente qualificados nos termos deste Edital e do Plano de Recuperação Judicial, apresentar propostas fechadas para aquisição da UPI Serviços Telefônicos. Os termos utilizados neste Edital e aqui não definidos terão a definição que lhes foi atribuída no Plano de Recuperação Judicial.
1. Objeto. O objeto do Procedimento Competitivo é a alienação da UPI Serviços Telefônicos, composta por 100% (cem por cento) das ações de emissão da SPE Serviços Telefônicos, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus, para cujo capital social a Oi contribuiu ou transferir, por meio de operações societárias ou contratuais, a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, bens, patrimônio, contratos, direitos, obrigações, licenças, prerrogativas e pretensões substancialmente descritos no item 1.2 relativos a (a) prestação de serviços telefônicos fixos comutados (STFC), (b) obrigação de continuidade de prestação de serviços de voz fixa por meio de acessos coletivos e individuais nas 7400 (sete mil e quatrocentos) localidades onde a Oi é *Carrier of Last Resort* ("COLR") até dezembro de 2028, conforme Termo de Autocomposição firmado com a ANATEL, (c) prestação de serviços de tridigito (números únicos de utilidade pública), (d) interconexões, (e) infraestrutura das torres (mastros, postes, cavaletes, bases, cabeamento e ativos correlatos) utilizada para a prestação desses serviços e que seja de propriedade da Oi; e (f) prestação de serviços e manutenção de telefones de uso público ("Operação Serviços Telefônicos" e "UPI Serviços Telefônicos", respectivamente).
1.1. O adquirente será integralmente responsável por todos os custos e encargos relacionados à Operação Serviços Telefônicos, incluindo, sem limitação, eventuais custos operacionais ou quaisquer outras despesas vinculadas aos contratos de trabalho ou de manutenções inseridas no contexto da Operação Serviços Telefônicos. Os contratos atrelados à Operação Serviços Telefônicos serão cedidos ao adquirente, observadas as disposições do artigo 141, §2º da Lei nº 11.101/2005.
1.2. O acervo da UPI Serviços Telefônicos compreende todos os seguintes ativos e direitos ("Acervo Serviços Telefônicos"):
(a) Base de clientes da Operação Serviços Telefônicos, de diversos setores e naturezas. Tal base de Clientes será atualizada e comporá a UPI Serviços Telefônicos conforme atualizada para todos os fins;
(b) Equipamentos da rede de voz da Operação de Serviços Telefônicos, de propriedade da Oi, juntamente com qualquer equipamento ou material acessórios, inclusive qualquer estoque dos referidos equipamentos, em qualquer caso, conforme existentes na Data de Fechamento UPI Serviços Telefônicos;
(c) Sistemas e plataformas utilizados exclusivamente para a operação da UPI Serviços Telefônicos ("Sistemas e Plataformas"). Os sistemas e plataformas utilizados pela operação da UPI Serviços Telefônicos e por outros negócios da Oi (i) serão segregados ou aportados, caso seja possível, para a SPE Serviços Telefônicos; e/ou (ii) utilizados pela SPE Serviços Telefônicos por meio de contratos de prestação de serviços de transição, inclusive por meio de terceirização a operadores e/ou prestadores de serviços e/ou qualquer outra sociedade controlada pela Oi, caso aplicável;
(d) Cessão da posição contratual da Oi no âmbito de contratos com fornecedores necessários para a condução da operação da SPE Serviços Telefônicos ("Contratos com Fornecedores") ou novos Contratos com Fornecedores necessários para a condução da operação da SPE Serviços Telefônicos.;
(e) Itens de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa (torres) de propriedade da Oi, incluindo, mas não se limitando a mastros, postes, cavaletes, bases, cabeamento e ativos correlatos;
(f) Direito de uso dos imóveis da Oi (ou de outras empresas do grupo Oi) utilizados para fins administrativos e operacionais pela SPE Serviços Telefônicos a serem indicados no Contrato de Compra e Venda da SPE Serviços Telefônicos, que, a critério da Oi, poderá ser acordado por meio de um contrato de aluguel de espaço ou outro instrumento similar, conforme aplicável; e
(g) Os contratos de trabalho (existentes ou novos) com funcionários indicados no Contrato de Compra e Venda da SPE Serviços Telefônicos, observados os termos do artigo 141, §2º da Lei nº 11.101/2005.
1.3. Exceto se especificamente listado no Contrato de Compra e Venda da SPE Serviços Telefônicos, todos os demais ativos, direitos, obrigações e passivos que não compoñham o Acervo Serviços Telefônicos não integrarão a UPI Serviços Telefônicos e não farão parte do Procedimento Competitivo, continuando na propriedade e obrigação do Grupo Oi.
1.4. A UPI Serviços Telefônicos será alienada livre e desembaraçada de qualquer Ônus e o respectivo adquirente não sucederá às Recuperandas em quaisquer dívidas, contingências e obrigações de quaisquer naturezas, inclusive em relação às obrigações de natureza fiscal, tributárias e não tributárias, ambiental, regulatória, administrativa, civil, comercial, trabalhista, consumerista, penal, anticorrupção, previdenciária nos termos dos artigos 60, parágrafo único, 66, §3º, 141, inciso II e §2º e 142 da Lei nº 11.101/2005 e do artigo 133, §1º, inciso II da Lei nº 5.172/1966.
2. Preço Mínimo de Aquisição da UPI Serviços Telefônicos. Os interessados em participar do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos deverão considerar em suas respectivas propostas o preço mínimo de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) a ser pago em dinheiro, à vista, na data de fechamento da operação ("Preço Mínimo").
3. Condições Mínimas para participação no Procedimento Competitivo. Serão admitidas a participar do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos as pessoas jurídicas regularmente constituídas que atendam às Condições Mínimas, conforme o disposto no Plano de Recuperação Judicial e neste Edital.
3.1. Condições Mínimas. Os interessados em participar do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos deverão manifestar seu interesse no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da publicação deste Edital, por meio de apresentação de notificação de qualificação ao Grupo Oi, a ser encaminhada por e-mail para Bruno Rezende (brunorezende@psvar.com.br), Fabio Wagner (fabio.wagner@oi.net.br) e André Paradizi (andre.paradizi@oi.net.br), com cópia para a Administração Judicial (credoroi@wald.com.br) e para a Gestão Judicial (gestao.oi@psvar.com.br) ("Qualificação").
3.1.1. A notificação de Qualificação deverá, além de informar o interesse na participação no Procedimento Competitivo, reunir, no mínimo, os seguintes documentos e condições, sob pena de o respectivo interessado ter sua notificação de Qualificação desconsiderada ("Condições Mínimas"):
(i) apresentar cópia dos registros de existência e regularidade, devidamente emitidos pelos órgãos responsáveis pelo registro de constituição do interessado;
(ii) apresentar cópia do respectivo contrato social ou estatuto social ou qualquer outro documento de constituição, bem como de outorga de poderes aos seus representantes. Caso seja um fundo de investimento, o interessado deverá apresentar cópia do regulamento do fundo e do estatuto social ou contrato social do administrador do fundo;
(iii) apresentar comprovação de disponibilidade de recursos ou meios suficientes para fazer frente ao pagamento do preço;
(iv) apresentar comprovação de que:
(a) detém autorização de STFC;
(b) possui registro válido como prestadora de telecomunicações junto à Anatel;
(c) possui capacidade técnica para operar o serviço e a central de atendimento;
(d) possui capacidade de operação com capilaridade nos municípios com população superior a 100 mil habitantes, especialmente naqueles que compõe as obrigações de COLR;
(v) o interessado deverá, obrigatoriamente, concordar expressamente com termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial e neste Edital, sem quaisquer ressalvas;
(vi) o interessado deverá, obrigatoriamente, declarar que tem ciência e que concorda integralmente com os termos e condições do Termo de Autocomposição celebrado, dentre outros, entre a Oi, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e o Tribunal de Contas da União – TCU (disponível para consulta na Sala de Informações), comprometendo-se a cumprir integralmente todas as disposições nele previstas.; e
(vii) o compromisso irrevogável e irretirável de negociar e celebrar o Contrato de Compra e Venda UPI Serviços Telefônicos do Anexo I.
3.1.2. A Oi analisará se a Qualificação cumpre as Condições Mínimas em até 2 (dois) Dias Úteis do recebimento da notificação do interessado.
3.2. Acordo de Confidencialidade e Protocolo Antitruste. Confirmada a Qualificação pelas Recuperandas, o interessado deverá enviar à Oi, em até 2 (dois) Dias Úteis, (i) o Acordo de Confidencialidade e o Protocolo Antitruste que constituem respectivamente

os **Anexos II e III** deste Edital devidamente assinados: (i) os documentos que comprovem os poderes de representação do subscritor; e (ii) 2 (dois) nomes de seus representantes, com suas respectivas qualificações, aos quais será franqueado acesso às informações e documentos da Auditoria que serão disponibilizados a respeito da UPI Serviços Telefônicos (conforme definido no item 3.3 abaixo).
3.2.1. Recebidos os documentos mencionados no item 3.2 acima, a Oi confirmará que o interessado está habilitado para o Procedimento Competitivo, garantindo-lhe acesso à Sala de Informações em até 2 (dois) Dias Úteis ("Habilitação").
3.2.2. Os interessados que não assinarem o Acordo de Confidencialidade e/ou o Protocolo Antitruste e/ou não encaminharem os referidos documentos, juntamente com os documentos que comprovem os poderes de representação e/ou a lista de representantes, na forma e no prazo previsto no item 3.2 acima não estarão habilitados para realizar a Auditoria e as propostas eventualmente enviadas por tais interessados não serão consideradas para fins do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos.
3.2.3. Caso (i) o Acordo de Confidencialidade e/ou o Protocolo Antitruste tenham seus termos alterados; e/ou (ii) o envio do Acordo de Confidencialidade e/ou do Protocolo Antitruste não observe o quanto disposto no presente Edital, os respectivos interessados não estarão habilitados para realização da Auditoria e não terão acesso aos documentos e informações relativos à UPI Serviços Telefônicos, e as propostas eventualmente enviadas por tais interessados não serão consideradas para fins do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos.
3.2.4. Caso, por qualquer motivo previsto neste Edital, determinado interessado não tenha sua Habilitação confirmada, as 2 (duas) vias recebidas do Acordo de Confidencialidade e do Protocolo Antitruste e os documentos a elas anexados serão restituídos e o remetente não terá acesso à Sala de Informações.
3.3. Auditoria - Acesso às informações. Confirmada a Habilitação, a Oi dará ao interessado acesso aos documentos e informações organizados a respeito da UPI Serviços Telefônicos e disponibilizados na Sala de Informação ("Auditoria").
3.3.1. Os documentos e informações organizados pelo Grupo Oi serão disponibilizados de forma virtual em plataforma digital a ser informada oportunamente pelo Grupo Oi ("Sala de Informação") e ficarão disponíveis até a data da Audiência de Abertura das Propostas Fechadas.
3.4. Condições UPI Serviços Telefônicos. As propostas fechadas para a aquisição da UPI Serviços Telefônicos a serem apresentadas pelos interessados nos termos do item 3.5 abaixo deverão observar, além das Condições Mínimas previstas acima neste Edital, os seguintes requisitos ("Condições UPI Serviços Telefônicos"):
(i) o interessado deverá indicar expressamente que pretende adquirir a UPI Serviços Telefônicos;
(ii) a proposta econômico-financeira, descrevendo o valor oferecido para a compra da UPI Serviços Telefônicos observado o Preço Mínimo, o qual deverá ser pago à vista, em dinheiro, na Data de Fechamento UPI Serviços Telefônicos;
(iii) a expressa concordância com o formato e com o procedimento do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos estabelecidos neste Edital;
(iv) a não sujeição da efetividade da proposta e da consumação da aquisição da UPI Serviços Telefônicos a qualquer outra condição que não esteja prevista neste Edital, incluindo qualquer exigência de realização de diligência adicional;
(v) a declaração de ciência do proponente de que as Recuperandas poderão, a qualquer momento, após a realização da Audiência de Abertura das Propostas Fechadas, exigir a apresentação de documentação adicional que comprove sua capacidade econômica, financeira e patrimonial; e/ou que tem capacidade de obtenção de recursos ou meios suficientes para fazer frente ao pagamento do montante proposto para aquisição da UPI Serviços Telefônicos, sob pena de a proposta enviada por tal interessado não ser considerada para fins do Procedimento Competitivo de alienação da UPI Serviços Telefônicos; e
(vi) a obrigação do proponente de se declarar expressamente vinculado e obrigado a observar todos os termos, condições e obrigações estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial relativamente à venda da UPI Serviços Telefônicos, bem como as condições definidas neste Edital; e
(vii) a obrigação do proponente de declarar expressamente que tem ciência e que concorda integralmente com os termos e condições do Termo de Autocomposição celebrado, dentre outros, entre a Oi, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e o Tribunal de Contas da União – TCU (disponível para consulta na Sala de Informações), comprometendo-se a cumprir integralmente todas as disposições nele previstas.
3.5. Apresentação de Propostas Fechadas. Os interessados que tenham recebido a confirmação sobre sua Habilitação ("Interessados Qualificados") deverão apresentar suas propostas fechadas para aquisição da UPI Serviços Telefônicos, devendo ser observadas as Condições Mínimas e as Condições UPI Serviços Telefônicos.
3.5.1. Os envelopes fechados deverão estar lacrados e identificados e ser entregues diretamente ao Juízo da Recuperação durante a Audiência de Abertura das Propostas Fechadas, que será, juntamente com a Administração Judicial, responsável por abri-los e conferir que preencham as Condições Mínimas e as Condições UPI Serviços Telefônicos.
3.5.2. Contrato de Compra e Venda UPI Serviços Telefônicos. O envelope contendo a proposta fechada deverá conter como anexo indissociável a ela uma cópia marcada do Contrato de Compra e Venda da UPI Serviços Telefônicos cuja minuta-base constará da Sala de Informação na forma do Anexo I, evidenciando as alterações propostas pelo interessado. A disposição do interessado em aceitar os termos e condições constantes da minuta-base disponibilizada na Sala de Informação também poderá ser um fator na análise das propostas fechadas apresentadas, em caso de empate.
4. Audiência de Abertura das Propostas Fechadas. As propostas fechadas serão abertas em audiência presidida por esse MM. Juízo, com a presença do Promotor de Justiça, do Gestor Judicial, da Administração Judicial, das Recuperandas e demais interessados, na sala de audiências deste Juízo, localizada na sala 706 da Lâmina Central do Fórum da Capital, situado na Av. Erasmo Braga, nº 115, Rio de Janeiro/RJ, **às 15:00 horas do dia 08 de abril de 2026 ("Audiência de Abertura das Propostas Fechadas")**, de cuja realização os interessados que passaram pela Habilitação ficam desde já intimados.
5. Proposta Vencedora. Será considerado vencedor o proponente que oferecer a melhor proposta pela UPI Serviços Telefônicos, observado o Preço Mínimo previsto no item 2 deste Edital. O Juízo da Recuperação apurará e declarará durante a Audiência de Abertura das Propostas Fechadas ou na data da continuação da Audiência de Abertura das Propostas Fechadas, conforme o caso, a proposta selecionada e considerada vencedora, que deverá necessariamente observar os requisitos e condições previstos neste Edital e no Plano de Recuperação Judicial ("Proposta Vencedora").
5.1. A declaração de Proposta Vencedora pelo Juízo da Recuperação se dará na própria Audiência de Abertura das Propostas Fechadas.
6. Homologação da Proposta Vencedora. Na mesma Audiência de Abertura das Propostas Fechadas, o Juízo da Recuperação declarará a Proposta Vencedora, com base nos critérios estabelecidos nos itens 5 e 5.1 acima, e proferirá decisão de homologação da alienação da respectiva UPI Serviços Telefônicos, em benefício do Proponente Vencedor ("Decisão Homologação") na Audiência de Abertura das Propostas Fechadas. A Decisão Homologação conterá declaração expressa no sentido de que a UPI Serviços Telefônicos será transferida livre de sucessão, refletindo os termos do item 8 abaixo.
7. Pagamento do Preço e Transferência da UPI Serviços Telefônicos. O pagamento do preço de aquisição da UPI Serviços Telefônicos pelo Proponente Vencedor deverá ser realizado em dinheiro, à vista, em moeda corrente nacional, conforme os termos previstos na respectiva Proposta Vencedora, na Data de Fechamento UPI Serviços Telefônicos.
8. Ausência de Sucessão e Responsabilidade por Dívidas das Recuperandas. A UPI Serviços Telefônicos será alienada livre de qualquer Ônus e o adquirente não sucederá às Recuperandas em nenhuma dívida, contingência e obrigação de qualquer natureza, inclusive em relação às obrigações de natureza fiscal, tributárias e não tributárias, ambiental, regulatória, administrativa, civil, comercial, trabalhista, consumerista, penal, anticorrupção, previdenciária, nos termos dos artigos 60, parágrafo único, 66, §3º, 141, inciso II e §2º e 142 da Lei nº 11.101/2005 e do artigo 133, parágrafo primeiro, inciso II da Lei nº 5.172/1966.
9. Auto de Arrematação. Homologada a Proposta Vencedora e comprovado o pagamento do preço de aquisição da UPI Serviços Telefônicos nos termos e condições da Proposta Vencedora, será lavrado o auto de arrematação em favor do respectivo vencedor, que constituirá título hábil a comprovar a aquisição judicial da UPI Serviços Telefônicos com a ausência de sucessão do adquirente em relação a quaisquer dívidas e/ou obrigações das Recuperandas, na forma dos artigos 60, parágrafo único, 66, §3º, 141, inciso II e §2º e 142 da Lei nº 11.101/2005 e do artigo 133, parágrafo primeiro, inciso II da Lei nº 5.172/1966, observado o disposto no item 8 acima.
10. Disposições Gerais. (i) Este Edital deverá ser interpretado em conjunto com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, sendo que, em caso de qualquer divergência entre o disposto neste Edital e o previsto no Plano de Recuperação Judicial, o Edital prevalecerá; e (ii) pela operação do presente Edital e mediante a consumação da alienação da UPI Serviços Telefônicos, o Juízo da Recuperação autoriza expressamente o Grupo Oi, o Proponente Vencedor e seus respectivos agentes ou representantes a praticar todos os atos e continuar quaisquer operações necessárias ou úteis para implementação da alienação judicial da UPI Serviços Telefônicos, conforme necessário, servindo este Edital como decisão judicial e ofício opoñível a qualquer terceiro, inclusive entre governamentais, órgãos e repartições públicas para fins de promoção de registros, averbações, transferências ou quaisquer outras medidas necessárias ou úteis para a consumação da alienação judicial da UPI Serviços Telefônicos, na forma deste Edital.
11. Dispensa de Publicação dos Anexos do Edital. Em razão do elevado número de caracteres, fica dispensada a publicação dos Anexos deste Edital, os quais serão juntados aos autos da Recuperação Judicial e disponibilizados nos sites www.rejud.com.br e www.recuperaojudicialoi.com.br.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandei expedir o presente Edital, para ser publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 de março de 2026, mandei digitar e o subscreevo por ordem da EXMA. DRA. SIMONE GASTESI CHEVRAND.
Anexos:
Anexo I – Contrato de Compra e Venda UPI Serviços Telefônicos
Anexo II – Acordo de Confidencialidade
Anexo III – Protocolo Antitruste

SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – SEF
EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO SEI Nº 154.0003977/2024-29
A SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – SEF, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 67/2024-SEF. Retirada das instalações elétricas e hidráulicas para proteção e combate a incêndio do Edifício Principal, da Faculdade de Direito da USP. A data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 11/03/2026 a partir das 09h, estando a sessão de disputa agendada para o dia 17/04/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do site www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 11/03/2026, além da página do gov.br, citada anteriormente, no seguinte endereço: <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>.

LEILÃO PARAÍSO DAS ARTES
Obras de Arte, Jóias, Pratas, Decoração, Numismática e Colecionismo
EXPOSIÇÃO: SOMENTE ON LINE
LEILÃO
Dias 09, 10 e 11 de Março de 2026
Segunda, Terça e Quarta-feira
às 19h30
INFORMAÇÕES: (21) 99379-1639
LOCAL: TIJUCA
LEILOEIRO: Antonio Ferreira - JUCERJA Nº 83
Organização: Maria Lucia Braga
Catálogo com fotos disponível no site: www.antonioferreira.leil.br

EU &
Leia sobre cultura, comportamento e tendências.
Acompanhe valor.globo.com/eu-e
Ainda estamos aqui

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 96540/2026 – FEUSP
PROCESSO SEI Nº 154.0003487/2026-94. A Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob nº: **96540/2026 - FEUSP**, do tipo menor preço, cujo objeto é **prestação de SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TOLDO COM FORNECIMENTO DA COBERTURA**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 11/03/2026 a partir das 08h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 25/03/2026 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações públicas nacionais através do site <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 11/03/2026**, além da página do **ComprasGov**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP - PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" – PUSP-FC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 - PUSP-FC
Processo SEI nº 154.00003362/2026-64. Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da Prefeitura do Campus USP "Fernando Costa", realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob nº **02/2026 - PUSP-FC**, do tipo menor preço, cujo objeto é a **Aquisição de feno para alimentação de equídeos**, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 11/03/2026 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 23/03/2026 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do site www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 11/03/2026**, nas páginas: www.gov.br/compras e <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>.

Fundos Administradora de Marcos Jorge assumiu carteiras antes da derrocada do grupo de Mansur

Qore avança sobre ‘espólio’ da Reag

Talita Moreira e Rita Azevedo
De São Paulo

Uma distribuidora de títulos e valores mobiliários criada em 2024 é, até agora, uma das principais herdeiras de fundos da Reag, casa que foi alvo da Operação Carbono Oculto e teve papel relevante no escândalo do Banco Master. A Qore DTVM, do empresário Marcos Jorge, assumiu 29 fundos da Reag desde o início do ano passado.

Boa parte das transferências se deu entre julho e agosto de 2025. No fim daquele mês, a Reag tornou-se alvo da Carbono Oculto, que apura a infiltração do crime organizado na economia formal, usando empresas e uma teia de fundos. As mudanças se estenderam até o início deste ano. A Reag foi liquidada extrajudicialmente pelo Banco Central em 15 de janeiro, por “graves violações às normas que regem as atividades das instituições integrantes do SFN [Sistema Financeiro Nacional]”.

Ainda é cedo para saber quem será o maior destinatário do “espólio” da Reag, já que os fundos que estavam debaixo dela ficaram congelados desde a liquidação. As movimentações devem voltar aos poucos. Como noticiou o **Valor**, a Planner Corretora firmou acordo com o liquidante para atualizar as carteiras da CBSF Trust (antiga Reag Trust), adquirida por ela no ano passado. Outras casas, como ID e Finvest, também ficarão com alguns fundos do grupo de João Carlos Mansur e a movimentação deve se intensificar nas próximas semanas.

No entanto, o grupo de Marcos Jorge foi um destino importante das carteiras transferidas antes da intervenção do Banco Central, quando o cerco à Reag já estava se fechando. A Qore também assumiu, nos últimos meses, seis fundos administrados pela Master Corretora e um pela Sefer, segundo levantamento feito pelo **Valor**.

A Master Corretora pertencia ao Banco Master, de Daniel Vorcaro, liquidado extrajudicialmente em novembro após uma combinação de crise de liquidez, defi-

ciência patrimonial e suspeita de fraudes. A Sefer, por sua vez, foi alvo da segunda fase da Operação Compliance Zero, que investiga as supostas fraudes no Master.

A maior parte das carteiras da Reag que foram parar na Qore — 22, de um total de 29 — refere-se a fundos de investimento em participações (FIP). Ou seja, alocam recursos no capital de empresas. Dentro desse grupo, há oito fundos que são acionistas de companhias apontadas pelo BC como tomadoras de empréstimos do Master supostamente simulados.

Conforme o **Valor** revelou em janeiro, a Qore administra fundos que investem nas empresas Malibu Construtora e Incorporadora, R2 Holding, OCC S.A. (investidora da S&J), Bloko Urbanismo, Lorde Participações, CRL SPE I, Calisto, W50 Empreendimentos e CRL SPE X Empreendimentos. Todas essas, segundo o BC, tomaram recursos no Master e em seguida aplicaram em fundos da Reag que teriam sido usados para desviar dinheiro do banco de Vorcaro.

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, com os episódios envolvendo Reag e Master, as maiores administradoras de fundos do mercado ficaram reticentes em assumir carteiras antes de entender direito o que havia ali dentro e quais seriam os desdobramentos dos casos. Por causa disso, a administração não foi, até o momento, tão disputada, disseram.

Não foi apenas nessas instituições que Jorge viu oportunidades. A Qore também ficou com a administração de fundos de direitos

Boa parte das transferências se deu entre julho e agosto de 2025. No fim daquele mês, a Reag tornou-se alvo da Carbono Oculto

creditórios da Fictor, mas renunciou aos serviços depois que o grupo pediu recuperação judicial no início de fevereiro. A Fictor, um grupo pouco conhecido no mercado, foi à lona após uma desastrosa e misteriosa tentativa de compra do Master junto com supostos investidores árabes.

A Qore foi criada em 2024, a partir da aprovação pelo BC da operação de compra da CP&FRIZZO DTVM pela Hectare, também de Jorge. A nova marca do grupo foi lançada em novembro daquele ano, durante o Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1. Na edição de 2025 da corrida, a DTVM voltou a Interlagos já com 60 fundos sob administração, somando R\$ 10 bilhões, mais de 37 operações estruturadas e R\$ 11 bilhões em operações no mercado de crédito (DCM), conforme dados divulgados pela companhia na época.

Além de controlador, Jorge foi, até recentemente, diretor presidente de gestão e “suitability” da Qore (renunciou em novembro, segundo a empresa). Nos registros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a DTVM aparece como administradora de 90 fundos em funcionamento e 24 em fase pré-operacional.

Uma dezena de fundos da Reag transferidos para a Qore passaram, no mesmo período, a ter na gestão a North Sea. A asset foi criada em 2021 tendo entre os sócios a Fortesec, então de Marcos Jorge, além de Juliana Mello Esteves Pereira e Rodrigo Luiz Camargo Ribeiro — os dois são próximos do empresário e foram alvos de busca e apreensão na segunda fase da Compliance Zero.

Ribeiro saiu do quadro de sócios da gestora ainda em 2021. Em junho de 2023, a participação da Fortesec na asset foi transferida para a CTB Investimentos e Participações, de Cesar Reginato Ligeiro, e Mello deixou a gestão, segundo documentos da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) e o formulário de referência da North Sea. Ligeiro também foi alvo da segunda fase da Compliance Zero.

A administração de carteiras

não foi a única frente em que a Qore avançou sobre o portfólio da Reag. A empresa de Marcos Jorge também se tornou agente fiduciário de pelo menos 17 operações de CRIs que estavam com a casa de João Carlos Mansur antes da liquidação.

O agente fiduciário é o representante dos interesses dos investidores em uma determinada emissão de títulos, como debêntures ou certificados de recebíveis imobiliários (CRI), e tem como principal função fiscalizar se as regras estabelecidas no contrato estão sendo cumpridas.

Todos os 17 papéis foram emitidos pela Forte Securitizadora, que, por sua vez, pertence a Juliana Mello e Rodrigo Ribeiro. São os casos dos CRI Circuito de Compras, Golden Laghetto, GVI, GPK II, Gramado BV, Eco Resort e outros. Em grande parte dos casos, as convocações de assembleia de investidores para a substituição foram feitas entre setembro do ano passado e janeiro deste ano, segundo levantamento feito pelo **Valor**.

A Fortesec, como é conhecida no mercado, fazia parte da RTSC, holding de Marcos Jorge, até 2023, quando uma crise se abateu sobre os negócios do empresário. Em abril daquele ano, Jorge transferiu o controle da securitizadora para Mello e Ribeiro, que até ali também faziam parte da controladora.

Na época em que houve o desmembramento, a RTSC enfrentava uma série de questionamentos de investidores, que viam conflito de interesses no fato de as empresas do grupo atuarem em várias frentes — fundos geridos pela casa, como o Hectare (imobiliário), investiam em CRIs emitidos pela Fortesec, sobretudo no setor hoteleiro e de multipropriedades. Alguns desses papéis ficaram inadimplentes, suscitando incômodo entre cotistas. Foi nesse contexto que o agente fiduciário dos CRIs passou a ser a Reag, agora trocada pela Qore.

Outra polêmica que emergiu naquele momento dizia respeito à aplicação do patrimônio de afeção (espécie de colchão de segurança) de alguns CRIs da Forte-

sec no fundo Lodge, que investia em outros papéis emitidos pela securitizadora. A questão, para investidores, é que tal influência aumentava os riscos e criava uma teia de partes relacionadas.

O caso motivou notificação enviada pela Oliveira Trust, então agente fiduciária das emissões, à Fortesec, na qual questionava o fato de que quase 100% do patrimônio do Lodge estava aplicado em títulos da securitizadora, e não em ativos com liquidez diária, como seria desejável. A empresa alegou que tais investimentos estavam aderentes à documentação das emissões. O Lodge tinha a Reag na administração e a CBSF na gestão até fevereiro deste ano. Agora, ambas as funções são exercidas pela Qore.

Oito fundos investem em companhias apontadas pelo BC como tomadoras de empréstimos supostamente simulados do Master

Procurada, a Qore afirmou, por meio de nota, que sua atuação na administração de fundos anteriormente administrados pela Reag se deu em um contexto de ajustes e movimentações no mercado de administração fiduciária ao longo dos últimos 12 meses. De acordo com a DTVM, ela não foi a única a dar esse passo. Outras 24 administradoras assumiram fundos também.

A Qore disse que a assunção de fundos da Reag se alinha à estratégia da companhia de ampliar sua presença no mercado de administração fiduciária, “especialmente em estruturas nas quais possui experiência operacional e estrutura adequada para atendimento às

exigências regulatórias”. A casa ressaltou também que a administradora é responsável pela supervisão e pelo cumprimento de obrigações legais e regulatórias dos fundos, e não se confunde com as decisões de investimentos, que são tomadas por gestores.

“Como procedimento padrão, antes de assumir qualquer estrutura, a Qore conduz análises e diligências compatíveis com as atribuições legais da administradora fiduciária, observando rigorosamente as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais regulamentações aplicáveis. Caso sejam encontrados quaisquer erros, inconsistências ou irregularidades nos ativos sob sua responsabilidade, decorrentes de atos ou omissões de antigos prestadores de serviços, os mesmos serão prontamente apontados, corrigidos e/ou reportados ao mercado e às autoridades competentes”, disse.

Também por meio de nota, a Fortesec afirmou que “é uma companhia securitizadora independente, regularmente constituída e autorizada a operar, atuando exclusivamente na emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)”. De acordo com a empresa, o agente fiduciário atua em emissões de CRI como representante dos investidores e, “como tal, a sua nomeação, destituição e substituição ocorrem por iniciativa e decisão exclusiva dos investidores, não tendo a Fortesec participação ou ingerência sobre a decisão de contratação destes prestadores”.

A Fortesec ressaltou, na nota, que securitizadora e agente fiduciário exercem atribuições distintas e complementares, cada qual dentro dos limites previstos na regulamentação aplicável, sem subordinação ou dependência. “A Fortesec esclarece também que não é parte relacionada de nenhum agente fiduciário ou prestador de serviços de suas emissões, conforme previsto em regulamentação em vigor, não compartilhando controle ou mesmo administradores em comum com os mesmos, inexistindo qualquer situação de conflito de interesses.”

Planner vê na CBSF atalho para aumentar operação

Adriana Cotias
De São Paulo

Com a aquisição da CBSF Partners, a S.A. listada na bolsa (atual ADMF3) que era do fundador da Reag Trust DTVM, João Carlos Mansur, os donos da Planner viram a oportunidade de fazer um movimento clássico de mercado: comprar uma infraestrutura barata e melhorar a governança com o objetivo de escalar rapidamente.

A holding da corretora, a B100, adquiriu 97% do capital por um valor simbólico de R\$ 1 mil, numa transação que jogou o valor econômico do negócio para o futuro, com mecanismos variáveis atrelados à performance e a um eventual evento de liquidez. O acordo previu o pagamento equivalente a 15% da receita líquida por dez anos e uma cláusula de 20% de participação caso fosse vendida num prazo de 60 meses.

A antiga controladora entrou em processo de desinvestimento forçado após a Operação Carbono Oculto, no fim de agosto de 2025, numa investigação da Polícia Federal, Receita e Ministério Público que apura elos do crime organizado com a economia formal, incluindo representantes do mercado financeiro.

No meio do caminho, antes de o Banco Central (BC) decretar a liquidação extrajudicial da Reag Trust DTVM, em 15 de janeiro, a B100 fechou com Mansur a compra da empresa de administração de fundos que estava na bolsa. A listagem foi derivada do IPO reverso da GetNinjas, mesmo processo que colo-

cou na B3 a Reag Investimentos (atual Arandu Partners) e outras empresas do grupo de Mansur.

Entre a data que fechou com a Reag acordo de exclusividade para fazer diligência na provedora de serviços fiduciários, em setembro de 2025, até a intervenção do BC, no início de janeiro, a Planner conseguiu identificar cerca de 220 fundos, dos 700 hoje sob responsabilidade do liquidante de interesse para o seu esforço comercial. Essas carteiras reúnem cerca de R\$ 80 milhões.

No fim de fevereiro, conforme relatado pelo **Valor**, acertou com a liquidante, a APS Serviços Especializados, acordo para atualizar e voltar a rodar os fundos que tiveram seus atos congelados, para que ficassem em conformidade financeira e regulatória. À exceção dos portfólios sob escrutínio da Carbono Oculto, as carteiras de investidores de fato puderam começar a ser transferidas para outras administradoras e gestoras.

É com esse olhar privilegiado sobre a carteira da CBSF que Carlos Arnaldo de Souza, sócio-fundador da Planner, espera encurtar o caminho de crescimento para a operação, que reúne pouco mais de R\$ 30 bilhões, segundo o executivo, um valor muito menor do que os números reportados pela Reag, que até dezembro, pré-liquidação, aparecia com R\$ 363,5 bilhões.

“Para o vendedor havia dois caminhos: ou achar alguém que pudesse se aproveitar da estrutura aberta, ou o fechamento oneroso”, afirma Souza, na primeira entrevista após anunciar a aqui-

sição. O executivo diz que ao considerar a oferta, nunca se apegou ao volume financeiro, mas à quantidade de fundos, porque sabia que “eram ativos que teriam uma precificação forçada”. O BC foi informado da aproximação desde o primeiro dia. A concretização do negócio veio dez dias antes da liquidação.

“Não compramos a instituição financeira [a Reag Trust DTVM], o CNPJ, por isso não há que se falar em tombamento de base”, afirma. “Não existe uma transferência maciça, automática e em bloco. É fundo a fundo, com todo ritual que precisa ter.” Ou seja, depende da aprovação dos cotistas em assembleia, o que quer dizer que outros participantes do mercado podem entrar na disputa pelos ativos considerados de melhor qualidade, de famílias e empresas que usam a estrutura de fundos para planejamento patrimonial. No acordo, cerca de 100 funcionários da administradora de Mansur foram para a Planner.

Para Souza, uma taxa de sucesso entre 25% a 30% dos volumes

Antiga controladora entrou em processo de desinvestimento forçado após a operação Carbono Oculto da PF



Souza: “Não existe uma transferência maciça, automática e em bloco. É fundo a fundo, com todo ritual que precisa ter”

que estavam na Reag seria um bom resultado. “Dentro da nossa análise preliminar, nesses quatro meses que ficamos trabalhando, identificamos por volta de 220 fundos que passaram no crivo do nosso ‘compliance’, alguns, muitos poucos, já vieram, os outros estão aptos a vir.” Há portfólios que requerem uma avaliação mais cuidadosa. Os da Carbono Oculto “são intransferíveis”. A estimativa inicial de R\$ 80 bilhões pode sofrer ajustes porque muitos ativos são ilíquidos, podem passar por um processo de reavaliação.

O executivo reconhece haver risco reputacional após a Reag ter aparecido também na Operação Compliance Zero, que investiga a cadeia de fundos ligadas ao Banco Master. Mas acredita que a intervenção do BC teve a ver muito mais com conduta do que com deficiência patrimonial, relacionada a alguns fundos de investimentos em particular, não com a

instituição em si. Ressalva que os participantes do mercado de administração conseguem enxergar a sua “árvore”, enquanto reguladores e autorreguladores têm o panorama da “floresta”.

“Eu acho que a turbulência continua, que tem muito a ser descoberto nas operações das empresas que estão na mídia, da Carbono Oculto, Compliance Zero, mas o mercado está muito aquecido”, diz Souza. “Os fundos são muito importantes para o funcionamento do mercado, para captação, desenvolvimento de estruturas imobiliárias, de administração patrimonial, o próprio financiamento da infraestrutura por meio de FIDC [fundos de recebíveis de crédito], há muita demanda.” O executivo antecipa estar avaliando outra carteira de participante que estuda sair desse mercado.

A Planner por muito tempo abrigou fundos de Nelson Tanure, também citado na Compliance Zero, mas a custódia da maioria das carteiras foi para a Trustee DTVM, de seu antigo sócio Maurício Quadrado, quando houve a cisão da sociedade.

Souza não fala do caso em particular, mas sustenta que todo e qualquer investidor, com suas carteiras, com não residentes, todos são identificados, com o beneficiário final devidamente apontado. Sobre a menção da Planner em casos como a Operação Greenfield e na CP-MI que investigou desvios em fundos de pensão, o executivo se limita a dizer que no fim não houve indiciamento nem comprovação de falhas por parte da corretora, que administrava dois dos portfólios citados, o Eldorado Florestal e o Multiner.

Reforma tributária
Comitê Gestor do IBS mantém Flávio César de Oliveira na presidência até 2027
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Os cartórios como vetores de justiça restaurativa
E2

Supremo
Toffoli restringe suspensão de ações contra aéreas
valor.globo.com/legislacao



Valor E
Quarta-feira, 11 de março de 2026

Legislação & Tributos SP

Fiscal Projeto inclui ações judiciais contra a União classificadas como de relevância A e B

Governo vai revisar cálculos feitos para o anexo de riscos fiscais

Giordanna Neves e Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo federal pretende revisar, até o fim do ano, todas as ações judiciais classificadas como de relevância A e B contra a União, em um esforço para refinar os cálculos e aumentar a confiabilidade das estimativas do Anexo de Riscos Fiscais do Orçamento. Na esteira das mudanças, o Executivo também passará a divulgar esses riscos fiscais de forma consolidada por tema, e não mais por ação individual.

Como parte desse movimento, foi publicada na semana passada uma portaria que define uma metodologia mais precisa para o cálculo dessas estimativas. O texto, no entanto, prevê restrição aos dados usados nos cálculos, o que gerou críticas de advogados por possível falta de transparência, sobretudo porque essas estimativas podem influenciar decisões judiciais. Hoje, o risco total de demandas judiciais está em R\$ 2,6 trilhões.

A expectativa é que a revisão das metodologias permita um acompanhamento mais próximo das ações mais relevantes, o que, no fim, pode aumentar as chances de êxito da União nos processos e contribuir para reduzir o risco fiscal, disse ao **Valor** o secretário de Governança e Gestão Estratégica da Advocacia-Geral da União (AGU), Caio Castelliano de Vasconcelos.

Em dezembro de 2024, a AGU publicou uma portaria que passou a classificar as demandas judiciais envolvendo a União em três níveis de relevância — A, B e C. O A reúne ações de maior impacto jurídico, político, social ou financeiro, como as que envolvem valores a partir de R\$ 1 bilhão, risco a políticas públicas ou autoridades de alto escalão. O B inclui processos com potencial de formar precedentes relevantes ou com impacto estimado a partir de R\$ 100 milhões. Já o C abrange outras demandas relevantes que não se enquadram nas categorias anteriores.

A nova portaria define a metodologia para estimar o impacto financeiro ou econômico dessas demandas, estabelecendo critérios mais precisos para o cálculo dos valores envolvidos e para a classificação dos processos. Ela também diferencia o impacto direto sobre os cofres da União do impacto econômico mais amplo, que pode atingir a sociedade como um todo.

“A depender de como você faz uma conta de um processo judicial, ele pode dar R\$ 300 milhões ou pode dar R\$ 1 bilhão. Então, para nos ajudar no refinamento dessas classificações A e B, divulgamos essa portaria com critérios mais claros e definidos. A gente tentou criar uma portaria que desse mais segurança para todo mundo que fosse fazer esse cálculo”, afirmou Vasconcelos.

Segundo ele, a nova portaria deve provocar um exercício interno

de revisão das principais ações. Um primeiro ganho é identificar com mais clareza quais são as mais relevantes e em que nível de classificação estão. O segundo é permitir um acompanhamento mais próximo desses processos após a revisão e reclassificação.

“Foi uma organização do tema para saber quais são exatamente as ações mais relevantes. Vamos monitorar e acompanhar o que está sendo feito nessas ações mais relevantes e aí queremos ganhar mais processos com isso. E aí, consequentemente, isso vai redundar no menor risco fiscal”, disse.

Já o sigilo sobre a metodologia, de acordo com Vasconcelos, busca garantir “paridade de armas” no processo judicial. Ele explicou que as informações usadas nos cálculos são repassadas pela União à AGU, que confere os valores e define a estratégia jurídica.

“Eu, a AGU, não posso ter acesso às informações internas que o cliente passou para o advogado privado, e o advogado privado não pode ter acesso às informações internas que o cliente [União] passou para mim. O que vale é o que está nos autos”, afirmou. “Na verdade, o que os privados querem é ter mais armas que a União, e aí não faria sentido nenhum.”

O coordenador-geral de Detecção e Mitigação de Riscos da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica da AGU, Leonardo Coutinho,



Caio Vasconcelos: sigilo sobre metodologia busca garantir paridade de armas

explicou que essas estimativas de valor podem revelar a expectativa de uma eventual condenação da União, o que, segundo ele, justifica o sigilo das informações. “Então não faria o menor sentido a gente estar em um movimento de aprimorar a nossa estimativa de eventual condenação para fornecer isso para o advogado da outra parte.”

Nessa linha, o governo passará a divulgar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os riscos fiscais de forma agregada por tema, e não mais por ação individual. Segundo Coutinho, as informações serão as mesmas, mas apresentadas de forma consolidada, para evitar que a outra parte consiga identificar cada ação judicial específica.

“A gente identificou em vários processos judiciais as partes usando os valores constantes no anexo de risco fiscal para alegar alguma coisa. A gente identificou até gente criando fundo para captar recursos, levando aquilo como uma confissão de débito da União. Então era bem problemático divulgar isso em termos individualizados”, explicou.

Maria Raphaela Matthiesen, pesquisadora do Insuper, avalia como positivo o esforço da AGU para mapear ações com impacto no orça-

mento. Mas entende que essa iniciativa seria ainda mais vantajosa se também fosse garantida a transparência das estimativas nos casos em que tais dados possam subsidiar a formação de precedentes.

Tal acesso é relevante porque, segundo ela, em julgamentos recentes no âmbito tributário, por exemplo, estimativas de impacto de temas julgados com repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade foram apresentadas como fundamento para a modulação de efeitos de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), mas sem submissão ao contraditório pelas partes ou por terceiros.

Além disso, para Matthiesen, é importante aliar as medidas de atuação estratégica nas ações judiciais a instrumentos de promoção da governança e redução de litígios. Ela cita como exemplo a criação da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), pela AGU, que promove um ambiente de diálogo técnico e plural sobre temas tributários e regulatórios. “Iniciativas como essa atuam na outra ponta do problema, prevenindo que o contencioso surja ou se multiplique, reduzindo os riscos financeiros e econômicos.”

Liminar da OAB-RJ afasta 10% sobre lucro presumido

Marcela Villar
De São Paulo

A seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) conseguiu liminar para afastar a aplicação do adicional de 10% sobre as alíquotas do Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL no lucro presumido, estabelecida pela Lei Complementar (LC) nº 224/2025. A norma considera esse regime de apuração como um benefício fiscal, o que foi rechaçado pela juíza Débora Maliki, da 6ª Vara Federal de São João de Meriti, em decisão proferida nesta segunda-feira.

A liminar beneficia os mais de 170 mil advogados associados à OAB no Estado — incluindo os profissionais com inscrição suplementar no Rio de Janeiro, diz a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio. Escritórios de advocacia adotam essa sistemática de apuração do IRPJ e CSLL, permitido a empresas que faturam até R\$ 78 milhões por ano.

Por ora, porém, as decisões no Judiciário são, em sua maioria, desfavoráveis aos contribuintes. Existem duas outras liminares concedidas em primeira instância, em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas 17 pedidos já foram negados e já há sentença dando razão à União. A seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) também ajuizou ação coletiva, mas não houve decisão ainda (processo nº 5004598-12.2026.4.03.6100).



"Decisão obtida pela OAB-RJ é técnica e muito bem fundamentada Ana Tereza Basilio"

Segundo a presidente da OAB-RJ, outras seccionais também entraram com mandados de segurança coletivos, mas essa é a primeira liminar favorável para a entidade. O tema também já foi levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela Confederação Nacional de Serviços (CNS). A relatoria está com o minis-

tro Luiz Fux (ADI 7936).

“Essa decisão é técnica e muito bem fundamentada. Sem dúvida, traz muitos subsídios para futura decisão do STF sobre o tema”, afirma Ana Tereza. De acordo com ela, a liminar, apesar de beneficiar apenas escritórios de advocacia, pode também ajudar a fundamentar ações movidas por empresas.

A discussão se baseia na LC nº 224, de 2025, que equiparou o lucro presumido a um benefício fiscal e majorou as alíquotas em 10%. O adicional é cobrado para empresas com faturamento acima de R\$ 5 milhões por ano ou de R\$ 1,25 milhão por trimestre — o que anteciparia a tributação.

Para os contribuintes, o lucro presumido é uma sistemática legítima de apuração do Imposto de Renda. Equipará-lo a um incentivo fiscal, dizem, desconfigura a natureza do regime e viola princípios da isonomia, capacidade contributiva e livre concorrência. Isso porque criaria uma disparidade entre os contribuintes que ganham acima de R\$ 5 milhões.

No processo, a OAB-RJ argumentou que o voto do relator da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados admitiu expressamente que o lucro presumido “não é um gasto tributário estritamente falando, pois não consta no Demonstrativo de Gastos Tributários” da Receita Federal. E que o próprio Fisco, na Solução de Con-

sulta Cosit nº 6/2026, teria reconhecido que método alternativo de apuração não se confunde com benefício fiscal — alegação não rebatida especificamente pela União no processo, segundo a magistrada.

A juíza, na decisão, diz que o lucro presumido também pode resultar em uma carga tributária superior à do lucro real. “Quando a margem de lucro efetiva da empresa é inferior ao percentual de presunção legal, o regime presumido implica tributação sobre renda que não foi auferida. Esse dado evidencia que não se trata de vantagem intrínseca ao contribuinte, mas de método de apuração cujo resultado varia conforme a realidade de cada empresa”, afirma Débora.

No processo, a Fazenda alega que a legislação se baseia na Emenda Constitucional (EC) nº 109/2021, que reduziu os incentivos tributários. Para a juíza, a EC trata especificamente de “reduzir aquilo que efetivamente constitui benefício fiscal”. “Não lhe conferiu, todavia, o poder de transmutar a natureza jurídica de institutos consagrados no ordenamento para, após essa transmutação artificial, submetê-los à lógica da redução de benefícios. Fazer isso seria burlar, por via oblíqua, os limites que a própria Constituição impôs ao exercício do poder de tributar”, diz.

Ela ressalta que o mérito da ação ainda será analisado, mas que já há risco de dano para os contribuintes, que devem desembolsar tributos

com alíquotas superiores em abril. Além disso, correm o risco de sofrerem autuações fiscais, com imposição de multa, além de impedimento de certidão de regularidade fiscal.

Em nota ao **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz que o “lucro presumido, modalidade substitutiva à apuração do IRPJ/CSLL, constitui uma opção aos contribuintes, permitindo a sua apuração simplificada, em relação ao sistema padrão do lucro real, trazendo benefícios como simplificação na apuração da base de cálculo, redução nos custos de conformidade e previsibilidade tributária, já que a há uma presunção legal independente do resultado efetivo da empresa”.

E acrescenta: “Por permitir uma redução da carga tributária e constituir-se como um regime tributário favorecido, é possível a redefinição dos critérios para sua utilização pelo legislador, sem qualquer ofensa aos princípios constitucionais”. Sobre o caso da OAB-RJ, afirma que ainda não foi intimada, mas avalia possibilidade de recurso.

Para o presidente da Comissão Especial de Assuntos Tributários (Caet) da OAB-RJ, Maurício Faro, a decisão acata a tese de que o regime de apuração do lucro presumido não é benefício. “Esse pressuposto que autorizaria a majoração da presunção, como feito na lei complementar, não é verdadeiro. Essa premissa não existe”, diz.

PGFN recupera R\$ 68 bi em 2025

Beatriz Olivon
De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) bateu recorde e recuperou R\$ 68,1 bilhões para a União em 2025, entre valores inscritos na dívida ativa e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Deste total, R\$ 30,8 bilhões vieram de transações tributárias fechadas com contribuintes.

Para este ano, a estimativa é de R\$ 60 bilhões. A única dívida recai sobre o Programa de Transação Integral (PTI), modalidade de negociação de dívidas tributárias para contribuintes com melhor capacidade de pagamento. A estimativa é de recuperar R\$ 27 bilhões.

O risco está na consolidação da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que limita o uso de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL nas negociações. “Apesar da decisão do TCU, não deixamos de fazer transação, seguimos com grandes acordos”, afirmou ontem a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas de Almeida durante a divulgação do relatório “PGFN em números”. “Mas [o acórdão] impede empresas que estão em crise muito grave porque elas não têm fluxo financeiro e mesmo com desconto não conseguem aderir.”

Em 2025, o valor total recuperado supera em cerca de R\$ 8 bilhões o de 2024 e em cerca de R\$ 20 bilhões o de 2023, estabelecendo um novo recorde. Por meio do PTI, que é feito em parceria com a Receita Federal, foram recuperados R\$ 1,7 bilhão por meio de 20 adesões em oito editais (no total, foram regularizados R\$ 2,2 bilhões, mas nem todo o valor já entrou, por causa de parcelamentos).

Os valores se referem a montante da PGFN, os números da Receita ainda não foram fechados mas devem ficar dentro da meta para o ano, de R\$ 30 bilhões, segundo a procuradora.

Dos R\$ 68,1 bilhões, há R\$ 1,9 bilhão referente ao FGTS, o que aponta aumento de 38% em relação aos dados de 2024. Esse foi o primeiro ano em que a PGFN internalizou 100% da cobrança e inscrição na dívida ativa — a Caixa Econômica Federal (CEF) participava da cobrança. Os repasses também passaram a ser feitos direto nas contas dos trabalhadores. Antes, iam para a conta do FGTS e poderia demorar anos para a individualização.

Além dos valores recuperados, em 2025 a PGFN evitou a perda de R\$ 462,2 bilhões para a União, sendo R\$ 164,2 bilhões do contencioso administrativo tributário e R\$ 298 bilhões do contencioso judicial. Esses são os valores em disputa que a União poderia ter que devolver caso a União fosse derrotada nos julgamentos. “É evitar dinheiro saindo do caixa”, disse Anelize Almeida.

Pensando em teses futuras, a PGFN decidiu instalar uma “incubadora de teses” da reforma tributária e não descarta procurar o Supremo Tribunal Federal (STF) para declarações de constitucionalidade. “Já temos percebido, seja em congressos, revistas e conversas com a advocacia, o surgimento de algumas teses tributárias que podem ser levadas ao Judiciário e gerar contencioso”, afirmou a procuradora-geral.



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90071/2026.
Nº Processo: 024.00023274/2026-37.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Fonoterapia, em Atendimento à Demanda Judicial.

Total de Itens Licitados: 01 (um).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.

Disponibilidade do Edital: 11/03/2026.
Horário: Das 08h00 às 17h59.

Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pnnp/pt-br>.

Entrega das Propostas: A partir de 11/03/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 25/03/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

Fonte: DOESP e PNCP.



OPEA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 152ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 16L0194496) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE ABRIL DE 2026 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 152ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 01 de abril de 2026, às 10:40 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 13 de abril de 2026, às 10:40 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM.60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM.60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para dl.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 152ª Série da 1ª Emissão – (IF 16L0194496), a confirmação de sua participação na Assembleia, encaminhando os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documento de Representação": a) **participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI, caso representado por procurador; também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) **demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto, os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos dl.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de aprovação de quórum e suas deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns estabelecidos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados incluídos em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. São Paulo, 11 de março de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



MAESTRO
FROTAS

Maestro Locadora de Veículos S.A.
CNPJ/MF nº 08.795.211/0001-70 - NIRE 35.300.414.284

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Maestro Locadora de Veículos S.A., Realizada em Primeira Convocação em 13 de Abril de 2026

Ficam convocados os Srs. titulares das debêntures em 2 (duas) séries da 6ª Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.795.211/0001-70 ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), nos termos da "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 6ª (Sexta) Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A.", celebrada em 17 de maio de 2023, conforme aditada, entre a Emissora e o **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por sua filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, 10º andar, conjunto 101, CEP 0451-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08 ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 13 de abril de 2026, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) Alteração da Data de Amortização (conforme definido na Escritura de Emissão), referente à Parcela da Amortização (conforme definido na Escritura de Emissão) de 22 de abril de 2026, nos termos da tabela de amortização da Cláusula 6.14 da Escritura de Emissão, de forma que a amortização do saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura de Emissão) da parcela em questão ocorra em 22 de setembro de 2026, respectivamente; (II) Alteração da tabela de amortização, nos termos da Cláusula 6.14 da Escritura de Emissão, a qual constará na Proposta de Administração (conforme definida abaixo), de modo a refletir as alterações propostas no item (I) das matérias da Ordem do Dia; (III) Alteração da Data de Vencimento das Debêntures para 22 de setembro de 2026, nos termos das Cláusulas 6.13 e 6.14 da Escritura de Emissão, de modo a refletir as alterações propostas no item (I) das matérias da Ordem do Dia; e (iv) Caso aprovadas as matérias dos itens (I) e (III) acima, autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração do 2º (segundo) aditamento à Escritura de Emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da aprovação em Assembleia. **Informações Gerais:** a Assembleia será realizada via videoconferência, via plataforma "Microsoft Teams", sem a possibilidade de participação de forma presencial, com link a ser disponibilizado pela Emissora aos Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora (ri@maestrofrotas.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (assembleias@pentagonotrustee.com.br), preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do respectivo Debenturista; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da instrução de voto à distância o qual estará anexado à proposta da administração a ser divulgada na presente data em seu website e na página eletrônica da CVM ("Proposta de Administração"). A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo respectivo Debenturista ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio da plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Debenturista ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 09 de março de 2026. **Maestro Locadora de Veículos S.A. Nome:** Fabio Lewkowicz - Cargo: Diretor Administrativo e de Marketing; Nome: Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves - Cargo: Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores.



MAESTRO
FROTAS

Maestro Locadora de Veículos S.A.
CNPJ/MF nº 08.795.211/0001-70 - NIRE 35.300.414.284

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Maestro Locadora de Veículos S.A., a ser Realizada em Primeira Convocação em 01 de Abril de 2026

Ficam convocados os Srs. titulares das debêntures em série única da 5ª Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.795.211/0001-70 ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), nos termos da "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 5ª (Quinta) Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A.", celebrada em 10 de janeiro de 2022, conforme aditada, entre a Emissora e o **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por sua filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, 10º andar, conjunto 101, CEP 0451-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08 ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 01 de abril de 2026, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) Alteração da Data de Amortização (conforme definido na Escritura de Emissão), referente à Parcela da Amortização (conforme definido na Escritura de Emissão) de 10 de abril de 2026, nos termos da tabela de amortização da Cláusula 6.14 da Escritura de Emissão, de forma que a amortização do saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura de Emissão) da parcela em questão ocorra em 10 de maio de 2027; (II) Alteração da tabela de amortização, nos termos da Cláusula 6.14 da Escritura de Emissão, a qual constará na Proposta de Administração (conforme definida abaixo), de modo a refletir as alterações propostas no item (I) das matérias da Ordem do Dia; (III) Alteração da Data de Vencimento das Debêntures para 10 de maio de 2027, nos termos das Cláusulas 6.13 e 6.14 da Escritura de Emissão, de modo a refletir as alterações propostas no item (I) das matérias da Ordem do Dia; e (iv) Caso aprovadas as matérias dos itens (I) e (III) acima, autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração do 2º (segundo) aditamento à Escritura de Emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da aprovação em Assembleia. **Informações Gerais:** a Assembleia será realizada via videoconferência, via plataforma "Microsoft Teams", sem a possibilidade de participação de forma presencial, com link a ser disponibilizado pela Emissora aos Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora (ri@maestrofrotas.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (assembleias@pentagonotrustee.com.br), preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do respectivo Debenturista; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da instrução de voto à distância o qual estará anexado à proposta da administração a ser divulgada na presente data em seu website e na página eletrônica da CVM ("Proposta de Administração"). A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo respectivo Debenturista ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio da plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Debenturista ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 09 de março de 2026. **Maestro Locadora de Veículos S.A. Nome:** Fabio Lewkowicz - Cargo: Diretor Administrativo e de Marketing; Nome: Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves - Cargo: Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores.



YAKULT S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ nº 60.723.061/0001-09

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

São Paulo, 10 de março de 2026

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro				Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro			
2025		2024		2025		2024	
Ativo	R\$ mil	R\$ mil		Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ mil	R\$ mil	
Circulante	358.946	398.048		Circulante	77.414	67.700	
Contas a receber de caixa	200.472	262.537		Fornecedores	19.574	11.211	
Contas a receber de clientes (2)	54.954	52.894		Contas a pagar	25.139	24.490	
Adiantamentos	2.145	2.235		Salários e encargos sociais	23.565	22.155	
Estoque (3)	88.435	66.178		Obrigações tributárias	8.312	8.321	
Impostos a recuperar (4)	8.180	8.939		Dividendos a distribuir	824	1.523	
Despesas antecipadas e outros créditos	4.760	5.265					
Não Circulante	323.539	243.910		Não circulante	82.484	52.109	
Realizável a Longo Prazo	103.836	66.970		Exigível a longo prazo	82.484	52.109	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.911	17.898		Contas a pagar	7.164	6.781	
Depósitos judiciais	73.284	45.941		Provisão para contingências (7)	75.320	45.328	
Impostos a recuperar	1.376	1.567					
Títulos a receber e empréstimos compulsórios	1.265	1.564		Patrimônio líquido	522.587	522.149	
Permanente	219.703	176.940		Capital social (8)	253.350	247.600	
Investimentos (5)	6.640	5.925		Reservas de capital	4.055	4.055	
Imobilizado (6)	212.994	170.946		Reservas de lucros	265.182	270.494	
Intangível	69	69					
Total do Ativo	682.485	641.958		Total do Passivo e Patrimônio Líquido	682.485	641.958	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores Expressos em milhares de reais)			
Nota 1 - Resumo dos procedimentos contábeis: a) Apuração do resultado: O resultado, apurado pelo regime de competência de exercícios inclui, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices oficiais ou contratados, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. b) Equivalentes de caixa: Constituem-se de aplicações em CDBs, Debêntures e Fundos de Investimentos, substancialmente remunerados pela variação do CDI, classificados como mantido até o vencimento, com liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer momento sem risco de perda de rendimento. Estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e variações monetárias "pro-rata dia" auferidos, não excedendo o valor de mercado. A companhia não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros. c) Contas a receber de clientes: Receitas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de vendas de produtos, ajustadas pelas variações cambiais, quando aplicável. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída, quase na sua totalidade, de valores vencidos há mais de 180 dias, com base na análise individual da carteira de clientes, em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos (nota 2). d) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o custo de reposição ou o valor de mercado, deduzidos de provisão para prováveis perdas na realização dos estoques de baixa rotatividade ou obsoletos, quando aplicável (nota 3). e) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo e passivo): I.R. e CSLL diferidos, calculados sobre diferenças temporárias consideradas na apuração desses impostos, decorrentes de provisões para créditos de liquidação duvidosa, para perdas em ativos, para contingências, bem como de outras despesas apuradas por estimativa, e considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futura, e considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futura. f) Os investimentos no exterior foram avaliados pelo valor do patrimônio líquido das investidas, convertidos para Reais à taxa de câmbio da data do balanço e reconhecido no resultado do exercício, mediante lançamento de provisão para perdas na realização. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95, deduzidos da provisão para prováveis perdas na realização. (nota 5). g) Ativo permanente: Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95. As despesas com reformas são agregadas ao valor do ativo quando aumentam significativamente a vida útil econômica dos bens. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, sendo consideradas adequadas ao padrão de consumo dos benefícios desses ativos. A companhia fará revisão anual dos parâmetros que levam à definição do valor da depreciação, bem como avaliação anual da indicação de possível desvalorização dos ativos imobilizados (nota 6). h) Salários e encargos sociais: Inclui provisão para férias vencidas e proporcionais e os respectivos encargos sociais, totalizando R\$ 12.973, a participação nos lucros e resultados a pagar no montante de R\$ 4.014 e os encargos sociais a recolher no montante de R\$ 4.363. i) Provisões para imposto de renda e contribuição social: Apuradas com base no lucro real, conforme legislação tributária. Os recolhimentos, incluindo as antecipações realizadas, são compensados com o imposto devido, e quando superam o valor devido são demonstrados no ativo, na conta Impostos a recuperar (nota 4). j) Provisão para contingências: Constituída com base na análise individual de contingências de natureza trabalhista, tributária e cível, de acordo com a avaliação das perdas prováveis ou possíveis, apoiada pela opinião dos consultores jurídicos. Os depósitos judiciais correspondentes, corrigidos monetariamente - R\$ 73.284 - estão classificados no Realizável a longo prazo (nota 7). k) A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao mínimo previsto no estatuto social é registrada como dividendos a distribuir no passivo circulante. A parcela dos dividendos superior ao mínimo, ainda não aprovada pelos acionistas é registrada como dividendos propostos, no patrimônio líquido. l) Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas contábeis que afetam ativos e passivos, receitas e despesas, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajuste a valor presente de créditos a longo prazo, perdas dos estoques, perdas de investimentos, contingências, reestruturação, impostos a recuperar, impostos diferidos e valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, que são revisadas pelo menos trimestralmente, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.			

Conselho de Administração			
Junichi Shimada		Takashi Matsuzono	
Diretoria			
Yoshuke Hara		Hajime Mochizuki	
Atsushi Nemoto	Kenji Ozawa	Takeshi Kunii	Alexandra Kodaira Usizima
Hiddenori Yoshitomi	Yutaka Ishikawa	Kazuki Yamazaki	Teresa Hiroko Kuninari Ota



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO LICITAÇÃO Nº 90031/2026 - PROCESSO Nº 20260236531

O Comando de Policiamento do Interior (CPI-5), situado na Avenida dos Estudantes nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP, torna público a licitação e presença, em sua forma Eletrônica, Nº 90031/2026, do tipo menor preço, cujo objetivo é a contratação de serviços para a produção de material de informática para o CPI-5 e Subunidades. O Edital e seus anexos, estão disponíveis no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. A sessão pública ocorrerá na data 27/03/2026, às 08h00, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4

ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026

O Dirigente da UGE 180.168 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a contratação de serviços para a manutenção de viatura Toyota Yaris pertencente a frota do CPA/M-4. A sessão pública ocorrerá no dia 27/03/2026, às 08h00, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4

ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2026

O Dirigente da UGE 180.168 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a contratação de serviços para a produção de medalhas comemorativas alusivas ao Cinquentenário do CPA/M-4. A sessão pública ocorrerá no dia 25/03/2026, às 08h00, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90069/2026.
Nº Processo: 024.00008441/2026-10.
Objeto: Aquisição de Aparelho de Amplificação Sonora, em Atendimento à Demanda Judicial.

Total de Itens Licitados: 01 (um).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.

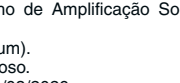
Disponibilidade do Edital: 11/03/2026.
Horário: Das 08h00 às 17h59.

Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pnnp/pt-br>.

Entrega das Propostas: A partir de 11/03/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 23/03/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

Fonte: DOESP e PNCP.



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90069/2026.
Nº Processo: 024.00008441/2026-10.
Objeto: Aquisição de Aparelho de Amplificação Sonora, em Atendimento à Demanda Judicial.

Total de Itens Licitados: 01 (um).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.

Disponibilidade do Edital: 11/03/2026.
Horário: Das 08h00 às 17h59.

Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pnnp/pt-br>.

Entrega das Propostas: A partir de 11/03/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 23/03/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

Fonte: DOESP e PNCP.



MOINHO PAULISTA S.A. ("Companhia")
CNPJ nº 33.390.527/0001-29 - NIRE 35300386451

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 16 de Dezembro de 2025

1. DATA HORA E LOCAL. Realizada em 16 de dezembro de 2025, às 09h00, de forma presencial, na sede da Companhia, localizada na Rua Campos Elício, nº 98, conjunto nº 152, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04536-010. 2. **CONVOCAÇÃO.** Presentes os seguintes membros de tal Conselho de Administração: (I) Sr. GIOJI OKUHARA ("Gioji"); (II) Sr. JOÃO CARLOS DE PAIVA VERISSIMO ("João Carlos"); (III) Sra. JULIANA VERISSIMO LANNNA ("Juliana"); (IV) Sr. LUIS FELIPE STINCH VERISSIMO ("Felipe"); (V) Sra. MONIKA HUFENSSLER CONRADTS ("Monika"); (VI) Sr. PAULO FERNANDO DE PAIVA VERISSIMO ("Paulo"); (VII) Sr. PEDRO SILVA JARDIM VERISSIMO ("Pedro"); e (VIII) Sr. THOMAS DANIEL BRULL ("Thomas"). O edital de convocação foi enviado, por correspondência eletrônica (i.e., e-mail) em 4 de dezembro de 2025, de acordo com o Artigo 18, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto"), e com a Cláusula 10.1 do Regimento Interno deste Conselho de Administração. Contou-se ainda com a presença dos Srs. (I) CLAUDIO IRIE ("Claudio"); e (II) PAULO ROBERTO DE LIMA PINTO ("Paulo Pinto"). 3. **MESA.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. GIOJI OKUHARA, o qual convidou o Sr. DANIEL AFONSO FRANZIN para secretar os trabalhos. 4. **ORDEM DO DIA.** Aprovação da captação de financiamento bancário pela Companhia, no valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). 5. **RESOLUÇÕES.** 5.1. Em conformidade com o Artigo 20, Item (I), do Estatuto, foi aprovado por unanimidade de votos a captação de financiamento bancário pela Companhia, no valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), junto à instituição financeira que se mostrar mais competitiva. 5.2. Autorizar a diretoria da Companhia a realizar todos os atos e negócios jurídicos necessários para implementar a resolução constante do item 5.1 acima. 6. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, será assinada digitalmente. Presidente da Mesa - Sr. GIOJI OKUHARA - Secretário da Mesa - Sr. DANIEL AFONSO FRANZIN. Conselheiros presentes: (I) Sr. GIOJI OKUHARA; (II) Sr. JOÃO CARLOS DE PAIVA VERISSIMO; (III) JULIANA VERISSIMO LANNNA; (IV) Sr. LUIS FELIPE STINCH VERISSIMO; (V) Sra. MONIKA HUFENSSLER CONRADTS; (VI) Sr. PAULO FERNANDO DE PAIVA VERISSIMO; (VII) Sr. THOMAS DANIEL BRULL; e (VIII) Sr. PEDRO SILVA JARDIM VERISSIMO. MESA: GIOJI OKUHARA - Presidente da Mesa; DANIEL AFONSO FRANZIN - Secretário da Mesa. MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: GIOJI OKUHARA - Presidente do Conselho de Administração; JOÃO CARLOS DE PAIVA VERISSIMO - Membro do Conselho de Administração; JULIANA VERISSIMO LANNNA - Membro do Conselho de Administração; LUIS FELIPE STINCH VERISSIMO - Membro do Conselho de Administração; MONIKA HUFENSSLER CONRADTS - Membro do Conselho de Administração; PAULO FERNANDO DE PAIVA VERISSIMO - Membro do Conselho de Administração; THOMAS DANIEL BRULL - Membro do Conselho de Administração; PEDRO SILVA JARDIM VERISSIMO - Membro do Conselho de Administração. JUCESP nº 87.104/26-0 em 06/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



MARIA BEATRIZ DE BARROS SANTORO VILELA MORAES

EDITAL DE 1ª e 2ª PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 25 de Março

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 254ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0882847) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 254ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 01 de abril de 2026, às 10:30, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 254ª Série da 1ª Emissão – (IF 20A0882847), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhando de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciais em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 11 de março de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 300ª, 301ª, 302ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 20K0789466; 20K0789469; 20K0789493) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 300ª, 301ª, 302ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 01 de abril de 2026, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 300ª, 301ª, 302ª Séries da 1ª Emissão – (IF 20K0789466; 20K0789469; 20K0789493), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhando de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhando de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciais em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 11 de março de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

CNPJ nº 09.346.601/0001-25 - NIRE 35.300.351.452 - Companhia Aberta

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 29 de janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 29 de janeiro de 2026, às 11h30, por meio eletrônico, sendo considerada como realizada na sede da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" ou "Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, nº 48, Centro. **2. Presenças:** Srs. Caio Ibrahim David – Presidente, André Guilherme Cazzaniga Maciel, Claudia de Souza Ferris, Claudia Farkouh Prado, Claudia Politanski, Cristina Anne Betts, Florian Bartunek, José de Menezes Berenguer Neto, Mauricio Machado de Minas, Pedro Paulo Giubbina Lorenzini e Rachel Ribeiro Horta – Conselheiros. **3. Mesa:** Sr. Caio Ibrahim David – Presidente e Sra. Cristiana Rebelo Wiener – Secretária. **4. Deliberações tomadas com base nos documentos de suporte que estão arquivados na sede da Companhia, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata em forma sumária:** **4.1.** Em linha com a recomendação do Comitê de Governança e Indicação, os membros do Conselho de Administração decidiram por unanimidade, reeleger a Sra. Maria Luiza Lage de Mattos Levi para compor o Comitê de Auditoria da Companhia como membro externo e especialista financeira para fins do §6º do artigo 31-C da Resolução CVM nº 23, de 25.2.2021, para mandato de 2 anos contados a partir do término do seu mandato atual em 31 de janeiro de 2026. **4.1.1.** Dada a deliberação acima, decidiram, ainda, ratificar a composição do Comitê de Auditoria nos seguintes termos: (a) Sra. Cristina Anne Betts, como Coordenadora e Conselheira Independente e Não Vinculada; (b) Sra. Claudia de Souza Ferris, como Conselheira Independente e Não Vinculada; (c) Sra. Maria Luiza Lage de Mattos Levi, como membro externo e Especialista Financeira; e (d) Sr. Carlos Alberto Rebelo Sobrinho, como membro externo. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata para assinatura de todos os Conselheiros presentes. São Paulo, 29 de janeiro de 2026. Caio Ibrahim David, Presidente. JUCESP nº 053.372/26-8 em 23/02/2026, Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

CNPJ nº 09.346.601/0001-25 - NIRE 35.300.351.452 - Companhia Aberta

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 04 de fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 04 de fevereiro de 2026, às 18h00, por meio eletrônico, sendo dita como realizada, na sede da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Companhia" ou "B3") localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, nº 48, Centro. **2. Presenças:** Srs. Caio Ibrahim David – Presidente, André Guilherme Cazzaniga Maciel, Claudia de Souza Ferris, Claudia Farkouh Prado, Claudia Politanski, Cristina Anne Betts, Florian Bartunek, José de Menezes Berenguer Neto, Mauricio Machado de Minas, Pedro Paulo Giubbina Lorenzini e Rachel Ribeiro Horta – Conselheiros. **3. Mesa:** Sr. Caio Ibrahim David – Presidente; e Sra. Cristiana Rebelo Wiener – Secretária. **4. Deliberações tomadas com base nos documentos de suporte que estão arquivados na sede da Companhia, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata em forma sumária:** **4.1.** Registrar que o Conselho de Administração tomou conhecimento da renúncia do Sr. Cícero Augusto Vieira Neto ao cargo de membro externo do Comitê de Riscos e Financeiro de assessoramento ao Conselho de Administração, com efeitos a partir de 29 de janeiro de 2026. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata para assinatura de todos os Conselheiros presentes. São Paulo, 04 de fevereiro de 2026. Aa. Caio Ibrahim David, André Guilherme Cazzaniga Maciel, Claudia de Souza Ferris, Claudia Farkouh Prado, Claudia Politanski, Cristina Anne Betts, Florian Bartunek, José de Menezes Berenguer Neto, Mauricio Machado de Minas, Pedro Paulo Giubbina Lorenzini e Rachel Ribeiro Horta. Esta é cópia fiel da ata que integra o competente livro. Caio Ibrahim David, Presidente. JUCESP nº 118.517/26-0 em 26/02/2026, Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 313ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20L0710860) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 313ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 01 de abril de 2026, às 10:10 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 313ª Série da 1ª Emissão – (IF 20L0710860), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhando de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciais em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 11 de março de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 170ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18B0899873) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2026 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 170ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 01 de abril de 2026, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 170ª Série da 1ª Emissão – (IF 18B0899873), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhando de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciais em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente.

São Paulo, 11 de março de 2026.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

MAESTRO **Maestro Locadora de Veículos S.A.**

CNPJ/MF nº 08.795.211/0001-70 - NIRE 35.300.414.284

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, da Maestro Locadora de Veículos S.A., Realizada em Primeira Convocação em 06 de Abril de 2026

Ficam convocados os Srs. titulares das debêntures da primeira e da segunda séries da 7ª Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.795.211/0001-70 ("Debenturistas", "Debentures" e "Emissora", respectivamente), nos termos da "Estrutura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da 7ª (Sétima) Emissão da Maestro Locadora de Veículos S.A.", celebrada em 12 de fevereiro de 2025, conforme aditada, entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira (conforme a função) pelo Brasil, Central de Registro de Títulos, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, 10º andar, conjunto 101, CEP 01.451-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08 ("Estrutura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no **dia 06 de abril de 2026, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) Alteração da Data de Amortização (conforme definido na Escritura de Emissão), referente à Parcela da Amortização (conforme definido na Escritura de Emissão) de 15 de abril de 2026, nos termos da tabela de amortização da Cláusula 6.14 da Escritura de Emissão, de forma que a amortização do saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura de Emissão) seja realizada em 15 de abril de 2026; (II) Alteração da tabela de amortização, nos termos da Cláusula 6.14 da Escritura de Emissão, a qual constará na Proposta de Administração (conforme definida abaixo) de modo a refletir a alteração proposta no item (I) das matérias da Ordem do Dia; (III) Alteração da Data de Vencimento das Debêntures para 15 de abril de 2030, nos termos das Cláusulas 6.13 e 6.14 da Escritura de Emissão, de modo a refletir as alterações propostas no item (I) das matérias da Ordem do Dia; e (IV) Caso aprovadas as matérias dos itens (I) a (III) acima, a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, ficam autorizados a praticar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração do 1º (primeiro) aditamento à Escritura de Emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da aprovação em Assembleia, consolidando no referido aditamento, também, as alterações decorrentes da assembleia geral de debenturistas realizada em 06 de março de 2026 ("Assembleia de 06.03"). **Informações Gerais:** a Assembleia será realizada via videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, sendo a possibilidade de participação de forma presencial, com link a ser disponibilizado pela Emissora aos Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora (ri@maestrofrotas.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (assembleias@pentagonotrustee.com.br), preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do respectivo Debenturista; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da instrução de voto a distância o qual estará anexado à proposta de administração a ser divulgada na presente data em seu website e na página eletrônica da CVM ("Proposta de Administração"). A instrução de voto deverá (i) ser devidamente preenchida e assinada pelo respectivo Debenturista ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Debenturista ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Operação. São Paulo, 09 de março de 2026. **Maestro Locadora de Veículos S.A.** - Nome: Fabio Lewkowicz - Cargo: Diretor Presidente e Diretor Comercial e de Marketing; Nome: Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves - Cargo: Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores.

A Companhia esclarece que os valores do Resgate Antecipado Total das Debêntures da Segunda Série indicados acima poderão sofrer alterações em razão da variação das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), especialmente considerando que foram todos apurados no dia anterior à data de divulgação do presente aviso.

Os termos iniciados em letras maiúsculas e não definidos de outra forma no presente comunicado, terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 10 de março de 2026.

Daniel Szlak
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Análises que explicam o presente e antecipam o futuro.

Revistas Valor Setorial: mais de 15 títulos com análises econômicas.

Acesse valor.globo.com/revistas-anuarios

Valor ECONÔMICO

Os destaques do mercado direto no seu celular.

Escolha os canais do Valor que você quer seguir e **receba em primeira mão as principais notícias, análises de especialistas e insights** sobre o mundo dos negócios.

Informação sob medida para você decidir melhor, todos os dias.

Confira o passo a passo no QR Code abaixo



Receba as principais notícias do dia, sobre tecnologia e agronegócio direto no seu e-mail.

Cadastre-se em valor.globo.com/newsletter

Valor ECONÔMICO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025



Alto

CHÁCARA SANTO ANTÔNIO

THE ONE

Mensagem da Administração

Em 2025, a Cury apresentou avanços consistentes em seus resultados operacionais e financeiros, com recordes em lançamentos e vendas, evolução da margem bruta, crescimento do lucro líquido e forte geração de caixa.

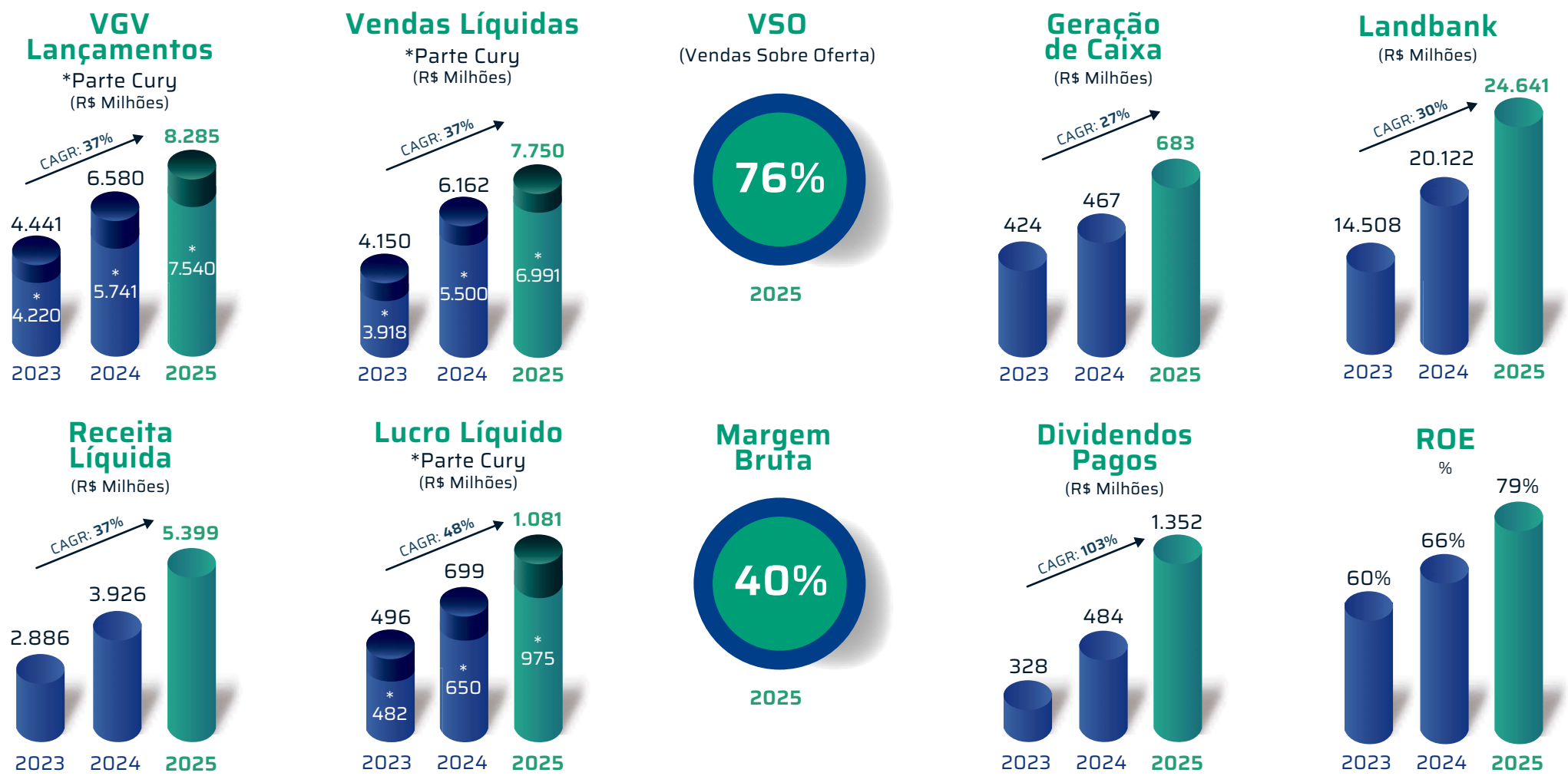
A realização do follow-on fortaleceu a estrutura de capital da companhia, aumentou a liquidez das ações por meio da elevação do free float e possibilitou a realização de pagamentos recordes de dividendos aos acionistas.

As atualizações dos Planos Diretores de São Paulo e do Rio de Janeiro ampliaram as possibilidades de desenvolvimento urbano. A imagem acima, na Chácara Santo Antônio, simboliza esse novo momento, no qual empreendimentos bem localizados passam a integrar a dinâmica da habitação acessível, gerando transformação urbana e social.

Seguimos confiantes na solidez da companhia e comprometidos em ampliar nosso impacto positivo nas cidades e construir valor de forma sustentável.

Fabio Cury - CEO

Destaques



Controladora	Participações	Patrimônio		Lucro/Prejuízo		Resultado com		
		Líquido		do Exercício		Equivalência		
		Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24	
ICSA048 Incorporadora Ltda.	99,99%	99,99%	5.173	2.680	2.557	1.090	1.739	1.082
ICSA048 Consol. Imobil. Ltda.	99,99%	99,99%	(3.083)	171	(1.939)	(1.082)	(3.083)	171
ICSA048 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	493	822	(374)	(1.084)	493	822
ICSA11 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	1.911	1.932	(33)	(615)	1.911	1.932
ICSA12 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	1.156	1.484	(329)	(174)	1.156	1.484
ICSA13 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	1.777	1.771	(21)	(244)	1.777	1.771
ICSA14 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	1.566	1.777	(21)	(244)	1.566	1.777
ICSA15 Instaladora Ltda.	100,00%	100,00%	3.366	3.371	(5)		3.366	3.371
ICSA16 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	1.591	1.651	(173)	(89)	1.591	1.651
ICSA17 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	1.377	1.377	(893)		1.377	1.377
ICSA18 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	15	15			15	15

CSA2S1 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	18,151	2,710	10,006	18,871	15,264	10,006	(3,664)
CSA2S2 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	18,151	2,710	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
CSA2S3 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	2,158	221	(3,640)	2,158	221	(53)	(6,640)
CSA2S22 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	4,310	4,042	268	330	4,310	4,042	268
CSA2S23 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	704	886	(182)	(452)	704	886	(182)
CSA2S24 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	1,658	2,014	(356)	(718)	1,658	2,014	(356)
CSA2S25 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	1,208	1,208	(2)	(2)	1,208	1,208	(2)
CSA2S26 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	785	867	(83)	(2)	785	867	(83)
CSA2S27 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	2,892	2,892	(30)	(2)	2,892	2,892	(30)
CSA2S28 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	14,111	11,608	1,934	4,038	14,111	11,608	1,934
CSA2S29 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	303	303	(87)	(2)	303	303	(87)
CSA3S1 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	(48)	760	(808)	(441)	(48)	760	(808)
CSA3S31 Incorporadora Ltda.	50.00%	50.00%	50.00%	5,971	5,501	470	(1,202)	2,985	2,751	2,305
CSA3S32 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	6,257	11,770	54	(585)	6,257	11,770	54
CSA3S33 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	17,083	15,170	43,329	23,037	8,363	44,329	5,935
CSA3S34 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	17,083	15,170	54	(585)	17,083	15,170	54
CSA3S35 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	10,881	293	(93)	(2)	10,881	293	(93)
CSA3S36 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	1,472	72	(17)	(2)	1,472	72	(17)
CSA3S37 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	51,525	32,402	59	19,725	51,525	32,402	59
CSA3S38 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	2,567	1,107	(176)	591	2,567	1,107	(176)
CSA3S39 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	100.00%	885	859	(26)	(3)	885	859	(26)

CSA540 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	22.66	2.687	(01)	22.66	2.687	(301)	(1)
CSA541 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.333	1.03		1.333			
CSA542 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.333	1.03		1.333			
CSA543 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.333	1.03	(127)	(369)	3.63	(127)	(369)
CSA544 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	17.220	14.407	2.682	7.952	17.220	14.407	2.682
CSA545 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	8	3.7	(558)	(2)	3.7	(558)	(2)
CSA546 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	955	111	(6)	(276)	955	111	(6)
CSA547 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	2.193	2.198	(293)	2.193	2.198	(293)	
CSA548 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	2	209	(293)		2	209	(293)
CSA549 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	94.257	24.941	86.193	75.921	94.241	86.193	75.921
CSA550 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	24.415	15.54	13.614	(7)	24.215	16.54	13.614
CSA551 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	2.125	2.125	(293)	(193)	2.125	2.125	(293)
CSA552 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	510	96	(3)		510	96	(3)
CSA553 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	295	1.166	(91)	(231)	1.255	1.166	(91)
CSA554 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	97	1.446	(461)	622	97	1.438	(467)
CSA555 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1	2		1			
CSA557 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	85.582	113.528	34.809	45.889	85.582	113.528	34.809
CSA558 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	778	777			778	777	
CSA559 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	440	440	(328)	1.748	277	(450)	(328)
CSA560 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	542	935	(393)	(474)	542	935	(393)
CSA561 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	2.653	7.119	(466)	(980)	2.653	7.119	(466)
CSA562 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	4.539	6.393	(1365)	(8.521)	4.539	6.393	(1365)
CSA563 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.100	2.317	(2166)	(1.180)	1.100	2.317	(2166)
CSA564 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.881	1.881	(533)	1.891	7.202	2.023	(503)
CSA565 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	17	18	(1)		17	18	(1)
CSA566 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	106.430	142.640	122.983	83.338	106.430	142.640	122.983
CSA567 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	76.628	83.682	5.471	8.172	76.628	83.682	5.471
CSA568 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	76.628	83.682	5.471	8.172	76.628	83.682	5.471
CSA569 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	6.593	11.692	(18.18)	26.054	6.593	11.692	(18.18)

CSA70 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.233	1758	(524)	(675)	1.233	1758	(524)	(675)
CSA71 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.139	3.669	(31)	(708)	1.139	3.669	(31)	(708)
CSA72 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	3.316	336	(20)	(484)	3.316	336	(20)	(484)
CSA73 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	48.882	19.577	(26)	(19.577)	19.577	19.577	(26)	(19.577)
CSA74 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	4.100	4.957	(27)	(1.431)	4.100	4.957	(27)	(1.431)
CSA75 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	3.112	7.024	356	(2.895)	3.112	7.024	356	(2.895)
CSA76 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.482	2.202	(720)	(608)	1.482	2.202	(720)	(608)
CSA77 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	4.148	4.148	(15)	(568)	4.148	4.148	(15)	(568)
CSA78 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	5.655	588	(234)	(400)	5.655	588	(234)	(400)
CSA79 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	3.227	5.373	(992)	(846)	3.227	5.373	(992)	(846)
CSA80 Incorporadora Ltda.	50.00%	50.00%	24.266	52.396	27.903	32.617	12.133	26.198	13.951	16.309
CSA81 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	5.088	326	(412)	(1)	5.088	326	(412)	(1)
CSA82 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	3.278	17.813	(28)	(3.278)	3.278	17.813	(28)	(3.278)
CSA83 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	5.557	14.715	(8.788)	(2.955)	5.557	14.715	(8.788)	(2.955)
CSA84 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	16.155	9.111	(20.785)	(11.151)	9.111	20.785	(11.151)	(20.785)
CSA85 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	12.071	10.551	(13.879)	(2.595)	12.071	10.551	(13.879)	(2.595)
CSA86 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	14.262	5.357	26.789	(4.84)	14.262	5.357	26.789	(4.84)
CSA87 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	5.954	5.954	(2.54)	3.922	1.132	5.954	(2.54)	3.922
CSA88 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	3.211	5.750	4.265	3.211	5.750	4.265	3.211	5.750
CSA89 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	3.043	12.616	(4.248)	(8.213)	3.043	12.616	(4.248)	(8.213)
CSA90 Incorporadora Ltda.	60.00%	60.00%	64.322	21.442	18.293	51.482	32.857	12.889	10.976	32.857
CSA91 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	8.869	24.811	(84)	(1)	8.869	24.811	(84)	(1)
CSA92 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	9.969	2.827	12.727	(1)	9.969	2.827	12.727	(1)
CSA93 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.923	17.127	(5.013)	(2.143)	1.923	17.127	(5.013)	(2.143)
CSA94 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	21.386	7.829	50.255	(13.98)	21.386	7.829	50.255	(13.98)
CSA95 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	15.116	26.874	26.571	17.861	15.116	26.874	26.571	17.861
CSA96 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	9.170	9.170	(1)	9.170	9.170	9.170	(1)	9.170
CSA97 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	3.929	0.008	(6.213)	1.34	3.929	0.008	(6.213)	1.34
CSA98 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1.661	15.440	(4.778)	1.438	1.661	15.440	(4.778)	1.438
CSA99 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	22.799	14.838	(50.174)	(17.99)	22.799	14.838	(50.174)	(17.99)
CSA100 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	41.216	61.114	12.858	42.216	61.114	15.858	20.026	42.216
CSA101 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	24.521	822	18.916	(22)	24.521	822	18.916	(22)
CSA102 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1	1	-	(344)	1	1	-	(344)
CSA103 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	1	1	-	-	1	1	-	-
CSA104 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	2	2	-	-	2	2	-	-
CSA105 Incorporadora Ltda.	100.00%	100.00%	365	2	-	-	3			

CSISA108 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	2.264	9.791	13.773	22.960	2.264	9.791	13.773	22.960
CSISA109 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	7.745	6.435	(559)	(1.722)	7.745	6.435	(559)	(1.722)
CSISA110 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	16.983	15.498	24.362	7.237	16.983	15.498	24.362	7.237
CSISA111 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	10.995	1.865	5.924	(24)	10.995	1.865	5.924	(24)
CSISA112 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	18.490	32.646	(11.560)	20.960	18.490	32.646	(11.560)	20.960
CSISA113 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	17.172	27.932	12.420	15.801	17.172	27.932	12.420	15.801
CSISA114 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	3.744	10.328	(9.295)	16.067	3.744	10.328	(9.295)	16.067

Account	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973	1972	1971	1970	1969	1968	1967	1966	1965	1964	1963	1962	1961	1960	1959	1958	1957	1956	1955	1954	1953	1952	1951	1950	1949	1948	1947	1946	1945	1944	1943	1942	1941	1940	1939	1938	1937	1936	1935	1934	1933	1932	1931	1930	1929	1928	1927	1926	1925	1924	1923	1922	1921	1920	1919	1918	1917	1916	1915	1914	1913	1912	1911	1910	1909	1908	1907	1906	1905	1904	1903	1902	1901	1900	1899	1898	1897	1896	1895	1894	1893	1892	1891	1890	1889	1888	1887	1886	1885	1884	1883	1882	1881	1880	1879	1878	1877	1876	1875	1874	1873	1872	1871	1870	1869	1868	1867	1866	1865	1864	1863	1862	1861	1860	1859	1858	1857	1856	1855	1854	1853	1852	1851	1850	1849	1848	1847	1846	1845	1844	1843	1842	1841	1840	1839	1838	1837	1836	1835	1834	1833	1832	1831	1830	1829	1828	1827	1826	1825	1824	1823	1822	1821	1820	1819	1818	1817	1816	1815	1814	1813	1812	1811	1810	1809	1808	1807	1806	1805	1804	1803	1802	1801	1800	1799	1798	1797	1796	1795	1794	1793	1792	1791	1790	1789	1788	1787	1786	1785	1784	1783	1782	1781	1780	1779	1778	1777	1776	1775	1774	1773	1772	1771	1770	1769	1768	1767	1766	1765	1764	1763	1762	1761	1760	1759	1758	1757	1756	1755	1754	1753	1752	1751	1750	1749	1748	1747	1746	1745	1744	1743	1742	1741	1740	1739	1738	1737	1736	1735	1734	1733	1732	1731	1730	1729	1728	1727	1726	1725	1724	1723	1722	1721	1720	1719	1718	1717	1716	1715	1714	1713	1712	1711	1710	1709	1708	1707	1706	1705	1704	1703	1702	1701	1700	1699	1698	1697	1696	1695	1694	1693	1692	1691	1690	1689	1688	1687	1686	1685	1684	1683	1682	1681	1680	1679	1678	1677	1676	1675	1674	1673	1672	1671	1670	1669	1668	1667	1666	1665	1664	1663	1662	1661	1660	1659	1658	1657	1656	1655	1654	1653	1652	1651	1650	1649	1648	1647	1646	1645	1644	1643	1642	1641	1640	1639	1638	1637	1636	1635	1634	1633	1632	1631	1630	1629	1628	1627	1626	1625	1624	1623	1622	1621	1620	1619	1618	1617	1616	1615	1614	1613	1612	1611	1610	1609	1608	1607	1606	1605	1604	1603	1602	1601	1600	1599	1598	1597	1596	1595	1594	1593	1592	1591	1590	1589	1588	1587	1586	1585	1584	1583	1582	1581	1580	1579	1578	1577	1576	1575	1574	1573	1572	1571	1570	1569	1568	1567
---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

CSA1549 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	2.582	2.176	(24)	(3)	2.582	2.176	(224)	(3)
CSA1550 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	21.474	85	10.619	(2)	2.582	85	10.619	(2)
CSA1551 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	1.146	-	(2)	-	1.146	-	-	-
CSA1552 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	5.079	-	12	(2)	-	-	8	(2)
CSA1553 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	62	-	-	(2)	62	-	-	-
CSA1534 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	50	2	-	(2)	50	2	-	(2)
CSA1555 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	43	-	-	(2)	43	-	-	(2)
CSA1536 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	753	-	-	(2)	753	-	-	(2)
CSA1557 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
CSA1558 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	2.627	8	4	(2)	1.710	8	2	(2)
CSA1539 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	764	1	-	(2)	764	1	-	(2)
CSA1600 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
CSA1601 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
CSA1613 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	47.413	25.433	21.981	15.602	28.448	15.260	13.189	9.361
CSA1614 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	307	46	-	-	307	46	-	-
CSA1665 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	3.350	1.088	(1)	-	3.350	1.088	(1)	-
CSA1666 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	369	342	-	(1)	369	342	-	(1)
CSA1676 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	25	24	-	(1)	25	24	-	(1)
CSA1688 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	240	291	-	(1)	1.240	291	-	(1)
CSA1690 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	4.904	291	(282)	(1)	4.906	292	(282)	(1)
CSA170 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	859	804	(308)	(2)	859	804	(308)	(2)
CSA171 Incorporadora Ltda.	100,00%	100,00%	20	20	-	(1)	20	20	-	(1)

CSA1772 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	2,738	8,022	49,078	(102)	2,738	8,022	49,078	(102)
CSA1773 Incorporated Lda.	60.00%	60.00%	4,000	3,098	13,022	-	24,416	3,098	7,811	(4)
CSA1774 Incorporated Lda.	100.00%	60.00%	20,231	4,445	47,118	(522)	12,138	2,667	4,031	(313)
CSA1775 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	422	11	(1)	(87)	422	11	-	(1)
CSA1776 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	1	-	-	(60)	1	-	-	(57)
CSA1777 Incorporated Lda.	60.00%	60.00%	101,771	5,978	40,233	3,959	61,063	31,787	24,140	2,374
CSA1778 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	782	60	(2)	-	782	-	-	(2)
CSA1779 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	32,988	10	(1)	-	6,683	-	-	(2)
CSA1800 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	19,452	238	10,815	(2)	19,452	238	10,815	(2)
CSA1811 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	2	158	210	(3)	2	158	210	(3)
CSA1812 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	1	45	(2)	-	1	16	-	(244)
CSA18184 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	1,253	1,416	18,009	(172)	16,968	1,416	14,407	(172)
CSA1833 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	21,283	66	(2)	-	12,283	66	-	(2)
CSA1835 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	911	102	(2)	-	911	102	-	(2)
CSA1845 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	4,283	66	(276)	(2)	4,283	66	(276)	(2)
CSA1846 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	4,425	45	(2)	-	4,425	45	-	(2)
CSA1888 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	10,947	647	11,339	(2)	10,947	647	(1,139)	(2)
CSA1898 Incorporated Lda.	60.00%	100.00%	19,231	210	2,566	(2)	15,340	210	1,540	(2)
CSA1910 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	2,077	32	(3)	-	2,077	32	-	(3)
CSA1911 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	4,073	1	(334)	-	4,073	1	-	(334)
CSA1912 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	2,286	21	(2)	-	2,286	21	-	(2)
CSA1933 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	459	-	2	-	459	-	2	-
CSA1934 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	774	1	(1)	-	774	1	-	(1)
CSA1935 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	996	1	(2)	-	996	1	-	(2)
CSA1936 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	416	-	-	-	416	-	-	-
CSA1937 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	648	1	-	-	648	1	-	-
CSA1938 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	373	1	(1)	-	373	1	-	-
CSA1939 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	201	1	-	-	201	1	-	-
CSA2000 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	1,001	1	-	-	1,001	1	-	-
CSA2001 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	368	-	-	-	368	-	-	-
CSA2002 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	258	1	-	-	258	1	-	-
CSA2003 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	267	1	-	-	267	1	-	-
CSA2004 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	191	1	(1)	-	191	1	-	(1)
CSA2005 Incorporated Lda.	60.00%	60.00%	89,380	87	-	-	46,388	52,374	-	-
CSA2006 Incorporated Lda.	100.00%	100.00%	48,295	27,107	21,188	16,834	24,147	13,553	10,594	8,417
CSA2020 Incorporated Lda.	100.00%	0.00%	224	1	-	-	224	1	-	-
CSA2111 Incorporated Lda.	100.00%	0.00%	271	-	-	-	271	-	-	-
CSA2112 Incorporated Lda.	100.00%	0.00%	283	-	-	-	283	-	-	-
CSA2123 Incorporated Lda.	100.00%	0.00%	196	-	-	-	196	-	-	-
CSA2124 Incorporated Lda.	100.00%	0.00%	28	-	-	-	28	-	-	-
CSA2125 Incorporated Lda.	100.00%	0.00%	1	-	-	-	1	-	-	-
CSA2126 Incorporated Lda.	100.00%	0.00%	51	-	-	-	51			

CISA221	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA222	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA223	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA224	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA225	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA226	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA227	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA228	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA229	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA230	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA231	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA232	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA233	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA234	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA235	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA236	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA237	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1
CISA238	Incorporadora Ltda.	100,00%	0,00%	1	-	-	-	1

continua

Valor PRO

Velocidade e precisão para quem decide.



No mercado financeiro e corporativo, informação de credibilidade e em tempo real faz toda a diferença. O **Valor PRO**, plataforma especializada com a chancela do **Valor Econômico**, oferece análises aprofundadas, notícias em primeira mão e dados estratégicos sobre os principais setores da economia nacional e internacional.

Com soluções para diferentes perfis, do investidor individual às grandes corporações, o **Valor PRO** é a escolha certa para decisões mais seguras e precisas.



Valor PRO: Quem sabe antes decide melhor
Baixe grátis o aplicativo e experimente!